

Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Volume 48
Número 2
2024

CIÊNCIA & TRÓPICO



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Santana
Ministro da Educação

Márcia Angela da Silva Aguiar
Presidenta da Fundação Joaquim Nabuco

Túlio Augusto Velho Barreto de Araújo
Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte

Cristiano Borba
Coordenador da Editora Massangana

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora da Revista Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino
Chefe do Setor de Editoração – Editora Massangana

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor Assistente da Revista Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

CIÊNCIA & TRÓPICO

Volume 48
Número 2
2024

Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

Dr. Bernd Reiter,
Universidade do Texas, Estados Unidos da América

Dra. Cecilia Mariz,
Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS),
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dr. Denilson Bandeira Coêlho,
Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Dra. Isabel Raposo,
Diretoria de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

Dr. José Paulo Zeetano Chahad,
Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Marcelo Sampaio de Alencar,
Presidente do Instituto de Estudos Avançados em Comunicações – Iecom, Brasil

Dra. Maria Cecilia MacDowell Santos,
Universidade de São Francisco, Califórnia;
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria da Conceição Lopes,
Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Marie-Jeanne dite Marion Aubrée,
Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos;
Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França

Dra. Patricia Nabuco Martuscelli,
Departamento de Relações internacionais, Universidade de Sheffield, Inglaterra

Dra. Silvina Cecilia Carrizo,
Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET);
Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (CESAL);
Universidade Nacional do Centro de Buenos Aires (UNICEN – UNNOBA), Argentina

Dr. Tiago Cavalcanti, Faculdade de Economia,
Universidade de Cambridge, Inglaterra

Me. Regina Scharf, Jornalista,
Portland-Oregon, Estados Unidos da América

© 2024, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br
http://www.fundaj.gov.br

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva e Solange Carlos de Carvalho
Diagramação: Setor de Editoração | Antonio Laurentino
Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana
Ilustração da capa: trabalho gráfico digital na imagem da pintura a óleo sobre compensado *Pernambuco*, de 4 de março de 1953, do pintor Rafael Borges de Oliveira – Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife: Editora Massangana, 1973 –
v.: il.

Semestral.
Textos em português, inglês, francês e espanhol.
Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).
A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.
A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.
ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Socais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.
I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura	9-14	Nota Editorial
Abdul Moiz Sarwari Juma Rasuli	15-36	A Study on the impact of digital marketing on export growth in Afghanistan - India
Ali Juma Hamdard Maria do Socorro Sousa Braga	37-54	An assessment of the performance of the political parties in Afghanistan
Amanda de Morais Silva Jayme Benvenuto Lima Junior	55-72	Confucionismo, tradição e feminismo: os papéis da mulher na Coreia do Sul
Maria Luiza Silva do Espirito Santo Mônica de Lourdes Neves Santana	73-86	O papel da mulher nigeriana pelo viés do discurso pós colonial na obra Fique Comigo de Ayòbámi Adébáyò
Robson Anselmo Tavares de Melo Luciana Pereira da Silva Edvaldo Vieira de Souza Junior	87-112	Uma análise histórico-literária da metáfora do escravizado nos romances A escrava Isaura e Úrsula: posições díspares
Flávio Maria Leite Pinheiro Renato Almeida de Oliveira	113-124	Hannah Arendt em tempos modernos: um enfoque na interação entre tecnologia e política
Carmen Vasel Raphael Bispo Milhomens	125-134	Perspectivas Educacionais na Sociedade Globalizada
Alexandre Leite dos Santos Silva Flávia Machado dos Reis Suzana Gomes Lopes Tamaris Gimenez Pinheiro	135-160	Contribuições do Museu da Natureza, Piauí, Brasil, para a formação de educadores do campo
Natasha Hevelyn Oliveira da Silva João Morais de Sousa	161-188	Cultura popular: tessituras de resistência na manifestação dos Cocos de roda
Henrique da Silva Leandro de Lima Santos	189-208	A contribuição da Tecnologia da Informação na agricultura para o desenvolvimento sustentável
Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira Weruska de Melo Costa	209-234	Políticas públicas no contexto da pesca artesanal em Pernambuco, Brasil

Marina Loureiro Medeiros Rodrigo Dutra Gomes	235-258	O Regional do Movimento Regionalista de 1926 em Recife-Pernambuco
Josebias Costa do Nascimento Neto Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha Pedro Henrique Cabral Valadares	259-278	*Ecclesiae Filius*: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista
Gilmar Beserra de Farias	279-296	Os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco

Ciência & Trópico	Recife	v. 48	n. 2	p. 1-296	jul - dez	2024

ISSN 0304-2685
ISSN eletrônico 2526-9372

Nota editorial

Da Revista Ciência & Trópico

A Revista Ciência & Trópico, criada em 1972 como sucessora do Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, tem desempenhado um papel relevante no campo acadêmico, com uma abordagem multidisciplinar e parcerias internacionais com instituições da Europa, Estados Unidos e América Latina. Vale salientar que o Projeto de nº 2960 de 1961 da Câmara dos Deputados previu, em suas disposições gerais e transitórias, que o antigo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais deveria contar com uma revista científica para publicações de pesquisadores da Instituição ou estrangeiros.

Trabalhando como Editora da Revista Ciência & Trópico desde 2007, em 39 edições, contei com a colaboração de vários editores convidados que ampliaram os horizontes temáticos e fortaleceram debates de todos os matizes. Em nível nacional, ressalto as parcerias com Universidades federais de todo o país, além de instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Retomando as origens da Revista como espaço de diálogo internacional, foram realizadas parcerias com a Universidade de Salamanca, Aliança Francesa, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (Clacso), Centre d'Etudes Spatiales de la Biosphère (CESBIO), Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (FLACSO), entre outras instituições internacionais que submeteram artigos para a apreciação da C&Trópico que, na sequência, passou a contar com inúmeros pareceristas nacionais e internacionais.

A ideia de criar um espaço fundado em reflexões voltadas para o pensamento social no Brasil foi a viga mestra para o lançamento da Revista há mais de 50 anos, à base de um compromisso que considera um pensamento que conduz a dimensões sociais que compreendem, para além dos aspectos factuais, a busca do prospectivo como um alicerce da intelectualidade brasileira. Aliada à pluralidade de um pensamento crítico, a Revista foi ampliando o sentido de cultura, em que o saber é condição necessária, mas não suficiente, para integrar, ao longo dos anos, traços criativos de uma civilização.

Autores de diversas formações, ideologias e acepções acadêmicas reafirmaram o valor da diversidade e da tendência para disseminar um conhecimento plurivalente. Essa é, sem dúvida, uma marca da Revista Ciência & Trópico, criada por Gilberto Freyre, que resgata, em muitos aspectos, seu conceito de tempo tríbio. Para além de

Henri Bergson, que entendeu a memória como conservação e acumulação do passado no presente, Freyre enfatizou o sentido essencial do futuro.

Ao longo dos anos, conceitos, experiências e métodos vêm transformando arcabouços convencionais em representações da condição humana em um espaço definido pelos trópicos. Interpretar e recriar a realidade exigem um longo processo de comparação no qual, não raras vezes, o escritor não escolhe seus temas, mas é escolhido por eles.

Este número contempla diversas áreas do conhecimento, com certo grau de unidade, suscetível a levar a conclusões concordantes, que não são convenções arbitrárias, mas descobertas graduais que, em vez de se encerrar em fórmulas, devem estar abertas a uma constante ressignificação da realidade, tais como globalização, perspectivas de gênero e raça, discriminação, literatura, inovação, políticas públicas e cultura.

Dos artigos

Em estudo conduzido por Abdul Moiz Sarwari e Juma Rasuli, da Universidade de Veer Narmad South Gujarat, na Índia, evidenciou-se a necessidade de empresas estabelecerem objetivos claros e estratégias de *marketing* efetivas para alcançar novos mercados, incluindo regiões rurais da Índia. O *marketing* digital surge como ferramenta crucial nesse processo, representando uma evolução em relação ao tradicional *marketing* boca a boca historicamente utilizado por comerciantes afegãos. O artigo intitulado "A Study on the impact of digital marketing on export growth in AfghanistanIndia" aborda, com muita propriedade, os impactos do *marketing* digital no crescimento das exportações entre os dois países. Passando dos aspectos econômicos para os político-partidários, Ali Juma Hamdard, da mesma Universidade, e Maria do Socorro Sousa Braga, da Universidade Federal de São Carlos, apresentam uma pesquisa que busca avaliar a trajetória histórica e o desempenho contemporâneo dos partidos políticos no Afeganistão. O artigo "An assessment of the performance of the political parties in Afghanistan" versa sobre a formação desses partidos, historicamente baseada em uma estrutura étnica e tribal tradicional, o que tem contribuído para sua fragilidade ao longo do tempo. O estudo analisa a evolução da formação partidária desde 1947, considerando os diferentes períodos que marcaram a história política afegã.

No cenário internacional, o artigo "Confucionismo, tradição e feminismo: os papéis da mulher na Coreia do Sul" traz implicações da influência da tradição políticofilosófica do Confucionismo nas relações entre homens e mulheres e na construção de valores de igualdade de gênero na Coreia do Sul. Os autores Amanda de Morais Silva e Jayme Benvenuto Lima Junior, ambos da Universidade Federal de Pernambuco, buscam traçar as compatibilidades dessa filosofia com as demandas feministas por igualdade.

O livro *Fique comigo* (2017), da autora nigeriana Ayòbámi Adébáyò, oferece ao leitor um panorama sobre questões familiares e tradicionais da sociedade da Nigeria, como também demonstra com realismo as dificuldades políticas enfrentadas pela população desse país nos anos 1980. Maria Luiza Silva do Espirito Santo, da Universidade Estadual de Pernambuco e Mônica de Lourdes Neves Santana, da Universidade Federal da Paraíba, elaboraram o artigo "O papel da mulher nigeriana pelo viés do discurso

pós-colonial na obra *Fique Comigo* de Ayòbámi Adébáyò", analisando de que forma a perspectiva do discurso pós-colonial figura na obra por meio da categoria mulher e africana, abrindo uma discussão sobre as construções de identidade fragilizada pela turbulenta vida social e política da Nigéria dos anos 1980. Os resultados mostram que é possível enxergar os povos periféricos e subalternos por meio da desconstrução dos diversos aspectos de base colonial, reinterpretando a história a partir da ótica do colonizado, ao redimensionar diferentes formas de discriminação.

Na linha das reflexões sobre gênero e discriminação, Robson Anselmo Tavares de Melo, da Universidade Católica de Pernambuco, Luciana Pereira da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco e Edvaldo Vieira de Souza Junior, da Universidade Federal da Bahia, exploram a metáfora do escravizado em dois

importantes romances da literatura brasileira: *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. O artigo estabelece um diálogo entre linguística, literatura e história, analisando como essas obras apresentam visões contrastantes sobre a figura do escravizado, refletindo posturas ideológicas distintas e revelando os desafios da representação literária da escravidão no século XIX.

Alinhado à perspectiva multidisciplinar da *Revista Ciência & Trópico*, o artigo "Hannah Arendt em tempos modernos: enfoque na interação entre tecnologia e política" de Flávio Maria Leite Pinheiro e Renato Almeida de Oliveira, ambos da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Ceará, exploram, por um lado, a relevância das ideias de Hannah Arendt na filosofia política contemporânea, concentrando-se na interseção entre tecnologia e política, e por outro, ressaltam como as concepções *arendtianas* de ação política, esfera pública e banalidade do mal oferecem elementos para compreender as dinâmicas emergentes na era digital. Em temática similar, Carmen Vasel, da Flórida University of Science and Theology e Raphael Bispo Milhomens, da Faculdade Rachel de Queiroz no Paraná, analisam as perspectivas educacionais na sociedade globalizada, focalizando experiências de ensino na era digital, tomando como base debates e textos analisados durante o primeiro semestre de 2024.

A educação cultural, tema recorrente em várias edições da Ciência e Trópico, é contemplada no artigo "Contribuições do Museu da Natureza, Piauí, Brasil, para a formação de educadores do campo". O tema leva a refletir sobre a importância de museus abertos e fechados, estimulando o fortalecimento de políticas de difusão cultural e educação sobre o nosso patrimônio arqueológico e paleontológico. Os autores Alexandre Leite dos Santos Silva, Flávia Machado dos Reis, da Universidade Federal de Uberlândia, Minhas Gerais, Suzana Gomes Lopes, da Universidade Federal do Maranhão e Tamaris Gimenez Pinheiro, da Universidade Estadual Paulista, apresentam a importância dos museus de ciência para a formação inicial e continuada de professores, a exemplo do Museu da Natureza, localizado ao lado do Parque Nacional da Serra da Capivara, no município de Coronel José Dias, no Piauí. No contexto dos estudos culturais, o artigo de Natasha Hevelyn Oliveira da Silva e João Morais de Sousa, da Universidade Federal de Pernambuco, discute o conceito de Cultura Popular, no recorte da manifestação popular do Coco de Roda em Igarassu, Pernambuco, sob a perspectiva sociológica que compreende a cultura popular como resistente ao mercado e às estruturas de poder dominantes. Concluem, pois, que a acepção da cultura está

intimamente conectada aos conflitos sociais, às questões políticas e a todo o arcabouço das relações de poder presentes nas sociedades.

Ações e estratégias que trazem em si a ideia de desenvolvimento sustentável chamam a atenção para a necessidade de inovações em diversos campos, principalmente da agricultura. Nessa linha, Henrique da Silva, da Universidade de Araraquara, Leandro de Lima Santos, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal de São Carlos, analisam a importância da tecnologia da informação para a agricultura, não apenas como uma forma de aumentar a eficiência e a produtividade, mas também de ajudar a moldar o futuro da agricultura de forma sustentável.

Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira, da Fundação Joaquim Nabuco, e Weruska de Melo Costa, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, analisam a pesca artesanal e suas políticas públicas em Pernambuco, traçando um panorama histórico da governança nacional que resultou na criação da Secretaria de Pesca Artesanal no Ministério da Pesca e Aquicultura, fruto de demandas dos movimentos sociais. Apesar do destaque inicial de Pernambuco nesse cenário, o estado enfrenta desafios com a inatividade do Comitê Deliberativo, peça-chave para a participação social. Além desse aspecto, o artigo ressalta importante pesquisa das autoras que apresentam os resultados de cinco Diagnósticos da Pesca Artesanal, documentando transformações significativas ao longo dos últimos trinta anos.

Os três últimos artigos que se seguem tomam a cidade do Recife e o estado de Pernambuco como referência, guardando a pluralidade temática e a universalização possível a partir de uma localidade. Em "O Regional do Movimento Regionalista de 1926 em Recife-Pernambuco" de Marina Loureiro Medeiros, da Universidade Federal de Pernambuco, e Rodrigo Dutra Gomes, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, os autores buscam entender como os aspectos de identidade, histórico, geográfico e social do conceito Regional, introduzido por Gilberto Freyre em 1926, dominaram grande parte dos escritos intelectuais do Nordeste brasileiro durante os anos 1930 até os anos 1950. O artigo sintetiza a profundidade dessa influência Regional, resgatando a sua contribuição presente em nossas vivências atuais históricas e espaciais. Em seguida, o artigo intitulado *"Ecclesiae Filius*: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista" volta-se para a cidade e o seu rico conjunto de pátios católicos, herança das capitais luso-brasileiras. Josebias Costa do Nascimento Neto e Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha, da Universidade Federal da Paraíba, e Pedro Henrique Cabral Valadares, da Universidade Estadual de Pernambuco e da Universidade Federal de Pernambuco, destacam o Pátio de São Pedro como expressão da hegemonia cristã na arquitetura e urbanismo colonial, ressaltando sua evolução de espaço religioso para um centro multifacetado de memória e identidade urbana. A pesquisa, portanto, exalta a relevância socioespacial, histórica e funcional do Pátio de São Pedro ao longo dos séculos, evidenciando seu papel no traçado urbano que remete à experiência colonial brasileira.

Por fim, o artigo que fecha essa edição aborda "Os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco". Gilmar Beserra de Farias, da Universidade Federal de Pernambuco, analisa os livros do médico, escritor e teatrólogo recifense Valdemar de Oliveira, examinando

sua materialidade e características estilísticas. Os livros apresentam textos eruditos com destaque para analogias que facilitavam a compreensão, sinopses para sintetizar conceitos, imagens explicativas e experimentos que auxiliavam na abstração dos conteúdos, consolidando-os como ferramentas fundamentais para o ensino da época.

Novos rumos da Editoração Científica

Ao publicar o Vol. 48, n. 2 de 2024, já estamos voltados para novas submissões de artigos. Esse momento de chegada é também de partida. Os passos para melhoria das revistas se ampliam para garantir que os conteúdos ou seções de texto gerados por Inteligência Artificial (IA) não sigam para o processo de revisão de pares, dando segurança de que os artigos publicados são produções originais dos autores. As medidas são variadas com vistas à manutenção de parâmetros de qualidade que abrangem plágios, conflitos de interesse, ética e integridade em pesquisa. Na agenda positiva, tem sido gratificante identificar pareceristas para nossa Revista interdisciplinar, lidar com o Conselho Editorial e autores do Brasil e do exterior e trabalhar com editores parceiros em algumas edições, criando uma cadeia colaborativa em distintos campos da academia.

As atualizações constantes e as exigências de novos requisitos que envolvem a editoração, todavia, são desafios que não podem comprometer a democratização do conhecimento e a valorização da ciência. Nessa linha, para além de ser uma Revista de acesso aberto, cuja disponibilidade é imediata e gratuita de resultados de pesquisa, saliento que este é apenas um dos elementos necessários para a efetivação da Ciência Aberta, que promove disponibilização dos dados, metodologias e resultados das pesquisas. Esse novo paradigma transforma a produção e a circulação do conhecimento, no sentido de implementar a cultura da Ciência Aberta junto à comunidade acadêmica com o intuito de assegurar a transparência e a colaboração por meio de transformações na comunicação científica.

No âmbito da divulgação, vale registrar que o último número da Revista C&Trópico alcançou 39.973 contas nas redes sociais, das quais 415 acessaram a plataforma de periódicos da Fundação Joaquim Nabuco. Desse público, 55,2% são do sexo masculino e 44,8% do sexo feminino, dos quais a maioria se concentra (55%) na faixa etária entre 25 e 34 anos. As principais localizações dos interessados são do Brasil, seguidas por um expressivo alcance na Argentina.

Agradecimentos são devidos a todos os articulistas, do Afeganistão ao Pátio de São Pedro, em Recife, aos pareceristas, ao Conselho Editorial, aos colegas da Fundação Joaquim Nabuco, nas pessoas de Rodrigo Cantarelli e Albertina Malta, do Centro de História Brasileiro Rodrigo de Melo Franco, por escolher quadros do acervo para a capa que, por sua vez, conta com a arte criativa de Antonio Laurentino, da Editora Massangana, e a Solange Carvalho pela revisão dos manuscritos. Deixo um agradecimento especial para Luis Henrique Lopes, que chegou há 9 anos, como estagiário de Letras, trabalhando conosco das ferramentas e tecnologias científicas aos novos critérios de editoração. Por seu profissionalismo, passou à condição de Editor Assistente e se despede da equipe editorial nesta edição.

Na passagem de mais um ano, espero que possamos lidar com a nossa impaciência considerada legítima por se tratar da defesa contra um conformismo imposto ou a aceitação passiva do que é perpetuado sem crítica. Lembro Saramago que, "com o mar por meio, mas com braços tão longos que alcançam a Bahia" enviou a Jorge Amado "muito saudar e votos valentes contra as coisas negativas da vida".

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Editora-chefe
Revista C&Trópico

A Study on the impact of digital marketing on export growth in Afghanistan - India

Estudio sobre el impacto del marketing digital en el crecimiento de las exportaciones en Afganistán – India

Um estudo sobre o impacto do marketing digital no crescimento das exportações no Afeganistão - Índia

Abdul Moiz Sarwari[1]
Juma Rasuli[2]

Abstract

Sawari, A. M.; Rasuli, J. A Study on the impact of digital marketing on export growth in Afghanistan - India. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 15-36, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2338

The main purpose of marketing is to help companies increase their performance while putting their goods and services across from customers. Today's businesses compete intensely with each other in the order to expand and guarantee their long-term existence in the market. According to Ayyagari, Beck, and Demirgüç-(2007) study, the expansion of enterprises is crucial for every nation's economy as a whole, hence additional motivational factors must be taken into account to help firms expand. Clients' recruitment and retention are essential for many Afghan businesses that export goods to India because they are at this stage of their life cycles. As a result, to attract clients throughout India, including rural areas, businesses must have a clear marketing purpose and strategy in place. Afghan traders have always relied on word-of-mouth marketing to spread the word about their products and services. The paradigm of marketing has changed away from the provision of connectivity and toward the sale of commodities as digital marketing has gained prominence. Technological improvements, new marketing channels, and the ongoing change in the media environment have all contributed to this transformation (Bhattacharya and Bolton, 2000). The purpose of this study is to ascertain the effect of digital marketing on Afghanistan's export growth to India, we have created the simple linear regression model below to better understand how digital marketing affects export growth and sales, and Primary data for the study was acquired through a survey form made especially for it. Data on both the quantitative and qualitative levels were gathered using a semi-structured questionnaire the sample size was 60 traders.

1 Ph.D Scholar in Management Department at Veer Narmad South Gujarat University (VNSGU), Surat, India. E-mail: abdul.moiz.sarwari@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-1201-9604

2 Ph.D in Economics from Veer Narmad South Gujarat University (VNSGU). Visiting Professor in International Relation Department, NEPDA at UEPB, CAPES. E-mail: rasuli.juma@visitante.uepb.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5349-6810

Keywords: Digital marketing. Marketing strategy. Export growth rate. Increase sales. Company experience. Factors.

Resumen

Sawari, A. M.; Rasuli, J. Estudio sobre el impacto del marketing digital en el crecimiento de las exportaciones en Afganistán – India. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 15-36, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2338

El principal objetivo del marketing es ayudar a las empresas a aumentar su rendimiento poniendo sus bienes y servicios a disposición de los clientes. Hoy en día, las empresas compiten intensamente entre sí para expandirse y garantizar su existencia a largo plazo en el mercado. Según el estudio de Ayyagari, Beck y Demirgüç (2007), la expansión de las empresas es crucial para la economía de cada nación en su conjunto, por lo que también deben tenerse en cuenta factores de motivación adicionales. Captar y retener clientes es esencial para muchas empresas afganas que exportan productos a la India. Por consiguiente, para atraer clientes en toda la India, incluidas las zonas rurales, las empresas deben tener un objetivo y una estrategia de marketing claros. Los comerciantes afganos siempre han confiado en el marketing boca a boca para dar a conocer sus productos y servicios. El paradigma del marketing ha pasado de proporcionar conectividad a vender bienes, a medida que el marketing digital ha ido ganando protagonismo. Las mejoras tecnológicas, los nuevos canales de comercialización y el cambio continuo en el entorno de los medios de comunicación han contribuido a esta transformación (Bhattacharya y Bolton, 2000). El objetivo de este estudio es determinar el efecto del marketing digital en el crecimiento de las exportaciones de Afganistán a la India. Creamos el modelo de regresión lineal simple para comprender mejor cómo afecta el marketing digital al crecimiento de las exportaciones y las ventas. Se recopilaron datos cuantitativos y cualitativos mediante un cuestionario semiestructurado y el tamaño de la muestra fue de 60 comerciantes.

Palabras clave: Marketing digital. Estrategia de marketing. Tasa de crecimiento de las exportaciones. Aumento de las ventas. Experiencias de empresas. Factores.

Resumo

Sawari, A. M.; Rasuli, J. Um estudo sobre o impacto do marketing digital no crescimento das exportações no Afeganistão - Índia. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 15-36, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2338

O principal objetivo do marketing é ajudar empresas a aumentar o seu desempenho, colocando seus bens e serviços à disposição dos clientes. Atualmente, empresas competem intensamente entre si para se expandirem e garantirem sua existência a longo prazo no mercado. De acordo com o estudo de Ayyagari, Beck e Demirgüç (2007), a expansão das empresas é crucial para a economia de cada nação como um todo, pelo que devem ser levados em conta também fatores motivacionais

adicionais. O recrutamento e a fidelização de clientes são essenciais para muitas empresas afegãs que exportam mercadorias para a Índia. Consequentemente, para atrair clientes em toda a Índia, incluindo nas zonas rurais, as empresas devem ter um objetivo e uma estratégia de marketing claros. Os comerciantes afegãos sempre se basearam no marketing boca-a-boca para divulgar seus produtos e serviços. O paradigma do marketing mudou, deixando de ser o fornecimento de conectividade e passando a ser a venda de mercadorias, à medida que o marketing digital ganhou proeminência. As melhorias tecnológicas, os novos canais de marketing e a mudança em curso no ambiente midiático contribuíram para esta transformação (Bhattacharya e Bolton, 2000). O objetivo deste estudo é determinar o efeito do marketing digital no crescimento das exportações do Afeganistão para a Índia. Criamos o modelo de regressão linear simples para compreender melhor como o marketing digital afeta o crescimento das exportações e as vendas. Os dados, tanto a nível quantitativo como qualitativo, foram recolhidos através de um questionário semi-estruturado e a dimensão da amostra foi de 60 comerciantes.

Palavras-chave: Marketing digital. Estratégia de marketing. Taxa de crescimento das exportações. Aumento das vendas. Experiências da empresa. Fatores.

Data de submissão: 16/08/2024
Data de aceite: 13/09/2024

1. Introduction

This study aims to determine the causal relationship and correlation between digital marketing tactics and business exports to India. The study's goal was to determine how internet marketing affected Afghan traders' exports to India. The holistically marketing strategy, which is based on the creation, design, and implementation of marketing processes, processes, and activities that take into consideration their breadth and interconnectedness, has gained more and more traction among businesses. (2012) (Kotler & Keller). The marketing can be increased by using digital marketing approaches to replicate a wide range of marketing communications and traditional media platforms. Digital campaigns encompass all facets of marketing communications and are more focused. Digital technology is therefore perceived to affect the business models, marketing tools, and media that communication firms are required to deliver. Freund and Weinhold (2004, p. 172) observed that a country's growth in exports in the ensuing year was correlated with an increase in the number of company websites. To assess the effect of digital marketing on export growth and sales, this study employs the Ordinary Least Square regression approach.

Trust and understanding, cooperation, and a development partnership are the cornerstones of Afghanistan-Indian relationships. Both countries are linked by strong cultural and historical ties that have cultivated positive relations over time. The Strategic Partnership Agreement (SPA), which was signed by the two states in 2011, aims to further solidify Indo-Afghan relations and their shared neighboring policy. India's partnership

with Afghanistan confirms that the two countries are truly working together to advance prosperity, peace, stability, and a better future for both of their countries.

There seems to be trade between the two countries for many years. Significant growth is being seen in the two countries' bilateral trade. By striking a trilateral deal (with Afghanistan, India, and Iran) for the building of the Chabahar port, India has also made a substantial contribution to connecting Afghanistan to the rest of the globe. Now that Chabahar port is a reality, trade and imports from India to Afghanistan and Central Asia will move more quickly, creating new opportunities.

2. Literature Review

Rodgers' (1983) What, where, and how quickly new inventions are accepted are all explained by the diffusion of innovation hypothesis. According to DOI, innovation is transferred through particular channels and mechanisms. (Rodgers, 1995). The distribution, which includes awareness, argumentation, decision-making, implementation, and validation of the innovation's results, involves society's members individually. According to this concept, the rate at which technology is adopted develops along a normal distribution curve. The adoption process is broken down into five stages, with innovators being the first to adapt and laggards being the last, according to the DOI theory: innovators, early adopters, early majority, late majority, and laggards. The adoption and implementation of innovations at the firm level are affected by technology, organization, and environment.

(Tornatzky & Fleischer, 1990), It is in keeping with the DOI, which highlights the importance of a firm's internal and external attributes as influences on innovativeness in companies. (Oliveira &Martin, 2011). It is explained in detail in the Technology Acceptance Model Venkatesh, Moris, Davis and Davis 2003) how users consent to and use technology. Park (2009) confirms that the Technology Acceptance Model (TAM) is a useful theoretical model for understanding and explaining behavioral intentions in the context of technology use. This theory argued that four important variables—effort expectation, performance expectation, social influence, and enabling conditions—have an impact on the adoption of innovations.

When implementing new technology, customers evaluate and take into account a variety of issues, including the associated expenses for adoption and use (Venkatesh et al, 2005) Using a wireless system to send consumers personalized information that is time- and location-specific and promotes goods and services is known as a "mobile marketing approach." (Scharl, Dickinger & Murphy, 2005) Given the popularity and competitiveness of pay-per-click advertising continuing to grow, keywords are becoming more and more expensive for small businesses. (Ryan & Jones, 2009). The decision to use or obtain the use of a concept or object, according to Hall and Khan (2002), whereas Rogers (1995) defined adoption as the decision to make full use of a new idea as the most effective course of action available to a person or organization.

Sabuhoru and Wunisch (2003) conducted a study on the use of computers and the internet in Canadian farms and discovered that the nature of the firm's operations

was the most important factor influencing computer and internet use. Eisenmann, T., Parker, G., & Van Alstyne, M. (2011).just that, it really should be mentioned that digital platforms, which connect the supply and demand sides of enterprises, are defined by network effects and comprise desktop computers, personal digital assistants, network switches, multimedia, and mobile devices like smartphones.

A mobile marketing strategy is defined as the use of a wireless medium to provide consumers with time and location-specific, tailored information that promotes products and services (Scharl, Dickinger & Murphy, 2005). In turn, it enhances the interaction between consumers and their mobile phones, as well as the consumer-brand relationship, as well as the ability of mobile advertising to control the viewing environment, allowing advertisers to build more meaningful brand relationships with consumers.

3. Methodology

Kothari and Garg (2014) The design of specific methods of data collection and assessment to optimize relevance to the research purpose are what is meant by research design. It outlines the context in which data were gathered, measured, and evaluated and serves as the basis for this study.

Primary data for the study was acquired through a survey form made especially for it. Data on both the quantitative and qualitative levels were gathered using a semi-structured questionnaire. This plan was efficient and facilitated quick data collecting. (Schindler 2000).

The study's target population was all traders who export to India and were affiliated with a pilot project designed by the Afghan government and the United States Agency for International Development to promote Afghanistan's exports to India, a total of 60 businesses.

And to use a semi-structured questionnaire created to identify the variables being studied in line with the research aims, the respondents gave primary data. Respondents provided answers to both open-ended and closed-ended items on the questionnaire during a face-to-face interview (Abugah 2009).

The questionnaires were divided into three sections to collect information about the respondents' backgrounds, their use of digital marketing, and their performance indicators. The study's respondents include the company's president, chief executive officer, and marketing managers who were deemed to be knowledgeable about the trading company's marketing operations.

To assess the effect of digital marketing on export growth and sales, this study employs the Ordinary Least Square regression approach. This research sought to determine the causal relationship and correlation between digital marketing tactics and business exports to India. We have created the simple linear regression model below to better understand how digital marketing affects export growth and sales.

3.1. EconometricModel:

$Y = \beta 0 + \beta 1 x + \beta 2 x$ (1), Where Y is the outcome variable of interest (Export Growth and Sales), x is all the independent variable that has an impact on Export Growth and sales. In our case, (x) is access to digital marketing, digital marketing strategies, the experience of companies, and the sector of operation.

To know the correlation between all variables, we also conduct correlation tests for all the independent variables and dependent variables too. We have also used pie charts to understand the perceptive of companies in a more easy way.

3.2. Analysis:

The purpose of this study is to ascertain the effect of digital marketing on Afghanistan's export growth to India. The study summarizes the statistics from the export-oriented businesses that responded to our survey in Section 4.2, while Section 4.3 analyzes the impact of digital marketing on export growth.

The findings of the study were discussed in Section 4.4, and chapter 4.5 summarized the data analysis findings, results, and discussions.

3.3. Summary Statistics

The study's objective was to analyze the impact of digital marketing on the growth of Afghanistan's exports to India. Questionnaires were sent to 100 traders in Afghanistan, and 57 businesses responded. This resulted in a response rate of 57%, with the remaining 43% failing to respond to the questionnaire within the time frame required for the study.

Table 1: Descriptive Statistics between all variables

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.
Experience	57	2.158	.819
Commodity	57	2.357	1.227
Access	57	1.175	.384
Impact digital	57	1.596	.884
Sales	57	1.772	.926
Export Growth	57	1.772	.866
Email marketing	57	2.491	.928
Website and Social Media	57	2.351	1.11
Google search	57	2.281	1.206
online advertising	57	2.404	1.178

Table 1 shows the summary of all variables that includes several observation (57), the mean value, and the standard deviation of each variable, this help in recognizing the statistic of each variable.

i) Companies Export Commodity

Table 2: Companies' Main Export Commodity

Trading commodity	Freq.	Percent	Cum.
Dry Fruits	21	37.50	37.50
Fresh Fruits	8	14.29	51.79
Spices	13	23.21	75.00
Others	14	25.00	100.00
Total	57	100.00	

Source: Research data (2021).

Table 2 indicates the distribution of the type of export commodity that companies dealing with that the study sampled in Afghanistan. From the total of 57 Businesses that responded, the findings indicated that 37.5% (of them were dealing in dry fruits, 14.29% of them were dealing fresh fruits, 23.2% of them were dealing in spices and 25 % were dealing in other commodities including herbs, gemstone, and carpet.

ii) Businesses Experience

Table 3: Business Experience in Exports

Business Experience	Freq.	Percent	Cum.
5 Years	15	26.32	26.32
less than 5 Years	18	31.58	57.89
More than 10 Years	24	42.11	100.00
Total	57	100.00	

Source: Research data (2021).

The period in which the responded companies operated in Afghanistan was provided in the Table 3 above. From the study findings, 26% (N=15) of the Businesses are for 5 years in operation, 431.58% (N=18) of the Businesses have been in operation for less than 5 years, while 42.11% (N=24) of the Businesses are mature with more than 10 years of experience in exports.

iii) Access to Digital Marketing

Table 4: Presence of Digital Marketing

Access Digital Marketing	Freq.	Percent	Cum.
Yes	47	82.46	82.46
No	10	17.54	100.00
Total	57	100.00	

Source: Research data (2021).

Table 4 above indicated whether the Businesses have access to digital marketing in their companies. The study results indicated that 82.46% (N=47) of the Businesses for this study have a functional digital marketing department in their organization, while the other Businesses (17.5%) do not have a formal digital marketing platform.

iv) The impact of Digital Marketing

The study also inquired from the companies whether digital marketing has any effect on export growth and sales.

Table 5: Effect of Digital Marketing

Impact _ digital marketing	Freq.	Percent	Cum.
Yes	38	66.67	66.67
No	4	7.02	73.68
Maybe	15	26.32	100.00
Total	57	100.00	

Table 5 above indicated the impact of digital marketing on their companies. The study results indicated that 66.7% (N=38) of the Businesses believe that digital marketing had a positive impact on their business, while only a small proportion of 7 % think that there is no effect and the other Businesses (26.3%) are not quite sure about the impact but they also do not reject the impact.

v) Impact Statistics

Table 6: Export Growth

Export _Growth	Freq.	Percent	Cum.
Yes	29	50.88	50.88
No	12	21.05	71.93
Maybe	16	28.07	100.00
Total	57	100.00	

Table 6 above indicated the impact of digital marketing on Export growth. The table results indicated that 50.88% (N=29) of the Businesses believe that digital marketing had a positive impact on export growth, while the proportion of 21 % think that there is no effect on export growth and (28. %) are not quite sure about the impact of digital marketing on export growth.

Table 7: Impact on Sales

Increase in Sales	Freq.	Percent	Cum.
Yes	32	56.14	56.14
No	6	10.53	66.67
Maybe	19	33.33	100.00
Total	57	100.00	

Table 7 above indicated the impact of digital marketing on business sales. The statistics indicated that 56.14% (N=32) of the companies believe that digital marketing had a positive impact on their sales, while a small proportion of 10.53 % think that there is no effect on sales, and (33.3%) are not quite sure about the impact of digital marketing on sales.

Table 8: Usage of Email Marketing

Email marketing	Freq.	Percent	Cum.
More	9	15.79	15.79
Less	19	33.33	49.12
Moderate	21	36.84	85.96
None	8	14.04	100.00
Total	57	100.00	

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.
Email marketing	57	2.491	.928

The extent of email marketing usage by Businesses in Afghanistan was provided in Table 8 From the table, 15.79% (N=9) of the respondents used email marketing to a great extent as a way of digital marketing while 33.33% (N=19) of the Businesses used email less. Only 36.84% (N=21) of the Businesses use email as a form of marketing tool to a moderate extent and 14.05% (N=8) used email marketing to a little extent. For the overall usage, the mean usage of email marketing by Businesses in Afghanistan was 2.49 which implied that email marketing usage was done to a great extent by the Businesses.

Table 9: Usage of Website & Social Media Marketing

Variable	**Obs**	**Mean**	**Std. Dev.**
Website and Social Media marketing	57	2.351	1.11

The extent of Website and social media marketing usage by Businesses in Afghanistan was provided in Table 9 From the table, 29.82% (N=17) of the respondents used Websites and social media to a great extent as a way of digital marketing while 24.56% (N=14) of the Businesses used Website and social media less. Only 26.3% (N=15) of Businesses use Website and social media as a form of marketing tool to a moderate extent and 19.30% (N=11) use Website and social media marketing to a little extent. For the overall usage, the mean usage of search engine marketing by Businesses in Afghanistan was 2.35 which implied that email marketing usage was done to a great extent by the Businesses.

Table 10: Usage of Google search engine

Google search engine	**Freq.**	**Percent**	**Cum.**
More	23	40.35	40.35
Less	7	12.28	52.63
Moderate	15	26.32	78.95
None	12	21.05	100.00
Total	57	100.00	
Variable	Obs	Mean	Std. Dev.
Google search	57	2.281	1.206

The extent of google search engine usage by Businesses Afghanistan was provided in Table 10 From the table, 40.35% (N=23) of the respondents used google

search engine a great extent as a way for digital marketing while 12.2% (N=7) of the Businesses used google search engine less. Only 26.3% (N=15) of the Businesses use a google search engine as a form of marketing tool to a moderate extent and 21.05% (N=12) used google search marketing to a little extent. For the overall usage, the mean usage of search engine marketing by Businesses in Afghanistan was 2.28 which implied that email marketing usage was done to a great extent by the Businesses.

Table 11: Usage of Online Advertising

Online Advertising	**Freq.**	**Percent**	**Cum.**
More	19	33.33	33.33
Less	9	15.79	49.12
Moderate	16	28.07	77.19
None	13	22.81	100.00
Total	57	100.00	
Variable	**Obs**	**Mean**	**Std. Dev.**
Online advertising	57	2.404	1.178

The extent of online advertising usage by Businesses in Afghanistan was provided in Table 11 From the table, 33.33% (N=19) of the respondents used online advertising to a great extent as a way of digital marketing while 15.79% (N=9) of the Businesses used online advertising less. Only 28 % (N=16) of the Businesses use online advertising as a form of marketing tool to a moderate extent and 22.81% (N=13) used online advertising marketing to a little extent. For the overall usage, the mean usage of search engine marketing by Businesses in Afghanistan was 2.4 which implied that email marketing usage was done to a great extent by the Businesses.

3.4. Correlation between variables

Variables	(1)	(2)
(1) Experience	1.000	
(2) Access	0.251	1.000

Coefficients of correlation are used to quantify the strength of a relationship between two variables. There are several types of correlation coefficients, but Pearson's is the most commonly used. Pearson's correlation coefficient (affectionately referred to as Pearson's R) is a correlation coefficient that is frequently used in linear regression. It's essential to understand the correlation of main variables before finding the causal impact if there is a correlation between variables then there is a chance that one variable might have ve causal effect on others. To find the correlation between variables we have run the correlation coefficient (affectionately referred to

as Pearson's R) test using STAT application. In the bellows, the correlation between dependent and independent variables is presented for a better understanding of each variable and its relationship with others.

Table 12: Matrix of correlation Business experience & Access_Digital Marketing

Variables	(1)	(2)
(1) Access	1.000	
(2) Sales	0.115	1.000

Table 12 indicates a relatively positive weak relationship between access to digital marketing and sales, this means as the expectation for access to the digital market increased the sales also increased.

Table 13: Matrix of correlation Export Growth & Access_Digital Marketing

Variables	(1)	(2)
(1) Export Growth	1.000	
(2) Access	0.015	1.000

Table 13 implies also a relatively positive weak relationship between access to digital marketing and export growth, this means as the expectation for access to the digital market increased the export growth also increased.

Table 14: Matrix of correlation Export Growth & Access_Digital Marketing

Variables	(1)	(2)
(1) Impact_digital	1.000	
(2) Export_Growth	0.437	1.000

Table 14 indicate also a positive strong relationship between digital marketing strategies and export growth, this means as the expectation for digital market strategies increased the export growth also increased

Table 15: The correlation among all the variables of data

Variables	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
(1) Experience	1.000									
(2) commodity	-0.076	1.000								
(3) Access	0.250	0.131	1.000							

(4) Impact digital	-0.086	0.215	0.314	1.000						
(5) Sales	-0.168	0.084	0.109	0.734	1.000					
(6) Export Growth	-0.078	-0.063	0.008	0.431	0.596	1.000				
(7) Email marketing	0.012	0.063	0.101	0.241	0.210	0.179	1.000			
(8) Website and social media marketing	-0.047	0.235	0.224	0.505	0.275	0.047	0.326	1.000		
(9) Google search	-0.214	-0.112	0.038	0.300	0.140	0.202	0.218	0.610	1.000	
(10) online advertising	-0.016	0.043	0.229	0.391	0.470	0.467	0.431	0.337	0.241	1.000

Table 15 reveal interesting facts that some variable has a strong positive correlation, for instance, there is a positive weak relationship between access to digital marketing and sales at the coefficient of 0.109, in addition, there is also a positive strong correlation between Sales and impact of digital marketing with a coefficient of 0.734. For Export Growth, our main variable the correlation between access to digital marketing and the impact of digital marketing is positive with 0.008 and 0.431 coefficients respectively.

The table also indicates a positive correlation between email marketing, Website, and social media marketing, google search engine, and online advertising with sales and export growth. However, the correlation between Google search engine and online advertising with Export growth was positive and strong which is supported by the theoretical framework too.

3.5. Regression Analysis Results

Table 16: Impact of digital marketing on Export Growth

Export Growth	**Coef.**	**St.Err.**	**t-value**	**p-value**	**[95% Conf**	**Interval]**	**Sig**
Access	.311	.288	1.08	.285	-.889	.267	
Digital Marketing	.472	.125	3.77	0	.221	.723	***
Constant	1.384	.35	3.95	0	.683	2.086	***
Mean dependent var	1.772		SD dependent var		0.866		
R-squared	0.208		Number of obs		57.000		
F-test	7.112		Prob > F		0.002		

Akaike crit. (AIC)	137.073	Bayesian crit. (BIC)	143.202
*** p<.01, ** p<.05, * p<.1			

The results of Table 16 implies that there is a significant contribution of digital marketing strategies to export growth, the coefficient is positive at 0.472 (t-value 3.77 and p-value 0.05). moreover, the result is significant with a p-value of 0.02 and 95% confidence.

However, there is no sufficient evidence at 95% confidence, to support the impact of access to digital marketing impact on Export Growth, therefore we cannot conclude the output for this variable.

Table 17: Impact of digital marketing on Sales

Sales	**Coef.**	**St.Err.**	**t-value**	**p-value**	**[95% Conf**	**Interval]**	**Sig**
Access	.267	.242	1.11	.274	-.752	.218	
Digital Marketing	.803	.102	7.87	0	.598	1.007	***
Experience	-.081	.108	-0.76	.453	-.298	.135	
Constant	.98	.332	2.95	.005	.314	1.647	***
Mean dependent var		1.772	SD dependent var		0.926		
R-squared		0.563	Number of obs		57.000		
F-test		22.774	Prob > F		0.000		
Akaike crit. (AIC)		112.801	Bayesian crit. (BIC)		120.973		
*** p<.01, ** p<.05, * p<.1							

Table 17 shows the impact of digital marketing on sales of business, the regression analysis result implies that there strong positive contribution of digital marketing to business sales at the coefficient of 0.803 (t-value 7.87, p-value 0), the result is statistically significant at 95% confidence interval. However, the result for Access to marketing and experience of business is not statistically significant at (95% confident interval) therefore we cannot conclude the output for this variable.

Table 18: Impact of digital marketing strategies on Export Growth

Export Growth	**Coef.**	**St.Err.**	**t-value**	**p-value**	**[95% Conf**	**Interval]**	**Sig**
Email marketing	.003	.125	-0.02	.983	-.254	.248	
Website_social media marketing	.21	.123	1.71	.094	.456	.037	*
Google search	.181	.108	1.68	.1	-.036	.397	*
online advertising	.374	.099	3.76	0	.174	.573	***
Constant	.961	.335	2.87	.006	.29	1.632	***

Mean dependent var	1.772	SD dependent var	0.866
R-squared	0.278	Number of obs	57.000
F-test	5.013	Prob > F	0.002
Akaike crit. (AIC)	135.811	Bayesian crit. (BIC)	146.026

**** p<.01, ** p<.05, * p<.1*

Table 18 shows the impact of digital marketing strategies on Export Growth, for email marketing, the regression analysis result implies that there is no strong contribution of email marketing to export growth the coefficient is 0.003 (t-value 0.02, p-value 0.983), and the result is statistically insignificant at 95% confidence interval. For Website and social media marketing, the regression analysis result suggests that there is a strong contribution of Website and social media marketing to export growth with a coefficient is 0.21 (t-value 1.71, p-value 0.09), the result is statistically significant at 95% confidence interval. Similarly, the result for the google search engine is positive with coefficients of 0.181 (t-value 1.68, p-value 0.1) and the result is statistically significant at a 95% confidence interval. Moreover, the result for online advertising also is positive with coefficients of 0.374 (t-value 3.78, p-value 0.1) and the result is statistically significant at a 95% confidence interval. The overall result suggests the positive contribution of digital marketing strategies to export growth.

Table 19: Impact of digital marketing strategies on Sales

Sales	**Coef.**	**St.Err.**	**t-value**	**p-value**	**[95% Conf**	**Interval]**	**Sig**
Email marketing	.021	.136	0.16	.875	-.295	.252	
Website and social media marketing	.15	.134	1.12	.27	-.119	.418	
Google search	.05	.118	0.43	.67	-.287	.186	
online advertising	.347	.109	3.20	.002	.129	.565	***
Constant	.755	.365	2.07	.044	.022	1.487	**
Mean dependent var	1.772		SD dependent var		0.926		
R-squared	0.248		Number of obs		57.000		
F-test	4.290		Prob > F		0.004		
Akaike crit. (AIC)	145.750		Bayesian crit. (BIC)		155.966		
*** $p<.01$, ** $p<.05$, * $p<.1$							

Table 19 shows the impact of digital marketing strategies on sales of companies, for email marketing, the regression analysis result implies that there is no strong contribution of email marketing to export growth the coefficient is 0.02 (t-value 0.16, p-value 0.875), the result is statistically insignificant at 95% confidence interval. For Website and social media marketing, the regression analysis result suggests that there is a weak contribution of Website and social media marketing on sales with a coefficient is 0.15 (t-value 1.12, p-value 0.27), the result is statistically insignificant at a 95% confidence interval.

Similarly, the result for the google search engine is positive but very weak with coefficients of 0.05 (t-value 0.43, p-value 0.67) and the result is statistically insignificant at a 95% confidence interval. However, the result for online advertising is also positive with coefficients of 0.374 (t-value 3.2 p-value 0.002) and the result is statistically significant at a 95% confidence interval. This result implies that for Afghan traders exporting to India, online advertising has a more concrete impact compared to email, Website, social media, and google search engines. The overall result suggests that there is a positive correlation between sales and digital marketing strategies but this model cannot conclude the causal effect due to the limitation of data, except for online advertising the results which is statistically significant.

4. Discussions

With this study, the researchers aimed at determining the effect of digital marketing on the growth of Afghan traders' exports to India. First and foremost, the study looked at the impact of digital marketing on sales and export. Second, the study evaluates how each of the digital marketing techniques affects Afghan traders' sales and export growth to India in the second section of its report.

The first regression equation investigated the relationship between access to digital marketing and export growth. Based on the findings, it appears that digital marketing strategies have a significant impact on the growth of Afghan traders' exports to the Indian market. However, there are no solid statistically proven results that indicate the impact of access to digital marketing on the growth of Afghan traders' exports to India, which is discouraging.

The findings are consistent with those of Onyango (2016) and Yasmin et al. (2015), who found a positive relationship between digital marketing and an increase in export as a result of digital marketing.

The second equation looked at the impact of having access to digital marketing and digital marketing strategies on the sales of a company's products or services.

Equitation suggests that digital marketing strategies have a positive impact on the increase of sales for businesses, and the results of the analysis show that this is statistically true.

These findings were also reached by Hoag, Ascough, and Frasier (1999), who discovered that firm size and sales output have a positive impact on farmers' use of computers and the internet.

This study is consistent with the findings of Smith, A., Richard, W., Kemey, M., and Catherine J. M.P. (2004). which found a positive relationship between firm gross sales and the adoption of new technology.

To improve Afghan traders' performance and increase exports to India, we discovered they were utilizing a variety of digital marketing strategies, including e-mail marketing, social media, digital displays, mobile applications, Website and social media s, online advertising, and short text messages.

We then examined the impact of these marketing strategies on export growth and sales in the second section of the research. Email marketing was the first digital marketing technique to be analyzed. According to the findings, email marketing is not widely adopted by Afghan traders, even though it had a positive effect on sales. However, the results are not statistically significant.

According to empirical research, more businesses are utilizing personalized emails and email signatures to communicate with their current and prospective clients. However, in the case of Afghan traders, this may not be the case, as data indicates that a comparatively small proportion of Afghan traders used email for business purposes. This could also be a result of language barriers and a lack of internet access.

As Social media and website marketing are widely used by businesses as digital marketing techniques, and the results indicate that they have a significant impact on export growth. The popularity of websites and social media is due to the low cost of

digital marketing and the ability to reach a large number of potential customers who use social media.

The findings are consistent with those of Adegbuyi et al. (2015), and Jagongo and Kinyua (2013), who concluded that social media increases brand awareness, which has a significant effect on customer acquisition and retention.

The regression analysis results for website and social media marketing indicate that they contribute significantly to export growth and are also statistically significant. This demonstrates that Afghan merchants are more comfortable with social media or a website as a digital marketing strategy than with email marketing.

Search engine optimization is a digital marketing technique indicated a limited use by businesses and a moderate effect on export growth. The extent to which it is used may be limited due to its technical nature and lack of comprehension by Afghan businesses.

The findings and results contradict those of Yasmin et al. (2015), who concluded that digital marketing techniques have a significant impact on export. The result for the Google search engine is positive but marginally significant statistically.

The final digital marketing technique used by businesses was online advertising, which the study found was used to a moderate extent and had a significant impact on export.

The findings corroborated those of Njau and Karugu (2014), Yasmin et al. (2015), and Kithinji (2014).

5. Conclusion

Based on the findings of the study, conclusions were drawn about the adoption of digital marketing by Afghan traders and the impact of this adoption on the growth of Afghanistan's exports to India. According to the findings of the study, digital marketing has a positive impact on the growth of Afghan traders' exports to India. Moreover, there is evidence to suggest that digital marketing has a positive impact on Afghan traders' sales in their home country.

The purpose of this study is to ascertain the effect of digital marketing on Afghanistan's export growth to India, we have created the simple linear regression model below to better understand how digital marketing affects export growth and sales, and Primary data for the study was acquired through a survey form made especially for it.

The study also found that social media, websites, and online advertising are widely used by traders and have a positive and significant impact on export growth and sales growth. Following this conclusion, it is recommended that businesses make greater use of social media, websites, and online advertising to improve their export and sales. The study also recommends that Afghan traders begin utilizing social media, websites, and online advertisements, which would be less expensive than niche marketing through traditional media.

The study's findings also revealed that Afghan traders use email marketing to a limited extent and that it has had a minimal impact on their export growth and sales.

The study also concluded that it has not resulted in greater export growth for Afghan traders, as would be expected. This could be because Afghan traders do not use email as much as they should. After all, their managers are uneducated or do not understand the English language.

References

ABUGAH, K. **Millenium Fundamentals of Research Methods Introduction**. Nairobi: Destiny Logistics Ltd. 2009. Details for: MILLENNIUM Fundamentals of Research Methods Introduction/ › Koha online catalog (mu.ac.ke)

AYYAGARI, M.; BECK, T.; DEMIRGÜÇ-KUNT, A. Small and medium enterprises across the globe. ***Small business economics***, v. 29, 415–434, 2007. https://link.springer.com/article/10.1007/s11187-006-9002-5

BHATTACHARYA, C.B.; BOLTON, R. N. Relationship marketing in mass markets, 2000. **In:** Handbook of Relationship Marketing(12) (PDF) Relationship marketing in mass markets (researchgate.net)

EISENMANN, T.; PARKER, G.; VAN ALSTYNE, M. Platform envelopment. ***Strategic management journal***, v. 32, n.12, 1270-1285, 2011. https://doi.org/10.1002/smj.935

FREUND, Caroline; WEINHOLD, Dian.a The effect of the Internet on international trade, ***Journal of International Economics***, 62, issue 1, p. 171-189, 2004. https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:inecon:v:62:y:2004:i:1:p:171-189.

HALL, B. H; KHAN, B. ***Adoption of New Technology***. California: University of California, 2002.

HERATH, H.M.N.N; DE ZOYSA, M.; KARUNANANDA, A. Application of information and communication technology in floriculture sector: a case study in Bandarawela and Nuwaraeliy. ***Proceedings of the Academic Sessions***, University of Ruhuna 2010 Vol. 8.

HOAG, D.; ASCOUGH, J.; FRASER, W. Farm Computer Adoption in the Great Plains. ***Journal of Agricultural and Applied Economics***, vol 31, 1999. p.57-67.

JAGONGO, A.; KINYUA, C. The social media and entrepreneurship growth. ***International journal of humanities and social science***,v. 3, n. 10, p. 213-227, 2013.

KOTLER, P.; KELLER, K.L. **Marketing Management**. 14th Edition, Pearson Education Inc., publishing as Prentice Hal, 2012.

KOTHARI, C. R.; GARG, G. (2014). ***Research Methodology***: Methods and Techniques. New Delhi: New Age International Publishers.

NJAU, J.N.; KARUGU, W. Influence of e-marketing on the performance of small and medium enterprises in Kenya: Survey of small and medium enterprises in the manufacturing industry in Kenya. ***International journal of business and law research***, v. 2, n. 1, p. 62-70, 2014.

ONYANGO, K. Influence of digital marketing strategies on performance of cut flowers exporting firms in Kenya. **MBA Thesis**, University of Nairobi. 2016. https://repository.maseno.ac.ke/handle/123456789/2892

PARK, S. Y. An analysis of the technology acceptance model in understanding university students' behavioral intention to use e-learning. ***Journal of Educational Technology & Society***, v. 12, n. 3, p. 150-162, 2009.https://www.jstor.org/stable/jeductechsoci.12.3.150

RYAN, D.; JONES, C. ***Understanding digital marketing: Marketing strategies for engaging the digital generation***. Replika Press Pvt Limited. 2009. https://doi.org/10.1057/dddmp.2009.7

RODGERS, E. M. ***Diffusion of innovations***. New York, Free Press. 1983. Diffusion of innovations: Everett M. Rogers: Free Download, Borrow, and Streaming: Internet Archive

RODGERS, E. M. ***Diffusion of Innovations.*** New York, Free Press. 1995. (8) Diffusion of innovations, by Everett Rogers (1995) | Bakani Ncube - Academia.edu

RYAN, D.; JONES, C. Digital Marketing: Marketing strategies for engaging the digital generation. Kogan Page, London. (2009). [PDF] Understanding Digital Marketing: Marketing Strategies for Engaging the Digital Generation | Semantic Scholar

SCHARL, A.; DICKINGER A.; MURPHY, J. Diffusion and success factors of mobile marketing. ***Electronic commerce research and applications***, v. 4, n. 2, 159-173, 2005. https://doi.org/10.1016/j.elerap.2004.10.006

SCHARL, A.; DICKINGER A.; MURPHY, J. Diffusion and success factors of mobile marketing. ***Electronic commerce research and applications***, v. 4, n. 2, 159-173, 2005. https://doi.org/10.1016/j.elerap.2004.10.006

SABUHORU, J. B., WUNSCH, P. Computer Technology Adoption by Canadian Farm Businesses: An Analysis Based on the 2001 Census of Agriculture. Statistics, Canada Agricultural Division, ***Working Paper N. 65,*** December. 2003.

SCHINDLER, P. ***Business Research Methods.*** New York: McGraw Hill, 2000. https://books.google.com.br/books?id=AZ0cAAAAQBAJ

SMITH, A.; RICHARD, W.; KEMEY, M.; CATHERINE J. M. P. Computer and Internet Use by Great Plains Farmers. ***Journal of Agricultural and Resource Economics,*** v. 29, n. 3, p. 481-500, 2004.

OLIVEIRA, T.; MARTINS, M. F. O. Understanding the determinant factors of Internet business solutions adoption: the case of Portuguese firms, ***Applied Economics Letters***, v. 18, n. 18, p. 1769-1775, 2011. DOI: 10.1080/13504851.2011.564116

TORNATZKY, L.; FLEISCHER, M. ***The process of Technology Innovation***. Lexington, MA, Lexington Books, 1990. https://books.google.com.br/books?id=EotRAAAAMAAJ

VENKATESH, V., MORRIS, Davis. User Acceptance of Information Technology: Toward a Unified View. ***MIS Quarterly,*** *v. 27, n. 3, p. 425-478,* 2003. *http://dx.doi.org/10.2307/30036540*

YASMIN, Afrina; TASNEEM, Sadia; FATEMA, Kaniz. Effectiveness of Digital Marketing in the Challenging Age: An Empirical Study. ***The International Journal of Management Science and Business Administration,*** v. 1, p. 69-80, 2015. 10.18775/ijmsba.1849-5664-5419.2014.15.1006.

An assessment of the performance of the political parties in Afghanistan

Uma avaliação do desempenho dos partidos políticos no Afeganistão

Una evaluación del desempeño de los partidos políticos en Afganistán

Ali Juma Hamdard[1]
Maria do Socorro Sousa Braga[2]

Abstract

Hamdard, A. J.; Braga, M. do S. S. An assessment of the performance of the political parties in Afghanistan. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 37-54, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2335

The formation of political parties in Afghanistan has been based on the traditional ethnic and tribal structure. In Afghanistan, the influence of parties in institutionalizing and consolidating democracy has been somewhat weak. By referring to the memory of the history of Afghanistan, we find that this country has been full of ethnic and religious tensions and conflicts. This research aims to assess the historical trajectory and contemporary performance of political parties in Afghanistan. Specifically, it seeks to analyze the evolution of political party formation since 1947, categorizing it into four distinct regimes: the Kings regime, Communism regime, Jahadi parties, and the democracy regime. The study endeavors to understand the dynamics of political party proliferation during the democracy regime. The research employs a purposive sampling technique to select participants, consisting of 21 members from various political parties, 12 University Professors with expertise in political science, and 6 Political experts affiliated with media houses. A questionnaire was distributed among these three distinct categories to gather comprehensive insights into the historical context and contemporary landscape of political parties in Afghanistan. Through qualitative and quantitative analyses, the study aims to discern patterns, trends, and the overarching performance of political parties in the country.

Keywords: Afghanistan. Assessment. Political Parties. Performance. Government.

Resumo

Hamdard, A. J.; Braga, M. do S. S. Uma avaliação do desempenho dos partidos políticos no Afeganistão. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 37-54, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2335

1 Visiting professor of the International Relations course - CCBSA at UEPB. Capes scholarship holder. PhD in Economics from Veer Narmad South Gujarat University - India. E-mail: juma.rasuli@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5349-6810

2 PhD in Political Science from the University of São Paulo. She is currently a professor at the Federal University of São Carlos. E-mail: msbraga2009@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2141-9778

A formação de partidos políticos no Afeganistão tem sido baseada na estrutura étnica e tribal tradicional. A influência dos partidos na institucionalização e consolidação da democracia tem sido um tanto fraca. De fato, ao nos referirmos à história do Afeganistão, descobrimos que este país tem sido marcado por tensões e conflitos étnicos e religiosos. Esta pesquisa objetiva avaliar a trajetória histórica e o desempenho contemporâneo dos partidos políticos no Afeganistão. Especificamente, busca-se analisar a evolução da formação de partidos políticos desde 1947, categorizando-a em quatro regimes distintos: o regime dos reis, o regime comunista, os partidos jahadis e o regime democrático. O estudo se esforça para entender a dinâmica da proliferação de partidos políticos durante o regime democrático. A pesquisa empregou uma técnica de amostragem intencional para selecionar os participantes, consistindo de 21 membros de vários partidos políticos, 12 professores universitários com experiência em ciência política e 6 especialistas políticos afiliados a empresas de mídia. Um questionário foi aplicado entre esses participantes de três categorias distintas para reunir insights abrangentes sobre o contexto histórico e o cenário contemporâneo dos partidos políticos no Afeganistão. Por meio de análises qualitativas e quantitativas, o estudo visa discernir padrões, tendências e o desempenho geral dos partidos políticos no país.

Palavras-chave: Afeganistão. Avaliação. Partidos políticos. Desempenho. Governo.

Resumen

Hamdard, A. J.; Braga, M. do S. S. Una evaluación del desempeño de los partidos políticos en Afganistán. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 37-54, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2335

La formación de partidos políticos en Afganistán se ha basado en la estructura étnica y tribal tradicional. En Afganistán, la influencia de los partidos en la institucionalización y consolidación de la democracia ha sido algo débil. Al referirnos a la memoria de la historia de Afganistán, encontramos que este país ha estado lleno de tensiones y conflictos étnicos y religiosos. Esta investigación tiene como objetivo evaluar la trayectoria histórica y el desempeño contemporáneo de los partidos políticos en Afganistán. específicamente, busca analizar la evolución de la formación de partidos políticos desde 1947, categorizándolos en cuatro regímenes distintos: el régimen de los Reyes, el régimen comunista, los partidos jahadíes y el régimen democrático. El estudio se esfuerza por comprender la dinámica de la proliferación de partidos políticos durante el régimen democrático. La investigación emplea una técnica de muestreo intencional para seleccionar a los participantes, que consta de 21 miembros de varios partidos políticos, 12 profesores universitarios con experiencia en ciencias políticas y 6 expertos políticos afiliados a medios de comunicación. Se distribuyó un cuestionario entre estas tres categorías distintas para recopilar información integral sobre el contexto histórico y el panorama contemporáneo de los partidos políticos en Afganistán. A través de análisis cualitativos y

cuantitativos, el estudio pretende discernir patrones, tendencias y el desempeño general de los partidos políticos en el país.

Palabras clave: Afganistán. Evaluación. Partidos Políticos. Desempeño. Gobierno.

Data de submissão: 13/08/2024

Data de aceite: 16/08/2024

1. Introduction

Afghanistan, which recently achieved democracy for a short period from 2002 to 2021, political parties have a long history dating back to the early 20th century. Political parties have existed and been active in Afghanistan since.[3] During the reign of Zahir Shah in 1933-1944, political parties were officially included in the constitution and the parties were permitted to activity. According to the legal definition of this period, a political party was an organized group of people who gathered to gain political power. Under the Freedom of the Press Act of 1964, political parties in Afghanistan were given the legal green light to operate. There was a low level of educated class from three different political parties in the mid-1970s Afghanistan.

In Afghanistan, 2001 is a turning point for political parties. After this year, political parties have been able to act openly. It was precisely after these years that political parties started their activities legally. Despite many shortcomings, they became a reality in Afghanistan's politics after 2001. Contrary to popular belief, parties also had a following in rural areas, although formal organization there was at a low level. However, this does not mean that the parties' supporters have been lost. A number of parties, particularly those that are ideologically identifiable with their political historical currents (Islamists, leftists, ethnic nationalists), have proven to be relatively stable to varying degrees. In fact, parties and currents have proven to be more stable than other forms of political organizations such as councils, jirgas, coalitions or civil society institutions involved in politics, which are sometimes more influential but mostly short-lived. The role and performance of political parties in Afghanistan, especially in the 2014 elections, had provided a stimulus for change in the parties, presenting more than a simple collectivity have a common goal. Changes in party behavior include greater access to educated urban Afghans through greater use of communication technologies, greater influence among the youth in general, greater alignment of parliaments with parties, cohesive voting blocs, more space for women, greater and earlier preparation for elections, and greater participation in the debate at the national level. Unfortunately, these changes were temporary and more opportunistic than strategic and not long-term (Larson, 2015). Although political parties and civil society of Afghanistan made several attempts to amend the election law but this attempt was unsuccessful. A new bill that combined the SNTV and the list of political parties was

3 https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/3187043

presented to the parliament in 2013 and contained a hybrid election system. The suggestion was ultimately rejected, although they predicted that any kind of change in the electoral system might make it more difficult for legislators to be re-elected. (Larson, 2015). According to Thomas, all the organized efforts of parties in Afghanistan have been to gain power. Political parties in Afghanistan were considered the biggest threat to democratization from the time they were formed until the Taliban regained power. Because the Afghan political system stems from the fact that the dominant forces still maintain armed militias. Basically, they should have involved themselves in the peaceful political competition of ideas and building their potential voters. As an often-used Afghan expression puts it, parties must become "truly national (Thomas, 2006). This article attempts to take systematic review on the evaluation of the regular functions of political parties after 2001 in Afghanistan. Also, trying to brief review on the formation of political parties in Afghanistan, political ideas and organization in elections and government formation, and the role of political parties in the country's legitimacy's political system.

2. Literature review

I want to briefly describe the historical background and formation of political parties in Afghanistan. First -During the period of Habibullah Khan, the constitutionalists started their political activities under the title of libertarian tendency and rejection of absolute tyranny. In this period, two important political parties were formed who wanted constitutionalism: "Jamiat Milli Seri" and "Seri Darbar Party". Consequence and their activities in the intellectual and political history of Afghanistan are called "first constitutionalism" and "second constitutionalism".

Also the other two constitutionalist parties are "Watan" and "Nadai Khalq", each of which emerged during Zahir Shah's reign. "By 1950 Watan" party and "Nedai Khalq" party were two political-social process that came under the title of party for the first time in Afghanistan and started their activities. After the establishment of these parties that many political parties were formed in Afghanistan. From parties related to political ideologies to national and nationalist parties; from religious movements to jihadist parties and movements that entered the field of Afghan politics in the 1980s and 1900s. These three political parties were short-lived and in 1952, during the last years of Shah Mahmood Khan's presidency, they were suppressed and some of their leaders were imprisoned, in this period the nature of regime was kingly (Dawlatabadi, 1992).

Second Left wing parties and political process: The People's Democratic Party was led by Noor Mohammad Turki in (1967-1979) and later by Hafizullah Amin (1979) and then by Seyyed Mohammad Gulabzoi (1979-1990). This party was made up of non-elite Pashtuns. The leaders of this leadership party wanted to be in charge of the leadership of the masses, they started their activities to create political, economic and social changes. But they did not reach to their goals.

By 1967, this poltical party was divided into Groups. The first group was named Khalq lead by Noor Mohammad Traki and Parcham branch was under the leadership of Babrak Carlmal (Andishmand, 2004).

In the spring of 1967, the Karmal wing with the publication of a magazine called parcham officially announced the division and split of the People's Party. After that, the Noor Mahammad Tarki wing named Khalki and the Carmel wing named Parchami became famous. The two parties, Kalq party and Parcham party, which each considered themselves the People's Democratic Party of Afghanistan, they continued their party and political activities (Touhidy; Noory, 2016).

New Democratic Party (Shole-e Javid): Another leftist party that emerged in 1968 was the New Democratic Party. This party was founded by Dr. Abdur Rahim Mahmoudi, later known as Shole-e Javid. Unlike the two factions of Khalq and Pracham who followed Moscow's line. Shole-e Javid followed From Marxist ideas Beijing Line (China). From the New Democratic Party or Shole-e Javid, many groups branched out, including we can mention the following: Jafakshan Party, Revolutionary Group of the People of Afghanistan, People's Liberation Organization, Afghanistan (Sama), Javid Group, new Watan Prastan Movement, Liberation Organization (Sarkha), Pikar Organization of the struggle for saving Afghanistan, supporters of the revolutionary movement and several other organizations and groups (Farhang, 2010).

Third: ethnic nationalist parties and political process: Among these types of groups and political process in Afghanistan, some political parties with ethnic nationalist tendencies also emerged. Of course, the number of these factions is very large, for example, we can mention currents such as the Afghan Social Democratic Party, the Union of Pashtunistan, and the National Movement of the New Generation of Hazare and Setam Milli.

Fourth: Islamist political parties: Islamist political parties and factions emerged in response to the influence and spread of communist ideas and the formation of left groups and parties in Afghanistan. But they were also influenced by political movements and trends in the Islamic world, such as the Muslim Brotherhood (Ekhwanoll Mulimen). These groups and factions belonged to two major religious groups, Sunni and Shia. Here, the most important Islamist groups and factions will be discussed.

2.1. Jamiat isalmi political party

The Islamic Jamiat of Afghanistan is one of the most powerful political parties in Afghanistan and is from the Tajik nation, which was inspired by the Egyptian Ekhwanul Moslimen in 1957 and started its activities under the leadership of Burhanuddin Rabbani. This party, which has had a direct impact on the lives of Afghan people in the contemporary history of Afghanistan, and after the fall of Najibullah's government, was recognized as the ruler of Afghanistan in international forums.

This party wants to establish a parliamentary system based on Islamic demands and dismantle the presidential system in Afghanistan. Apart from Panjshir, Badakhshan, Parwan, Takhar, Jawzjan, Samangan and Balkh, Jamiat Islami Afghanistan has traditionally had a very strong influence in the provinces of Herat, Kandahar, Helmand, Badghis and Ghor and has many members in these areas. Political, cultural, economic, military and religious personalities were and are among the members of this party. The leader and important members of this party are: Burhanuddin Rabbani,

Ahmad Shah Massoud, Mohammad Qasim Fahim, Abdullah Abdullah, Salahuddin Rabbani, Ahmad Zia Massoud, Atta Mohammad Noor, Mohammad Ismail Khan, Yunus Qanoni Mohiuddin Mahdi. [4]

2.2. Hizb-e-Islami

Hizb-e-Islami is a political-military organization of the Pashtun people in Afghanistan, which was founded in 1977 under the leadership of Golbedin Hekmatyar, and two years later, it was divided into two main branches by the split of some members of the party led by Yunus Khalis. The main party became known as Hizb-e-Islami Golbedin Hekmatyar and the branched factions under the leadership of Yunus Khalis was also known as Hizb-e-Islami Khalis.

Hizb-e-Islami Golbedin Hekmatyar was one of the most powerful organizations of the Afghan Mujahideen during the Soviet war in Afghanistan and received a lot of aid through Pakistan from the United States, Saudi Arabia, and other anti-Soviet countries. With the victory of the Mujahideen and the fall of the communist government of Afghanistan in the spring of 1371, the forces of this party occupied parts of the city of Kabul.[5]

2.3. Wahdat Political party:

This party was formed in the summer of 1989 from the combination of most Afghan Shia jihadist groups in Hazaristan. Abdul Ali Mazari, the most famous secretary general of this party, after the overthrow of Najibullah's government in 1992, was able to strengthen the position of this party as the strongest Shia party by entering Kabul and settling in the Shiite areas, Yekavalengi, 1993. This party had representatives from Shiite regions, especially Hazaristan, in the parliament and the government before the Taliban. Also, one of the two vice presidents of Afghanistan was elected from the Islamic Unity Party in the previous regime. Sarwar Danesh, Mohammad Karim Khalili and Mohammad Mohaghegh are famous leaders of this party (Dawlatabadi, 1992).

2.4. Hizb-e Harkat Islami:

The Harakat Islami political Party is one of the Shiite parties of the Mujahideen of Afghanistan. This party was formed in April 1357 by a group of Afghan Shia clerics living in the seminary of Qom under the leadership of the late Ayatollah Asif Mohseni to fight against the then government of Afghanistan. The Islamic movement was the only important flow of the Shia Mujahideen of Afghanistan that refused to join the Afghan Islamic Unity Party of the Hazaras. The Harakt Islami political Party was a collection of small groups such as: Defense of the Mihrab, Nation, Shiism, and Koran and Atrat, militant clergy, Freedom Organization, Call of Justice. It was led by Ayatollah Asif Mohseni, then Seyyed Mohammad Ali Javed, the head of the Central

4 http://afghandata.org:8080/jspui/handle/azu/5779
5 https://www.sid.ir/paper/1011801/en

Council, and Shahid Gholamhasan Kashfi was responsible, Seyed Hossein Anuri and Seyed Asadullah Masrour were the commanders of this party (Khawati, 2011). Finally, many political parties started their activities in Afghanistan. Political Parties such as the Mahaz Mlli Afghanistan, Etedhad Mlli Afghanistan, Harakat Inqilab Islami Afghaistan and Jibhai Nijat Milli Afghanistan ec...

2.5. Jonbish Milli poltical

The Jonbish Milli political party was founded in 1992 under the leadership of Abdul Rashid Dostum. This political-military organization, which is usually called the movement in Afghanistan, is mostly composed of Uzbeks and Turkmens ethnics from northern part of Afghanistan and has been active for many years. This party controlled large parts of northern Afghanistan, centered on Mazar-e-Sharif. In the spring of 1992, the Jonbish Milli forces captured Mazar-e-Sharif, and quail after that, together with other Mujahideen groups, they entered Kabul, overthrew the government of Dr. Najibullah, and captured the Kabul airport. After that, the Mujahideen military groups occupied each parts of Kabul city and engaged in civil wars with each other (Andishmand, 2004).

3. Objective of the study

The main purpose of this research is to find out the performance of political parties in Afghanistan, and we also want to know the role of political parties in realizing democracy and participation in elections after 2004 to 2019.

1. To examine the general assessment of the performance of political parties among respondents.
2. To know the main performance of political parties in Afghanistan.
3. To know the satisfaction and dissatisfaction with the performance of political parties in Afghanistan.

3.1. Research questions

1. What was the basis for the formation of political parties in Afghanistan?
2. Have the performance of political parties in Afghanistan contributed to Afghanistan's political unity and stability?
3. What was the reason that the political parties could not become president in the four rounds of Afghanistan's presidential elections?

4. Hypostasis

According to the functioning and contribution of the parties in the political and social arena, it can be said that the parties are capable of carrying out this activity and can work side by side with the government to develop political, social and cultural affairs and improve the country's situation, but these are still they could not perform

their role properly. It is assumed that due to some problems and limitations such as: lack of suitable context, lack of role by the society in this field and the type of attitudes towards this organization, their role is weak.

5. Methodology

This article has been structured mainly with combination of quantitative and qualitative components.The questionnaire method was used to obtain the data required for this research. The questionnaire of this research was prepared in the Likert format and the questionnaire was purposefully distributed among 38 respondents, 21 of respondents were members of political parties, such as Jamiat Islami political party, Wahadat Political party, Harakat Isalmi Party, Democratic People's Party of Afghanistan, 12 of respondents were university professors, and 6 of respondents were experts in political issues. The questionnaire was distributed to the respondents through Google Form. The statistical population of this research consisted mostly of people who were between 25 and 50 years old. Of course, it should be noted that ten percent of the respondents of this research were women.

6. Analysis and discussions

The study shows that 84% of the respondents agreed with activating and mobilizing citizens to participate in political decisions. Similarly, in terms of activation and mobilization of participation to participate in political decisions, almost 50% were just good. Considering that many political parties have emerged in the last twenty years, but with their intervention in power and governance, the majority of people are still not satisfied with the performance of parties in the field of legitimizing the system. Similarly, the performance of political parties in the context of national integration, conflict management, and internal conflicts seems to be unsatisfied by approximately 52 to 62 percent of people. In the same way, 52 respondents were not satisfied with the struggles of political parties for the sake of equality and the realization of democracy. Finally, the activities of the political parties did not try to create a democratic, logical, and legal environment and promote political ideas in cooperation with the government. According to Michel, the political party is founded in most cases on the principle of the majority and is always founded on the principle of the mass. The result has been presented in Table 1.

Table 1: Public performance of the political parties

%	F	Scale	Factors
3	1	Strongly agree	Activating and mobilizing citizens to participate in political decisions.
84	32	Agree	
8	3	Neutral	
3	1	Disagree	
3	1	Strongly disagree	

3	1	Very good	Balancing opposing demands and turning them into general policies
52	20	good	
5	2	I don't know	
38	15	Bad	
3	1	Very bad	
2	2	Strongly agree	Legitimization of political systems
29	11	Agree	
24	9	Neutral	
39	15	Disagree	
3	1	Strongly disagree	
5	2	Very good	National integration and cohesion
24	9	good	
5	2	I don't know	
61	23	Bad	
5	2	Very bad	
0	0	Strongly agree	Conflict management
24	9	Agree	
28	9	Neutral	
52	20	Disagree	
0	0	Strongly disagree	
5	2	Very good	Struggle for equality and brotherhood
24	9	good	
13	5	I don't know	
53	20	Bad	
5	2	Very bad	
5	2	Very good	Monitoring the government and clarifying
10	4	good	
52	20	I don't know	
16	6	Bad	
16	6	Very bad	
5	2	Very good	political environment for the masses
29	11	good	
11	4	I don't know	
50	19	Bad	
5	2	Very bad	
100%	38	**Total**	

Source: interview, 2023.

In addition, questions have been asked, "What is the most important specific performance of the political parties? Of course, some factors were present in the

questions. The respondents stated the following: performance of political parties as intermediaries between people and government, 29 percent are very good; on the other hand, 45 percent have been evaluated as not good mediators. 81% of the respondents stated that the performance of political parties in the context of directing public opinion towards good governance was dependent on ethnic and tribal biases. The performance of trans-ethnic parties has not been. Similarly, they have acted ethnically in the arena of introducing electoral candidates. By confirming this issue, "according to Shafayi (2015), with the political developments in the last three to four decades of Afghanistan, the discussion of parties and groups that were founded by ethnic groups, ethnic thoughts, and acted ethnically is very wide-ranging." Finally, 79 percent of respondents seem to be satisfied with the way political parties criticize the performance of the government. The details are shown in the table below.

Table 2: Specific performance of the political parties

%	F	Scale	Factors
26	10	Very good mediator	Intermediary between people and government
29	11	Neutral	
45	17	Not good mediator	
8	3	Traditional norms	Leading citizens' public opinion towards the government
81	31	Ethnic discrimination	
3	1	Religious trusts	
8	3	Democratic behavior	
79	30	Agree	Criticism of the government
13	5	Neutral	
8	3	Disagree	
10	4	Fair competition	Introduce of electoral candidates
31	12	Unfair competition	
56	22	Ethnic competition	
3	1	Democratic competition	
100%	38	Total	

Source: interview, 2023.

The data shows that most of the respondents, 76%, are somewhat satisfied with the performance of political parties in Afghanistan. Only 21 percent are satisfied. For reasons such as believing that the performance of political parties is not in accordance with international standards, during the establishment of their parties, they have not considered trans-ethnic criteria and the interests of all people. The witness to this issue was clearly seen in the presidential and parliamentary elections. According to Thomas Johnson, the presidential election candidates did not have any significant support outside of their own ethnic and linguistic group. In the same way, the political parties have not been able to provide favorable opportunities for the political and social lives

of the people in the last twenty years. Finally, 50% of the respondents stated that the performance of political parties has had less effect in the context of civil knowledge and public awareness. The details are shown in the table below.

Table 3: performance of political parties in Afghanistan

%	F	Scale	Factors
21	8	Satisfied	How satisfied are you with the performance of political parties in Afghanistan?
76	29	Somewhat satisfied	
3	1	Dissatisfied	
29	11	Agree	Was the performance of political parties according to the international standards of parties?
16	6	Natural	
55	21	Disagree	
16	6	More	Did the political parties use the opportunities for the benefit of the people during these twenty years?
58	22	Partly	
26	10	Less	
0	0	Never	
5	2	Very effective	What was the effect of the performance of political parties on the civic knowledge and awareness of the people?
34	13	Effective	
3	1	Natural	
50	19	Less effective	
8	3	Not effective	
100%	38	**Total**	

Source: interview, 2023.

7. Role of Afghan Political Parties in the Previous Presidential Elections

The first ever presidential election of Afghanistan which took place on October 9th, 2004 was a comprehensive election. With the support of international communities particularly United Nation Mission in Afghanistan this election was valuable and more than 70% of the eligible population of Afghanistan participated to the election. This election resulted to the presidency of Mr. Hamid Karzai an independent candidate of the process. Three other candidates of political parties including Mr. Younus Qanoni, Mr. Mohammad Mohaqiq and General Abdul Rashid Dostum achieved second to fourth positions respectively.

Considering the election results, role of political parties seems to be important to the process of 2004 election. Although the independent candidate succeeded in this election but still more than 40% of votes were cast in favor of political parties. Since the two vice-presidents of Mr. Hamid Karzai were also representing political parties and specific ethnic groups; it can be claimed that political parties already had role in the successfulness of Mr. Hamid Karzai.

Ethnicity plays a major role in the politics of Afghanistan as a traditional society. Most of the political parties with traditional leaders represent ethnic-based politics of Afghanistan and a vast majority of their members also encompasses of the same ethnic group. Considering this, the second, third and fourth Political Parties Candidates of this election represented Tajiks, Hazaras and Uzbek ethnic groups.

Coming to the presidential election of August 20th, 2009 we are witness of decrease in the role of Political parties. More than 60% of the voters in this election voted for independent candidates and again one of the independent candidates (Mr. Hamid Karzai) von the election and became the president of Afghanistan. The second candidate who was representing a coalition of political parties achieved 30.5 % of the votes. Comparing to the election of 2004, although the role of political parties decreased still, they played a major role in the election process of 2009.

The 2014 presidential election of Afghanistan was different in many aspects. The participation of the eligible voters got decreased and was only 58% and in the first round of this election none of the candidates were able to achieve 50+ votes of the voters. In the first round of this election Mr. Abdullah Abdullah who was a candidate of the political parties; stood on the first position of the candidates and achieved 45% of the votes. In the second round of this election again an independent candidate with support of two vice-presidents who were representing political parties and ethnic groups achieved about 56.5 % of the votes. Looking to the data it could be concluded that political parties representing traditional society of Afghanistan based on ethnic politics played considerable role in the results of the election.

The 2019th presidential election of Afghanistan which finally resulted to the political crises in this country shows the increase in the role of political parties in the election process. About 45% of the voters were announced to be voted for the representatives of the political parties. Although, the result was announced for the favor of an independent candidate but this result was not accepted and validated by the national and international supervision organizations.

Overall, looking to the results of the four presidential elections of Afghanistan; the important and major role of the political parties can be explored. Political parties representing traditional society of Afghanistan with ethnic based characteristics of Afghan politics have played major role in the results of the four different elections. Although this role play varies in different elections; but still a major proportion of the voters received awareness, got mobilized and took participation due to political activities of the political parties. Although none of these elections resulted to the victory of dependent candidates to the political parties; but still the role of vice-presidents who were representing the political parties and ethnic groups in Afghanistan could not be ignored. Taking in account the traditional society of Afghanistan; it could be claimed that traditional political parties and traditional political leaders played major role in the past four presidential elections of Afghanistan in an ethnic based political atmosphere of Afghanistan. Finally, according to Afghanistan's election law, both men and women who were above the age of 18 were eligible to vote. Voting is not mandatory in Afghan law and is optional. In these four rounds of Afghan elections, political parties had the right to campaign freely, but the campaign expenses had to be prepared by the political parties themselves.

Table 4: Summary of the results of the Afghan presidential election on 2004

Votes	Percent	Factors
4,443,029	55,4%	Independent candidate
1,306,503	16,3%	Party's candidate (Afghanistan Nawen)
935,325	11,7%	Party's candidate(Wahdat Islami Mardom Afghanistan)
804,861	10,0%	Party's candidate (Jonbish Milli Islami Afghanistan)
110,160	1,4%	Party's candidate (Congra Milli Afghanistan
91,415	1,1%	Independent candidate
80,081	1,0%	Party's candidate(Hambastagy Milli Afghanistan)
60,199	0,8%	Party's candidate(Etehad Islami Afghanistan
30,201	0,4%	Independent candidate
26,224	0,3%	Independent candidate
24,232	0,3%	Party's Candidate (Jibha Milli Afghanistan
24,057	0,3%	Independent candidate
19728	0,2%	Party's candidate (Jamiat Islami Afghanistan)
18082	0,2%	Independent candidate
16054	0,2%	Independent candidate
14242	0,2%	Independent
11770	0,1%	Independent candidate
8,373	0,1%	Independent candidate
Total votes 8128940		
Correct votes 8,024,536		
Invalid votes 104,404		
Summary of the results of the Afghan presidential election on 20 august 2009		
2,283,907	49,67	Independent candidate
2,406,242	30,59	Party's candidate (Jibha Milli Afghanistan)
481,072	10,46	Independent candidate
135,106	2,94	Independent candidate
47,511	1,03	Independent candidate
29,648	0,64	Party's Candidate (Jonbish Solh Afghanistan)
21,512	0,47	Independent candidate
19,997	0,43	Independent candidate
18,746	0,41	Independent candidate
18,248	0,40	Independent candidate
15,462	0,34	Party's Candidate (Congra Milli Afghanistan
14,273	0,31	Independent candidate

13,489	0,29	Independent candidate
10,687	0,23	Independent candidate
10,255	0,22	Party's Candidate (Azadagan Afghanistan
9,286	0,20	Independent candidate
7,197	0,16	Independent candidate
6,284	0,14	Party's Candidate (Adalat wa Tarqi Afghaistan)
6,190	0,13	Independent candidate
6,043	0,11	Independent candidate
4,550	0,10	Independent candidate
4,528	0,10	Independent candidate
4,472	0,10	Independent candidate
3,518	0,08	Independent candidate
3,221	0,07	Independent candidate
3,180	0,07	Independent candidate
2,991	0,07	Independent candidate
2,457	0,05	Party's Candidate (Congra Milli Afghanistan)
2,434	0,05	Independent candidate
2,346	0,05	Party's Candidate (Mahaz Milli Afghaistan)
2,198	0,05	Independent candidate
1,679	0,04	Independent candidate
Total votes 4,823,090		
Corrects votes 4,597,727		
Invalid votes 225,363		

Summary of the results of the Afghan presidential election 2014

Candidate	Party	First round		Second round	
				votes	Percentage
Party's candidate	Jamiat Islami Afghanistan	3,973,141	45%	3,461,639	43,56%
Independent	Independent candidate	3,084,547	31,56%	4,485,888	56,44%
Independent	Independent candidate	750,997	11,37%		
Independent	Independent candidate	565,207	7,04&		
Independent	Independent candidate	181,828	2,75%		

Independent	Independent candidate	103,636	1,75%	
Independent	Independent candidate	30,685	0,46%	
Independent	Independent candidate	15,506	0,23	
Total votes 12 Million votes 100%				
Votes used		7,180,849	100%	
Correct votes		6,604,546	55%	
Void votes		576,303	3%	
The number of non-voters		5 Millions	42%	

Source: Independent Election Commission (Afghanistan)

8. Conclusions

As a result, it can be said that there are many arguments about the emergence of political parties in Afghanistan. Regarding the formation of political parties in Afghanistan, there are many factors, including two major factors that played a role in the formation of political parties in Afghanistan. One is an external factor and the other is an internal factor. Of course, only the mentioned factors did not play a role in the formation of political parties in Afghanistan. Rather, there were other factors in the formation of political parties in Afghanistan. Ethnicity is one of the other elements in the formation of political parties in Afghanistan. The effects of this element can be traced from the very beginning of the parties. Likewise, it was clearly seen in the formation of political parties that were established after 2004. The performance of political parties in Afghanistan has been more ethnic since the beginning of the formation of political parties until after 2020-2004. Trans-ethnic and inclusive parties that include all the ethnic groups of Afghanistan have been less. There are many proofs and evidence about this kind of political party performance in Afghanistan. One of the main evidence of this claim is the four rounds of Afghanistan's elections. All political parties have performed ethnically from the 2004 elections to the 2019 elections. Another important point is that due to the number of political parties in Afghanistan, none of the political parties in Afghanistan alone could win the elections. This multiplicity of political parties caused the dispersion of people's votes. They provided the ground for the independent candidate to win the election. Most of the respondents confirmed that the performance of political parties in the elections was somewhat weaker. Also, political parties have not unitedly played the role of the opposition after the defeat in the elections.

References

ANDISHMAND. M. A. ***Years of aggression and resistance, first publish, Kabul, Pyaman***. 2004. https://ariaye.com/ketab/andeshmand/ketab.pdf

DAWLATABADI, Basir Ahmed. "***Shenasnameh ahzab wa jaryanat-e siasey-e Afghanistan***" ("An Introduction to Political Parties and Currents in Afghanistan)" Qom, Iran, 1992.

FARHANG, M. M.S. ***Afghanistan in the last five centuries***, new edition, Qom: Ismailian Press. 2010.

TOUHIDY. M.; NOORY. M. ***History of Afghanistan***, Kabul, Jamiatul Mostafa, 1395.

ERFANI, Yakawlangi Gurban Ali. ***Wahadat Islamic party***: From Congress to Congress, Qom, Iran: Cultural Center of Afghan Authors, 1993.

KHORASANI, Reza. The myth of leadership and civil war in Afghanistan (1992-1994) ***Political Knowledge Scientefic Journal*** (Bi-quarterly) Vol.18, No.1, (Serial 35), Spring & Summer 2022. *https://www.sid.ir/paper/1011801/en*

LARSON, Anna. ***Political Parties in Afghanistan***, Special Report 2301 Constitution Ave. 2015. NW • Washington, DC 20037 • 202.457.1700 • fax 202.429.6063 United States Institute Of Peace https://dergipark.org.tr/tr/download/article-file/3187043.

Background Paper Afghanistan: Political Parties and Insurgent Groups 1978-2001 https://www.ecoi.net/en/file/local/1154721/1226_1369733568_ppig1.pdf

Institutehttps://democracyinternational.com/media/DI%202014%20EOM%20Final%20Report%20-%20Feb%2011%20FINAL.pdf

LARSON, Anna. ***Democracy in Afghanistan***: Amid and Beyond Conflict, United States Institute of Peace 2301 Constitution Avenue NW Washington, DC 20037. 2021. https://www.usip.org/sites/default/files/2021-07/sr_497-democracy_in_afghanistan_amid_and_beyond_conflict.pdf

KHAWATI, Mohammad Shafaq. ***An overview of Afghanistan's intellectual and political currents, Institute of Humanities and Cultural Studies***, Comprehensive Portal of Humanities, 2011. https://ensani.ir/file/download/article/20130617152421-9825-11.pdf

COLIN, Cookman. ***Assessing Afghanistan's 2019 Presidential Election***, 2020: https://www.govinfo.gov/content/pkg/GOVPUB-Y3_P31-PURL-gpo147793/pdf/GOVPUB-Y3_P31-PURL-gpo147793.pdf

RUTTING, Thomas. ***Islamists, Leftists – and a Void in the Center***, 2006. Afghanistan's Political Parties and where they come from (1902-2006) accessed by: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=3ed251b2-1783-f26b-3882-88e7872886ba&groupId=252038

Confucionismo, tradição e feminismo: os papéis da mulher na Coreia do Sul

Confucianism, tradition and feminism: women's roles in South Korea

Confucianismo, tradición y feminismo: los roles de la mujer en Corea del Sur

Amanda de Morais Silva[1]
Jayme Benvenuto Lima Junior[2]

Resumo

SILVA, A. de M.; LIMA JUNIOR, J. B. Confucionismo, tradição e feminismo: os papéis da mulher na Coreia do Sul. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 55-72, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2345

O presente artigo busca explorar e refletir a respeito da influência da tradição político-filosófica do Confucionismo nas relações entre homens e mulheres e na construção de valores de igualdade de gênero na Coreia do Sul. Além disso, busca traçar as compatibilidades dessa filosofia com as demandas feministas por igualdade. Em primeiro lugar, fala-se das origens do Confucionismo no início do Estado coreano, com foco nos princípios que institui a respeito da posição de mulheres - sua liberdade e identidade - diante do Estado, que adota tal filosofia como guia fundante de suas estruturas e relações. Em segundo lugar, traz-se as discussões da modernidade e contemporaneidade a respeito da possibilidade de compatibilidade entre os preceitos político-filosóficos do Confucionismo e a atual mobilização do movimento feminista contra a estrutura patriarcal formada ao longo da história coreana.

Palavras-chave: Feminismo. Confucionismo. Tradição. Coreia do Sul. Igualdade de gênero

Abstract

SILVA, A. de M.; LIMA JUNIOR, J. B. Confucianism, tradition and feminism: women's roles in South Korea. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 55-72, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2345

This article seeks to explore and reflect on the influence of the political-philosophical tradition of Confucianism on relations between men and women and on the construction of values of gender equality in South Korea. In addition, it seeks to trace the compatibility of this philosophy with feminist demands for equality. First, it discusses the origins of Confucianism in the early days of the Korean State, focusing on the

1 Mestranda em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Pós-graduanda em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Práticas Educacionais pela Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: amndmorais@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-0241-7619

2 Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Direito Internacional Público da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jayme.benvenuto@ufpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7521-866X

principles it establishes regarding the position of women - their freedom and identity - in the Korean State, which adopts this philosophy as a founding guide for its structures and relations. Secondly, it brings up discussions of modernity and contemporaneity regarding the possibility of compatibility between the political-philosophical precepts of Confucianism and the current mobilization of the feminist movement against the patriarchal structure formed throughout Korean history.

Keywords: Feminism. Confucianism. Tradition. South Korea. Gender equality.

Resumen

SILVA, A. de M.; LIMA JUNIOR, J. B. Confucianismo, tradición y feminismo: los roles de la mujer en Corea del Sur. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 55-72, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2345

Este artículo busca explorar y reflexionar sobre la influencia de la tradición político-filosófica del confucianismo en las relaciones entre hombres y mujeres y en la construcción de valores de igualdad de género en Corea del Sur. Además, busca esbozar la compatibilidad de esta. filosofía con demandas feministas de igualdad. En primer lugar, se habla de los orígenes del confucianismo en los inicios del Estado coreano, centrándose en los principios que establece respecto de la posición de la mujer -su libertad e identidad- ante el Estado, que adopta esta filosofía como guía fundacional de sus estructuras y relaciones. En segundo lugar, se discuten discusiones sobre la modernidad y la época contemporánea en torno a la posibilidad de compatibilidad entre los preceptos político-filosóficos del confucianismo y la actual movilización del movimiento feminista contra la estructura patriarcal formada a lo largo de la historia coreana.

Palabras clave: Feminismo. Confucionismo. Tradición. Corea del Sur. Igualdad de género.

Data de submissão: 01/09/2024
Data de aceite: 08/10/2024

1. Introdução

Em julho e agosto de 2021, o mundo se deparou com a grande performance da atleta olímpica An San, que se tornou a primeira atleta sul-coreana a conquistar tripla medalha de ouro nos Jogos Olímpicos (YOO, 2021). As reações ao seu desempenho, no entanto, não foram de todo positivas, pois, em razão de sua aparência, especialmente de seu corte de cabelo, a arqueira foi alvo de ataques misóginos nas plataformas *online,* proferidos em reação a uma suposta "ameaça feminista" que ela representaria. Essa resposta de grupos antifeministas acabou, também, por evocar um forte movimento contrário de lançar luz às demandas de grupos feministas invisibilizados na Coreia do Sul (Jung; Moon, 2024, p. 1488).

A reação antifeminista percebida nas plataformas *online*, por meio de portais de notícia ou de criação de *sites* contra ativistas (Ko, 2021), chama atenção para a desigualdade de gênero e a opinião pública acerca de manifestações sociais que visam à atenuação das disparidades entre homens e mulheres[3] na Coreia do Sul. Apesar de o desenvolvimento econômico da Coreia do Sul atrair os holofotes globais desde os anos 1990, quando se levantam questionamentos referentes à garantia da igualdade de gênero, um dos parâmetros para o alcance do desenvolvimento social pleno, ainda se percebe resistência de setores sociais e políticos coreanos.

Conforme relatório de 2023 do World Economic Forum's Gender Gap, que estabelece um *ranking* de desigualdade de gênero entre as nações, considerando marcadores como acesso à educação, igualdade salarial e empoderamento político, a Coreia do Sul ocupa o 105º lugar em uma relação de 146 países avaliados (World Economic Forum, 2023, p. 11). Enquanto movimento que visa à atenuação de tais desigualdades no âmbito individual e coletivo, o feminismo se manifesta de maneiras particulares na realidade sul-coreana. A recepção masculina entre movimentos antifeministas e masculinistas sul-coreanos em torno de reivindicações de pautas como disparidade salarial, independência financeira, maior representação política, garantia e proteção de direitos reprodutivos, é interpretada com um sentimento crescente de "ódio aos homens" (Sharp, 2020).

Ao debater as origens do movimento feminista na Coreia do Sul e os motivos por trás da desigualdade entre homens e mulheres nesse país, as acadêmicas feministas sul-coreanas destacam o confucionismo como um fator determinante. Elas argumentam que essa filosofia, frequentemente caracterizada como "inimiga do feminismo", moldou uma sociedade profundamente patriarcal na Coreia do Sul (KOH, 2008, p.345). Para compreender a percepção da sociedade coreana sobre sua estrutura e problemas, como a desigualdade de gênero, é fundamental analisar a formação moral coreana. Assim como os valores de liberdade e individualismo moldaram os Estados Unidos, o confucionismo, com seu foco nas relações sociais, influenciou profundamente a Coreia. Essa perspectiva confuciana é crucial para entender a posição da mulher na sociedade coreana e as desigualdades de gênero presentes tanto na esfera pública quanto na privada (Palley, 1994, p. 258).

O presente estudo tem como objetivo refletir a respeito da complexa relação entre o Confucionismo e a construção de valores de gênero na Coreia do Sul. Ao explorar as origens e os princípios do Confucionismo, busca-se compreender como essa filosofia moldou as percepções sobre os papeis de homens e mulheres na sociedade coreana. O artigo apoia-se na hipótese de que, apesar das tensões existentes, as possibilidades de diálogo entre o Confucionismo e o movimento feminista contemporâneo são evidentes, não ignorando os desafios para a execução da união entre seus ideais em prol da igualdade de gênero. Ao analisar o contexto histórico e as dinâmicas sociais da Coreia do Sul, este trabalho contribui para um debate sobre o papel das filosofias não-ocidentais na construção de identidades de gênero e na luta por direitos femininos.

3 O presente trabalho, para fins de simplificação da investigação, restringe-se à análise das disparidades de gênero entre homens e mulheres, apesar de reconhecer que o espectro de identidades de gênrero vai além de uma lógica binária de feminino-masculino no contexto sul-coreano, e que também enfrentam a discriminação de gênero diariamente.

2. O Confucionismo na Coreia do Sul e o Patriarcado

Embora o Confucionismo tenha chegado à Coreia no século IV, foi durante a Dinastia Joseon que ele se tornou a filosofia oficial do Estado, exercendo uma influência profunda na sociedade coreana. Ao enfatizar os Três Laços Fundamentais, o Confucionismo estabeleceu uma hierarquia social rígida, na qual a lealdade ao líder, a piedade filial e a submissão feminina eram valores centrais. Essa estrutura social, moldada pelos princípios confucionistas, permeou todas as esferas da vida, desde as relações familiares até as instituições políticas (Jayasuriya, 2024, p. 10). É importante ressaltar que o Confucionismo não era apenas um sistema de crenças, mas também uma ideologia política que legitimava a ordem social estabelecida e os interesses das elites dominantes.

Enquanto a Igreja Católica desempenha um papel central na construção das políticas de gênero na América Latina, o Confucionismo na Coreia, embora seja uma força cultural significativa, possui uma presença institucional menos evidente. A diversidade religiosa coreana, embora crescente, não tem gerado as mesmas polarizações políticas observadas em outras sociedades. Essa relativa ausência de conflito religioso, aliada à busca dos partidos políticos por um maior número de eleitores, tem contribuído para a manutenção de valores conservadores, incluindo aqueles que perpetuam a desigualdade de gênero. Historicamente, o Confucionismo tem sido associado a uma visão hierárquica da sociedade, na qual as mulheres ocupam uma posição subordinada. Essa herança cultural continua a influenciar as atitudes e as políticas em relação às mulheres, tanto entre as elites políticas quanto na sociedade civil (Jones, 2006, p. 5-8). Assim, não é incorreto afirmar que o patriarcado estabelecido pela filosofia confucionista também impôs historicamente restrições severas ao empoderamento político de mulheres, de forma que ideais confucionistas persistem em ambas elites políticas e na sociedade civil em geral (Jones, 2006, p. 8).

A partir da Dinastia Joseon (1392-1910), caracterizada pelo governo monárquico, marcado por um rígido sistema de classes de pouca mobilidade social, o Confucionismo tornou-se a base ideológica do Estado coreano, influenciando profundamente as relações sociais e a hierarquia de poder. Ao estabelecer um sistema familiar patriarcal, o Confucionismo definiu papeis de gênero rígidos, nos quais as mulheres eram submetidas aos homens e confinadas ao espaço doméstico. Essa visão tradicional sobre o papel feminino, consolidada durante séculos, persistiu até os dias atuais, limitando as oportunidades e o empoderamento das mulheres na sociedade coreana, a partir da noção de que os papeis de esposa, mãe e filha eram aqueles que mulheres deveriam desempenhar em sociedade, ideia que prevalece até os dias atuais (Jung, 2014, p. 44).

A marcação da diferença entre mulheres e homens era, portanto, posta pela subordinação feminina, que era essencial para manutenção das estruturas de poder, à medida que se previa uma série de regulações à vida cotidiana da mulher, baseadas na imposição de papeis de gênero rigorosos, como a confinação de mulheres da classe dominante ao ambiente doméstico, onde deveriam se ocupar da criação de filhos – especialmente homens –, de seus maridos e de sua família. O divórcio era apenas

permitido quando iniciado pelo homem, quando a mulher cometia algum dos "sete pecados": desobedecer aos homens da família, não gerar um herdeiro homem, cometer adultério[4], ter ciúmes excessivos de outras mulheres, contrair doença séria, roubar, até mesmo *falar excessivamente* (Jung, 2014, p. 45, grifo meu).

Em troca da obediência às normas patriarcais e da manutenção da castidade, as mulheres recebiam algumas compensações, como auxílio financeiro ou isenção de trabalhos pesados para mulheres pertencentes à classe plebeia e o reconhecimento do status de plebeias para as mulheres das classes mais pobres. Essa aparente recompensa, no entanto, estava condicionada à submissão e ao cumprimento de papeis sociais rigidamente definidos. A proteção da castidade feminina era utilizada como justificativa para o controle estatal sobre a vida das mulheres, limitando sua mobilidade social e reforçando a hierarquia de gênero. A família, por sua vez, exercia um controle ainda mais rigoroso sobre as mulheres, utilizando a moralidade e a honra como instrumentos de dominação. A ascensão social de mulheres, portanto, era controlada pelo Estado a partir da coação das regras de gênero pela proteção de uma suposta castidade feminina e, em razão da influência de tais valores na vida privada, o controle familiar sobre a mulher era também uma face do tolhimento da liberdade feminina na vida social.

Para o Confucionismo, também, os laços familiares não se atinham às relações de sangue da família, mas também se estendiam aos grupos pseudo-familiares, que incluíam associações da cidade, instituições escolares e instituições de ensino superior, bem como unidades militares. Esses ciclos sociais da esfera pública continuavam a seguir princípios básicos de hierarquia, vistos no seio familiar privado, e tornavam-se, assim, as bases organizadoras dos laços de nepotismo dominantes no Estado. construindo uma verticalização das relações que agravava o estreitamento dos segmentos sociais e retardava o surgimento de uma cultura cívica de cidadania. Nesse sentido, mantendo-se na base das hierarquias sociais do Estado coreano, a responsabilidade principal da mulher era ser uma esposa leal e uma mãe sábia, que criasse um número limitado de crianças bem educadas, sendo relegada ao papel de cuidado dos filhos e dos pais à medida que esses envelhecessem (Jones, 2006, p. 36).

Nesse sentido, atribuía-se fundamental importância aos ritos da vida familiar, como o casamento e o funeral, que determinavam as relações dentro da esfera doméstica, tendo em vista que a partir deles eram estabelecidos os pilares centrais da estabilidade da esfera pública pela própria organização familiar (Yang, 2018, p. 79). Seguindo essa mentalidade, a hierarquia familiar e a noção de ordem que trazia consigo ganharam traços mais definidos pela garantia de prerrogativas aos dirigentes da estrutura patriarcal familiar, de modo a assegurar a subserviência da mulher, que agora via sua posição social e legal deteriorar-se, através do que se chamavam "as três obediências": a obediência ao pai, a obediência ao marido e a obediência aos filhos, dando preferência à linhagem masculina na concessão de direitos de propriedade e de herança. Como consequência da diminuição do poder econômico da mulher, ela tornava-se dependente do relacionamento firmado com seu marido (Yoo, 2008, p. 19-20).

4 A ênfase de valores confucionistas sobre a fidelidade feminina ao seu marido era também legalmente imposta, de modo que, até o fim do século XIX, mulheres eram expulsas dos lares pela família de seus maridos se cometessem adultério (Jung, 2014, p. 46).

Pela importância dada ao papel do casamento na consagração de uma "harmonia" entre famílias, o propósito do casamento apoiava-se na "continuação da prole" do líder da família, que consistia na figura masculina, representante do sistema patriarcal, que gradualmente assentava raízes no país. Em função da perpetuação desse sistema, o casamento era o requisito e o instrumento mediador da manutenção dessa linhagem, sendo a mulher relegada ao papel 'gerador' para garantir a sucessão masculina, a qual, a este ponto, quando garantida, representava prestígio e honra para o lar (Yoo, 2008, p. 22). Pode-se afirmar, nesse sentido, que a importância da posição da mulher na família era, principalmente, advinda do exercício da 'função' materna e da criação de filhos homens para a manutenção de uma família hierarquia de homens e mulheres. Contudo, ao sinal de impedimentos na perpetuação de primogênitos homens, tais mulheres tinham seu valor diminuído, considerando sua 'inutilidade' para a continuação da linhagem patrilinear (Yoo, 2008, p. 23).

As relações interpessoais eram, então, definidas conforme "graus de dignidade" entre classes, idade e sexo, de forma a serem enfatizados imperativos morais, como separação de funções entre marido e esposa e autoridade parental concentrada na figura masculina. A construção de graus hierárquicos entre os indivíduos conforme a classe que ocupavam trazia implicações na divisão e na ocupação da esfera pública e da esfera privada por homens e mulheres (Yoo, 2008, p. 18). Com a adoção dos valores confucionistas, que se atrelava aos ideais de racionalidade e ordem, a ingerência dos governantes sobre a família tornou-se quase imperativa, de forma a tornar a instituição familiar a pedra angular que determinava a estabilidade do reino como um todo.

Com o fim da Dinastia Joseon, um tímido criticismo às ideias confucionistas de igualdade de gênero começaram a ser introduzidas por outras religiões, como o Cristianismo e o Donghak[5], bem como reformas legais, como a dissolução de normas que proibiam o casamento de mulheres viúvas ou divorciadas e seus filhos de inscreverem para a exames estatais para se tornarem funcionários públicos, foram sendo implementadas. Não obstante a mudança das estruturas sociais causada pela industrialização e pela modernização da Coreia, uma mudança crítica às normas sociais não ocorreu até o começo dos anos 1990, quando a questão da violência sexual começou a ser posta em agenda pública, embora as vestes da ideologia confucionista em torno regulação do corpo e da sexualidade feminina ainda validem a inferiorização da mulher na Coreia até os dias atuais (Jung, 2014, p. 45).

2.1. Confucionismo e a liberdade feminina

O Confucionismo é fundamental no entendimento da experiência da mulher coreana em relação à liberdade e à definição de sua identidade como mulher, considerando a operacionalização de um controle normativo de gênero – especialmente em mulheres de classes mais altas – para a manutenção de um sistema familiar e social centrado no homem. Tradicionalmente o estupro era interpretado como um crime

5 Donghak (em tradução literal, filosofia do Oriente) foi um movimento acadêmico e religioso que se originou em 1860 como uma forma de contraposição ao Cristianismo e à cultura ocidental. Buscava promover a igualdade de todos, sem discriminação de classe, gênero ou idade (Moon, 2017, p. 1148).

contra a honra da família, cuja reparação se daria apenas pelo suicidio da mulher. Durante a ocupação japonesa na Coreia, de 1502 a 1509, por exemplo, o "Livro da Conduta Virtuosa" da Dinastia Joseon registrou mais de quinhentos casos de mulheres que tiraram a própria vida evitando sofrerem esse tipo de violência ou após terem sofrido (Jung, 2014, p. 46). Essa mentalidade continuou até o fim do século XX, quando mulheres sobreviventes de violência sexual, já em uma Coreia industrializada após o Milagre Econômico, desistiam de seus empregos, casamentos, famílias e mesmo suas próprias vidas, evidenciando o estifma social associado a uma violência que ia de encontro à chamada "ideologia da virgindade", ou "ideologia da castidade", que regulava a sexualidade feminina com o objetivo de assegurar a pureza da linhagem paterna sob o sistema patriarcal. Por esse motivo, a virgindade era considerada a qualidade mais importante de mulheres solteiras e a primeira virtude à qual devem se conformar (Jung, 2014, p. 47), ilustrando como o poder disciplinar operou, e opera, no corpo feminino na sociedade coreana, isto é, não de forma repressiva unicamente, mas produtos de objetos e sujeitos do conhecimento, incitando e canalizando desejos e gerando normas corporais e técnicas para observação, monitoramento e controle de movimentos, processos e capacidades corporais.

Nesse sentido, assim como práticas culturais que envolvem o corpo e a posição de poder de mulheres na sociedade, por exemplo, a monogamia e a proibição do aborto, foram consideradas como normas integrantes de contextos sociais diversos, o ideal de virgindade para mulheres coreanas foi também imposto enquanto norma a ser seguida sem questionamentos. A liberdade da mulher nesse período, no entanto, apesar de enfrentar uma divisão estrita de sexos em nome da moralidade Confucionista, não era heterogeneamente restrita. Isso porque, apesar da influência da mentalidade tradicionalista na preparação da mulher no processo de tornar-se esposa e mãe, essa liberdade flexionava-se conforme a classe social em que se situava. Mulheres de camadas mais altas na sociedade tendiam a sofrer mais intensamente com restrições de direitos, enquanto mulheres de camadas mais baixas ainda possuíam certa liberdade pessoal e direitos ao acesso à esfera pública, como mercados e campos, em razão de seus trabalhos, não obstante também enfrentaram tabus como restrições de casamento impostas a mulheres viúvas (Yoo, 2008, p. 27-29).

Frente a tais contingências, a mulher coreana encontrava brechas na rigidez do regramento da sociedade patriarcal como forma de resistência e guarda de certo poder no seio familiar. Essa dinâmica podia ser vista na relação cultivada entre mãe e filho, haja vista que, além do papel afetivo de mãe e da responsabilidade pela continuação da linhagem, a mãe controlava as atividades domésticas, a educação dos filhos e filhas e questões que envolviam a preparação deles para a vida adulta. A mulher, nesse sentido, no âmbito doméstico, operava como base moral constituinte do caráter de seus descendentes, e a maternidade ultrapassava os limites de uma "simples" relação entre mãe e filho (Yoo, 2008, p. 30-31).

Por tais lentes, e diante das contradições dos ideais Confucionistas, a mulher, mesmo submetida ao sistema patriarcal, exercia um papel fundamental na dinâmica familiar. Afirmava-se, por isso, o fortalecimento dos meios de empoderamento da mulher conforme se desenvolvia o empoderamento da posição de mãe. Curiosamente,

ainda hoje, pesquisas de campo que buscaram investigar a qualidade de vida da população da Coreia do Sul, de acordo com a ótica de gênero, evidenciaram que a atribuição subjetiva das mulheres a uma vida de qualidade pôde ser mais fortemente identificada entre a parcela da população feminina casada, fato que se atribui à conformidade da mulher aos papeis de gênero atribuídos historicamente (Lee, 1998, p. 44-47).

Sendo a relação entre o Confucionismo e o sistema patriarcal que se cristaliza na sociedade coreana o resultado de um desenvolvimento histórico que é incorporado como ideologia de Estado, as mulheres, enquanto indivíduos ativos em resistência a essa forma de poder e controle, tinham de desenvolver estratégias para reafirmação de seus desejos, liberdades e poderes (Koh, 2008, p. 354). A mulher coreana vivendo sob a condições de dominação masculina se deparava com questionamentos como: "como obter liberdade e poder sendo mulher?", e "como reformar o regime de dominação masculina?".

Para responder tais questões, o movimento feminino considerava a liberdade à nível individual. Obras como *Naehun* (Ensinamentos para Mulheres), *Yonbom* (Modelos para Mulheres), *Chagyongpyon* (O Livro da Autodisciplina) e *Onhaeng sillok* (O Livro sobre Como Comportar-se Enquanto Mulher) são textos confucionistas escritos por autoras coreanas com o objetivo de educarem outras mulheres da Dinastia Joseon. O conceito de *pyol (*別), que significava distinção ou diferença, era particularmente um suporte para atingir certa liberdade numa sociedade dominada por homens. A partir dele, acreditava-se que mulheres era diferentes dos homens em razão de desempenharem papeis de mães e esposas, diferentemente dos homens papeis de forma (Koh, 2008, p. 355-359).

Esses escritos demonstram como mulheres estabeleciam estratégias visando à igualdade de gênero e à expressão de seus desejos e crenças dentro do campo de possibilidades de ação, apesar de ainda serem baseadas no pressuposto da diferença de papeis entre homens e mulheres (Yoo, 2008, p. 33). Sob essas circunstâncias, o poder feminino era condicionado ao cumprimento de suas obrigações no núcleo familiar, seja como mãe, seja como esposa, sendo a família, o casamento e a obediência pontos-chave para situar a expressão da feminilidade e o exercício de autoridade.

3. O movimento feminino e o Confucionismo: uma possível compatibilidade?

3.1. O surgimento do movimento feminino na Coreia do Sul: entre leis e instituições

O movimento feminino coreano emerge em meados do fim do século XIX como forma de resistência à política e à cultura confucionistas que estabeleciam moldes patriarcais, como guias para a educação de mulheres, cujas expectativas de um comportamento feminino obedeciam noções da "ideologia da mulher confucionista", isto é, "boa esposa, mãe sábia" ou *hyeonmo-yangcheo* [현모양처] (Koh, 2008, p. 355; Hur, 2011, p. 181). Seguindo-se ao período de colonialismo japonês e ditaduras posteriores, o movimento de mulheres continuou a lutar em prol de direitos sociais e de liberdade política. Apesar disso, inseridos em contextos de governos e regimes

autoritários, o movimento feminino viu-se diluído em mobilizações políticas mais 'amplas' pró-democratização, o que fez com que a pesquisa relacionada ao próprio movimento feminino sul-coreano fosse majoritariamente confinada a contextos de regimes liberais democráticos e posta em segundo plano em situações de autoritarismo governante – haja vista a pauta "maior" da democratização (Lee; Chin, 2007, p. 1205).

Apesar dessa precedência de questões acerca da liberdade política sobre as preocupações políticas relacionadas a demandas de mulheres, é possível defender um protagonismo feminino no fomento do período de transição democrática. Em especial, quando se faz um balanço acerca do sucesso ou fracasso do movimento feminino, dentro da vivência de um período autoritário ditatorial no qual a Coreia do Sul estava imersa, analisar o impacto e os resultados de sua mobilização para a sociedade coreana e especificamente para as mulheres implica também analisar reformas em termos legislativos e institucionais voltadas à proteção das mulheres como um todo.

Com o golpe militar liderado pelo General Park Chung-hee em 1961, e com a instituição da lei marcial – isto é, a instituição de leis militares na administração ordinária da justiça –, os governos autoritários que se seguiram usufruíram de seus poderes para efetivar um rápido desenvolvimento econômico através de uma série de iniciativas diretas, promovendo, conjuntamente, princípios confucionistas como o de lealdade ao governante e de piedade filial (Jung, 2014, p. 80). A divisão nacional foi frequentemente utilizada no regime militar de Chung-hee como justificativa para a adoção de uma política anti-comunista de Estado, reforçando as medidas de segurança nacional baseadas na supressão de liberdade de expressão e de criticismo às políticas governamentais adotadas.

Mulheres foram mobilizadas para propagar e reforçar a mensagem de segurança que o governo pretendia transmitir na medida em que foram convocadas para integrar o "Movimento de Nova Comunidade" – ou *Saemaeul Undong* (새마을 운동) -, plano de governo de modernização da economia da área rural do país, buscando a diminuição da disparidade dos padrões de vida entre os centros rurais e os centros urbanos, estes últimos os quais passavam por uma rápida modernização e industrialização (Jung, 2014, p. 81).

Mulheres foram, então, o objeto do impulso estatal de modernização: mulheres da zona rural, fazendeiras e donas de casa no movimento tiveram protagonismo na promoção e condução de campanhas promovidas pelo Estado. Políticas coercitivas de controle de fertilidade, como o programa de planejamento familiar, que almejava a redução de nascimentos indesejados, oferecendo concessões monetárias a mulheres hipossuficientes que aceitassem esterilização "voluntária", visavam à diminuição da densidade populacional e à melhoria da renda per capita. Essa abordagem, além de violar os direitos reprodutivos das mulheres, reforçava os papéis de gênero tradicionais, atribuindo às mulheres a responsabilidade pela regulação populacional (Davis, 1994, p. 228; Jung, 2014, p. 93).

Como um sintoma do conservadorismo do período, até o surgimento de organizações progressistas de mulheres nos anos 1980, a maior parte do movimento feminino viu-se liderada por organizações conservadoras. Instituições como a Associação Nacional de Mães Coreanas, ou a Associação Nacional Coreana de Mulheres

Universitárias, das quais grande parcela estava filiada à organização guarda-chuva de grupos femininos sancionada pelo governo, o Conselho Nacional Coreano de Organizações de Mulheres, não estavam particularmente preocupados com questões relacionadas aos direitos das mulheres e igualdade. Apesar disso, não tardou o surgimento de movimentos femininos orgânicos, tal como o Movimento de Trabalhadoras nos anos 1970, tendo em vista que a busca por um rápido desenvolvimento econômico levou à mobilização de mulheres como força de trabalho barata em indústrias de trabalho intensivo, mulheres essas sem as quais o milagre econômico coreano não teria sido possível (Palley, 1994, p. 281 *apud* Jung, 2014, p. 93).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o avanço econômico e social sem precedentes, em conjunto à industrialização e à urbanização permitiu a expansão de oportunidades educacionais para mulheres e a aproximação das relações entre o movimento estudantil e os movimentos de trabalhadoras. Números significativos de estudantes deixaram as universidades, assumindo empregos em fábricas para educação e mobilização de trabalhadores em prol da criação de sindicatos, apoiando as greves trabalhistas organizadas por trabalhadoras. Em troca, as trabalhadoras contribuíram para o sucesso do movimento de democratização e do movimento feminino nos anos 1980 e 1990, período no qual a maior parte das organizações progressivas femininas foi estabelecida (Jung, 2014, p. 82). Apesar do forte autoritarismo do presidente Chun Doo-hwan entre os anos de 1980 e 1986, a política de apaziguamento adotada em dezembro de 1983 reduziu a opressão do governo e abriu margem para o estabelecimento público de organizações progressistas do movimento de mulheres, que participaram em mobilizações contra o regime autoritário militar, assumindo uma posição anti-Estado.

Essa postura fez com que o plano de ação do movimento não vislumbrasse políticas institucionais e políticas públicas como ferramentas para solução dos problemas das mulheres. Similarmente aos posicionamentos do movimento mais amplo pró-democracia, o movimento feminino interpretava o Estado como um corpo burocrático que ofuscava a sociedade civil pelo exercício da força contra a democracia e os direitos civis, guiado por seus valores patriarcais historicamente demarcados (Jung, 2014, p. 84).

A recuada do governo militar, já ao fim da década de 1980, e a introdução de eleições presidenciais diretas impulsionou a participação política feminina durante a eleição do governo civil liderado por Kim Young-sam em 1993, possibilitando um cenário político de alargamento de movimentos femininos com grande influência política. Essa abertura de terreno para a atuação do movimento feminino, já sob um novo governo democrático, junto à pressão para promoção de políticas de transversalização de gênero - ou *gender mainstreaming* - também como objetivo fixado na Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas de 1995, acabou por impactar a visão que o movimento feminista tinha sobre a possibilidade de aproximações com o governo coreano. Antes temida, a institucionalização do movimento feminino ganhou atenção dos grupos e organizações de mulheres, à medida em que, ao mesmo tempo que a institucionalização de suas pautas poderia representar um tolhimento de suas ações, criando certa hierarquização do movimento e desvio ideológico, poderia também ser uma medida de buscar uma resposta do Estado para a diminuição do esgarçamento da desigualdade e da violência de gênero contra mulheres (Jung, 2014, p. 85).

As políticas de gênero na Coreia do Sul envolvem, especialmente, a luta por direitos das mulheres e a discussão acerca da história do Direito de Família sul-coreano (Yang, 2008, p. 78). Antes mesmo da tomada de iniciativas governamentais contra desigualdade de gênero, movimentos feministas que tencionavam reformas legais em prol da consubstanciação legal de valores como igualdade de gênero, democracia e desenvolvimento social marcam sua história desde a consolidação das primeiras repúblicas na Coreia do Sul. O combate ao tratamento depreciativo do sistema patriarcal, não por acaso, adveio das bases da estrutura familiar no país, tendo em vista que, também através da "herança colonial" deixada pelo período de controle japonês sobre a Coreia (1910-1945), validou-se, em 1957, o regime legal do sistema de "chefe de família", ou sistema *hoju,* para a administração do registro familiar e do sistema de identificação de pessoas coreanas (Yang, 2013, p. 55).

Por essa estrutura, o sistema do chefe de família, ou *Hoju*, designava, ao momento de registro de casamento, um representante da família, normalmente um homem adulto, que teria para si atribuída a capacidade de tomada de decisões em nome da família. Nesse cenário, a mulher estaria sempre vinculada ao registro familiar cujo representante seria uma figura masculina, isto é, seu genitor ou seu esposo, tendo em vista que não seria possível estar inscrita em um registro familiar sem integrar a lógica desse sistema. O sistema de chefe de família definia, então, a mulher conforme a posição que ocupava no grupo familiar, como esposa, como mãe, ou como filha, e, conforme definia a regulação legal, regras discriminatórias de gênero seguiam perpetuando noções de inferioridade da mulher no todo familiar, que priorizavam, mesmo em questões de direitos de propriedade e de sucessão, as figuras masculinas (Yang, 2013, p. 51-53).

Com a abolição do sistema *hoju* em 2005, pela declaração de sua inconstitucionalidade a partir de decisão da Corte Constitucional da República da Coreia, também por pressões de movimentos feministas e pelo apoio dos Advogados por uma Sociedade Democrática nos anos 2000, que impulsionaram a judicialização para o escrutínio da constitucionalidade dos artigos pertinentes a esse sistema na Lei Civil, perspectivas acerca de um feminismo jurídico puderam ser discutidas. Para além de um mero rito público burocrático, a abolição do sistema *Hoju* permitiu às mulheres a não subordinação da própria identidade aos laços que possuem com seus ascendentes e descendentes homens e maridos (Yang, 2008; 2013).

Políticas contra desigualdade e violência de gênero adotadas na Coreia do Sul e que vinculam-se ao papel materno atribuído à mulher também foram mais recentemente estabelecidas. É o caso da recente descriminalização do aborto em 1 de janeiro de 2021 por decisão da Corte Constitucional do país, abolindo do Ordenamento Jurídico sul-coreano os dispositivos que proibiam a prática por iniciativa das mulheres e dos médicos e médicas (South, 2021). Também apoiada por movimentos femininos, a descriminalização do aborto ressignifica discursos que predeterminam a tradição da maternidade e do casamento na constituição da identidade da mulher e enfatiza os direitos de autodeterminação do próprio corpo.

Em verdade, o discurso da 'tradição' – também mais uma herança colonial – é uma das bases pelas quais o sistema patriarcal foi perpetuado na sociedade coreana.

Defendeu-se, por influência da ideologia Confucionista e Neoconfucionista, sob o nome da tradição como pedra angular filosófica do Estado, os pilares da família patriarcal. Sendo a família patriarcal a tradição da nação, o enrijecimento da família patrilinear tornava indispensável a continuação da família por meio da geração de filhos, o que constituía a ideia da mulher como objeto de procriação. A reinterpretação da tradição pelas lentes do feminismo, funcionando como método de compreensão da história e da sociedade, especialmente no período de democratização da Coreia pós-1987, permitiu vias de reconstrução da representatividade feminina pelas bases da democracia, igualdade de gênero e desenvolvimento social (YANG, 2013, p. 79-94).

A colaboração entre o movimento feminista sul-coreano e o Estado, fortalecida por pressões nacionais e internacionais em torno da igualdade de gênero, possibilitaram progresso significativo na diminuição da igualdade de gênero, em especial ao refletirem em mudanças legislativas e estruturais da própria Administração pública sul-coreana. A aprovação de leis como a de Punição de Crimes Sexuais e a do Emprego Igualitário, nos anos 1990, representou um avanço significativo. A criação do Ministério da Igualdade de Gênero em 2001, durante o governo de Kim Dae-jung, consolidou essa agenda e demonstrou o compromisso do Estado em promover a igualdade entre homens e mulheres.

A Coreia do Sul testemunhou uma evolução notável em relação aos direitos das mulheres, passando de um Estado que reforçava a subordinação feminina a um que instituiu mecanismos para promover a igualdade de gênero. Apesar desses avanços, a efetivação dessas políticas continua sendo um desafio, uma vez que a sociedade sul-coreana ainda carrega consigo valores confucionistas que historicamente justificaram a desigualdade entre homens e mulheres. Não por acaso, os valores tradicionais confucionistas eram imbricados também nas leis que regiam a sociedade coreana, de modo que a ressignificação de valores atribuídos à moralidade confucionista, ou mesmo o afastamento desses princípios, possa ser, ainda, uma estratégia a ser reformulada a partir de políticas e diálogos com o movimento feminino e feminista.

3.2. Entre a tradição e os ideais de progresso: a igualdade de gênero para o Confucionismo

A dinastia Joseon, com sua longa duração, deixou um legado cultural duradouro na Coreia. Consequentemente, expectativas sociais do período tornaram-se convenções instaladas na sociedade, em razão de como comportamentos ditos 'apropriados', conforme o Confucionismo, foram repetidos e reproduzidos ao longo do tempo. A piedade filial e o respeito às autoridades são exemplos de como essa cultura de obediência a hierarquias se constituiu socialmente, isto é, desde a existência de maneiras 'corretas' de se endereçar a alguém a depender da relação que uma pessoa guarda com outra, até mesmo a instituição de feriados nacionais de devoção ancestral, os valores confucionistas ainda se manifestam na sociedade coreana contemporânea (Jayasuriya, 2024, p. 13). Esses princípios, no entanto, não estão apenas relacionados ao respeito ou à piedade filial, pelas expectativas sociais das mulheres, tanto no âmbito

mais amplo da sociedade quanto na unidade familiar, são talvez os melhores indicadores da persistência de princípios confucionistas hoje em dia.

Questiona-se, no entanto, se a supressão da liberdade de mulheres coreanas era um testemunho preciso dos ideais antigos de Confúcio. A ambiguidade dos textos confucionistas, especialmente no que diz respeito ao gênero, permitiu diversas interpretações ao longo da história. Ao se analisar textos chineses clássicos da filosofia confucionista, é significativo apontar que o gênero do sujeito não é frequentemente algo fixo. Neles um caractere, ou logograma, pode representar mais de um significado. Por exemplo, um caractere que se refere ao substantivo "pessoa" ou "coisa", em vez de "homem" pode ser o mesmo. Assim, a interpretação dos escritos passava também pela carga de valores daqueles que os liam, tal como a pressuposição geral de que, ao se falar de uma pessoa, esta seja um indivíduo masculino (Koh, 2008, p. 351). A coletânea Analectos de Confúcio, por exemplo, considerado o livro doutrinal mais importante do confucionismo, constituído por uma seleção de textos atribuídos ao pensador chinês e aos seus discípulos, não prevê a subserviência da mulher. Por essa razão, apesar de princípios confucionistas terem contribuído para a opressão da mulher na Coreia, pesquisadoras e estudiosas feministas como Tabitha Jayasuriya (2024) e Eunkang Koh (2008) alegam também que isso é um resultado da má interpretação dos princípios confucionistas quanto das formas como o confucionismo tem sido historicamente ensinado e praticado, levando a um conflito entre feminismo e a tradição confucionista, sendo esta hoje considerada como um "inimigo do feminismo" (Koh, 2008, p. 345; Jayasuriya, 2024, p. 21).

A relação entre yin e yang, por exemplo, tem grande significado para os significados cosmológicos para o Confucionismo. Enquanto *yim* incorpora a terra, a natureza, a domesticidade, *yang* incorpora o céu, o controle e a cultura. Esse laço entre um e outro é o que pretende demonstrar a harmonia e a co-dependência entre dois reinos diferentes, mas tem sido popularmente interpretado como uma ilustração da inferioridade e da superioridade, implicando que homens seriam associados ao *yang,* enquanto mulheres seriam ao *yin.* Esse entendimento é um resultado de como dois princípios são utilizados para demonstrar a dinâmica entre céu e terra. Com mulheres sendo mais vistas como parte da natureza do que homens, em razão da relação feita entre mulher e reprodução, e o fato de que o céu é mais amplamente percebido como um reino mais desejado que a terra, pode-se deduzir as associações feitas entre esses dois princípios e a suposta inferioridade da mulher (Jayasuriya, 2024, p. 24).

Essa produção de uma dinâmica hierárquica de gênero tornou-se associada ao Confucionismo, apesar do fato de o binário *yin-yang* não indicar uma dicotomia generificada. A associação entre o confucionismo e a subordinação feminina é resultado de interpretações culturais e práticas sociais, e não de uma doutrina explícita. A prática de designar papéis sociais distintos aos sexos, com os homens ocupando os espaços públicos e as mulheres os privados, reforçou essa hierarquia e legitimou a opressão feminina em nome da tradição confucionista. A ideia de que a filosofia confucionista encoraja a opressão feminina não ganha fundamento explícito em seus escritos, tampouco há menção à separação de funções entre homens e mulheres. No entanto, a tradição da designação de papeis 'públicos' aos homens na prática deu a uma parte

de seus intérpretes um campo de significação a ser perpetuado. Em outros termos, a distinção entre os sexos tornou-se aparente e a opressão das mulheres tornou-se um subproduto e a noção de homens como líderes e mais dominantes foi transformada em arma para facilitar a misoginia em nome da "tradição" cultural confucionista (Jayasuriya, 2024, p. 22).

No sentido de encontrar similaridades entre a ética confucionista – profundamente baseada no raciocínio moral e na tomada de decisões acertadas –, e o feminismo, enfatiza-se a importância das relações, da empatia e do destaque na interconexão de indivíduos e comunidades dada pelas duas filosofias. A ética do cuidado pode ser vista no Confucionismo pelo conceito de humanidade e estima de pessoas (*ren* 仁), como também pode ser aplicada ao conceito de piedade filial, em razão de sua importância do cuidado e do respeito à família e aos ancestrais. Enquanto isso, algumas acadêmicas feministas adotam também a ética do cuidado nos estudos feministas visando à ênfase nos domínios da vida em que as mulheres são os principais atores éticos (Keller; Kittay, 2017), tendo em vista que é algo pelo que as mulheres são capazes de reivindicar e ter controle sobre. No entanto, tal discurso pode também recair na expectativa de mulheres serem as partes predominantes nas dinâmicas de cuidado em práticas confucionistas coreanas. A 'de-generificação' da noção de cuidado, portanto, é uma preocupação pela qual se deve ater ao demonstrar a reciprocidade e as relações entre a ética do cuidado feminisnta e a confucionista, que podem oferecer, de certa maneira, uma unidade de re-interpretação de determinados preceitos antigamente reivindicados socialmente.

A preocupação compartilhada pelo cuidado em ambas ideologias confucionistas e feministas podem oferecer uma interseção em que o Confucionismo pode abrigar uma ideologia feminista. O desejo pelo reconhecimento da necessidade de libertação de expectativas generificadas e o reconhecimento da necessidade de responsividade em relações interpessoais são duas faces da ética feminista (Gilligan, 2011 *apud* Jayasuriya, 2024, p. 26). Tais noções entram em diálogo, especialmente, com as dinâmicas familiares vivenciadas por mulheres, quais sejam, as de casamento, as de expectativas de formação de família, bastante presentes na Coreia do Sul. Nesse sentido, enxergar que a manutenção das relações – quer familiares ou não – são cruciais para a defesa da sociedade é uma das ideias centrais e fundantes da ética feminista do cuidado e da ética confucionista compartilhadas entre si. A ética do cuidado, presente em ambas as tradições, oferece um terreno fértil para o diálogo e a construção de uma ética mais justa e equitativa.

A igualdade de gênero, nesse sentido, pode ser discutida como um ponto de partida necessário para a efetivação dessas noções fundantes comuns a ambas filosofias. As influências confucionistas estão presentes em todos os arranjos sociais e políticos da Coreia do Sul devido à reabilitação e à reprodução de expectativas sociais em torno das diferenças entre feminino e masculino, que provocam o aprofundamento da opressão e violência de gênero contra mulheres. A consolidação do respeito hierárquico como parte crucial da cultura coreana padronizou também a noção de subordinação de mulheres aos homens. Mulheres que participantes de um ativismo feminista, nesse sentido, são frequentemente confrontadas com respostas negativas dos homens

em tentativa de retomar o controle do comportamnento feminino (Jarasuiya, 2024, p. 36). A resistência masculina ao feminismo, que busca desafiar essas normas tradicionais, portanto, é uma expressão dessa dinâmica de poder.

A defesa de um patriarcado rígido na Coreia do Sul, frequentemente justificada pela tradição confucionista, entra em conflito com os princípios éticos fundamentais dessa mesma filosofia, como o cuidado, a honestidade e a busca pela harmonia social. A misoginia e a violência de gênero, perpetuadas por essas estruturas patriarcais, são incompatíveis com os valores confucionistas. O movimento feminista, ao lutar por igualdade de oportunidades e proteção das mulheres, resgata esses princípios, desafiando a interpretação distorcida da cultura confucionista que legitima a opressão feminina. Nesse sentido, essa aderência de valores, congruentes também com o pensamento confucionista, sugerem um maior respeito e cuidado ao outro em relação à opressão e à violência vivenciada por mulheres sob um regime social, legal e institucional regido por valores, normas e diretrizes estabelecidos em nome de uma tradição confucionista.

A ausência de uma literatura forte nos anos iniciais da filosofia confucionista, incluindo dos próprios textos de Confúcio, produziram um vácuo que posteriormente preenchido com interpretações opressivas sobre a posição da mulher na sociedade. Em vez de pensar na reforma da filosofia confucionista, cogitar o aproveitamento de valores confucionistas pontuais da ética do cuidado para a valorização do movimento feminista parece ser um trajeto mais interessante e mais fortalecedor de ideais e políticas de igualdade de gênero na Coreia do Sul.

4. Considerações finais

Como uma filosofia sociopolítica, o Confucionismo estipula um conjunto bem ajustado de relações entre o indivíduo e a família, a comunidade e o Estado. Vários aspectos dessa tradição sobreviveram, mas de uma forma distorcida ou fundamentalmente alterada, que é frequentemente posta como incompatível com normas democráticas. Tendo em vista a destruição de estruturas sociais básicas durante a Guerra da Coreia (1950-1953), os cidadãos e cidadãs coreanos foram forçados a se apoiar em conexões interpessoais para sobreviver em uma sociedade de constante mudança.

Em contraste com outras sociedades em processo de industrialização, a importância da família foi reforçada e fortificada, de forma a resultar na constituição de um "neofamilismo" – em que a noção de família funciona como um dispositivo conceitual para explicar todos os níveis da vida sociopolítica, como as cidades, o Estado, a nação (JONES, 2006, p. 35). Assim, o Confucionismo opera como uma forma de força cultural que modela o comportamento social e organizacional, tal como a noção de hierarquia, status, lealdade, etiqueta social e estratificação social em termos de idade, gênero, educação e prestígio familiar (Jung, 2014, p. 44). Como uma ideologia, ele pode ser retratado como um sistema de valores de normas concernentes às relações hierárquicas entre pessoas, concentrando-se no problema de como estabelecer direitos morais e relações harmoniosas na sociedade.

Enxergar as relações familiares na instituição familiar sul-coreana torna-se, então, importante fonte para compreensão das relações de gênero e, em especial, dos

direitos e bases sociais da mulher na Coreia do Sul. Historicamente a tradição confucionista serviu de fundação para perpetuação de regras e costumes discriminatórios de gênero e inferiorização da mulher. Contrapontos foram organicamente mobilizados por movimentos feministas ao longo da história do país, sendo a abolição do sistema *Hoju* um dos exemplos de conquistas das mulheres por vias institucionais.

A possibilidade da discussão acerca da liberdade feminina fora de expectativas relacionadas ao matrimônio e à maternidade em espaços públicos e privados evidencia o começo de uma caminhada em prol da diminuição da desigualdade de gênero na Coreia do Sul. A tratativa do casamento e da maternidade pela agência feminina, indica, porém, um longo caminho a ser percorrido, haja vista que bases patriarcais históricas não são simplesmente apagadas da sociabilidade dos indivíduos por simples – e nem tão simples assim – reformas legais. Olhar para a atuação dos movimentos feministas sul-coreanos atualmente demanda um exercício de criatividade para ressignificação de bases culturais que formam uma certa identidade feminina, o que torna uma revisão da noção de tradição não apenas um desafio, mas uma necessidade para a afirmação de uma cultura que preza pela independência e integridade das mulheres.

Assim, reconhecendo a necessidade de superação de valores que operam na manutenção da opressão de gênero e que são baseados em interpretações confucionistas a respeito da ordem social e estatal, as estratégias políticas sociais progressistas para a superação da desigualdade entre homens e mulheres vêm de mobilizações feministas em torno dessa pauta. Apesar de reconhecer a existência de pontos de simpatia entre as duas filosofias, a manutenção de valores confucionistas como mediadores de relações interpessoais é ainda o que prevalece na cultura coreana. Diante disso, as aspirações políticas e morais de mulheres coreanas também devem receber atenção para a percepção dos pontos nodais a serem desenrolados em busca do avanço da igualdade de gênero na Coreia do Sul, confluindo com valores feministas a partir de contribuições positivas de valores ainda arraigados no pensamento social coreano.

Referências

DAVIS, Lisa Kim. Korean Women's Groups Organize, ***In***: GELB, Joyce; PALLEY, Marian Lief (Org..), Women of Japan and Korea: Continuity and Change, Philadelphia, PA: Temple University, p. 223–239, 1994.

HUR, Song-Woo. ***Mapping South Korean Women's Movements During and After Democratization:*** Shifting Identities. [online]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/226497297_Mapping_South_Korean_Women's_Movements_During_and_After_Democratization_Shifting_Identities

JAYASURIYA, Tabitha. ***Can you be a feminist in South Korea?*** Investigating the compatibility of Confucianism and feminism in a Korean context [online]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/381545356_Can_you_be_a_feminist_in_South_Korea_

Investigating_the_compatibility_of_Confucianism_and_feminism_in_a_Korean_context. Acesso em:2 ago. 2024.

JONES, Nicola Anne. ***Gender and the political opportunities of democratization in South Korea.*** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006

JUNG, Kyungja. ***Practicing feminism in South Korea:*** the women's movement against sexual violence. New York: Routledge, 2014.

JUNG, Eun; MOON, Christine C.. An San's hair is short, therefore she is a feminist:' Women athletes' hair, feminist movements, and nationalism, ***Sport in Society*****,** v. 27, n. 9, p. 1487-1506, 2024.

KELLER, J; KITTAY, E.F. Feminist Ethics of Care, *In:* GARRY, A; KHADER, S.J; STONE, A. (Org.). **T*he Routledge companion to feminist philosophy.*** London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, pp. 540–555, 2017.

KO, Jun-tae. ***Anti-feminism website singled out celebs, lists RM from BTS as 'verified feminist'***. [online]. Disponível em: www.koreaherald.com/view.php?ud=20210813000594. Acesso em: 11 ago. 2021

KOH, Eunkang. Gender issues and Confucian scriptures: Is Confucianism incompatible with gender equality in South Korea? ***Bulletin of the School of Oriental and African Studies***, v. 71, p 345-362, 2008.

LEE, Aie-Rie; CHIN, Mikyung. The women's movement in South Korea. ***Social Science Quarterly*****,** v. 88, n. 5, p. 1205-1226, 2007. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/42956240. Acesso em: 12 ago. 2024.

LEE, Suni. Marital status, gender, and subjective quality of life in Korea. ***Development and Society***, vol. 27, n. 2, 1998, 35-49

MOON, Seungho. Donghak (Eastern Learning), Self-cultivation, and Social Transformation: Towards diverse curriculum discourses on equity and justice. ***Educational Theory and Philosophy*****,** v. 49, n. 12, p. 1146-1160, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/00131857.2016.1216386

PALLEY, Marian Lief. Feminism in a Confucian Society: The Women's Movement In Korea, ***In:*** GELB, Joyce; PALLEY, Marian Lief (Org.). Women of Japan and Korea: Continuity and Change, Filadélfia: Temple University, 1994.

SOUTH Korea: ***Abortion Decriminalized since January 1***. [online]. Disponível em: https://www.loc.gov/item/global-legal-monitor/2021-03-18/south-korea-abortion--decrimin alized-since-january-1-2021/. Acesso em 05 ago. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM. ***Global Gender Gap Report***. 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

YANG, Hyunah. A journey of family law reform in Korea: tradition, equality, and social change. ***Journal of Korean Law*****,** vol. 8, p. 77-94, 2008

YANG, Hyunah. Colonialism and patriarchy: where the korean family-head (hoju) system had been located. ***In***: YANG, Hyunah (Org.). Law and Society in Korea. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2013.

YOO, Jee-ho. ***An San wins gold in women's individual archery, becomes 1st triple gold medalist in Tokyo***. [online]. Disponível em: https://en.yna.co.kr/view/AEN20210730009951315. Acesso em: 11 ago. 2024.

YOO, Theodore Jun. ***The politics of gender in colonial Korea:*** education, labor, and health, 1910-1945. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2008.

O papel da mulher nigeriana pelo viés do discurso pós colonial na obra *Fique Comigo* de Ayòbámi Adébáyò

The role of the Nigerian woman from the perspective of post-colonial discourse in the work Stay With Me by Ayòbámi Adébáyò

El papel de la mujer nigeriana desde la perspectiva del discurso poscolonial en la obra Quédate conmigo de Ayòbámi Adébáyò

Maria Luiza Silva do Espirito Santo[1]
Mônica de Lourdes Neves Santana[2]

Resumo

SANTO, M. L. S. E.; SANTANA, M. L. N. O papel da mulher nigeriana pelo viés do discurso pós colonial na obra Fique Comigo de Ayòbámi Adébáyò. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 73-86, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2279

Este artigo busca analisar de que forma a perspectiva do discurso pós-colonial figura na obra *Fique comigo* (2017) da autora nigeriana Ayòbámi Adébáyò, por meio da categoria mulher e africana abrindo uma discussão sobre as construções de identidade fragilizada pela turbulenta vida social e política da Nigéria dos anos 1980. Será evidenciada a construção da personagem feminina Yejide em contraposição a Akin seu marido, refletindo sobre o dilema da obrigatoriedade da mulher casada se tornar mãe, caso contrário, será retratada na época como o outro, o ser desprezível, marginalizado. Utilizaremos uma metodologia documental, qualitativa exploratória enquanto que a adoção da abordagem pós-colonial explorada como referencial teórico irá conceder um novo olhar histórico. Os resultados mostram que é possível enxergar os povos periféricos, subalternos através da desconstrução dos diversos aspectos de base colonial reinterpretando a história a partir da ótica do colonizado redimensionando sua relação e as diferentes formas de discriminação.

Palavras-chave: Literatura Nigeriana. Mulher. Pós-colonialismo. Ayobami Adebayo.

Abstract

SANTO, M. L. S. E.; SANTANA, M. L. N. The role of the Nigerian woman from the perspective of post-colonial discourse in the work Stay With Me by Ayòbámi Adébáyò. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 73-86, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2279

1 Cientista Social pela Universidade de Pernambuco (UPE). Mestranda pelo PROFSocio na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) E-mail: marialuiza.loacontato@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3097-3183

2 Pós-doutora em Ciência Política pela UFPE. Professora do curso de Relações Internacionais da UEPB. E-mail: m@detroz.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7583-1410

This article seeks to analyze how the perspective of post-colonial discourse appears in the work stay with me (2017) by the Nigerian author Ayòbámi Adébáyò, through the category of woman and African, opening a discussion on the constructions of identity weakened by turbulent social and political life of Nigeria in the 1980s. The construction of the female character Yejide will be highlighted in opposition to her husband Akin, reflecting on the dilemma of a married woman's obligation to become a mother, otherwise she will be portrayed at the time as the other, the despicable, marginalized. We will use a documentary, qualitative, exploratory methodology while the adoption of the post-colonial approach explored as a theoretical reference will provide a new historical perspective. The results show that it is possible to see peripheral, subaltern peoples through the deconstruction of the various colonial--based aspects, reinterpreting history from the perspective of the colonized, resizing their relationship and the different forms of discrimination.

Keywords: Nigerian Literature. Woman. Postcolonialism. Ayobami Adebayo.

Resumen

SANTO, M. L. S. E.; SANTANA, M. L. N. El papel de la mujer nigeriana desde la perspectiva del discurso poscolonial en la obra Quédate conmigo de Ayòbámi Adébáyò. ***Rev. Ci&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 73-86, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2279

Este artículo busca analizar cómo aparece la perspectiva del discurso poscolonial en la obra Quédate conmigo (2017) de la autora nigeriana Ayòbámi Adébáyò, a través de las categorías de mujer y africana, abriendo una discusión sobre las construcciones de identidad debilitada en contextos sociales turbulentos, y la vida política de Nigeria en los años 1980. Se destacará la construcción del personaje femenino Yejide en oposición a Akin, su marido, en el que la mujer que no llega a ser madre es retratada en su momento como la otra, la despreciable, ser marginado. Utilizaremos una metodología documental, cualitativa y exploratoria mientras que la adopción del enfoque poscolonial explorado como referencia teórica proporcionará una nueva perspectiva histórica. Los resultados muestran que es posible ver a los pueblos periféricos y subalternos a través de la deconstrucción de los diversos aspectos de base colonial, reinterpretando la historia desde la perspectiva de los colonizados, redimensionando su relación y las diferentes formas de discriminación.

Palabras clave: Literatura nigeriana. Mujer. Postcolonialismo. Ayobami Adebayo.

Data de submissão: 17/04/2024
Data de aceite: 05/11/2024

1. Introdução

A obra *Fique Comigo* escrita por Ayòbámi Adébáyò, em 2017, é um romance ambientado na Nigéria a partir das últimas décadas do século XX. Este é um livro que percorre vários temas, mas que cumpre o papel de mostrar uma realidade por vezes ofuscada no contexto internacional da literatura: a voz não ouvida, mas o corpo feminino como fonte de interesse.

Ao romper com as barreiras geográficas e se tornar um livro traduzido para diversos países, tendo inclusive figurado em listas do *New York Times*, a autora permite um alcance maior dos leitores sobre o conhecimento da cultura nigeriana, mesmo no contexto da ficção. Através desta obra conheceremos um pouco do país no final do século XX com narrativas sociais e políticas retratando a saga das mulheres nigerianas casadas.

Neste sentido, este artigo busca analisar o papel da mulher nigeriana tendo como objetivo específico focar na obrigatoriedade da maternidade em sociedades nigerianas e suas consequências na vida destas mulheres. Partindo do questionamento de como a obra *Fique comigo* da Ayòbámi Adébáyò contribui para o debate pós-colonial, serão discutidas problemáticas relevantes dentro deste contexto, considerando os temas abordados no livro e as discussões acadêmicas pertinentes.

Foi realizada uma análise bibliográfica de caráter qualitativo, pois não levantou dados, mas analisou a obra. Neste sentido, a pesquisa é classificada quanto aos objetivos como exploratória, investigando como a obra se configura nas personagens principais. Cumpridas as etapas necessárias para se atingir o objetivo aqui proposto, o trabalho acabou por elencar novas visões acerca do romance em uma perspectiva pós-colonial.

Já a relevância da escolha do tema se deveu às preocupações com a segurança da mulher em um mundo no qual persiste o problema do autoritarismo da sociedade, sobretudo na Nigéria em um país onde tudo é muito difícil para as mulheres; encarar a pobreza, o tráfico de bebês, a maternidade forçada. Nesse contexto, Fonseca (2004) afirma que se trata de uma construção criada em que a sociedade se volta apenas ao corpo da mulher e a sua capacidade de gestar, amamentar e renovar-se todo mês no ciclo menstrual com atenção dirigida à criação dos filhos.

A autora da obra aqui contemplada, Ayòbámi Adébáyò, nasceu em Lagos, capital da Nigéria, mas também viveu em outras cidades do país: Ilesa e Ifé. Neste lugar, sentada na sala de casa, convivendo com suas tias escutou, desenvolveu curiosidades e aprendeu cada dia um pouco mais sobre o mundo das mulheres constituído por dores, angústias e tradições familiares (Faller, 2023). De Ilesa guardou as memórias de infância assim como o domínio da língua materna: Yorubá ijesha. Em uma entrevista concedida ao *The Paris Review* (2017), ela afirma:

> É a minha casa, e é um lugar que quero ver cada vez mais na literatura. Essa era uma das coisas que eu queria fazer com este livro [Fique Comigo]; escrever sobre este lugar que significa muito para mim. Nasci em Lagos e depois a minha família mudou-se para Ilesa. Passei uns cinco anos lá antes de nos mudarmos no-

> vamente. Meus anos de formação quando criança, quando você está aprendendo a linguagem, foi nesse ambiente […]

Ayòbámi Adébáyò é filha da médica Olusola Famurewa e Adebayo Famurewa; cresceu em um ambiente com forte presença de livros. Aos dezesseis anos já colecionava cadernos onde escrevia suas próprias histórias e na universidade pública na cidade de Ifé se realizou cursando literatura inglesa (Faller, 2023).

Acrescentaremos que as temáticas e sua produção com personagens femininas são referências nas publicações da escritora demonstrando extrema relevância para analisarmos os reflexos da identidade cultural das mulheres nigerianas em aflição. Apresentando um conteúdo rico gerando visibilidade para a história de pessoas que geralmente ocupam um lugar de subalternidade.

Mais que revelar sobre a importância do casamento e a maternidade como bases de discussão, este livro fala sobretudo sobre ser mulher silenciada. Desde o início dos tempos era exigido muitos deveres como cuidar do lar, dos filhos e uma servidão cega ao marido tanto na Nigéria quanto em outros lugares do mundo (Santo; Alves, 2022).

Como destaca Lerner (2019), com o fortalecimento de religiões e suas crenças, reforçou-se a ideia de monogamia e fidelidade para garantir que o homem saiba que é o pai legítimo da criança no ventre materno. Na verdade, tal imagem de submissão trata e promove a imagem da mulher branca europeia do século XVII. O que acontece é que os efeitos da colonização deixaram esses constructos na raiz das relações na sociedade nigeriana.

Nesse caminho, partindo do contexto histórico nigeriano, a obra tem como protagonista Yejide, uma jovem mulher récem-casada com o esposo Akin. Logo descobrimos que ela enfrenta diversos conflitos na alma e em seu corpo como a maioria das mulheres, uma vez que o enredo transita entre respeitar o passado e manter o presente, dos anos 1980 aos 2000 (Faller, 2023).

Sobre o contexto histórico no qual o enredo está imerso, a autora teve como pano de fundo acontecimentos críticos e injustos considerados importantes para a história nigeriana, como o golpe de 1983 que depôs o presidente democraticamente eleito Shehu Shagari e deu poder ao militar Muhammadu Buhari, e a tensão política dos anos adjacentes (Faller, 2023).

A par desta breve transparência política, para analisar o papel da mulher casada nigeriana e sua adaptação à vida na família de seu marido, faz-se primeiro necessário entender como a obra funciona dentro do cenário da época. Os personagens principais a serem analisados são Yejide e Akin, que tem suas vidas estabelecidas nas cidades de Jos e Ilesa de 1985 até 2008 em meio a ditaduras militares, resistências e silenciamentos. De fato, foram anos importantes para a Nigéria e seus cidadãos. Em síntese: os dois jovens se apaixonam na faculdade e logo se casam.

Nos primeiros parágrafos, observamos uma escrita sensível e envolvente com uma trama misteriosa e uma leitura fascinante que vai se aprofundando e se complicando, através dos personagens que apresentam problemas no convívio diário, principalmente devido à imposição da maternidade, que acaba por definir o papel da mulher

casada. De fato, o casamento entre os dois seria feliz se não fosse a sogra de Yejide com suas cobranças e as normas das sociedade patriarcal nigeriana, em que a poligamia para homens é aceita (Faller, 2023).

Fique comigo explora as pressões do machismo que pode destruir mulheres, e as relações pessoais em grande parte quando a família se preocupa mais com a forma em que a sociedade irá julgar, do que com a felicidade do casal. Yejide passa então a viver apenas em prol dessa necessária gravidez, mudando a sua maneira de agir e de pensar, buscando esse objetivo.

> Houve um tempo em que eu teria ignorado as palavras da Sra. Adeolu, um tempo em que eu não acreditava em profetas que viviam em montanhas nem em sacerdotes que oficiavam à margem de rios. Isso foi antes de eu me submeter a diversos exames no hospital e cada um deles demonstrar que não havia nada me impedindo de ficar grávida. A certa altura, comecei a desejar que os médicos encontrassem algo errado, algo que explicasse por que minha menstruação ainda vinha todos os meses, anos depois do meu casamento. Queria que eles achassem algo que pudessem tratar ou remover. Mas eles não encontraram nada (Adébáyo, 2011, p. 47).

Vale dizer que Yejide e Akin concordaram em manter um casamento monogâmico, apesar de ser esperado que Akin tivesse várias esposas, como os outros casais de tradição Yorubá. Depois de estar casada há quatro anos, Yejide percebe que não consegue engravidar; já tentou de tudo, tomou chás estranhos, consultou-se com médicos especialistas em fertilidade e curandeiros, procurou curas improváveis. A esse respeito, espera por um milagre e se sente cobrada todos os dias por todos os lados da sociedade, mas acredita que ainda há tempo. Enquanto isso, a família do marido, em especial a sua sogra, cobra insistentemente por uma criança para dar prosseguimento a linhagem familiar. O fato do irmão de Akin, um advogado, ser mais novo e ser pai com vários filhos complica a situação e a pressão.

Considera-se que para uma mulher ser assim denominada é preciso ter parido, e dar prosseguimento ao nome da família – caso contrário, deve ser castigada, desocupando o lugar de esposa para outra mulher saudável; ficando na posição de escanteada, marginalizada, diminuída e silenciada.

Acompanhada pela sogra, Yejide vai a inúmeros rituais para atrair fertilidade mesmo que isso acabasse com sua saúde física e mental. No fragmento abaixo, fica visível a visão de objetificação e identidade da mulher vista como reprodutora na sociedade nigeriana.

> Você já viu Deus em uma sala de parto parindo um bebê? Diga-me, Yejide, já viu Deus a maternidade? As mulheres fabricam crianças, e se você não consegue fazer isso então não passa de um homem. Ninguém deveria chamá-la de mulher [...] Se não

> pode ter filhos, basta permitir que meu Akin tenha filhos com Funmi. Veja, não estamos pedindo que você deixe de ocupar seu lugar na vida dele, estamos apenas dizendo que deveria chegar para o lado para que outra pessoa possa se sentar (Adébáyo, 2011, p. 47).

A família de Akin insiste que ele tenha uma outra esposa. Dessa forma, gera-se uma turbulência de emoções e a fragilidade do amor matrimonial. Surge uma segunda jovem moça para Akin – desconhecida de todos e apresentada a Yejide que, por sua vez, passa por uma gravidez psicológica gerando uma tensão na família que não acredita nela. Ela sabe que o único modo de salvar seu casamento é engravidando.

> Não pensei em Akin e no que ele diria, que eu estava ficando louca. Não pensei em Moomi, que me lembraria que eu não pisaria em terreno firme na casa de seu filho enquanto não lhe desse um filho. Não pensei nem mesmo em Funmi, que já poderia estar grávida. Olhei para a trouxa em meus braços e vi o rostinho do meu filho, senti o cheiro fresco de talco e acreditei (Adébáyo, 2011, p. 51).

Nesta linha de pensamento, a condição da mulher nigeriana provoca reações que podem ser observadas em relação ao seu corpo. Na obra *Fique comigo,* percebemos diversas atitudes contra as personagens nas quais o corpo se mostra como domínio do masculino e obrigatoriamente disposto à maternidade. Isso parte do pressuposto de um "corpo social", necessário para viver dentro de uma sociedade, e do qual o indivíduo não possui completo domínio e sofre influência de seu contexto social (Helman, 2009).

2. Reflexos da Nigéria Colonial

A partir do início das civilizações estruturadas em comunidades, surgiram interesses econômicos entre as nações que priorizavam conquista de territórios, poder e riquezas. Esses atributos foram cruciais na construção de identidades individuais e grupais, culturais e sociais entre as classes dominantes e a dos dominados. O cenário que se projetava para a época era o de que países com poder bélico potente passara a dominar a economia e colonizar partes do planeta trazendo para si a mão de obra barata, seus minérios e mercadorias valiosas (Marcelo, 2019).

De acordo com o congolês Elikia M'Bokolo (2011), um dos fatores que acelerou a invasão europeia foi a imagem inventada pelos europeus a respeito do continente africano como negativa. Para o autor, o poder público e a imprensa encorajaram isso através das expedições.

> [...] ficavam legitimadas a colonização, muito antes da corrida aos territórios, e todas as teorias sobre a incapacidade congênita dos africanos em igualarem os brancos em matéria de desenvol-

> vimento técnico e econômico ou de organização política teorias essas que iriam durar muito para lá da colonização (M'Bokolo, 2011, p. 323).

Neste sentido, um dos objetivos da colonização era inserir o continente africano em uma economia liderada pelos europeus. Em uma visão mais particular temos a Nigéria, que no ano de 1960 declarou sua independência do colonialismo britânico. Já em 1967 enfrentou uma guerra civil brutal mundialmente conhecida, a Guerra de Biafra, com destaque para a parte leste da Nigéria, composta pelo povo Igbo que buscou emancipar-se do restante do país como a República da Biafra (M'Bokolo, (2011).

Mesmo depois de anos como colônia britânica, a Nigéria continua a sofrer as consequências de sua colonização, transitando entre o choque da cultura ocidental e oriental. Como acontece entre Yejide e Akin que optam pela monogamia e os preceitos ocidentais enquanto que seus pais obedecem às normas da cultural local. A Nigéria, colonizada por diversos países europeus, sobretudo a Inglaterra, carrega em sua história os reflexos desta colonização (Marcelo, 2019).

Outro efeito negativo que a colonização britânica trouxe foi a perda de sua independência política, fragilidade na identidade individual, na sua soberania, assim como aconteceu com outros países do continente africano. Essas perdas motivaram muitas lutas, que culminaram em conflitos intensos. Por outro lado, ao longo de árduos anos de luta, a cultura nigeriana extrapolou suas fronteiras, tendo obras como Fique comigo de exemplo e se tornado conhecidas por diversas nacionalidades.

Como esclarece Fanon (1952, p. 186), "em alguns países, o negro penetrou a cultura". O que muda são as formas como isso veio acontecer – no caso do Brasil, por exemplo, a herança da cultura nigeriana vem da escravidão. A religião do Candomblé foi introduzida no Brasil por africanos escravizados, muitos dos quais eram iorubá, conhecidos aqui como nagôs. Temos então como exemlo a presença da cultura de um país colonizado dentro de outro país colonizado.

Nas entrelinhas ideológicas vemos a Nigéria em um cenário político-econômico conflituosos associada a conflitos internos e externos em que famílias que habitam nas aldeias foram levadas a cidades sem recurso como Lagos, e além da dificuldade de promover alimento, existe o comportamento sociocultural reprodutivo de constituir famílias numerosas – aspecto fundamental em um casamento bem sucedido para a etnia Igbo.

Como identificam Martins e Martins (2021), as mulheres, em tais circunstâncias e contexto, são pressionadas a gerar renda, as dificuldades eram ainda maiores, considerando a responsabilidade com a criação e educação dos filhos.

3. A posição da mulher em *Fique comigo*

Como já assinalado anteriormente, por meio da obra é possível saber mais sobre a tensão política e o cotidiano da Nigéria, e também sobre suas características culturais – relembrando que Yejide e Akin se conhecem em Ifé, a mais antiga cidade iorubá. Ifé é solo sagrado para os iorubá, que a consideram sua capital religiosa.

De acordo com Resende (2013), através das cenas que se passam em um livro, vamos conhecendo mais sobre aquele país. Além disso, temos contato direto com a realidade da mulher nigeriana, num contexto de subjugação que aparece muito nos estudos pós-coloniais a serem descritos em breve.

> Os estudos pós-coloniais, em sua intersecção com o feminismo, valorizam o marco histórico em que se dá a produção e a historiografia literária dos países que experimentaram o processo de colonização. A intenção de estudar essa produção se justifica, a princípio, pela própria preocupação que se verifica entre os escritores africanos em suas frequentes incursões sobre a relação entre literatura e história, pela qual buscam redescobrir o passado (RAMIREZ, 1999) e reinventar a nação, bem como combater as versões deturpadas e clichês sobre a África erigidos pelo Ocidente. Entre esses lugares-comuns, vê-se a África descrita como espaço misterioso e pleno de perigos, cuja população atua como mero elemento da paisagem geral aos olhos e a serviço do homem europeu (Resende, 2013, p. 8).

As mulheres foram duplamente oprimidas na Nigéria: primeiro por suas tribos, que possuem um histórico de violência, e depois por seus colonizadores. São séculos de exploração, de sofrimento. *Fique Comigo* demonstra ainda a dor do amor matrimonial rompido por pressões sociais, devido à poligamia forçada no contexto dos personagens (Resende, 2013).

Do ponto de vista da maternidade, o livro mostra como os filhos representam para os pais uma herança, um troféu, um legado importante a ser deixado no mundo para preservar a memória, como reflete a personagem Yejide ao dizer que "às vezes acho que temos filhos porque queremos deixar alguém que possa explicar ao mundo quem éramos depois que morremos" (Adébáyò, 2017, p. 121).

Isto posto, há uma crença muito forte na Nigéria de que um casamento não é completo sem a presença de um filho. Essa relação com os filhos faz parte do contexto do país, mas também se assemelha à relação com a maternidade em outras culturas, tornando o livro um objeto de identificação para os mais diversos leitores.

4. O viés do pós-colonialismo

Observa-se assim que trazendo uma retrospectiva acerca do discurso colonial, existe um embate cultural da diferença que procura conferir autoridade nos hibridismos culturais. Isso é demonstrado no uso de estereótipos, que podem ser considerados como uma forma de conhecimento em conjunturas discursivas embasando a marginalização e discriminação com políticas de hierarquização racial e cultural como aparatos de poder.

> Isto pode gerar uma relação de opressão onde, a partir do olhar da maioria, o "outro" (minoria) se apresenta com uma conotação

> negativa, e a "maioria", uma positiva. As pessoas não podem ser como querem; têm que ser como a maioria (e.g., casar com uma pessoa do sexo oposto; não abusar de drogas ilícitas), ou serão consideradas desviantes, inadaptadas ou marginais. Nessa relação de opressão, os estereótipos surgem e se cristalizam. Como discute Hall (1997), estereotipar faz parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre o "normal" e o "desviante", o "normal" e o "patológico", o "aceitável" e o "inaceitável", o que "pertence" e o que "não pertence", o "nós" e o "eles". Estereotipar reduz, essencializa, naturaliza e conserta as 'diferenças', excluindo ou expelindo tudo aquilo que não se enquadra, tudo aquilo que é diferente (Roso *et al*., 2002, p.78).

Vale salientar, no entanto, que a escolha das perspectivas pós-colonialistas não invalida outras interpretações teóricas. O pós-colonialismo dá um tratamento adequado à prática discursiva que reforce o padrão de dominação colonial e as práticas de resistência evidenciadas na obra. O que se traz aqui é uma interpretação dentre tantas outras possíveis.

Como a obra *Fique comigo* da Ayòbámi Adébáyò contribui para o debate pós-colonial? O contexto pós-colonial leva em consideração a lógica do pensamento colonial e sua mensagem de poder. A depreciação do ser humano baseada em inferioridade moral e biológica influenciou, pelo discurso, as representações sociais. A tradição sociocultural de imagens negativas sobre o outro inferiorizado; mulheres, idosos e crianças explicam e debatem a persistência dos padrões dominantes no discurso contemporâneo como acontece na literatura nigeriana em questão (Andrighetto, 2017).

As perspectivas pós-colonialistas permitem compreender o motivo dos silêncios das nigerianas em torno de questões centrais da cultura exemplificados na personagem Yejide, como a submissão e obediência às regras da sociedade em que está inserida. Além disso, temos no livro a personagem Funmi, que vem a se tornar a segunda esposa de Akin e, ao ver que Yejide, a primeira esposa, finalmente engravidou enquanto ela continua sem prover filhos, comete suicídio. Esses exemplos reforçam a pressão social que existe em torno destas mulheres no contexto do casamento e da maternidade.

Obras de ficção podem ser formas de manter ou de transformar imagens construídas acerca de países colonizados. Como afirma Daise Dias (2008, p. 7), "a construção de uma imagem estereotipada para os povos colonizados é uma ferramenta importante na construção da ordem tanto interna quanto externa à metrópole, por que, dentre outros pontos distorce a condição primeira do subjugado". Ter livros de autores nativos desses países sendo publicados ao redor do mundo rompe com esses estereótipos, permitindo um maior acesso à cultura originária.

Esse é um reflexo do avanço das tecnologias digitais que facilitaram a popularização de diversos artistas. Uma vez viralizada em um ponto do globo, torna-se aquela obra um desejo de diversos internautas que conheceram aquele trabalho através da internet. E nem é necessário esperar a cópia física, já que os arquivos digitais têm ganhado cada vez mais adeptos.

Considerando que a ficção literária é uma forma de entretenimento para milhões de leitores, essa ascensão de textos não coloniais permite um contato natural com diversas perspectivas, para além da curiosidade acadêmica/científica. Não é necessário ver um documentário ou ler um artigo para romper com a lógica colonial; isso também acontece através daquilo que consumimos nos momentos de lazer. Os conflitos apresentados na obra muito se enquadram na discussão pós-colonial, considerando que:

> O pós-colonialismo seja uma narrativa que faz oposição ao eurocentrismo, que se baseia na ideia de que os países da Europa Ocidental seriam culturalmente mais evoluídos e mais civilizados e que deveriam, dessa forma, administrar as periferias, justificando que as margens são inexperientes e precisariam de controle para o processo civilizatório, naturalizando a dominação do homem (Santana, 2021, p. 18).

Lembremos que um dos primeiros embates da história envolve a cultura poligâmica da Nigéria, que vai de encontro aos princípios de Yejide em relação ao amor e casamento. Akin, seu esposo, demonstra concordar com ela; entretanto, certas pressões sociais acabam mexendo com essa percepção do casal. A discussão sobre o tema entra na vida do casal principalmente pelo fato de, após quatro anos de casados, eles ainda não terem filhos. Dentro da cultura nigeriana da época esse fato acaba sendo bastante mal visto, principalmente pelos familiares do casal, o que provoca certa instabilidade.

O uso do pós-colonial é central para problematizar e chegar a reflexões profundas e revisitar a marcha da história nigeriana, exigindo-se uma revisão crítica de conceitos hegemônicos e a necessidade de repensar o passado com perspectivas futuras. A literatura de Adébáyo está envolvida nos debates pós-coloniais projetando uma narrativa de impossibilidade do lugar de direito da mulher, e lugar de fala em um sistema de relações de poder.

Bhabha (1990) afirma que os projetos nacionais trazem um fardo de silêncios e esquecimentos, no caso da Nigéria recai sobre as mulheres, pela vitimização, imagens de desprivilegiadas sujeitas à dominação do homem e da sociedade. Uma análise corroborada no papel da mulher nigeriana submissa, com funções rigorosas e delimitadas.

Dentro desta narrativa, a protagonista Yejide é por vezes silenciada, sendo os seus desejos raramente respeitados. Em outros termos, não existe diálogo, mas uma dominação violenta da sociedade à identidade individual.

Pode-se observar que toda a população nativa nigeriana passou por opressão, entretanto, as mulheres sempre se encontram em posição ainda mais vulnerável.

> É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (Spivak, 1985, p. 66-67).

Para a autora indiana pós-colonial Gayatri Spivak, o sujeito subalterno pertence às camadas mais frágeis da sociedade e essa situação é mais arduamente imposta às mulheres, visto que a " mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir" (Spivak, 2010, p. 15).

Ao mesmo tempo, por se passar em um período histórico conturbado, por vezes no livro o contexto ssociopolítico se sobrepõe aos problemas pessoais dos personagens, assim como eles não conseguem transcender às pressões sociais e acabam se submetendo a situações contra a sua vontade. Eles se encontram aprisionados a uma vida em que suas vontades não possuem significado.

Dito isso, Yejide luta para assegurar seu posto de esposa. Firme no seu direito e corajosamente, ela recorre a algo extremo e engravida do cunhado, que se coloca como disponível para tentar garantir uma fecundação, tendo isso como a última esperança de se libertar da pressão a que está submetida e cumprir com as cobranças das tradições culturais trazendo um herdeiro para a família. Por duas vezes ela consegue engravidar, mas as crianças faleceram devido a uma condição genética. Na terceira vez, Yejide já se vê numa outra posição, pessimista, delegando a responsabilidade de cuidar da criança ao seu marido, Akin, pois ela mesma já não se vê em condições de criar a filha.

Finalmente, neste artigo, considera-se que a obra traz a possibilidade de se construir um debate pós-colonial no contexto das mulheres nigerianas, passo este fundamental para o processo de formação dos seus direitos, consciente de que a igualdade apresenta ainda lacunas, mas que a repercussão de livros como os de Ayobami Adebayo contribui para a disseminação de novas ideias e discussões.

5. Considerações Finais

À guisa de arrematar as elucubrações postas neste artigo, trazemos as seguir algumas considerações que julgamos relevantes.

Em primeiro lugar, faz-se mister assinalar que o mercado literário é também marcado por relações de poder, numa dinâmica dicotômica entre classe dominante e classe dominada, entre colonizadores e colonizados. Obras de países que não pertencem ao eixo Europa-EUA foram por vezes consideradas excêntricas, de uma realidade distante, de qualidade inferior. Entretanto, aos poucos, isso tem mudado.

O debate sobre o papel da literatura ficcional para a construção pós-colonial permeia diversos pontos de análise, tendo apenas alguns deles sido explorados aqui. Ler obras escritas por autores nativos como a que analisamos, significa também dar voz a eles e seus personagens, ter contato com outras culturas, outras lógicas sociais, outros parâmetros de comparação. Não é mais necessário aceitar as imposições de valores e crenças eurocêntricas, e a ascensão da literatura nigeriana tem demonstrado isso.

A autora nigeriana Ayòbámi Adébáyò apresenta-se insatisfeita com as condições do casamento em seu país, e demonstra isso ao narrar esta história de temática polêmica: a obrigatoriedade da maternidade que recai sobre Yejide, atribuindo-se a culpa somente ao sexo feminino e nunca ao masculino; situações em que as mulheres tem seus corpos comandados e julgados pela sociedade. A obra demonstra que Yejide foi considerada um fracasso e só foi respeitada como uma mulher bem-sucedida e feliz quando se tornou mãe.

Pode-se concluir que o debate pós-colonial dá voz às mulheres subalternas como Yejide, que criticam a sociedade patriarcal nigeriana, no qual relatam suas experiências e demandas para tecer suas histórias de sobrevivência em meio às pressões ditadas pela sociedade.

Referências

ADÉBÁYO, Ayòbámi. ***Fique comigo***. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

BHABHA, Homi K. ***Nation and narration***. London: Routledge. 1990.

DIAS, Daise L. F. ***A ideologia imperialista na Literatura Colonial Inglesa***. Revista de Humanidades, UFRN. Rio Grande do Norte, v. 9 n. 24, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/1914093/A_IDEOLOGIA_IMPERIALISTA_NA_LITERATURA_COLONIAL_INGLESA

FALLER, Thalia. ***Escritoras dos emaranhados dos temos narrativas de identidades em buchi emecheta, sefi atta e Ayòbámi Adébáyò*** (Nigéria, 1970 – 2017). Dissertação de mestrado programa de Pós Graduação em História**.** UFFS. 2023.

FANON, Frantz. ***Pele negra, máscaras brancas***. São Paulo: Ubu editora, 2020.

HELMAN, G. CECIL. ***Cultura, saúde e doença***. Editora Artmed, Edição 5, 2009.

MARCELO, Nathalia Almeida. Nigéria no século XX e as marcas da colonização: uma Análise de Hibisco Roxo de Chimamanda Ngozi Adichie. ***Revista Humanidades e Inovação***. V. 06, n. 8. 2019.

MARTINS, Waleska Rodrigues de Matos; MARTINS, Sergio Ricardo Oliveira. Nem so útero, nem só sexo: o coro e a condição feminina na literatura de Buchi Emecheta. UBA. ***Afro-A'sia***. n. 64. 2021.

M'BOKOLO, Elikia. ***Africa negra: história e civilizações***. V. 2. Salvador: EDUFBA; São Paulo: casa das Áfricas. 2011.

RESENDE, Roberta M. ***Gênero e nação na ficção de Chimamanda Ngozi Adichie.*** UFSJ: Agosto de 2013. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/Dissertacao%20Roberta.pdf

ROSO, A.; Strey, M.N.; GUARESCHI, P.; e BUENO, S.M.N. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. ***Psicologia & Sociedade***. 14 (2): 74-94; jul./dez.2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/ScgBPSCs36N664M84wRY7hw/?lang=pt#

SANTANA, M. L. N.. Mas o que é mesmo pós-colonial? ***Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Cidadania,*** v. 42, p. 18-19, 2021.

SANTOS, Danielle. F. dos; ALVES, Elis Regina Fernandes. A imposição da maternidade e o fracasso na Nigéria moderna em Fique Comigo (2017), de Ayobámi Adébáyò. ***Travessias Interativas.*** ISSN 2236-7403. N. 25 vol. 12. 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. ***Pode o subalterno falar?.*** Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

Uma análise histórico-literária da metáfora do escravizado nos romances A *escrava Isaura* e *Úrsula*: posições díspares

A historical-literary analysis of the metaphor of the slave in the romances "The slave Isaura" and "Úrsula": disparate positions

Un análisis histórico-literario de la metáfora del esclavo en los romances "la esclava Isaura" y "Úrsula": posiciones disparas

Robson Anselmo Tavares de Melo[1]
Luciana Pereira da Silva[2]
Edvaldo Vieira de Souza Junior[3]

Resumo

MELO, R. A. T. de. Uma análise histórico-literária da metáfora do escravizado nos romances A escrava Isaura e Úrsula: posições díspares. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 87-112, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2217

Este artigo se propõe a uma discussão multidisciplinar sobre a metáfora do escravizado nos romances A escrava Isaura, do mineiro Bernardo Guimarães, e Úrsula, da maranhense Maria Firmina dos Reis. A linguística, a literatura e a história entrelaçam-se contribuindo sobremaneira a partir de sua ótica. Da linguística, advém o conceito de metáfora a partir dos estudos de Roman Jakobson; da literatura, a reflexão a partir do Romantismo; e da história, a contextualização e revisionismo dos fatos pró abolicionismo. Ademais, vale salientar que insertos no movimento literário Romantismo, os romances em questão possuem posturas díspares no que concerne a tessitura do escravizado.

Palavras-chave: Metáfora. Escravizado. *Escrava Isaura*. *Úrsula*. Multidisciplinar.

Abstract

MELO, R. A. T. de. A historical-literary analysis of the metaphor of the slave in the romances "The slave Isaura" and "Úrsula": disparate positions. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 87-112, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2217

This article proposes a multidisciplinary discussion on the metaphor of the enslaved in the novels A escrava Isaura, by Bernardo Guimarães from Minas Gerais,

1 Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. E-mail: robsonportilit@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3789-4250
2 Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: lu06pereira@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3520-4156
3 Doutor em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: edvaldovieira959@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7798-1201

and Úrsula, from Maria Firmina dos Reis from Maranhão. Linguistics, literature and history intertwine, contributing greatly from his perspective. From linguistics, the concept of metaphor comes from the studies of Roman Jakobson; of literature, reflection from Romanticism and history, contextualization and revisionism of pro-abolitionist facts. Furthermore, it is worth highlighting that as part of the Romanticism movement, the novels in question have different positions regarding the fabric of the enslaved.

Keywords: Metaphor. Enslaved. *Slave Isaura. Ursula*. Multidisciplinary.

Resumen

MELO, R. A. T. de. Un análisis histórico-literario de la metáfora del esclavo en los romances "la esclava Isaura" y "Úrsula": posiciones disparas: disparate positions. Rev. C&Trópico, v. 48, n. 2, p. 87-112, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2217

Este artículo propone una discusión multidisciplinaria sobre la metáfora del esclavizado en las novelas A escrava Isaura, del minero Bernardo Guimarães, y Úrsula, de Maria Firmina dos Reis de Maranhão. Lingüística, literatura e historia se entrelazan aportando mucho desde su perspectiva. Desde la lingüística, el concepto de metáfora proviene de los estudios de Roman Jakobson; de la literatura, reflexión desde el Romanticismo y la historia, contextualización y revisionismo de hechos proabolicionistas. Además, vale la pena resaltar que como parte del movimiento Romanticismo, las novelas en cuestión tienen diferentes posiciones respecto del tejido de los esclavizados.

Palabras clave: Metáfora. Esclavizado. *Esclava Isaura. Úrsula*. Multidisciplinario.

Data de submissão: 30/10/2023
Data de aceite: 11/10/2024

1. Introdução

A figura do escravizado não foi introduzida na literatura brasileira a partir do Movimento literário denominado Romantismo – século XIX – uma vez que, anterior a esse movimento, outros textos, como por exemplo, no Barroco (século XVII), com os sermões do Padre Antônio Vieira, já estava presente: "Em um engenho sois imitadores de Cristo Crucificado: porque padeceis de um modo muito semelhante ao que o mesmo senhor padeceu na sua cruz. [...]." *Sermão em que compara o sofrimento dos escravizados ao de Cristo.* Outro movimento anterior ao Romantismo em que tal figura já aparece é o Arcadismo (século XVIII). Temos, como exemplo, versos de *Marília de Dirceu*: "Tu não verás, Marília, cem cativos/ Tirarem o cascalho, e a rica, terra". (Gonzaga, [s.d.]). Todavia, é, no romance de folhetins, gênero esse que ganhou

forte notoriedade entre a classe burguesa especialmente no século XIX. Os folhetins caíram no gosto da classe dominante do Brasil no segundo império. Histórias fáceis, personagens lineares, desencontros amorosos, rapazes galantes, velhas fofoqueiras, cenários diversos de um Brasil que buscava seu reflexo nesse gênero oriundo da Europa. O tempero folhetinesco agradava sobremaneira a duas parcelas da sociedade: a mulher burguesa e os estudantes. Entre tantos personagens, emerge também a figura do escravizado, não raro como personagem sem tanta importância para trama. Todavia, Bernardo Guimarães e Maria Firmina dos Reis – escritores selecionados em nossa discussão – são alguns dos escritores que utilizaram em suas penas tais personagens. Embora *grosso modo* sejam, didaticamente, insertos no mesmo movimento artístico-literário, concebem as personagens escravizadas *psicologicamente*[4] díspares. Pois, Guimarães com sua *A escrava Isaura*, 1875, como veremos, não deu a dimensão que Reis em sua *Úrsula*, 1859, dera.

Salientamos que a proposta de nosso estudo se caracteriza como multidisciplinar uma vez que se entrelaçam pesquisas da linguística estrutural, da literatura brasileira e da história do Brasil aos estudos da língua(gem) desenvolvidos pelo russo Roman Jakobson especificamente os polos metafóricos e metonímicos, respectivamente baseados nos eixos associativos e sintagmáticos, do genebrino Ferdinand de Saussure. Ademais, destacamos que para Jakobson a poética é um evento linguístico. Assim, no tocante aos estudos de Jakobson nos basearemos em seus artigos *Os dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia* em que discute sobre os respectivos polos, e, *Linguística e poética* em que reflete sobre a indissociabilidade dos estudos da poética dos da linguística. Ainda sobre o caráter multidisciplinar deste estudo, ressaltamos a presença da história nacional em especial através de sua vertente revisionista uma vez que para entendermos a diferença metafórica do escravizado nos folhetins dos autores supracitados, faz-se mister conhecer o panorama histórico do Brasil no século XIX (período esse da publicação das narrativas em questão) em especial sobre os movimentos abolicionistas que ganhavam as ruas em todas as esferas sociais. Ainda no que concerne ao elemento histórico, é de suma importância sua presença nessa discussão uma vez que proporcionará uma visão holística sobre a contextualização histórica do período da escritura das respectivas obras, pois a literatura não anda a reboque da história, mas reflete, não raro, o momento histórico em que está inserida. Com os óculos teóricos da linguística, poética e história, procuraremos ofertar ao leitor uma visão mais analítica de como os folhetins do mineiro Bernardo Guimarães e da maranhense Maria Firmina dos Reis concebem a figura do escravizado.

2. A *metáfora* e a linguística estrutural

Para iniciar nossa discussão sobre a *metáfora* nos estudos do russo Roman Jakobson (1896-1982), faz-se essencial entendermos que tal conceito advém da

4 A respectiva palavra não foi empregada no sentido em que o Realismo literário a emprega, pois como são obras didaticamente inseridas no movimento Romântico no qual predomina as personagens lineares. Tal palavra não se refere aqui ao mundo interno das personagens, mas sim à consciência ou não de sua condição de escravizado.

linguística estrutural, e foi, justamente, forjado com base nas pesquisas de outro linguista – Ferdinand de Saussure (1857-1913). Ressaltamos que chamamos de linguística estrutural àquela que foi inaugurada a partir da publicação *post mortem* dos estudos apresentados nos seminários ministrados na Universidade de Genebra pelo também suíço Saussure. Tais seminários ocorreram entre 1907 a 1911 e foram copilados em 1916 – *Curso de linguística geral* (CLG) – por dois de seus discípulos Charles Bally (1865-1947) e Albert Schehaye (1870-1947) com a colaboração de um partícipe dos seminários Albert Riedlinger (1882-1978). Bally e Schehaye não participaram dos seminários, tiveram acesso aos cadernos de alguns dos estudantes partícipes. Tão impactante foi essa compilação que valeu a Saussure o epíteto de *o mestre genebrino* uma vez que o *CLG* deu aos estudos da língua(gem) um corte epistemológico; não que tais estudos tenham surgido a partir dele. Pois, os estudos da língua(gem) já tinham uma longa tradição histórica de mais de 2 mil anos, pois gregos, romanos, hindus etc já tinham interesses nos estudos da língua(gem). Pontuamos que os estudos desenvolvidos anterior aos do *mestre genebrino* estavam atrelados a outros interesses epistemológicos que não, propriamente, os da língua(gem) em si.

Como expõe Weedwood (2002), a linguística é o estudo científico da língua(-gem). Essa palavra, segundo a autora, começou a ser usada em meados do século XIX para enfatizar a diferença entre uma abordagem mais inovadora do estudo da língua(-gem), que estava se desenvolvendo na época com a efervescência dos estudos positivistas, e, a de uma abordagem mais tradicional da filologia, isto é, um caráter mais histórico-comparatista. Prossegue a autora: "a linguística como ciência autônoma, dotada de princípios e de metodologias investigativas consistentes, e a gramática tradicional" (Weedwood, 2002, p. 9). No tocante a essa autonomia da linguística em relação a outras ciências/interesses, Saussure pontua que o objeto de estudo da linguística é a língua "Para atribuir à língua o primeiro lugar no estudo da linguagem, pode-se, enfim, fazer valer o primeiro lugar no estudo da linguagem, de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de um instrumento criado e fornecido pela coletividade". (Saussure, 2012, p. 42).

Assim, a publicação do *Curso* representou uma "revolução copérnica" visto que os estudos anteriores eram voltados à representação do signo com o referente. Saussure traz à baila o conceito de signo linguístico, realidade formada por *significante* e *significado*, respectivamente, *imagem fônica* e o *conceito*. Esse conceito inaugura a arbitrariedade do signo, ou seja, para o linguista o signo não pretende assemelhar-se ao referente. Sobre a arbitrariedade do signo, Saussure discorre "[...] une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é um som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som [...]" (Saussure, 2012, p. 106). Afirma Castelar de Carvalho (2013, p. 23): "O grande mérito de Saussure está, antes de tudo, no seu caráter metodológico, um prolongamento de uma personalidade perfeccionista". O autor discorre ainda que os estudos de Saussure dispostos no *CLG* são: língua/fala; sincronia/diacronia; relações associativas/relações sintagmáticas. Sobre essas últimas – relações – iluminaram as pesquisas de Jakobson para desenvolvimentos de seus estudos dos polos *metafórico* (substituição) e *metonímico* (contiguidade) tão caros para a nossa investigação, com destaque ao metafórico.

3. Roman Jakobson: o poeta da linguística

Na seção anterior, discorremos sobre a relação da *metáfora* (similaridade) e a linguística estrutural. Ciência essa que ganhou novo fôlego renovador com a publicação dos estudos – *seminários* – do genebrino Ferdinand de Saussure por dois de seus discípulos. Essa publicação renovou os estudos relativos à língua(gem), passando doravante à linguística estrutural "moderna". Moderna devido a esse novo direcionamento que a ciência recebera com as pesquisas/ reflexões de Saussure.

Consoante Depecker (2012, p. 27), "além do mais, a linguística foi erigida como modelo das ciências humanas. Significa dizer que Saussure inspirou o conjunto dessas ciências até os nossos dias". Dessa forma, a linguística, como esclarece Saussure (2012), não está circunscrita apenas ao universo da língua(gem), pois tem relações estreitas com outras ciências, que tanto lhe tomam emprestados como lhe fornecem dados. Ele afirma "[...] a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro. Seria inadmissível que seu estudo se tornasse exclusivo de alguns especialistas" (Saussure, 2012, p. 38).

O nome de Jakobson, conforme Blikstein (1988), ecoa nos estudos da língua(gem) como um linguista que não se circunscreveu às instâncias da linguística de teor estrutural, ou seja, aquela que estuda a língua como sistema de relações: "[...] a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas" (Saussure, 2012, p. 23). Ademais, salientamos que o nome de Jakobson está, intimamente, ligado ao *Ciclo Linguístico de Moscou*. Grupo de estudos esse que nasceu, sobretudo da preocupação de jovens intelectuais russos da década de 1910-1920 com o aspecto simbólico do som na poesia. Voltavam-se os participantes desse grupo com especial atenção para a substancialidade do poema, para a arquitetura formal, por assim dizer, razão essa que foram chamados depreciativamente de "formalistas" pelos que defendiam um rígido sociologismo no campo dos estudos literários.

Ressalta Blikstein (1988, 10): "o epíteto foi aceito desafiadoramente pelos integrantes do Círculo, que todavia nada tinham de formalistas no sentido pejorativo da palavra: malgrado sua preocupação com o elemento sonoro na estrutura poética".

4. Os 388 anos de escravidão no Brasil: uma mancha indelével

No dia 15 de agosto de 2023, faleceu aos noventa anos na Serra do Rio Grande do Sul a atriz Léa Garcia que deu vida à vilã Rosa, de "Escrava Isaura" personagem do folhetim entre os anos de 1976/77 na TV Globo. Léa foi uma das grandes atrizes negras da televisão brasileira que conseguiram através da sua eloquência cultural fortalecer em sete décadas uma brilhante carreira associada a luta contra o racismo estrutural brasileiro e a sua infundada negação.

Entrementes, a telenovela em questão, ambientada no século XIX trouxe à baila a personagem Rosa, uma negra escravizada que preocupava a elite senhorial por não raro delirar entre a maldade e a sedução por algo que é estranho a sua consciência,

mas prisioneiro e essencial a estrutura de dominação, vejamos: conviver e respeitar os privilégios de uma escrava de pele branca, enquanto negra e afrodescendente, isto é, existe em meu entorno um outro corpo escravizado que escapa aos padrões da senzala. Talvez seja interessante observar que, não deveria existir distinção, entre Rosa e Isaura, pois ambas são mulheres escravizadas. Então, para Rosa se estabelece o dilema: Como suportar o cotidiano com Isaura, se eu Rosa não sou livre ao evento do meu nascimento e sobrevivo em completo desamparo com restante de toda a senzala.

Assim, Rosa deseja se expressar a partir da lógica da ordem escravista, tanto ela como Isaura em decorrência de serem tratados como "coisas" (e não pessoas) são tristemente considerados como bens semoventes independente da sua mestiçagem ou branqueamento. Aqui, a negra Rosa nutri a visão da transgressão as barreiras da vergonha e do nojo a Isaura, do horror e do perverso. A sua grande questão em todo o folhetim é de que a escravidão tem algo que é inaturável, expressão do desejo econômico patriarcal, uma lógica que pensa o humano como algo que é útil e necessário. Com efeito, recalca, censura e esconde a reprodução de uma dinâmica social que baliza o ódio e mascara o lugar de Isaura na sociedade pelo seu incomum branqueamento um campo que foge da realidade construída na ordem escravista que separa e destrói os corpos da população negra, com um fatalismo quase sempre inferido erroneamente como apatia e resignação por teorias científico-disciplinares de cunho racistas[5].

Nesse contexto, a novela acompanha o processo da abolição que começava a ganhar corpo no país pelas mãos de muitos abolicionistas, entre eles o pernambucano Joaquim Nabuco. Na verdade, ressalta-se que havia uma distância entre a realidade jurídica pretendida pelos líderes abolicionistas e doravante sintetizada em um Estado escravista imperial por volta do final do Dezenove, no qual se via explodir muitos arbitramentos judiciais em decorrência das condições históricas, objetivas, das leis antiescravistas que embaralha o poder jurídico dos senhores em alforriar a partir do seu direito de propriedade.

Em outras palavras, essas condições subverteram inteiramente uma efetiva ruptura com o sistema de poder patriarcal que continuou presente e direcionando a justiça social não para uma sociedade multirracial de comunhão entre diferentes, mas que foi fundamentalmente absolvida por um racismo de base econômica que pautava corpos como escravo-coisa e que agora nega a existência do outro.

Assim, essa dificuldade recalca, censura e esconde a reprodução de uma dinâmica social que baliza o ódio e máscara o incomum branqueamento de uma escravizada que o folhetim produziu como uma doce moça branca de comportamento cândido religioso, portanto, incapaz de uma maldade com a outra, também como ela escravizada. Nessa perspectiva freyreana, se o conflito existe não deriva da existência do branco, pois esse a todo custo dentro do projeto colonizador sempre procurou ordenar as relações de exploração da mão de obra cativa com um afeto de quem deseja o doce açúcar da cana, mesmo que escamoteando a realidade em troca de um convívio

5 Segundo Lilia Schwarcz (1993), as teorias raciais europeias como o evolucionismo, o positivismo, o naturalismo, o social darwinismo, começam a difundir-se a partir dos anos de 1870. Nesse contexto, se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimaram as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata.

harmonioso e sem fraturas. Tal proposta advém do mito de democracia racial que o respectivo autor imprimiu em sua célebre obra *Casa grande e senzala*. Obra essa Publicada originalmente em 1933.

Diante disso, observa-se que, a liberdade total dos povos da diáspora africana escravizados no Brasil ainda é um movimento social dentro de um conjunto de realizações que manifestam o objeto de saber e a consciência conquistada na esfera social e política sobre aqueles que insistem em tratar o racismo estrutural com relatos e narrativas apenas comemorativas. O motivo desse problema, em linhas gerais, refere-se a um gradiente de cor que estava estabelecido na figura do mulato brasileiro que teve seu corpo colocado como um ser movente entre homens que vestiam tecidos importados e faziam parte de uma estrutura randômica e patriarcal que na essência não vai sofrer alteração demográfica até a chegada dos imigrantes branqueadores da população, principalmente no centro-sul do país.

Dessa forma, por pressão dos ingleses, o patriarcado latifundiário foi obrigado a repensar a escravidão e as grandes empresas marítimas ligadas ao tráfico aceitam terminar, ao menos oficialmente, transumância de corpos pretos da África para o Brasil. Todavia, no ano de 1831 é votado o fim do tráfico. Entrementes, no Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia, surge um negócio de tráfico semiclandestino de escravizados africanos. Sendo que, os números indicam que houve um decréscimo de 60 mil africanos desembarcados, em 1849, para 6 mil em 1851.

Por outro lado, o processo abolicionista que teve como propósito a luta contra a escravidão mesmo com os seus limites não teve forças suficientes para advir uma participação mais efetiva dos povos da diáspora africana que aqui foram trazidos para terem seus corpos subalternizados a fim de atender um projeto etnocêntrico e eurocêntrico do colonizador português. É sob essa bandeira que no Oitocentos vai emergir um propósito de liberdade que destoa em esforços múltiplos do projeto humanista coletivo da procura do bem e da justiça apregoado pela soteriologia jesuíta.

O que se precisa moderar, são os efeitos dessa resistência que se dizia progressista dentro de uma nação escravocrata e patriarcal na sua ênfase. Ademais, observando as estatísticas da população escravizada é possível aferir que na segunda metade do século XIX ela estava concentrada nas três províncias produtoras de café, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Thomas Skidmore (2012), nenhuma dessas regiões tinha menos de 27% de escravos na população geral. Confirmando esse dado, Robert Slenes afirma: "O auge desse movimento de transferência interna de escravizados ocorreu entre 1873 e 1881, quando 90 mil negros, numa média de 10 mil por ano, entraram na região, principalmente através de portos do Rio de Janeiro e de Santos". (Chalhoub,1990, p. 50).

Diante disso, como a procura por braços sempre foi altíssima nas províncias do Sudeste, e pelo ciclo dessa quantificação os métodos disciplinares vão desembocar em racismo de penalidade perpétua. Em outras palavras, um problema de difícil solução. Sobretudo porque, o movimento abolicionista quando começa a ganhar opiniões de apoio para uma lei definitiva a favor dos negros, foi algo naturalmente percebido como consequência dos novos interesses econômicos senhoriais. Nesse sentido, no final do século XIX, será bem comum denúncias de violência contra negros feitas por

abolicionistas contra senhores que acreditavam na falência do país sem a força dos braços africanos. Esse conjunto de fatores foi responsável por uma visão do negro como massa: incontinente, vagabundo e criminoso.

Não obstante, muitas vezes se afirma um arquétipo de sociedade que tem o indivíduo branco, machista e patriarcal como sujeito jurídico e isolado da diversidade cultural e de uma representatividade negra. Dessa forma, a sociedade que se apresenta hoje é tomada das formas de poder orgânico para o qual a diferença é pertinente ao status de uma democracia calculável que tem como princípio a manutenção dos sistemas. Mas não se deve esquecer que existe uma intervenção social do movimento negro contra o racismo, que inclui entre outras coisas visitas às famílias vítimas de preconceito racial, e a enorme disposição para o embate em busca da dignidade do povo preto de erguer a mão, a cabeça e não ficar mais calado.

Nesses processos, as pessoas relatam histórias cotidianas de discriminação que não chamavam a atenção da mídia. Logo, o Brasil ainda se encontra sendo lembrado como uma nação cruel e ingrata com os seus filhos negros, um prelúdio assombroso, uma realidade fabricada que continua gerando a perda de gerações de homens negros da periferia.

5. Os movimentos abolicionistas brasileiros

O esvaziamento do conceito a todo e qualquer trabalho compulsório do mundo contemporâneo, verificado, consequentemente, a partir da concepção liberal tornariam perfeitamente possível neutralizar o que fosse diferente do trabalho livre universal. Assim, posterior a Revolução Industrial que ora se inicia na Inglaterra no século XVIII e rapidamente se espalha pela Europa, trouxe o remédio acurado pelo Estado Moderno, que decretando em teoria o fim da escravidão propõe através das instituições políticas e com o peso da pena a inserção do indivíduo na vida econômico material. Ou dito, de outra maneira, ficou definido a incontornável mudança das sociedades modernas na efetiva organização e emprego do trabalho livre.

Tais mudanças, em seu bojo continham para o seu ideal funcionamento regras de intercâmbio de preceitos morais típicas de um liberalismo clássico inglês que por pressão exigia do Brasil a extinção do tráfico internacional[6]. Dessa maneira, os desgastes da escravidão nos fins do século XIX fica-se impressionado com o crescente números de revoltas com simbolismo de sangue, as notícias de fugas corriam por toda a parte, havia assassinatos de senhores e por extensão inúmeras tentativas emancipadoras associadas à expansão dos movimentos abolicionistas por todo o Brasil.

Nesse contexto, a primeira Lei antiescravista de condenação da escravidão foi a negativa à prática do comércio de escravos com o Continente Africano, essa medida conforme supracitado, acarretou uma carência de mão de obra e com ela uma elevação do preço dos cativos, sendo assim, a lei em si provoca a abertura de outros espaços de comércio o que constitui em dupla face o fértil terreno onde germina o

6 O Parlamento inglês determinou o conhecido Bill Aberdeen, lei que dava o direito de busca nas embarcações típicas de tumbeiro, caso encontrasse equipamentos para esse fim estava justificada o procedimento da apreensão.

tráfico interprovincial, pois o papel de evitar ou neutralizar inversamente produz uma negação da sua eficácia.

Se compararmos a Lei Eusébio de Queiroz com a lei do Ventre-Livre, organizada pelo Visconde do Rio Branco e famosa por prever a liberdade de rebentos nascidos a partir de 28 de setembro de 1821, veremos um conflito entre a concessão da liberdade e do direito à propriedade. Como afirma Sidney Chalhoub, "discutir a liberdade de escravos significava interferir no pacto liberal de defesa da propriedade privada e, além disso era a própria organização das relações de trabalho que parecia estar em jogo." (Chalhoub, 1990, p.121).

Podemos localizar nesse impasse, diversos processos judiciais movidos por familiares contra senhores-proprietários em busca da alforria em um período próximo a própria Lei definitiva áurea, o que por si só implica o longo caminho percorrido pela tão sonhada liberdade. Além disso, entre outros problemas a lei em questão faz do Estado imperial um quase sócio do tráfico interprovincial ao não o proibir em definitivo. Podemos localizar nesse impasse, a própria dinâmica da lei que não definiu um prazo para a liberdade em definitivo e não revoga a pena de morte lavrada em 1835.

Sem alterar os atores sociais envolvidos, a Lei Saraiva-Cotegipe ou a Lei dos sexagenários aprovada em 28 de setembro de 1885, serviu apenas para postergar por longos 14 anos a abolição da escravidão. Revela-se uma Lei que, do ponto de vista humanitário, foi um desastre. Adstritos a péssimas condições de vida, poucos chegavam à idade de 60. Isso, certamente, era raro ocorrer.

Por fim, a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 no seu Art. 1º comunica que, "É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil". Emaranhada nos acontecimentos da vida política do fim do império, essa lei em nada alterou historicamente a natureza racista do Estado e do povo brasileiro. Esse passado pode ser encarado como uma luta que não cessou pela efetiva integração da ancestralidade dos cidadãos brasileiros afrodescendentes na sociedade brasileira. Assim, urge reconhecer o dia 20 de novembro – dia que marca resistência do quilombo dos Palmares – em contraste com a lei promulgada em 13 de maio do respectivo ano. Ressaltamos que há emergência de se ressignificar um Brasil negro para contar por intermédio de uma construção afirmativa do negro levar ao sentir. Como se diz em um provérbio africano: "Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens".

6. O folhetim romântico como gênero ideológico de valores burgueses do século XIX

Para que possamos entender, mais acuradamente, sobre a figura do escravizado nos folhetins *A escrava Isaura*, do mineiro Bernardo Guimarães, e, *Úrsula*, da maranhense Maria Firmina dos Reis. Ambos escritos no século XIX em que predominava nas letras literárias nacionais o movimento artístico literário denominado Romantismo. O folhetim de Guimarães foi escrito em 1875, e, o de Reis, 1859, possuem eles, didaticamente, teor da vertente ultrarromântica, pois os desencontros amorosos e os entraves para a plenitude amorosa se fazem presentes. Todavia, vale salientar que em *A escrava Isaura* o par amoroso tem o final feliz, o vilão morre; o que

não acontece em *Úrsula* em que se dá a morte do par amoroso, o vilão tem um período para purgar-se, o que não acontece.

Toda essa trama, como veremos, é permeada por valores e ideais burgueses, ou seja, da classe social dominante no período. O romance de folhetim sai periodicamente em jornais e era acompanhado pela burguesia em especial as senhoras e os estudantes. De acordo com Abaurre e Pontara (2005, p. 302), "a década de 1830 trouxe para os moradores do Império uma nova forma de entretenimento: a leitura de romances estrangeiros, principalmente franceses trazidos e publicados em jornais na forma de folhetins". Apontam as autoras (2005) que eles eram marcados por melodramas e finais felizes, faziam assim o gosto da Corte. Assim, escritores brasileiros, entusiasmados pelo sucesso dos folhetins franceses, aventuraram-se na criação de romances e, em 1843, Teixeira e Sousa lança *O filho do pescador*. Todavia o mérito de consolidar o respectivo gênero em terras nacionais recai para Joaquim Manuel de Macedo quando lança, em 1844, *A moreninha*. Romance esse que congrega a atmosfera tão cara a esse público leitor que ansiava em reconhecer seus gostos nas tramas. Com isso, o romance entra no gosto nacional, muitos outros escritores surgem, temáticas diferentes emergem, todas destinadas a serem sucesso de consumo.

Sobre a relação entre o romance e o gosto do leitor, Bosi (1994, p. 127) destaca "as tentativas de ordenar os romances a partir de dados externos explicam-se pela natureza do gênero, voltado como nenhum outro para as realidades empíricas da paisagem e do contexto familiar e social de onde o romancista extrai [...] ambientações". Nessa pretensa familiaridade, Bernardo Guimarães e Maria Firmina fazem cisões dentro desse gosto, mesmo com um tempero à base do melodrama tão característico para a época, uma vez que injetaram em nossas letras a figura do escravizado. Ou seja, os folhetins de outros autores a abordavam; porém, dentro de outra perspectiva, pois em ambos assumem papel significativo. Mesmo que, em certos pontos díspares, veremos a "ousadia" deles com essa inserção. Vale pontuar que no título da obra do escritor mineiro, o substantivo *escrava* aparece em evidência o que contrariava a tendência de então. Já, a escritora maranhense optou em nomear sua obra com o nome da protagonista – Úrsula – a qual se caracteriza como abolicionista. A ousadia da escritora, como já abordamos, dá-se na constituição psicológica de Susana e Túlio, escravizados pelo sistema cruel, mas que não se "rendem", mesmo diante da morte/ aniquilação corpórea, todavia resta a luta e o ideal que perdurará em outras gerações.

7. *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães: uma quebra de paradigma folhetinesca

Romance folhetinesco lançado, em 1875, pela editora Garnier, de autoria Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, ou simplesmente, Bernardo Guimarães (1825-1884). Seu nome figura como patrono da cadeira de número 5 da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse folhetim angariou grande sucesso, imortalizando o nome de seu autor nas letras brasileiras. Nascido em Ouro Preto – Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1851. Lá, tornou-se amigo do poeta ultrarromântico Álvares de Azevedo. Vale pontuar que, no século XX, *A escrava Isaura* teve

adaptação para Tevê escrita por Gilberto Braga (1945-2021) gravada pela TV Globo, foi um grande sucesso, sendo exportada para mais de 150 países. No Brasil, essa telenovela foi várias vezes reprisada, sendo exibida também em outras emissoras afora a primeira.

Em relação à estrutura do romance, destacamos, possui 22 capítulos, seus personagens são planos, estáticos, isto é, permanecem com as mesmas caraterísticas – defeitos e virtudes – do início da trama. Não apresentam surpresas para o leitor, a eterna rivalidade do bem x o mal. Sobre isso, Fonseca (1998, p. 4) discorre: "Isaura é do princípio ao fim, a escrava submissa que reconhece o seu lugar. Suporta resignada a perseguição de Leôncio, as propostas de Henrique e as desconfianças de Malvina. Sem se rebelar, sem jamais de ser emocionalmente escrava". Resignação essa tão querida pelos donos de escravizados. O final da trama é previsível com o triunfo do bem e o castigo do vilão – no caso a morte de Leôncio.

Ressaltamos que Guimarães também é o pioneiro no Brasil no que se refere ao romance regionalista. Quando escreve *O ermitão de Muquém* (subtítulo *História da fundação da romaria de Muquém em Goiás*), 1858, também publicado pela editora Garnier. Esse folhetim narra a devoção de um jovem a Nossa Senhora da Abadia às margens do Rio Tocantins. O regionalismo aqui ganha grande dimensão pelo fato de o autor destacar com detalhes os casos e costumes do sertão da região centro-oeste. Nesse folhetim regionalista, Guimarães emprega sobremaneira a característica que o marcará em todas suas obras, a técnica do contador de "causos". Como podemos verificar na seguinte passagem do folhetim:

> Pouso primeiro o crime - Capítulo I "O Valentão". Na cidade de Goiás, antigamente Vila Boa, existia, há de haver mais de um século, um moço que por suas turbulências e espírito de valentia tinha adquirido a mais estrondosa nomeada por todas aquelas paragens. Era filho de pais abastados e de boa família; porém educado à larga, abandonado desde a infância a si mesmo, sempre em meio de más companhias, dotado além de tudo de índole inquieta e fogosa, este rapaz, que poderia ser um homem de bem e útil à sociedade, se uma educação regular tivesse dado salutar direção aos instintos de sua natureza, foi-se tornando um valentão famoso, talhado a molde para as galés ou para o patíbulo. Gonçalo, que assim se chamava, aplicou-se com ardor desde criança ao manejo de armas de toda a qualidade, a domar animais bravos, a caçar, a nadar, enfim a toda sorte de exercícios do corpo os mais rudes e perigosos [...] (Guimarães, 1858, p. 5).

Logo no início do folhetim, o autor servindo-se dessa técnica, já prepara o leitor para a narrativa que se seguirá:

> Ao leitor cumpre-me dizer duas palavras ao leitor a respeito da composição do presente romance, o qual (seja dito de passagem) repousa sobre uma tradição real mui conhecida na província de

> Goiás. Consta este romance de três partes muito distintas, em cada uma das quais forçoso me foi empregar um estilo diferente, visto como o meu herói em cada uma delas se vê colocado em uma situação inteiramente nova, inteiramente diversa das anteriores. A primeira parte está incluída no Pouso primeiro, e é escrita no tom de um romance realista e de costumes; representa cenas da vida dos homens do sertão, seus folguedos ruidosos e um pouco bárbaros, seus costumes licenciosos, seu espírito de valentia e suas rixas sanguinolentas. É verdade que o meu romance pinta o sertanejo de há um século; mas deve-se refletir que é só nas cortes e nas grandes cidades que os costumes e usanças se modificam e transformam de tempos em tempos pela continuada comunicação com o estrangeiro e pelo espírito de moda. Nos sertões, porém, costumes e usanças se conservam inalteráveis durante séculos, e pode-se afirmar sem receio que o sertanejo de Goiás ou de Mato Grosso de hoje é com mui pouca diferença o mesmo que o do começo do século passado [...] (Guimarães, 1858, p.1).

O ermitão de Muquém abriu passagem para outros autores de teor regionalista do movimento artístico-literário a que Guimarães é inserto – José de Alencar, Franklin Távora, Visconde Taunay etc –, ou seja, que abordam a sim como ele regiões interioranas do país. Contudo, pontuamos que sua obra mais bem avaliada pela crítica literária é *O seminarista,* 1872. De acordo com Olivierei (1998, p. 2-14), esse livro é o mais bem aceito do autor pelos especialistas. *O seminarista*, cuja primeira edição é de 1872, permanece atual porque questiona o celibato clerical, tema muito evocado em discussões tanto teologais/clericais quanto pelo *senso comum*. Sua temática conta a história de um fazendeiro de Minas Gerais que obriga o seu filho a ser padre. Eugênio, o filho, ama desde criança Margarida, filha de uma agregada da fazenda. Ele tenta abandonar persuadir seu pai para não ir ao Seminário de Congonhas em Minas Gerais, mas o pai, o capitão Antunes, inventa que Margarida se casou. Eugênio se ordena. Mas ele enlouquece no dia em que volta a sua cidade para rezar a sua primeira missa, pois se depara, na igreja, com um cadáver de Margarida, a qual tinha estado muito doente. Sendo uma obra, didaticamente, elencada no movimento Romântico. Movimento esse cujo maior público leitor é a burguesia, mais especificamente a senhora burguesa. Seria quase que inadmissível que o sacerdote deixasse o celibato para se casar, pois era contra os valores de uma sociedade que presa a seus "valores morais" predominantemente católicos, não aceitaria tal fim para as personagens, ou seja, o casamento entre elas. Outro folhetim de caráter regionalista de Bernardo Guimarães é *O garimpeiro*, 1872. Livro que trata da vida interiorana de Minas Gerais. O autor nesse utiliza além de vocabulário do universo do garimpo, palavras tipicamente do interior, reforçando ainda mais a técnica de contador de "causos":

> XV Abnegação O garimpeiro é como o jogador; sua esperança está sempre no seio da grupiara, como a do jogador nas cartas do

> baralho, nos dados ou no tabuleiro verde do bilhar; isto é, sua felicidade dorme na urna do acaso, de onde as mais das vezes nunca sai. Por mais que sejam os reveses com que a fortuna os maltrate, por mais que repila e os calque aos pés, esses cegos e pertinazes amantes estão sempre de rojo a mendigar favores aos pés daquela cruel e caprichosa amásia. Elias possuía ainda algum dinheiro e objetos de valor, restos que tinham escapado à depredação de seu execrável protetor do Sincorá, e que podiam servir de princípio a novas especulações [...] (Guimarães, 1872, p. 32).

Voltando à *A escrava Isaura*, como poderíamos classificar esse folhetim? Muito se tem discutido sobre a real posição da referida obra no que concerne à escravidão preta em nosso país. Teorias díspares vêm argumentando sobre o folhetim de Guimarães. Certo é que foi escrito em vigência do Romantismo brasileiro uma vez que sabemos que tal movimento artístico-literário deita suas raízes na burguesia. Ele nasce na Alemanha, mais precisamente com a publicação da obra Werther, de Goethe, em 1774; todavia firma-se na França em plena Revolução Francesa. Onde se reveste mais ainda dos ideais e gostos da burguesia, que derrubara a nobreza e o clero, chegando ao poder, ditando seus valores também para as artes.

Fonseca (1998) destaca que situando a história nos primeiros anos do reinado de Pedro II e tomando como assunto o drama de uma escrava aparentemente branca, educada e bela, Bernardo Guimarães pretendeu mostrar ao público os "abomináveis e hediondos" crimes da escravidão e o aviltamento da pessoa pela distinção de classe. A brancura de Isaura pode ser notada na seguinte passagem:

> Subamos os degraus, que conduzem ao alpendre, todo engrinaldado de viçosos festões e lindas flores, que serve de vestíbulo ao edifício. Entremos sem cerimônia. Logo à direita do corredor encontramos aberta uma larga porta, que dá entrada à sala de recepção, vasta e luxuosamente mobiliada. Acha-se ali sozinha e sentada ao piano uma bela e nobre figura de moça. As linhas do perfil desenham-se distintamente entre o ébano da caixa do piano, e as bastas madeixas ainda mais negras do que ele. São tão puras e suaves essas linhas, que fascinam os olhos, enlevam a mente, e paralisam toda análise. A tez é como o marfim do teclado, alva que não deslumbra, embaçada por uma nuança delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada. O colo donoso e do mais puro lavor sustenta com graça inefável o busto maravilhoso. Os cabelos soltos e fortemente ondulados se despenham caracolando pelos ombros em espessos e luzidios rolos, e como franjas negras escondiam quase completamente o dorso da cadeira, a que se achava recostada. Na fronte calma e lisa como mármore polido, a luz do ocaso esbatia um róseo e suave reflexo; di-la-íeis misteriosa lâmpada

> de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração. Tinha a face voltada para as janelas, e o olhar vago pairava-lhe pelo espaço (Guimarães, 1998, p. 13).

Fonseca (1998) ainda ressalta que embora trate de um grave problema social humano, *a escravidão negra no Brasil*, o tema fundamental do respectivo romance é o amor, melhor dizendo, os sofrimentos do amor. Amor da infeliz escravizada impedida de amar livremente a quem escolhesse, amor egoísta do seu senhor – Leôncio, incapaz de admitir que sendo dono de Isaura, não era necessariamente, o dono de seu coração, como se verifica na seguinte passagem:

> Leôncio impaciente e com o coração ardendo nas chamas de uma paixão febril e delirante não podia resignar-se a adiar por mais tempo a satisfação de seus libidinosos desejos. Vagando daqui para ali por toda a casa como quem dava ordens para reformar o serviço doméstico, que dai em diante ia correr todo por sua conta, não fazia mais do que espreitar todos os movimentos de Isaura, procurando ocasião de achá-la a sós para insistir de novo e com mais força em suas abomináveis pretensões. De uma janela viu as escravas fiandeiras atravessarem o pátio para irem jantar, e notou a ausência de Isaura [...] (Guimarães, 1998, p. 52).

Prossegue Fonseca (1998) ressaltando que se deve considerar que as concessões feitas aos preconceitos (da sociedade da época) não invalidam a posição antiescravagista do autor. Ficando claro no folhetim que Isaura é escrava apenas quanto ao seu comportamento submisso e indisposto a lutas e reinvindicações, isto é, resignando-se muitas vezes:

> – É verdade, meu pai; o meu carrasco dá-me a escolha entre dois jugos; mas eu ainda não sei qual dos dois será mais odioso e insuportável. Eu sou linda, dizem; fui educada como uma rica herdeira; inspiraram-me uma alta estima de mim mesma com o sentimento do pudor e da dignidade da mulher; sou uma escrava, que faz muita moça formosa morder-se de inveja; tenho dotes incomparáveis do corpo e do espírito; e tudo isto para quê, meu Deus!?... para ser dada de mimo a um mísero idiota!... Pode-se dar mais cruel e pungente escárnio?!... [...] (Guimarães, 1998, 118).

Fisicamente, segundo Fonseca (1998), em nada diferindo das damas da sociedade da época. Objeto útil nas mãos dos seus senhores. Dessa forma, ressaltamos que a sociedade de então – século XIX – que tanto se condoeu das desventuras da

protagonista, aceitou-a porque era branca e nada havendo nela que desmerecesse "a abjeção do escravo" que tinham contra o escravizado. Por isso, não raro, vem à tona o questionamento sobre qual seria a real postura de Bernardo Guimarães pelo menos ao que se refere à abordagem nessa narrativa? Lembramos que na obra outros escravizados aparecem, entretanto a condição desses outros é ignorada pela trama. O que também parece não ter chamado a atenção dos leitores da época.

> Ao longo do salão, defronte de largas janelas guarnecidas de balaústres, que davam para um vasto pálio interior, via-se postada uma fila de fiandeiras. Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas. Umas conversavam, outras cantarolavam para encurtarem as longas horas de seu fastidioso trabalho. Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até à roliça e luzidia crioula, desde a negra brunida como azeviche até à mulata quase branca. (Guimarães, 1998, p. 21).

Entre as demais escravizadas, destacamos a personagem Rosa, a qual é tecida na trama como vilã, não havendo por parte do narrador "contador de causos" uma preocupação pela condição desta. Até, os demais escravizados não observam que essa é tão vítima das agruras da escravidão tão quanto a protagonista:

> – Agora fica fazendo as vezes de sinhá Malvina, – acudiu Rosa com seu sorriso maligno e zombeteiro. – Cala a boca, menina! – bradou com voz severa a velha crioula. – Deixa dessas falas. Coitada da Isaura. Deus te livre a você de estar na pele daquela pobrezinha! se vocês soubessem quanto penou a pobre da mãe dela! ah! aquele sinhô velho foi um home judeu mesmo, Deus te perdoe. Agora com Isaura e sinhô Leôncio a coisa vai tomando o mesmo rumo. Juliana era uma mulata bonita e sacudida; era da cor desta Rosa mas inda mais bonita e mais bem feita...[...] (Guimarães, 1998, p. 22).

Outro personagem que carrega em si o ostracismo social devido a sua aparência disforme a qual não agrada à burguesia dominante que, não raro, relega às sombras os deficientes e não belos de fisionomia, é o personagem Belchior, considerado como monstruoso no folhetim. Assim descrito:

> Isaura teria soltado um grito de pavor, se há muito não estivesse familiarizada com aquela estranha figura, pois era ele, sem mais nem menos, o senhor Belchior, fiel e excelente ilhéu, que há muitos anos exercia naquela fazenda mui digna e conscienciosamen-

> te, apesar de sua deformidade e idiotismo, o cargo de jardineiro. Parece que as flores, que são o símbolo natural de tudo quanto é belo, puro e delicado, deviam ter um cultor menos disforme e repulsivo. Mas quis a sorte ou o capricho do dono da casa estabelecer aquele contraste, talvez para fazer sobressair a beleza de umas à custa da fealdade do outro (Guimarães, 1998, p. 14).

Noutra passagem, vendo-se rechaçado do amor de Isaura; por capricho, Leôncio dá-lhe a "condenação" de só receber a liberdade se casar com o criado Belchior, tentando evitar que ela se case com o rico e belo pernambucano Álvaro, verdadeiro amor de Isaura, seu redentor. Entende-se, então, que a sentença que a bela Isaura, de acordo com o Bernardo Guimarães, receberá é casar-se com alguém tido como abjeto:

> – Quem, Leôncio? - Ora quem!... o Belchior.
> – O Belchior!... exclamou Malvina rindo-se muito. Estás caçoando; fala sério, quem é?...
> – O Belchior, senhora; falo sério.
> – Mas esperas acaso, que Isaura queira casar-se com aquele monstrengo?
> – Se não quiser, pior para ela; não lhe dou a liberdade, e há de passar a vida enclausurada e em ferros.
> – Oh!... mas isso é demasiada crueldade, Leôncio. De que serve dar-lhe a liberdade em tudo, se não lhe deixas a de escolher um marido?... Dá-lhe a liberdade, Leôncio, e deixa ela casar-se com quem quiser.
> – Ela não se casará com ninguém: irá voando direitinho para Pernambuco, e lá ficará muito lampeira nos braços de seu insolente taful, escarnecendo de mim... [...] (Guimarães, 1998, p. 74).

Em nossa discussão, não pretendemos detratar a literatura de Bernardo Guimarães, pois entendemos que representa uma ousadia temática para sua época uma vez que assim como Castro Alves com seu poema *Navio negreiro ou tragédia no mar,* inserto no livro *Os escravos*, 1883, a figura do escravizado ganhou notoriedade em nossas letras. Também, pontuamos que textos acadêmicos – Trabalhos de conclusão de cursos (TCC), quanto dissertações e teses – se debruçam sobre a obra de Bernardo Guimarães, especialmente, *A escrava Isaura,* tanto para lhe elogiar pela inclusão da figura do escravizado como também para lhe fazer ressalvas sobre a tessitura de tal personagem. Certo é que tal inclusão representou um grande passo em nossas letras, contudo as marcas do gosto da classe dominante são perceptíveis. Tal gosto é abordado por José de Alencar no prefácio do romance *Sonhos d'ouro*, 1872,: "Ainda romance! Com alguma exclamação, nesse teor, hás de ser naturalmente acolhido, pobre livrinho, desde já te previno. Não faltará quem te acuse de filho de certa musa industrial, que nesse dizer tão novo, por aí anda a fabricar romances e dramas aos feixes. Musa industrial no Brasil!" (Alencar, 1972, p. 3). Certo é que Bernardo Guimarães morreu em

1884, isto é, quatro anos antes da incompleta Lei Áurea. Chamamo-la de incompleta uma vez que não apresenta políticas públicas para quando os escravizados deixarem os grilhões. Falta essa que fomentou ainda mais a disparidade social na sociedade brasileira, pois sem o amparo social, muitos ex-escravizados não tinham outra opção além de criarem favelas, comunidades populacionais marcadas pela construção informal. Hoje, preferencialmente, chamadas de *comunidades*, devido ao teor pejorativo que o vocábulo anterior encerra. Na próxima seção, abordaremos a vida e a obra da maranhense Maria Firmina dos Reis, cujo nome foi levado ao ostracismo por ser mulher e preta. Anterior à obra de Bernardo Guimarães, sua obra *Úrsula*, 1859 – dezesseis antes da obra de Guimarães – focaliza o escravizado sob outra postura – altivo.

8. Úrsula, de Maria Firmina dos Reis: um folhetim *sui generis*

Úrsula é um Romance que didaticamente está inserto no movimento Romântico, é o primeiro folhetim nacional escrito por uma mulher. Sua autora é Maria Firmina dos Reis (1825-1917), nordestina, maranhense, professora, preta, uma das primeiras mulheres a passar em um concurso público em seu estado. Embora esse folhetim tenha uma grande dose do Romantismo Ultrarromântico, o que o faz *sui generis* é forma como a autora constrói as personagens escravizadas – Preta (Tia) Susana e Túlio. Ou seja, ela não lança mão do processo vitimizatório tão em voga em folhetins no século XIX que continham tais personagens. Por ser mulher e preta, podem ter sido esses os pontos agravantes que fizeram sua obra ser relegada ao ostracismo há tantos anos, até ser redescoberta por acaso. Firmina publicara o respectivo folhetim em 1859 sob o pseudônimo de *Uma Maranhense* pela Typographia do Progresso.

De acordo com a especialista em história da escravidão, professora Maria Helena Pereira Toledo Machado, da Universidade de São Paulo, "Foi apenas na década de 1970, quando já fazia mais de um século que o romance *Úrsula*, da pena da maranhense Maria Firmina dos Reis, havia sido anunciado[7] [...]". Machado (1928, p. 7) ressalta ainda que tal ostracismo começou a mudar quando o biógrafo e colecionador Horácio de Almeida descobriu, em meio a um lote de livros antigos adquiridos no Rio de Janeiro, um volume pequeno em cuja folha de rosto lia-se: Úrsula/Romance Original Brasileiro/Por Uma Maranhense/Na Typographia do Progresso/Rua Sant'Anna, 49 – 1859. Foi, então, conforme Machado (2018), que Almeida foi perscrutar fontes a fim de descobrir mais, detalhadamente, sobre a autora em questão. Instigava-o fato do esquecimento daquele nome na história literária nacional. Descobriu, então ele, tratar-se de uma professora de primeiras letras da Vila de Guimarães/Maranhão. O romance continha data de publicação anterior a publicações de outras mulheres no Brasil. No que concerne à figura do escravizado também é anterior ao famoso *poema Navio negreiro ou tragédia no mar* (do livro *Os escravos*) cuja autoria é do baiano Castro Alves, datado de 1883. Pontos que fazem Reis ser pioneira nas letras de autoria feminina em nosso país como também ter antecipado ao poeta baiano no que se refere à inserção da figura do escravizado.

7 Segundo a professora, o fragmento citado é de autoria de José Nascimento Morais Filho – Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luís: Imprensa do Governo do Maranhão, 1975.

Ressalta Machado (2018) que, basicamente, o enredo de *Úrsula* está sim inserto no Romantismo de caráter ultrarromântico assim como também a *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães está. Assim, "Centrado num par trágico de jovens brancos enamorados, com uma abordagem crítica à escravidão e à sociedade escravista e patriarcal, além de pôr em relevo personagens africanos afro-brasileiros escravizados que refletiam sobre o mundo que os rodeava de injustiças [...]" (Machado, 2018, p. 8). Em relação ao casal de brancos enamorados, são eles: a jovem Úrsula, órfã de pai, mora com a mãe. Destaca-se por suas ideias antiescravistas. Ela gosta do jovem Tancredo que assim como a amada, também é antiescravista. Assim, como a jovem Úrsula, Tancredo é puro e altruísta. Os dois têm as vidas marcadas por decepções amorosas e familiares. Tais desencontros que impossibilitam a plenitude do amor entre o casal ratifica sobremaneira a inserção do ultrarromantismo do folhetim.

Com dosagens de ultrarromantismo, a tragédia marcou o destino dos dois amantes: Tancredo é assassinado por amor a Úrsula; ela enlouquece e morre. O pivô da infelicidade do casal é o comendador Fernando P. (tio de Úrsula) o qual após matar Tancredo, e, perder Úrsula; reclusa-se em um convento e morre proferindo palavras de ódio ao falecido Tancredo e palavras de amor ao objeto de seu amor. Confiramos a seguir os destinos das personagens:

Morte de Tancredo:

> [...] Tancredo, esse ósculo trespassou-me o coração de ciúme. Só o teu poderá purifica-la ante mim, que jurei esposá-la. Prepara-te para morrer!...
> – Covarde!... Miserável assassino – exclamou o mancebo atirando-se sobre o seu adversário. – Respeita ao menos a pureza de Úrsula, não calunies a sua inocência.
> Luta desesperada travou-se entre ambos. Os asseclas do comendador agarraram Tancredo pelas costas, e o covarde comendador embebeu-lhe no peito o punhal que trazia na mão. (Reis, 2018, p. 194).

Morte de Úrsula:

> O sacerdote murmurava com melancólico acento o salmo dos defuntos; mas comendador o não compreendia; porque Úrsula morria, e ele tinha sido a causa, A dor e o remorso tiraram-lhe os sentidos, e caiu por terra.
> O padre não deu fé desse acidente e continuou a orar fervorosamente. E a oração dos seus lábios subia ao céu como nuvem de incenso que por muito tempo ondula em torno do altar e sobre a Deus.
> Era o perfume, que precedia à alma da donzela. (Reis, 2018, p. 205).

Morte do comendador Fernando B.:

> – Tancredo! Continuou com ódio. – Tancredo, roubaste-ma! Cedo tornar-nos-emos a encontrar no outro mundo e lá ainda te pedirei contas como neste! [...]
> Houve então uma longa pausa. Faltavam as forças ao moribundo, cujo peito ansiava como combatido por uma luta terrível e renhida.
> Fez um último esforço, porque sentia as prisões da vida despedaçarem-se, e estendendo os braços, tomou o Crucificado, levou-o aos lábios, e pondo-o sobre o coração, exclamou demonstrando o mais profundo arrependimento. (Reis, 2019, p. 209-210).

Dessa forma, como se observa, o desfecho da narrativa do respectivo núcleo romântico é trágico, bem ao estilo dos textos ultrarromânticos. A última frase arremata tal caráter do folhetim: "No convento..., junto ao altar da Nossa Senhora das Dores, encontra-se uma lápide rasa e singela com estas palavras – ORAI PELA INFELIZ ÚRSULA! (Reis, 2018, p. 210). Em meio ao cenário maranhense e as desventuras do triângulo amoroso; emerge, mesmo não sendo o ponto nevrálgico da ficção, as personagens escravizadas: a africana sequestrada Preta (tia) Susana e o afrodescendente Túlio. Maria Firmina dar-lhes voz de indignação e altivez. Empresta a autora a essas personagens a voz da luta contra as agruras da escravidão. Não se sabe se a autora tenha tido consciência da grandeza de tal introdução em nossas letras, ela iniciara em nota ao leitor com modéstia ao enunciar que fora escrito por uma mulher:

> Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem; com uma instrução miserrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo. Então por que o publicas? – perguntará o leitor. Como uma tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os achaques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda a parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. (Reis, 2018, p. 47).

Enganou-se a autora quando o chama de "mesquinho" e "humilde" uma vez que nada há nele que o detrate. O tempo tratará de dar-lhe o devido valor. Mesmo

sendo-nos cônscios de que o nome de Maria Firmina dos Reis, ainda há uma longa estrada a ser trilhada para o reconhecimento total em nossas letras. Citamos reconhecimento não só pela crítica, pois essa já lhe reconhece o valor literário, mas, sim, fazer-se conhecido o nome dessa escritora junto ao público leitor.

Sobre o pioneirismo da autora no tocante à tessitura de suas personagens escravizadas – Túlio e Preta (tia) Susana. Sobre elas, Monteiro (2018, p. 40-42) discorre que o jovem Túlio sabe que é merecedor de um tratamento socialmente digno, porém, ao mesmo tempo, sua condição o faz tremer diante de quaisquer proximidades com os brancos:

> – Homem generoso! Único que soubeste compreender a amargura do escravo!... Tu que não esmagaste com desprezo a quem traz na fronte estampado o ferrete da infâmia! Porque ao africano seu semelhante disse: – És meu! – Ele curvou a fronte, e humilde, rastejando qual erva, que se calcou aos pés, o vai seguindo? Porque o que é senhor, o que é livre, tem segura em suas mãos ambas a cadeia, que lhe oprime os pulsos. Cadeia infame e rigorosa, a que chamam "escravidão"?!... E entretanto este também era livre, livre como o pássaro, como o ar; porque no seu país não se é escravo. Ele escuta a nênia plangente de seu pai, escuta a canção sentida que cai dos lábios de sua mãe, e sente como eles, que é livre; porque a razão lho diz, e a alma o compreende. Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar! (Monteiro, 2018, p. 40).

Ainda sobre Túlio e seu pensamento questionador, prossegue o narrador:

> Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando o sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera, e onde livre vivera! Desperta porém em breve dessa doce ilusão, ou antes sonha que a engolfara, e a realidade opressora lhe aparece: é escravo e escravo em terra estranha! Fogem-lhe os areais ardentes, as sombras projetadas pelas árvores, o oásis no deserto, a fonte e a tamareira. (Reis, 2018, p. 40).

Em relação à Preta (tia), Susana, ela fala com saudades da longínqua e tão amada África, onde era feliz com seus familiares, até ser capturada e trazida como um "animal irracional" para as agruras da escravidão:

> A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

> – Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade!
> – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha, que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade! (Reis, 2018, p. 69).

Com o fragmento supracitado, expomos, com mais clareza, o porquê no título dessa seção, consideramos *Úrsula* como um romance *sui generis*. Pois, Maria Firmina foi vanguardista em tecer uma personagem escravizada – no caso duas - consciente de sua condição (nesse ponto reside o fato de ser *sui generis*), todavia altiva uma vez que foi livre em sua terra e por essa condição luta/lutará e morrerá para ter direito a ela de volta. Como ser humano, tem direito a gozar da felicidade, a cor da pele não seria/ é condição para exclusão ou para sentimento de superioridade ou de inerioridade. Túlio e Susana são representantes desse grupo que foi/ é marginalizado, rechaçado e escravizado, todavia ajudou/ajuda a construir a nação brasileira. A sociedade que não lhes deu direitos, mas que suscitava à força sua mão de obra para construir o Brasil. Túlio e a Preta (tia) Susana são representantes, idades diferentes, mas que compartilham a *dor* da desumanização imposta por uma sociedade hipócrita uma vez que se diz religiosa, e escraviza o seu semelhante.

9. Confronto entre a figura do escravizado em *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães e *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis

Como decantado desde o início de nossa discussão, as obras *A escrava Isaura* e *Úrsula* representam dois textos ficcionais que em meio do século XIX incluíram em suas tramas a figura do escravizado. Vale ressaltar que a narrativa de Bernardo Guimarães foi escrita em 1875, e, a de Maria Firmina dos Reis em 1859. Ou seja, são

textos anteriores à Lei promulgada pela princesa Isabel, isto é, a lei que de forma geral põe fim ao cativeiro em terras brasileiras. Também ressaltamos que são folhetins anteriores ao célebre poema *Navio negreiro ou a tragédia do mar*, do baiano Castro Alves, publicado em 1880. Nesse contexto, os textos de Guimarães e de Reis são ousados para sua época uma vez que a elite leitora poderia recusá-los pelo destaque que ambos põem à figura do escravizado em suas tramas. Salvaguardando as diferenças, a ideia em pró do abolicionismo no Brasil está presente em ambos.

Nesse ponto, tais narrativas fazem eco ao grito de abolicionistas brasileiros como André Rebouças (1838-1898), Rui Barbosa (1849-1923), Aristides Lobo (1838-1896), Luís Gama (1830-1882), João Clapp (1840-1902) e Castro Alves (1847-1871). Com tantos setores sociais gritando em pró da libertação dos escravizados, a literatura não poderia ficar incólume ante a tais pressões sociais. Era preciso refletir, conscientizar, gritar, anunciar, reivindicar, pois leis que visavam à liberdade de tantos homens e mulheres escravizados já se viam delineando no cenário nacional, cada uma paulatinamente preparando o horizonte do fim dos grilhões, são elas: Eusébio de Queirós (1850), Ventre Livre (1871), Sexagenário (1885), até chegar a tão sonhada lei Áurea (1888). Ademais, registramos que o romance de folhetins chegara ao Brasil em pleno século XIX, ou seja, um novo gênero literário adentrava no gosto da classe média burguesa, sedenta em histórias fáceis que apresentassem narrativas que se assemelhassem aos seus gostos – histórias recheadas de mocinhos, mocinhas casadoiras, heróis, vilões, paisagens nacionais exuberantes etc. Nas palavras de Bosi (1994, p. 128) "o romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito do que o atual [...] enfim um tipo de leitor à procura de entretenimento, que não percebia muito bem a diferença de grau entre Macedo e Alencar urbano". Todavia era preciso também adentrar em questões sociais mesmo que de forma sútil. Assim, o destaque que aqui damos às narrativas discutidas em nossa proposta. Uma literatura que emerge como engajada, que traz em suas linhas a semente da conscientização em vislumbre a algo maior, não apenas o entretenimento. O romance traz em seu cerne várias esferas: o regional, o urbano, o suburbano, o social, o cômico, o regionalista, o indigenista e por que não o abolicionista?

No que se refere à língua(gem), baseando-nos nas pesquisas sobre os polos metafóricos e metonímicos desenvolvidos por Jakobson (1988) constatamos que em *A escrava Isaura* e em *Úrsula* o escravizado representa a metáfora daqueles que têm sua liberdade cerceada, a saber: Isaura, no folhetim de Guimarães e Susana e Túlio, em Reis. Porém, o que há de díspares no comparativo entre esses dois textos? Bernardo Guimarães volta seu interesse a uma personagem escravizada de cor branca – o que se pode verificar na seção 6 deste -. Assim nas palavras de Fonseca (1998, p. 6) "Fica claro no romance que Isaura é escrava apenas quanto ao seu comportamento submisso e indisposto a lutas e reinvindicações. Fisicamente em nada difere das damas da sociedade de época". "Isso é percebível em: "Os encantos da gentil cantora eram ainda realçados pela singeleza" (Guimarães, 1998, p. 13), e também: " – Perdoe-me, sinhá Malvina; - replicou a escrava com um cândido sorriso" (Guimarães, 1998, p, 15). Ressaltamos que mesmo sendo uma personagem branca, educada, mais próxima ao estereótipo das damas da alta classe de seu

tempo, Guimarães foi à frente de seu tempo ao incluir no título de seu folhetim o substantivo *escrava*. Reis por outro lado não nomeia seu texto com os nomes dos escravizados nele componentes: Susana e Túlio; mas os distingue em suas atitudes de dignidade e altivez pela sua cor e ancestralidade: "As reflexões de Túlio caminha em direção contrária às fantasias de uma escravidão benigna" (Reis, 1998, p. 41). Ambos os textos não deixam de apresentar em suas páginas as marcas de um ultrarromantismo. Em Guimarães, o drama dos desencontros pela condição de escravidão da bela Isaura, que Leôncio (antagonista a tem como posso) dificulta a liberdade da jovem para amar o jovem Álvaro. Em Reis, o casal Úrsula e Tancredo lutam para realizar o seu amor, contudo sucumbem aos infortúnios da vida, sem a realização completa.

Isaura é uma escrava diferenciada das outras de sua trama, por ser clara, ter uma cultura diferenciada dos demais, chamou atenção do público leitor, contudo continua sendo escravizada. Seu autor deu ao público um romance cuja protagonista é alguém que está no cativeiro, um pioneirismo para o período. Susana e Túlio são escravizados na narrativa de Reis. São pretos, não têm a cultura da protagonista de Bernardo Guimarães, entretanto são altivos, sabem que seus antepassados foram livres na África. Susana conheceu a liberdade na mãe África, berço de seu povo. Os três personagens em sua singularidade são metáforas representativas da perda da dignidade humana, isto é, quando um ser humano é subjugado por outro, cerceado em seu direito a uma vida sem senzalas. É justamente na senzala que a disparidade entre esses três personagens é rompida, pois cada um a seu infortúnio foi privado à liberdade.

Como nossa proposta, grosso modo, é de teor histórico-literário uma vez que convocamos o conhecimento histórico a fim de entendermos o escravizado como metáfora motriz nos respectivos folhetins. Desse modo, salientamos que o escravizado a metáfora que sustenta a narrativa como na obra de Bernardo Guimarães, pelo menos tem papel significativo como no de Reis. Retornando à *Escrava Isaura*, de forma, interna, pontuamos o contraste entre o perfil da protagonista e da outra escravizada Rosa. Ambos, genericamente, teriam a mesma condição, contudo mediante a proposta da narrativa, a preocupação do leitor recai na branca Isaura, e não em Rosa, por ser preta. Rosa é construída na narrativa como perversa, invejosa e ardilosa para com a protagonista. Isso não angariando, com certeza, o gosto do leitor, tanto é que ao término do folhetim, a protagonista ganha a liberdade e o casamento com Álvaro. A outra continua como escravizada. Formando assim a eterna dicotomia entre o bem, no caso a branca, e, a má, no caso aqui a preta.

Assoma-se aos estudos dos polos de Jakobson, o artigo *Linguística e poética* ([1960], 1988), também inserto no livro *Linguística e comunicação* (1988). Nesse artigo, o autor defende que tudo que diz respeito à língua(gem) é de interesse do linguista. Sendo assim, não se concebe, conforme o autor ([1960], 1988), a divisão entre o interesse da linguística e o da poética (literatura). Nesse caso, a obra literária é um evento linguístico e como tal é do interesse do estudioso da língua(gem). Tomando a respectiva teoria como embasamento teórico, entendemos que *A escrava Isaura e Úrsula* são eventos linguísticos em que a linguagem é empregada em sua performance conotativa.

10. Considerações finais

Foram mais de 300 anos de escravidão em nosso país que deixaram uma marca indelével de dor e de sofrimento nas páginas de nossa história. Marca essa que, mesmo que tenhamos o interesse de amenizá-la, nunca conseguiremos nos redimir ante a tantos homens e mulheres, que aqui chegaram e ajudaram a construir a nossa nação, mas que foram enjaulados, maltratados, concebidos como animais irracionais – não raro os animais de estimação eram mais bem tratados do que os escravizados. Um país que deve por demais a esses homens e mulheres oriundos da mãe África. Dessa forma, com olhares multidisciplinares, a saber: língua(gem) e a história. Procuramos discorrer a partir de dois textos da literatura sobre como eles concebem a figura do escravizados em suas tramas: *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, e, *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis. Salientamos que, como tantas vezes aqui abordado, são insertos do mesmo movimento artístico-literário, Romantismo de vertente ultrarromântica. Movimento esse que deita suas raízes na Europa branca. Chega ao Brasil em meados do século XIX, período esse que nas ruas já começavam a fervilhar os gritos em pró da abolição. Intelectuais de áreas distintas como escritores, jornalistas, advogados, universitários, professores etc se uniram para acabar com os grilhões em nosso país. Ressaltamos que os olhares multidisciplinares aqui convocados trouxe luz para um olhar mais aguçado sobre os referidos textos especificamente a forma como a figura do escravizado é tecida metaforicamente em suas fímbrias. Da língua(gem), ancoramo-nos nos estudos dos polos estudados por Jakobson em que pudemos constatar que além da presença dessa personagem, outros pontos sobre ela se fazem presentes metonimicamente. Da história, pudemos observar o quão significativa foi a campanha contra a escravidão em nossas terras, mesmo que tenha sido de forma lenta e gradual. Pois bem! No texto de Guimarães, o drama da escravidão foca na figura de uma escravizada de pele clara. Fato que comovia o público leitor em uma "identificação". Ou seja, ela não poderia passar por isso de acordo com a ótica dos leitores. Seria uma metáfora da protagonista padecente, mesmo que haja outros/as escravizados na obra, porém de pele escura. Já, Reis assim como Guimarães constrói uma obra com teor ultrarromântico visto que há um núcleo amoroso composto por dois jovens altruístas. Seu diferencial é o fato de o escravizado em sua obra ser altivo, ou seja, cônscio de seus direitos como humano, pois lhe foi roubada a liberdade, mas não a consciência. Bernardo Guimarães, mesmo tendo construído uma personagem de pele clara, teve a audácia de em seu título utilizar o substantivo ESCRAVA o que seria quase impensável para um folhetim da época. Sua obra ganhou notoriedade, no século XX recebeu várias adaptações para novelas as quais foram exibidas no Brasil e em vários países. Maria Firmina dos Reis por ser mulher e preta sofreu por parte das autoridades editoriais uma tentativa de apagamento. Contudo, seu texto vai além do de Guimarães ao se tratar do escravizado uma vez que o constrói, como observamos, não com um sentimento de vitimizado, e sim altivo. Os dois autores empregam similarmente a respectiva metáfora, porém cada um a constrói de forma singular. Ademais, ratificamos que o diálogo interdisciplinar possibilitou uma análise mais contundente sobre a problemática histórico-literária a que os dois textos se propõem. Em síntese, muito ainda se tema a discutir sobre o reconhecimento

do papel dos pretos e pretas em nossa história ontem, hoje e futuramente. O dia 20 de novembro – dia da consciência negra – nos convoca a refletir.

Referências

ABAURRE**,** Maria Luíza M.; PONTARA, Marcela. ***Literatura brasileira:*** tempos, leitores e leituras. Volume único. São Paulo: Moderna, 2005.

ALENCAR, José Martiniano de. ***Sonho d'ouro.*** Versão para e-book. A Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro. A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. 1872.

BOSI, Alfredo. ***História concisa da literatura brasileira***. Edição 49ª. São Paulo: Cultrix, 1994.

BLIKSTEIN, Izidoro. Prefácio. ***In***: Linguística e comunicação**.** JAKOBSON, Roman. Prefácio de Izidoro Blikstein. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.

DEPECKER, Loïc. ***Compreender Saussure a partir dos manuscritos.*** Trad. Maria Ferreira. Petropólis. RJ: Vozes, 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Fada? Anjo? Deusa? Escrava. ***In***: A escrava Isaura. GUIMARÃES. Bernardo. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.

GUIMARÃES, Bernardo. ***O garimpeiro***. Biblioteca Virtual do Estudante de Língua Portuguesa A Escola do Futuro da Universidade de São Paulo, 1872. https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/O%20Garimpeiro.pdf. Acesso em 1º out.,2023.

GUIMARÃES, Bernardo. ***O ermitão de Muquém***. Ministério da Cultura – Fundação da Biblioteca Nacional – Departamento Nacional o Livro, 1858. https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/ermitao.pdf. Acesso em: 1º.10.2023.

GUIMARÃE, Bernardo. ***A escrava Isaura***. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.

JAKOBSON, Roman. ***Linguística e comunicação.*** Prefácio de Izidoro Blikstein. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.

JAKOBSON, Roman. ***Linguística e poética***. In: Linguística e comunicação**.** Prefácio de Izidoro Blikstein. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1988.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. ***Maria Firmina dos Reis:*** invisibilidade e presença de uma romancista negra no Brasil do século XIX ao XXI. In: Úrsula. São Paulo: Penquin e Companhia das Letras, 2018.

OLIVIERI, Antônio Carlos. Um contador de casos profissional. ***In***: A escrava Isaura. GUIMARÃES. Bernardo. Série Bom Livro. 24ª edição: Ática, 1998.

REIS, Maria Firmina. ***Úrsula***. São Paulo: Penquin e Companhia das Letras, 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. ***Curso de linguística geral.*** Org. Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlienger. Prefácio à edição brasileira de Isaac Nicolau Salum. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 28ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

WEEDWOOD, Barbara. ***História concisa da linguística.*** Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA, Walter. ***Uma História do Negro no Brasil***. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

CHALHOUB, Sidney. ***Escravidão e Cidadania*****:** a experiência histórica de 1871. In: Machado de Assis, Historiador. São Paulo: Cia da Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. ***Visões de Liberdade***: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das

GILROY, Paul. ***O Atlântico Negro***: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2001.

HALL, Suart. ***Da diáspora***: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. ***Preto no Branco***: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Hannah Arendt em tempos modernos: um enfoque na interação entre tecnologia e política

Hannah Arendt in modern times: an approach to the interaction between technology and politics

Hannah Arendt en los tiempos modernos: una aproximación a la interacción entre tecnología y política

Flávio Maria Leite Pinheiro[1]
Renato Almeida de Oliveira[2]

Resumo

PINHEIRO, F. M. L.; OLIVEIRA, R. A. de. Hannah Arendt em tempos modernos: um enfoque na interação entre tecnologia e política. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 113-124, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2250

Este artigo explora a persistente relevância das ideias de Hannah Arendt na filosofia política contemporânea, concentrando-se em sua aplicação à interseção entre tecnologia e política. Examina como as concepções arendtianas de ação política, esfera pública e banalidade do mal oferecem insights cruciais para compreender as dinâmicas emergentes na era digital. Ao aplicar as ideias de Hannah Arendt à tecnologia, é possível lançar uma luz crítica sobre a dinâmica da esfera pública digital e a forma como a ação política se manifesta no mundo digital. Isso oferece uma base para avaliar os desafios éticos, políticos e sociais associados à interseção entre a filosofia arendtiana e as realidades tecnológicas contemporâneas. Tais considerações são norteadas teoricamente pelas obras da filósofa contemporânea Hannah Arendt. A metodologia utilizada neste estudo é a do estado da arte, a partir da pesquisa bibliográfica, na perspectiva qualitativa, dialética e dialógica de análise.

Palavras-chave: Hannah Arendt. Filosofia política. Tecnologia. Interação.

Abstract

PINHEIRO, F. M. L.; OLIVEIRA, R. A. de. Hannah Arendt in modern times: an approach to the interaction between technology and politics. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 113-124, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2250

1 PhD em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor efetivo do Curso de Direito da UVA. Docente permanente do Mestrado Acadêmico em Filosofia (MAF/UVA). E-mail: flavio_pinheiro@uvanet.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5647-3147.

2 PhD em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Adjunto do Curso de Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: renatofilosofosds@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4524-2014.

This article explores the persistent relevance of Hannah Arendt's ideas in contemporary political philosophy, focusing on their application to the intersection of technology and politics. Examines how Arendtian conceptions of political action, the public sphere, and the banality of evil offer crucial insights for understanding emerging dynamics in the digital age. By applying Hannah Arendt's ideas to technology, it is possible to shed critical light on the dynamics of the digital public sphere and the way political action manifests itself in the digital world. This provides a basis for evaluating the ethical, political, and social challenges associated with the intersection between Arendtian philosophy and contemporary technological realities. Such considerations are theoretically guided by the works of contemporary philosopher Hannah Arendt. The methodology used in this study is state-of-the-art, based on bibliographical research, from a qualitative, dialectical and dialogic analysis perspective.

Keywords: Hannah Arendt. Political philosophy. Technology. Interaction.

Resumen

PINHEIRO, F. M. L.; OLIVEIRA, R. A. de. Hannah Arendt en los tiempos modernos: una aproximación a la interacción entre tecnología y política. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 113-124, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2250

Este artículo explora la persistente relevancia de las ideas de Hannah Arendt en la filosofía política contemporánea, centrándose en su aplicación a la intersección de la tecnología y la política. Examina cómo las concepciones arendtianas de la acción política, la esfera pública y la banalidad del mal ofrecen ideas cruciales para comprender las dinámicas emergentes en la era digital. Al aplicar las ideas de Hannah Arendt a la tecnología, es posible arrojar luz crítica sobre la dinámica de la esfera pública digital y la forma en que la acción política se manifiesta en el mundo digital. Esto proporciona una base para evaluar los desafíos éticos, políticos y sociales asociados con la intersección entre la filosofía arendtiana y las realidades tecnológicas contemporáneas. Estas consideraciones están teóricamente guiadas por las obras de la filósofa contemporánea Hannah Arendt. La metodología utilizada en este estudio es de última generación, basada en la investigación bibliográfica, desde una perspectiva de análisis cualitativo, dialéctico y dialógico.

Palabras clave: Hannah Arendt. Filosofia politica. Tecnología. Interacción.

Data de submissão: 24/02/2024
Data de aceite: 08/10/2024

1. Introdução

Hannah Arendt, filósofa do século XX, permanece uma figura proeminente e altamente relevante na filosofia política contemporânea. Suas contribuições filosóficas

transcenderam sua época, lançando luz sobre uma série de questões políticas e sociais urgentes que desafiam as sociedades em todo o mundo no século XXI. Arendt é conhecida por sua análise perspicaz da natureza da política, da ação humana e da condição humana em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

A relevância duradoura de Hannah Arendt se deve em parte ao fato de que suas obras continuam a oferecer uma estrutura conceitual robusta para a compreensão das questões políticas contemporâneas, incluindo, mas não se limitando, à ascensão da tecnologia na sociedade moderna. Em um mundo marcado por avanços tecnológicos vertiginosos, a influência do pensamento arendtiano se torna particularmente notável, à medida que suas ideias fornecem ferramentas intelectuais para examinar criticamente os desafios e dilemas que a tecnologia impõe à política, à ética e à própria noção de ação política.

Esta introdução visa contextualizar a importância de Hannah Arendt na filosofia política contemporânea, delineando brevemente suas contribuições-chave e os desafios emergentes enfrentados por sociedades globalizadas e tecnologicamente orientadas. Nos próximos capítulos, exploraremos como as ideias de Arendt podem ser aplicadas a questões políticas e sociais atuais, com um foco específico na interação entre sua filosofia e o advento e impacto da tecnologia na esfera pública e política. Em um momento em que a tecnologia está desempenhando um papel cada vez mais influente em nossa vida coletiva, a análise das contribuições de Arendt nos ajuda a compreender as dinâmicas complexas que moldam nosso mundo contemporâneo e, assim, a enfrentar os desafios que se apresentam com maior clareza e discernimento.

1.1. Contextualização da Importância de Hannah Arendt na Filosofia Política Contemporânea

Hannah Arendt, nascida em 1906, emergiu como uma das vozes mais influentes na filosofia política do século XX, deixando um legado intelectual que transcende sua própria época. Sua obra é caracterizada por uma abordagem única e multifacetada, que abrange desde reflexões sobre a natureza da política até análises profundas sobre a condição humana e os desafios enfrentados pelas sociedades modernas. A importância de Arendt na filosofia política contemporânea é inegável, e sua obra continua a fornecer insights essenciais para a compreensão e enfrentamento dos dilemas políticos e sociais do presente.

Uma das contribuições fundamentais de Arendt é sua redefinição da política como a esfera da ação humana compartilhada, destacando a importância da participação ativa e do engajamento coletivo na formação de comunidades políticas autênticas. Para Arendt, a política não é apenas um meio para alcançar objetivos, mas um espaço onde os indivíduos exercem sua liberdade por meio da ação, contribuindo assim para a construção de um mundo comum. Essa concepção de política como ação, expressa em obras como "A Condição Humana", desafia visões mais instrumentalizadas e utilitárias da política, oferecendo uma perspectiva que ressalta a importância da pluralidade e da diversidade na esfera pública.

Além disso, a análise de Arendt sobre o totalitarismo e sua inovadora teoria da "banalidade do mal" continuam a ressoar no entendimento das ameaças à liberdade e à dignidade humana. Sua capacidade de examinar os eventos contemporâneos, como o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, permitiu a Arendt formular uma crítica penetrante da obediência cega e da falta de pensamento crítico, destacando assim os perigos inerentes à alienação moral em uma sociedade burocrática e conformista.

No cenário atual, onde as sociedades enfrentam desafios complexos (Bauman, 2001), incluindo avanços tecnológicos acelerados, questões ambientais e crises políticas, a filosofia de Arendt emerge como um recurso valioso. A sua ênfase na importância da esfera pública, do discurso autêntico e da responsabilidade política oferece uma lente conceitual através da qual podemos analisar criticamente as dinâmicas contemporâneas.

Na próxima seção, exploraremos de maneira mais específica como as ideias de Arendt podem ser aplicadas à compreensão das implicações da tecnologia na esfera política, examinando as complexidades que surgem quando os princípios arendtianos interagem com o mundo digital e as transformações tecnológicas que moldam a vida cotidiana.

1.2. Como as Ideias de Arendt Podem ser Aplicadas à Análise das Questões Políticas e Sociais Relacionadas à Tecnologia?

O advento e a proliferação da tecnologia na sociedade contemporânea apresentam um conjunto complexo de desafios e oportunidades para a filosofia política. Nesse cenário, torna-se crucial examinar como as ideias de Hannah Arendt, uma filósofa cujo trabalho foi fundamentado na compreensão da ação política e da dinâmica social, podem ser aplicadas para iluminar as questões emergentes no contexto da tecnologia.

O problema central reside na necessidade de compreender as implicações da tecnologia nas esferas política e social à luz dos princípios arendtianos, considerando a rápida evolução tecnológica e sua influência transformadora na forma como os indivíduos interagem, se informam e participam da esfera pública. A filosofia de Arendt, centrada na ação, na liberdade e na participação ativa na vida pública, oferece uma base teórica que pode lançar luz sobre as dinâmicas contemporâneas moldadas pela tecnologia.

A questão central que norteia esta investigação é: Como as ideias de Hannah Arendt podem ser mobilizadas para analisar as transformações políticas e sociais decorrentes da presença ubíqua da tecnologia em nossas vidas? Este questionamento implica uma avaliação crítica das dimensões políticas da tecnologia, incluindo sua influência na esfera pública, na formação de opinião, na participação política e na própria noção de ação política (Gumbrecht, 2004).

Além disso, a análise também deve considerar as possíveis tensões entre as características inerentes à tecnologia, como a velocidade da informação, a fragmentação da atenção e a coleta massiva de dados, e os princípios arendtianos de

deliberação, discurso autêntico e ação compartilhada. Como as interações digitais, as redes sociais e os algoritmos moldam a esfera pública, é fundamental questionar se esses desenvolvimentos são compatíveis com a visão arendtiana de uma esfera pública robusta e participativa.

Ao explorar essas questões, esta pesquisa pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das implicações políticas e sociais da tecnologia na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que destaca o potencial das ideias de Arendt para fornecer uma perspectiva crítica e construtiva diante desses desafios.

2. Fundamentos Filosóficos de Hannah Arendt

Hannah Arendt fundamentou sua filosofia política em conceitos-chave que oferecem uma perspectiva única sobre a condição humana e a política. Sua ênfase na "ação" como a atividade fundamental que constitui a política destaca-se. Para Arendt, a ação é a expressão da liberdade humana e ocorre na esfera pública, onde os indivíduos se relacionam, comunicam e participam da construção coletiva do mundo. Além disso, sua abordagem da "esfera pública" destaca a importância da participação ativa dos cidadãos na vida política, promovendo a pluralidade de perspectivas e a deliberação coletiva. O conceito de "natalidade" também é central, referindo-se à capacidade humana de iniciar algo novo.

Arendt também é conhecida por sua análise do totalitarismo e a "banalidade do mal". No contexto do totalitarismo, ela examina como regimes autoritários podem despojar os indivíduos de sua capacidade de pensar criticamente e agir moralmente. Sua teoria da "banalidade do mal" destaca como atos terríveis podem ser perpetrados por indivíduos comuns quando agem de maneira rotineira e desprovida de reflexão ética. Esses fundamentos filosóficos são cruciais para entender como as ideias de Arendt podem ser aplicadas às questões contemporâneas, incluindo aquelas relacionadas à tecnologia e à política.

2.1. Visão geral das principais ideias arendtianas

Hannah Arendt desenvolveu um conjunto distintivo de ideias filosóficas que continua a influenciar significativamente a compreensão da política e da condição humana. Central para sua filosofia está a ênfase na "ação" como a atividade fundamental que define a existência política. Para Arendt, a ação é mais do que um simples meio para atingir objetivos; é a expressão da liberdade humana e ocorre na esfera pública, onde os indivíduos interagem, dialogam e participam ativamente na construção do mundo comum. A ação, portanto, é o locus da pluralidade, da diversidade de perspectivas e da criação coletiva.

Outro conceito-chave é a "esfera pública", que representa o espaço onde a ação política ocorre. Arendt destaca a importância vital da participação ativa dos cidadãos nesse domínio, promovendo o diálogo, a deliberação e a formação de opiniões compartilhadas. Esse espaço público é fundamental para a preservação da liberdade e da democracia.

Além disso, Arendt introduziu o conceito de "natalidade", destacando a capacidade humana de iniciar algo novo. Isso ressalta a importância de um novo começo na política, permitindo a possibilidade de mudança e renovação constante.

2.2. Exploração das origens e influências dessas ideias

As origens das ideias arendtianas remontam a diversas fontes filosóficas e experiências históricas. Sua formação acadêmica, influenciada por pensadores como Martin Heidegger e Karl Jaspers, contribuiu para sua compreensão da condição humana. Heidegger, em particular, teve um impacto profundo em Arendt, embora ela tenha se distanciado de suas ideias mais tarde.

As experiências de Arendt, incluindo sua fuga do regime nazista na Alemanha, também moldaram suas concepções políticas. Sua análise crítica do totalitarismo, expressa em obras como "As Origens do Totalitarismo", foi influenciada pela observação direta dos eventos que marcaram o século XX.

A síntese dessas influências resultou em um corpo de pensamento original que oferece uma abordagem única e crítica à filosofia política. Compreender as raízes dessas ideias permite uma apreciação mais profunda de como Arendt aplicou sua filosofia à análise das questões políticas contemporâneas, incluindo a interação entre tecnologia e política.

3. Papel central da tecnologia na sociedade atual

A tecnologia desempenha um papel central na sociedade contemporânea, permeando quase todos os aspectos de nossas vidas. Essa centralidade não se limita apenas à esfera econômica ou científica, mas também exerce uma influência profunda na política, comunicação e vida cotidiana. A emergência de tecnologias avançadas transformou a maneira como interagimos, participamos da esfera pública e percebemos o mundo ao nosso redor.

A rapidez com que a tecnologia evoluiu e se integrou à sociedade reflete um papel ubíquo e onipresente. Dispositivos móveis, redes sociais, inteligência artificial e outras inovações digitais tornaram-se ferramentas essenciais que moldam nossa experiência diária. A tecnologia não apenas facilita a comunicação e a obtenção de informações, mas também desempenha um papel fundamental na formação de opinião, na estruturação do debate público e na própria natureza da participação política.

3.1. Exemplos de Impacto Tecnológico na Política, Comunicação e Vida Cotidiana

3.1.1. Política

A tecnologia transformou a política, influenciando campanhas eleitorais, mobilização social e governança. A disseminação de informações através de plataformas digitais, a análise de big data para direcionamento de eleitores e o uso de

redes sociais como ferramentas políticas são exemplos claros de como a tecnologia alterou a dinâmica política.

3.1.2. Comunicação

A comunicação instantânea e globalizada tornou-se possível devido à tecnologia. Redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de vídeo conferência redefiniram a forma como nos conectamos uns com os outros, criando novas possibilidades, mas também desafios em termos de privacidade, desinformação e polarização.

3.1.3. Vida Cotidiana

Tecnologias como a Internet das Coisas (IoT) e a automação residencial alteraram a dinâmica da vida cotidiana. Casas inteligentes, assistentes virtuais e dispositivos conectados oferecem conveniência, mas também levantam questões sobre privacidade e segurança.

A compreensão desses impactos tecnológicos é crucial para a aplicação das ideias de Hannah Arendt, pois ela enfatizava a importância da esfera pública, da participação ativa e da ação política na construção do mundo comum. Como a tecnologia molda essas esferas, a análise arendtiana pode oferecer insights valiosos sobre as mudanças na natureza da política e da vida social na era digital.

Hannah Arendt argumenta que a violência possui um caráter instrumental. Com isso, é possível observar uma transformação nos instrumentos de violência com o avanço das novas tecnologias. Considerando que a internet e as redes sociais online são as principais ferramentas de interação humana, não é surpreendente que também sejam usadas como veículos de violência. As eleições presidenciais de 2014 no Brasil destacaram-se como um exemplo marcante de violência na internet, um fenômeno que pode ser explicado pelo conceito de banalidade do mal.

Embora o termo "banalidade do mal" tenha sido cunhado em um contexto muito diferente do atual, ele encontra relevância nos comportamentos observados hoje, que se assemelham àqueles do regime nazista. O foco não é a tragédia do povo judeu e a perda gradual de sua identidade humana, mas sim os indivíduos que participaram do processo de extermínio e como suas mentes funcionavam – uma lógica aplicável ao contexto contemporâneo ao analisarmos como discursos de ódio são compartilhados voluntariamente nas redes sociais.

Esta reflexão sobre a violência é perturbadora. No caso dos criminosos de guerra nazistas, havia um perfil humano com características comuns, capazes das maiores atrocidades, e não é difícil imaginar que os praticantes de violência no ciberespaço moderno são pessoas comuns, mescladas na massa. O cenário atual pode ser ainda mais alarmante, pois essas pessoas se escondem atrás de computadores, tablets e celulares, disseminando ódio anonimamente. Os criminosos nazistas tinham rostos e muitos foram punidos no pós-guerra, mas também se esconderam por trás de um sistema burocrático e da alegação de que "apenas estavam seguindo ordens". Segundo Arendt, este é o maior mal do mundo: o mal cometido por ninguém.

4. Análise de como as concepções de Arendt sobre esfera pública, ação política e banalidade do mal podem ser aplicadas à tecnologia

Esfera Pública e Participação Ativa: As ideias de Hannah Arendt sobre a esfera pública destacam a importância da participação ativa dos cidadãos na formação da opinião pública e na condução da política. Ao aplicar esse conceito à tecnologia, torna-se evidente que as plataformas digitais se tornaram espaços significativos de interação, debate e expressão. No entanto, a natureza desses espaços, muitas vezes caracterizada por algoritmos de filtragem e bolhas de filtro, levanta questões sobre a verdadeira participação e a formação de opiniões diversificadas.

Ação Política e Tecnologia: A análise arendtiana da ação política como um ato de liberdade e criação coletiva também pode ser aplicada à tecnologia. A capacidade de indivíduos e grupos de usar a tecnologia para iniciar mudanças, expressar opiniões e buscar objetivos políticos representa uma forma contemporânea de ação política. No entanto, a questão da eficácia real dessa ação em um ambiente digital complexo e muitas vezes manipulado merece uma atenção crítica.

Banalidade do Mal e Tecnologia: o conceito de banalidade do mal, introduzido por Arendt ao analisar a participação aparentemente comum em atos terríveis, pode ser aplicado à forma como a tecnologia é muitas vezes utilizada de maneira desumana ou alienada. A normalização de práticas questionáveis, como a invasão de privacidade em massa ou a disseminação de desinformação, destaca a relevância dessa análise na era digital. É de se notar que a expressão discursiva do ódio tem por escopo exteriorizar a raiva e a intolerância, sendo constatado, não raras vezes, o seu intuito de incitar ou encorajar a violência, a humilhação, a hostilização, a discriminação e a opressão de uma pessoa ou um grupo de pessoas, pertencentes à determinada categoria social, em razão de sua raça, gênero, idade, religião, etnia, nacionalidade, orientação sexual e outras características que as possam diferenciar da maioria dominante.

A amplificação de conteúdos de ódio nas plataformas virtuais, observada tanto no Brasil quanto globalmente, nos leva a revisitar a Filosofia de Hannah Arendt (2004). O conceito de "banalidade do mal" foi profundamente explorado por Arendt durante sua cobertura do julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, em 1961. Eichmann, um oficial nazista, foi responsabilizado pela logística do extermínio de milhões de pessoas. Arendt constatou que, ao longo do processo judicial e até sua execução por enforcamento, Eichmann demonstrou uma completa incapacidade de pensar criticamente ou exercer um julgamento reflexivo. Ele era um homem comum que cometeu atrocidades porque o mal se tornou, para ele, uma rotina burocrática, sem nunca refletir sobre a vileza de seus atos (Sennett, 2012).

De fato, a naturalização do cumprimento do dever pelo oficial alemão, independentemente dos horrores que suas ações causavam, como o assassinato de judeus em câmaras de gás, não difere radicalmente da disseminação e aceitação de discursos de ódio nas redes sociais, especialmente contra grupos vulneráveis no Brasil.

Nesse contexto, é importante notar que a ausência de pensamento crítico, a defesa de ideologias supremacistas, a insensibilidade, a barbárie e a completa falta de empatia e capacidade de liderança do "chefe maior da nação", em sua incessante busca

pela manutenção de seu projeto de poder pessoal, revelam de forma brutal que a banalidade do mal se manifesta sempre que cada um de nós concorda com sua postura hostil, perdendo a capacidade de reconhecer o mal que pratica.

Dentro desse contexto, para evitar a naturalização da maldade contra outros seres humanos, diversas medidas são adotadas por instituições ligadas ao sistema de Justiça. O objetivo é garantir às vítimas de tais ataques condições adequadas para se expressarem juridicamente, utilizando mecanismos disponíveis para combater o ilícito e a desinformação.

Um exemplo disso é a ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) na comarca de Duque de Caxias (RJ), que resultou na condenação judicial de um cidadão que, através de uma publicação em sua página do Facebook, disseminava discurso discriminatório contra a comunidade LGBT. No caso em questão, o réu foi condenado a pagar uma indenização por danos morais coletivos, no valor de R$ 5 mil.

O MPF argumentou que a conduta do indivíduo reproduzia e reforçava o preconceito, historicamente submetendo a comunidade LGBT a uma situação de vulnerabilidade social, tornando a violação de seus direitos fundamentais uma prática comum na cultura do país.

Na decisão, o juiz federal Márcio Santoro Rocha ressaltou que, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), o discurso de ódio não se enquadra na liberdade de expressão. Ele destacou que:

> O discurso vilipendia e agride frontalmente a dignidade daqueles que se identificam com a minoria homossexual ou possuem entes queridos nessa categoria, historicamente discriminada, ao se depararem com tal post nas redes sociais, agride, também, todos aqueles que têm qualquer apreço pelos valores básicos da humanidade, consagrados em diversos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil faz parte (Ação Civil Pública nº 5010720-05.2019.4.02.5101/RJ. Juiz Federal Substituto: Márcio Santoro Rocha. Julg.: 13.05.2020).

Assim, o juiz considerou que:

> O caso não é uma brincadeira, muito menos exercício de liberdade de expressão, já que ninguém tem o direito de se exprimir de forma a fomentar o ódio a minorias e agredir a Constituição. O discurso de ódio é extremamente sério, e inclusive levou a grandes tragédias da humanidade, como o holocausto dos judeus durante a 2ª Guerra Mundial. É tão grave, portanto, que o Supremo decidiu pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989). (Ação Civil Pública nº 5010720-05.2019.4.02.5101/RJ. Juiz Federal Substituto: Márcio Santoro Rocha. Julg.: 13.05.2020).

4.1. Discussão sobre como a tecnologia influencia a esfera pública e a política contemporânea

4.1.1. Transformação da Esfera Pública

A influência da tecnologia na esfera pública é notável na rápida disseminação de informações, na conectividade global e na diversificação dos canais de comunicação. Contudo, a questão da qualidade dessa participação, se ela realmente promove o entendimento mútuo e a deliberação autêntica, é um ponto crítico a ser explorado. A influência de algoritmos e a possível manipulação de narrativas também moldam a esfera pública digital de maneira única.

4.1.2. Impacto na Política Contemporânea

A tecnologia molda a política contemporânea de maneiras complexas, desde o financiamento de campanhas até a mobilização de eleitores. A análise arendtiana pode destacar a importância da autenticidade nas interações políticas digitais e questionar como a tecnologia afeta a natureza do discurso público e a responsabilidade política.

Ao aplicar as ideias de Hannah Arendt à tecnologia, é possível lançar uma luz crítica sobre a dinâmica da esfera pública digital e a forma como a ação política se manifesta no mundo digital. Isso oferece uma base para avaliar os desafios éticos, políticos e sociais associados à interseção entre a filosofia arendtiana e as realidades tecnológicas contemporâneas.

5. Discussão das implicações das análises feitas nas seçõesanteriores

Ao ponderarmos as análises de como as ideias de Hannah Arendt se aplicam à interseção entre tecnologia e política, emergem implicações profundas. A compreensão da esfera pública digital à luz dos conceitos arendtianos revela desafios significativos para a autenticidade e diversidade de perspectivas. As reflexões sobre a ação política no contexto tecnológico alertam para a necessidade de garantir que as plataformas digitais efetivamente promovam o engajamento e a deliberação genuína, preservando a essência da participação democrática.

A análise da banalidade do mal aplicada à tecnologia destaca a importância crítica de abordar questões éticas e humanitárias na era digital. A normalização de práticas que podem comprometer a privacidade, fomentar discursos de ódio ou perpetuar desigualdades exige uma reflexão ética mais profunda sobre o papel da tecnologia na formação da sociedade contemporânea.

6. Conclusões

As ideias de Hannah Arendt oferecem uma lente crítica e rica para compreender as complexidades da interação entre tecnologia, política e sociedade na contemporaneidade. Sua ênfase na ação, liberdade e participação na esfera pública

fornece um arcabouço conceitual robusto para avaliar como a tecnologia molda a política e a vida cotidiana.

Ao aplicar os conceitos arendtianos à análise da tecnologia, ganhamos uma compreensão mais profunda das dinâmicas que caracterizam a era digital. A banalidade do mal serve como um alerta ético, instigando uma reflexão sobre como a tecnologia pode ser usada de maneira desumana. Concluímos, assim, que as ideias de Arendt não apenas iluminam os desafios contemporâneos, mas também oferecem perspectivas valiosas para abordá-los de maneira ética, participativa e politicamente engajada na era digital.

A análise das ideias de Hannah Arendt aplicadas ao contexto tecnológico contemporâneo revela a relevância de seus conceitos sobre a esfera pública, ação política e a banalidade do mal. Arendt enfatiza a importância da participação ativa e crítica na esfera pública, um aspecto que se torna crucial na era digital, onde a tecnologia pode tanto ampliar quanto distorcer o engajamento político e social. A disseminação de discursos de ódio e a banalidade do mal nas redes sociais destacam a necessidade de uma abordagem ética e crítica para enfrentar esses desafios. A naturalização do cumprimento de ordens sem reflexão crítica, observada tanto no contexto histórico dos crimes nazistas quanto na contemporânea propagação de ódio online, exige uma vigilância constante e medidas proativas.

Para enfrentar esses problemas, é essencial promover uma educação que enfatize o pensamento crítico e a empatia, capacitando os cidadãos a reconhecerem e combaterem a banalidade do mal. As plataformas digitais devem ser reguladas de maneira a garantir que promovam uma deliberação genuína e a diversidade de perspectivas, evitando a formação de bolhas de filtro que reforçam preconceitos. A responsabilidade dos indivíduos e das instituições na preservação da dignidade humana e na promoção de um debate público saudável deve ser constantemente reforçada. Além disso, o fortalecimento das leis contra discursos de ódio e a garantia de que as vítimas tenham acesso à justiça são passos fundamentais para mitigar os impactos negativos da tecnologia na esfera pública.

Por fim, o estudo das interseções entre tecnologia e política à luz do pensamento arendtiano não só nos ajuda a entender melhor os desafios da era digital, mas também nos oferece ferramentas conceituais valiosas para construir um futuro mais ético e inclusivo. As ideias de Hannah Arendt permanecem um guia essencial para navegar as complexidades da sociedade contemporânea, lembrando-nos da importância de uma participação política consciente e de um compromisso inabalável com os valores humanitários.

Referências

ARENDT, H. ***A Condição Humana***. Editora Forense Universitária, 2009.

ARENDT, H. ***Eichmann em Jerusalém:*** Um Relato sobre a Banalidade do Mal**.** Editora Companhia das Letras), 2010.

BAUMAN, Z. ***Modernidade Líquida***. Editora Zahar, 2001.

GUMBRECHT, H. U. ***Produção de Presença:*** O Que o Sentido Não Consegue Transmitir. Editora Vozes, 2004.

HARARI, Y. N. ***Sapiens***: Uma Breve História da Humanidade. Editora L&PM., 2015.

SENNETT, R. ***O Declínio do Homem Público:*** As Tirânias da Intimidade. Editora Record, 2012.

Perspectivas Educacionais na Sociedade Globalizada

Educational Perspectives in the Globalized Society

Perspectivas Educativas en la Sociedad Globalizada

Carmen Vasel[1]
Raphael Bispo Milhomens[2]

Resumo

VASEL, C.; MILHOMENS, R. B. Perspectivas Educacionais na Sociedade Globalizada. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 125-134, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2253

Este trabalho apresentou argumentos e experiência de ensino a partir dos Caminhos Educacionais na era globalizada. Para tanto, utilizou textos analisados e debatidos em aula durante o primeiro semestre de 2024. O objetivo foi compreender o conceito de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), os tipos de ferramentas digitais de comunicação, suas características a fim de atestar a sua aplicabilidade na educação. O estudo apontou para o desafio dos docentes nas unidades escolares em tempos da era tecnológica, que exige práticas, estratégias voltadas a alcançar a emancipação do aluno e a conquista da autonomia.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Globalização. Ensino. Docente.

Abstract

VASEL, C.; MILHOMENS, R. B. Educational Perspectives in the Globalized Society. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 125-134, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2253

This paper presented arguments and teaching experience based on Educational Paths in the globalized era. To this end, it used texts analyzed and debated in class during the first semester of 2024. The objective was to understand the concept of Information and Communication Technology (ICT), the types of digital communication tools, and their characteristics in order to attest to their applicability in education. The study pointed to the challenge of teachers in school units in times of the technological era, which requires practices and strategies aimed at achieving student emancipation and the achievement of autonomy.

Keywords: Education. Technology. Globalization. Teaching. Teacher.

1 Mestranda em Ciências da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade pela Florida University of Science and Theology (Fust). E-mail: carmenvasel@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8875-9905

2 Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos. E-mail: raphaelmilhomens@icloud.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1725-1987

Resumen

VASEL, C.; MILHOMENS, R. B. Perspectivas Educativas en la Sociedad Globalizada. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 125-134, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2253

Este trabajo presentó argumentos y experiencia docente basados en los Caminos Educativos en la era globalizada. Para ello, se utilizó textos analizados y debatidos en clase durante el primer semestre de 2024. El objetivo fue comprender el concepto de Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC), los tipos de herramientas de comunicación digital, sus características para dar fe de sus aplicabilidad en la educación. El estudio apuntó al desafío que enfrentan los docentes de las unidades escolares en tiempos de la era tecnológica, que requiere prácticas y estrategias encaminadas a lograr la emancipación de los estudiantes y el logro de la autonomía.

Palabras clave: Educación. Tecnología. Globalización. Enseñanza. Docente.

Data de submissão: 13/09/2024
Data de aceite: 27/11/2024

1. Introdução

O presente trabalho tem por objetivo investigar os temas, embasados em pesquisa bibliográfica e empírica e em experiências vivenciadas no cotidiano escolar, com o fim precípuo de demonstrar a importante utilização das tecnologias em uma era globalizada cheia de conflitos e desafios. Para atender esse objetivo, é imprescindível analisar e compreender as estratégias de ensino-aprendizagem interativas, que têm como objetivo compreender o conceito de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Entender o conceito de comunicação digital, bem como conhecer os tipos de ferramentas digitais de comunicação, tem por objetivo verificar a função das ferramentas digitais de comunicação. Explorar as características das ferramentas digitais.

A globalização evoluiu para novas direções em que o acesso não atende à grande massa de forma igualitária, razão pela qual há desigualdades no ensino aprendizagem.

Diante dos numerosos desafios que a educação enfrenta, especialmente em decorrência da globalização digital, as mudanças se tornam cada vez mais avançadas, modernas e necessárias. A comunicação digital ganha destaque, mas, ao mesmo tempo, persiste a desigualdade no acesso à educação a distância. Nesse contexto, é fundamental revisar as novas formas de colaboração global entre instituições educacionais, incorporando-as para proporcionar uma perspectiva mais abrangente e significativa. Essas transformações são essenciais para o cenário educacional no presente momento. Assim, dada a complexidade e a crescente expansão da educação, é imprescindível contar com profissionais capacitados, para liderar esses processos.

2. Surgimento da tecnologia e os impactos da globalização

Com a criação da internet, em 1969, as maravilhas começaram a ganhar forças em especial na comunicação. Com essas novas tecnologias, a vida do ser humano passou a melhorar, não apenas no ramo empresarial e educacional, mas também no âmbito pessoal. Antes do computador, se alguém quisesse escrever uma carta ou um documento, levaria muito mais tempo até mesmo usando uma máquina de escrever. Logo a seguir surge o celular, um aparelho móvel, em que as pessoas podiam se comunicar umas com as outras sem precisar estar no mesmo local. Elas podiam levar o aparelho para qualquer lugar e conversar de onde estivessem.

Em seguida, o celular, que era, basicamente, um telefone móvel, com outras funções simples, transformou-se em um smartphone, um telefone inteligente, com sistema operacional e internet móvel. Ele é praticamente um microcomputador com diversas funções. Depois veio o notebook e, em seguida, o iPad, que tinha a mesma ideia do celular, que era ser portátil, poder carregá-lo para qualquer lugar e utilizá-lo em qualquer lugar, a qualquer momento e por fim vem os aplicativos educacionais servem para auxiliar no ensino e na aprendizagem, como os aplicativos voltados para a aprendizagem de idiomas, como o alemão, e os aplicativos de jogos, que são para entreter.

Outro assim acesso à tecnologia vem a ser um elemento crucial na era da globalização afetando diretamente o desenvolvimento e a experiência educacional, pois enquanto algumas regiões urbanas desfrutam de recursos avançados, áreas mais remotas podem enfrentar disparidades significativas, destacando a importância de estratégias inclusivas para garantir que todos os estudantes possam se beneficiar das oportunidades proporcionadas pela globalização. Segundo Kohn e Moraes (2007 *apud* Manfrin, 2019, p. 46, grifo nosso):

> [...] a Era digital proporcionou mudanças significativas em todos os segmentos da sociedade, diminuiu distâncias, mudou conceitos, trouxe mobilidade, facilitou o acesso às informações e mudanças no comportamento humano como, o modo de ser, agir, e se relacionar socialmente.

3. Tecnologias da Informação

A era contemporânea trouxe mudanças significativas para a educação, a sociedade e a vida das pessoas. Indivíduos que, por residirem longe ou em outro país, mantinham pouco ou nenhum contato com familiares, foram beneficiados pelas redes sociais. Aplicativos de mensagens instantâneas aproximaram essas pessoas, facilitando a comunicação. Além disso, empresas passaram a contratar colaboradores para o trabalho remoto, algo antes inviável.

Nesse sentido, o conhecimento e o domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tornaram-se diferenciais no mercado de trabalho e no sistema educacional. Diante desse cenário, os profissionais da educação, mais experientes em

certos aspectos, são incumbidos de assumir papéis de liderança nas equipes técnicas da educação nacional, formando grupos colaborativos de aprendizagem.

Afinal, promover mudanças qualitativas não é tarefa solitária, assim como é difícil constituir um grupo formativo sem o desenvolvimento de uma cultura de cooperação, aprendizagem e parceria. Reflexão, planejamento e trabalho coletivo são componentes essenciais da função docente, promovendo a melhoria da qualidade do ensino. Essa melhoria ocorre quando todos atuam em conjunto e assumem a corresponsabilidade para alcançar os objetivos propostos, o que reforça a necessidade de que os docentes estejam capacitados para o ensino-aprendizagem no contexto tecnológico.

Em síntese, a globalização, a educação e a pandemia formam um triângulo de desafios e oportunidades, levando à constante busca por práticas inovadoras na educação. A reflexão sobre esses temas evidencia a necessidade de políticas educacionais flexíveis, inclusivas e adaptáveis às realidades emergentes. O caminho para uma educação de relevância global está na compreensão profunda dessas interações dinâmicas e na procura constante por soluções que equilibrem as demandas globais com as necessidades locais.

Mas o que são as TICs? As TICs são um conjunto de recursos tecnológicos, representados principalmente por computadores, celulares, televisores, e-mails, tablets, YouTube, internet, Wi-Fi, sites, entre outros. Quando integrados, promovem a automação e/ou comunicação em processos relacionados ao ensino, à pesquisa, aos negócios, entre outros. Essas tecnologias têm como objetivo unir, difundir e compartilhar informações (Lobo; Maia, 2015 *apud* Freitas, BRAGA, 202).

> Elas colaboram significativamente para a evolução da educação globalizada. Conforme o próprio nome sugere, as TICs são os meios de comunicação utilizados para conectar pessoas e estabelecer relacionamentos na era digital. Hoje, essas ferramentas ganharam ainda mais relevância, sendo essenciais no ambiente educacional, onde os professores podem diversificar suas aulas e estreitar o vínculo com os alunos. Contudo, grande parte dessas inovações deve passar pela coordenação pedagógica, para que haja uma adequada elaboração e acompanhamento do planejamento curricular. (UNESCO, 2019)

4. Papel do coordenador pedagógico diante das tecnologias

Considerando o processo educativo como uma construção coletiva, o coordenador pedagógico precisa "ser o outro que analisa a situação sob pontos de vista às vezes ocultos para o professor" (Pelissari, 2007). É fundamental que o coordenador esteja constantemente atento às transformações no sistema educacional, buscando, assim, aproximar de forma mais eficaz alunos e professores. O contexto educacional atual apresenta inúmeros desafios sociais, e algumas estratégias de reconstrução e transição de conhecimento nem sempre são bem aceitas pelos demais profissionais da educação ou pela comunidade. Dessa forma, o coordenador deve estar sempre em busca de

alternativas para a resolução de problemas, bem como para o manejo disciplinar e o adequado enquadramento dos alunos na escola.

> A contextualização dos conhecimentos escolares possibilita ao jovem o acesso à compreensão desse campo, podendo orientar-lhe a ação, dentro dos parâmetros pactuados historicamente, com base na percepção prática de que a realidade brasileira necessária de cidadãos e não de expectadores. (Conceição; Lilian, 2010, p.69).

O coordenador pedagógico é um profissional cuja atuação se concentra no ambiente escolar, com o objetivo de promover o desenvolvimento integral e harmonioso dos estudantes inseridos na comunidade escolar. Seu papel envolve o planejamento, a inspeção, a supervisão e a orientação, sempre voltados para a formação contínua do educando, buscando garantir uma educação de qualidade e inclusiva, que atenda às necessidades e desafios do contexto educacional contemporâneo.

Conforme Conceição, (2010, p. 49)

> O orientador educacional deve ser o agente de informação qualificada para a ação nas relações interpessoais dentro da escola, adotando a prática de reflexão permanente com professores, alunos e pais a fim de que eles encontrem estratégias para o manejo de problemas recorrentes."

O coordenador pedagógico pode e deve apontar caminhos e escolhas profissionais para o educando, estimular a busca constante na superação de problemas pessoais relacionados ao desenvolvimento do ensino aprendizagem, proporcionar condições de interação entre as famílias e a escola para desenvolver melhorias nas relações e propiciar bons resultados no processo educativo dos alunos, esse tem sido o papel principal do coordenador pedagógico escolar que busca incansavelmente este caminho para obter uma educação de qualidade juntamente com sua equipe docente, propiciar aos discentes melhores resultados e direcionar os mesmos de forma correta para o mercado de trabalho que está cada vez mais exigente e competitivo, conforme:

> "Acompanhamos as práticas pedagógicas analisando os dados a fim de planejar ações para a sala de aula. Asseguramos também a formação permanente dos professores e procuramos envolver toda a equipe na tomada de decisões. Dessa forma, ficamos corresponsáveis pelo ensino e pela aprendizagem dos alunos." Ednéa Gomes Nunes da Silva, CP da EM Maria Quitéria, em Tapiramutá.

A formulação de pautas e planos de aprendizagem, assim como o planejamento das ações formativas e intervenções voltadas à capacitação docente, constituem

instrumentos essenciais para o fortalecimento das práticas pedagógicas dos educadores, especialmente em um contexto em que a tecnologia exerce influência significativa sobre a vida dos discentes. Esses mecanismos promovem a disseminação de valores e têm como propósito fomentar a capacidade de identificar alternativas para os desafios sociais que emergem no ambiente escolar. Nessa perspectiva, torna-se fundamental considerar as percepções e opiniões dos docentes sobre a realidade social na qual os alunos estão inseridos, além de orientar os estudantes, no âmbito da era tecnológica, para o uso consciente e responsável das ferramentas digitais. À luz dessas considerações, é possível viabilizar a formação de um novo cidadão e a sistematização eficiente do processo de ensino-aprendizagem, particularmente no que se refere à incorporação do ensino digital.

5. Ensino e aprendizagem digital: Construindo o futuro da educação

As plataformas digitais educacionais oferecem uma amplitude notável, proporcionando uma riqueza de recursos e uma diversidade de formatos, incluindo a criação de trilhas de aprendizagem e a emissão de certificados, por exemplo. No entanto, é importante destacar que algumas ferramentas digitais comumente utilizadas em ambientes educacionais, como aplicativos de videoconferência, podem não ser tão flexíveis e apresentar restrições de personalização inerentes às configurações específicas de cada plataforma (Souza, 2022). Como por exemplo YouTube (para a seleção e produção de vídeos); Podcast (para publicação de arquivos de áudio na internet); Diigo (plataforma de anotações e compartilhamento de atividades); Edmodo (plataforma para comentar, compartilhar e divulgar informações); Trello (ferramenta de organização de projetos); Goconqr (ferramenta de criação de conteúdos); Google Formulário e Typeform (para a criação de formulários dinâmicos).

A aprendizagem digital é muito importante para a educação e para o ensino-aprendizagem, pois ela auxilia o professor no ensino e facilita a aprendizagem com as ferramentas digitais, no entanto a globalização das interações entre os indivíduos tem aspectos positivos e negativos. Por um lado, ela nos ensina a conviver com a diversidade, tanto linguística quanto cultural. Já não nos surpreendemos tanto com sotaques diferentes, preferências alimentares diversas ou roupas distintas.

Por outro lado, a convivência pode levar à uniformização, resultando em uma cultura homogênea na qual alguns elementos de outras culturas podem ser incorporados, mas muitos outros acabam sendo perdidos no processo (Leffa, 200). Portanto os professores não podem se dar ao luxo de não dominar essas ferramentas e precisam se esforçar para se manter atualizados e eficazes em sua profissão, uma vez que as tecnologias não se limitam somente nas máquinas e programas, razão pela qual a escola, enquanto transmissora de conhecimento, também sofre mudanças em todo o seu processo, não cabendo mais a pura e simples transmissão dos saberes instituídos, através de práticas exatas e sem crítica. Portanto oferecer capacitação constante aos professores sobre o uso de novas tecnologias é fundamental. O domínio das ferramentas digitais aumenta a confiança e melhora a eficácia da sua aplicação no processo de ensino-aprendizagem.

As novas formas de comunicação que advêm da globalização mostram que as práticas educativas devem utilizar de todos os métodos, sendo eles tecnológicos ou não, no intuito de levar a criança ser crítica na construção de seu próprio conhecimento e na busca do crescimento pessoal e profissional. Nesses esquemas complexos criados pela globalização direcionar saberes para que o aluno se situe, sinta-se inserido no mundo globalizado e o entenda, para não ser absorvido por ele, sem criticar a situação em que se encontra e um desafio para os docentes. Jovens estão cada vez mais envolvidos em programas tecnológicos que pouco agregam ao seu desenvolvimento intelectual. Incutir a responsabilidade ou o uso adequado das tecnologias de informação ou as próprias mídias sociais, requer diariamente uma dose de paciência e insistências.

É importante situar o aluno pelo mundo globalizado levando -o a perceber os prós e os contras do maciço das tecnologias digitais, dosar bem o uso para que ele perca a essência de compreender a sua própria existência. Incorporar elementos de gamificação (como sistemas de pontos, recompensas e desafios) e interatividade nas aulas, por meio de plataformas educacionais, pode aumentar o engajamento e motivar os alunos a participarem mais ativamente.

6. Conclusão

No estudo apresentado, ficou evidente a influência que a Educação recebe, devido à Globalização estar em grande destaque, onde as políticas públicas e práticas pedagógicas reproduzem o mercado socioeconômico, fazendo com que o cidadão aceite passivamente esta situação, por fazê-lo acreditar que esta nova realidade é irreversível e necessária, surgem a exclusão social, as diferenças de classes e a perda da cultura local e até mesmo a perca de valores familiares até então ainda existentes.

Enquanto as famílias terceirizarem a educação dos filhos, e usarem as escolas, creches, e centro infantis como depósitos ou serviços de *baby-sitter* e não como local de aprendizagem e construção de saberes e ainda não entenderem que os valores morais estão acima de qualquer sistema tecnológico globalizado, a humanidade continuará doente e em decadência, razão pela qual há uma grande preocupação das instituições de ensino, pois a educação dos filhos está em declínio e não existe mais a "família" pois vivem em uma estrutura baseado e apoiada em construções que mudam de acordo com o vento ou areia e não tem uma base sólida para servir de alicerce o que fará a civilização perder sua tradição e ser extinta pois não soube transmitir os devidos valores culturais.

Estimular a necessidade da consciência crítica dos sujeitos participantes da aprendizagem também é outro obstáculo enfrentado pelos professores na sociedade da globalização. Segundo a LDB/96 e os PCN, os discentes devem ser estimulados a pensar no respeito ao próximo, à igualdade, ao combate de atitudes discriminatórias dentro e fora de sala. Dessa forma, acredita-se que os docentes mais preparados são aqueles que puderam realizar formação continuada ao longo da carreira, estando aptos a lidar com esses desafios que permeiam o contexto escolar, portanto os docentes precisam estar aptos a dominar e entender as tecnologias de informação para tornar o seu planejamento mais criativo e eficaz.

Por fim, os docentes estão mergulhados em uma nova sociedade, que consiste em rever práticas, estratégias e modos de fazer e desenvolver seu trabalho, de maneira a alcançar a emancipação do aluno e a conquista da autonomia. Ao lado dessa busca por uma educação emancipadora, as fronteiras culturais se diluem ao mesmo tempo em que se acentuam, trazendo à tona uma homogeneização cultural que convive com a afirmação das diferenças culturais e diversidades.

Referência

BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto. Globalização e educação: uma introdução. ***In:*** BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto (Orgs.) Globalização e educação – perspectivas críticas.

COSTA, Ronaldo Cataldo. ***Tradução***. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004.

CAVACO, M. H. Ofício do Professor: O tempo e as mudanças. ***In***: NÓVOA, Antônio (org.) Profissão Professor. 2ª ed. Porto: Porto, 1995.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional mundial comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para educação. Nova Zelândia: Universidade de Auckland/Faculdade de Educação, 2001, p. 133-169.]

LIBÂNEO, José Carlos. ***Democratização da Escola Pública*** – A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos. São Paulo, Loyola, 1985.

MEC. ***Indicadores da Qualidade na Educação***. Disponível no portal mec. gov.br

MORIN, Edgard. ***A Cabeça Bem-Feita:*** Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NÓVOA, António. ***Entrevista***. Revista Pátio, São Paulo, ed. 27, agosto/ outubro, 2003.

NÓVOA, António. Formação de Professores e Profissão Docente. ***In***: Os Professores e Sua Formação. Lisboa: Codex, Nova Enciclopédia, 1997.

PERRENOUD, Philippe. ***Ensinar. Agir na Urgência, Decidir na Incerteza.*** Porto Alegre: Artmed. 2001.

PERRENOUD, Philippe; THURLER Mônica (org.). As Competências para Ensinar no Século XXI. ***In*:** Situação-Problema: Forma e Recurso de Avaliação, Desenvolvimento de Competências e Aprendizagem Escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PINEAU, Gaston. A Autoformação no Decurso da Vida: Entre a Hetero e Ecoformação. ***In***: NÓVOA, António & FINGER, Matthias. O Método (Auto) biográfico e a Formação. Lisboa: MR/DRHS/CFAP, 1988.

RIBEIRO, R. J. *et al.* Teorias de Aprendizagem em Jogos Digitais Educacionais: um Panorama Brasileiro. ***Revista Novas Tecnologias na Educação***, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-10, 2015.

Contribuições do Museu da Natureza, Piauí, Brasil, para a formação de educadores do campo

Contributions of Museu da Natureza, Piauí, Brazil, to the training of rural educators

Contribuciones del Museu da Natureza, Piauí, Brasil, a la formación de educadores rurales

Alexandre Leite dos Santos Silva[1]
Flávia Machado dos Reis[2]
Suzana Gomes Lopes[3]
Tamaris Gimenez Pinheiro[4]

Resumo

SILVA, A. L. dos S.; REIS, F. M. dos; LOPES, S. G.; PINHEIRO, T. G. Contribuições do Museu da Natureza, Piauí, Brasil, para a formação de educadores do campo. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 135-160, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2236

Os museus de ciências podem contribuir de forma singular para a formação inicial e continuada de professores. Neste trabalho, destaca-se o Museu da Natureza, inaugurado em 2018 pela Fundação do Museu do Homem Americano e localizado ao lado do Parque Nacional da Serra da Capivara, no município piauiense Coronel José Dias. O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa sobre as contribuições do Museu da Natureza na formação de educadores do campo. Ocorreu no âmbito do tempo comunidade da disciplina Geociências do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, na Universidade Federal do Piauí. Na metodologia, foi realizada a Análise Temática dos relatórios de visita de 29 licenciandos. Os resultados mostraram que a visita ao referido museu contribuiu para proporcionar a aprendizagem prática, sinestésica e estimulante, com potencialidades para a sala de aula; com vistas a promover a educação contextualizada e para estimular o pensamento crítico, com destaque para a educação ambiental.

Palavras-chave: educação museal. Educação no campo. Ensino de Ciências.

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: alexandreleite@ufpi.edu.br
Orcid: http://orcid.org/0000-0002-8239-9240.

2 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândi (2020). E-mail: reis.flaviabio@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7266-4979.

3 Doutora em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO) - ponto focal Universidade Federal do Maranhão (2015). E-mail: sglopes@ufpi.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9071-9585.

4 Doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). E-mail: tamarisgimenez@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7246-2691.

Abstract

SILVA, A. L. dos S.; REIS, F. M. dos; LOPES, S. G.; PINHEIRO, T. G. Contributions of Museu da Natureza, Piauí, Brazil, to the training of rural educators. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 135-160, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2236

Science museums can contribute in a unique way to the initial and continuing teacher training. In this work, the Museu da Natureza stands out, opened in 2018 by the Fundação do Museu do Homem Americano and located next to the Serra da Capivara National Park, in Coronel José Dias, Piauí, Brazil. The objective of this article is to present the results of research into the contributions of Museu da Natureza in the teacher training of rural educators. It took place within the community time of the Geosciences discipline of the Degree Course in Rural Education, at Universidade Federal do Piauí. In the methodology, a Thematic Analysis of the visit reports of 29 undergraduate students was carried out. The results showed that the visit to the aforementioned museum contributed to providing practical, synesthetic and stimulating learning, with potential for the classroom; to promote contextualized education and to stimulate critical thinking, with emphasis on environmental education.

Keywords: Museum education. Rural education. Science teaching.

Resumen

SILVA, A. L. dos S.; REIS, F. M. dos; LOPES, S. G.; PINHEIRO, T. G. Contribuciones del Museu da Natureza, Piauí, Brasil, a la formación de educadores rurales. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 135-160, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2236

Los museos de ciencias pueden contribuir de manera única a la formación inicial y continua de los docentes. En esta obra se destaca el Museu da Natureza, inaugurado en 2018 por la Fundação do Museu do Homem Americano y ubicado junto al Parque Nacional Serra da Capivara, en el municipio de Piauí, Coronel José Dias. El objetivo de este artículo es presentar los resultados de la investigación sobre los aportes del Museu da Natureza en la formación de educadores rurales. Tuvo lugar en el tiempo comunidade de la disciplina Geociencias de la Licenciatura en Educación Rural, de la Universidad Federal de Piauí. En la metodología se realizó un Análisis Temático de los relatos de visita de 29 estudiantes de pregrado. Los resultados mostraron que la visita al citado museo contribuyó a brindar un aprendizaje práctico y estimulante, con potencial para el aula; promover la educación contextualizada y estimular el pensamiento crítico, con énfasis en la educación ambiental.

Palabras clave: Educación museística. Educación rural. Enseñanza de las ciencias.

Data de submissão: 19/12/2023
Data de aceite: 13/11/2024

1. Introdução

Os museus (ou centros) de ciências são instituições culturais e educacionais voltadas à divulgação, preservação e exploração do conhecimento científico e cultural (Braga, 2017). Eles têm um papel crucial na sociedade ao proporcionar oportunidades para que o público em geral possa aprender sobre ciência, tecnologia, história natural, cultura e arte. Para Reis,

> [...] os museus de ciências inserem-se no processo educacional das pessoas como forma de promover conhecimento científico, cultural, artístico e histórico. Com o intuito de formar cidadãos engajados em discussões científicas, sociais, políticas e conhecedores da sua própria realidade e história sociocultural. E com o potencial de proporcionar a formação do sujeito como um ser social, histórico e cultural, não só para resolver problemas vinculados às questões educacionais ou às disciplinas escolares (Reis, 2020, p. 7).

Esses espaços de educação não formal[5] caracterizam-se por exposições interativas, acervos com coleções de objetos e artefatos, programas educacionais, divulgação científica, apoio à pesquisa, trabalho de preservação e especialização em determinada(s) área(s) do conhecimento (Cazelli, 2005). Por isso, os museus de ciências desempenham um papel fundamental na promoção da educação científica, na preservação do patrimônio cultural e na divulgação do conhecimento para o público em geral. Oferecem uma variedade de experiências, temas e recursos para inspirar o interesse e a compreensão da ciência e da cultura. Dadas as suas peculiaridades, eles não substituem e não podem ser substituídos pelas escolas, nem servir como simples complemento para a educação escolar (Marandino, 2001; Bortoletto, 2013).

Devido ao potencial educativo e peculiaridades desses espaços, os museus de ciências têm ocupado um lugar relevante na formação de professores (Soares; Silva, 2009).

> Do ponto de vista educacional, os museus são espaços valiosos para a discussão de elementos relacionados à educação não formal, como a elaboração de estratégias de ensino e de divulgação da ciência e os processos de aprendizagem. *Podem ser, assim, grandes parceiros para trabalhos direcionados à formação do professor* e aos processos de ensino-aprendizagem (Marandino, 2003, p.76, grifo nosso).

5 A educação não formal é a que provém de iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino, como dos museus e centros de ciências; educação formal refere-se àquela que ocorre na escola, nos sistemas de ensino tradicionais; a educação informal corresponde à que ocorre incidentalmente ao longo da vida (Cascais; Terán, 2014).

Tendo em vista essa parceria, alguns trabalhos de pesquisa brasileiros se destacaram nos últimos anos por relacionarem a educação museal[6] com a formação de professores.

Mendes e Castro (2019) fizeram um estudo sobre as contribuições de espaços não formais de educação na formação de licenciandos de Química, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, *campus* Nilópolis. Os resultados mostraram que os sujeitos tinham pouco conhecimento sobre o tema e a necessidade de aproximação entre os museus e centros de ciência e tecnologia e a formação de futuros professores de Química.

Barros e Martins (2020) pesquisaram sobre as contribuições de um museu de ciências para a formação de professores de Física, na Universidade Federal de Uberlândia. No trabalho, os licenciandos participaram na elaboração de artefatos digitais sobre eletromagnetismo para um museu e tiveram uma evolução quanto às suas concepções sobre museus de ciências, reconhecendo-os como espaços educativos distintos das escolas.

Cerqueira (2021) fez um relato da inserção do museu como campo de estágio na formação inicial de uma Licenciatura em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do ABC. Apontou que a parceria entre museu e escola pode propiciar novos horizontes pedagógicos para os futuros professores e mudanças na promoção da educação científica.

Coelho, Oliveira e Almeida (2021) investigaram a produção proveniente de Programas de Pós-Graduação brasileiros sobre a formação de professores de Ciências em espaços não formais. Mostraram, por meio da Revisão Sistemática em teses e dissertações, que muitas formações em espaços não formais são curtas, descontínuas, mais instrutivas que reflexivas e excluem os professores do planejamento. Indicaram a necessidade de fortalecer a relação entre escola, universidade e os espaços não formais.

Alves, Sales e Martins (2021) procuraram compreender o processo de consolidação do programa de formação de professores de um museu de ciências do Instituto de Física da Universidade Federal de Uberlândia. Analisaram sete cursos realizados entre 2011 e 2017 que contribuíram para o amadurecimento do programa ao passo que valorizaram as experiências dos professores participantes e promoveram a reflexão sobre as suas práticas.

Santos e Pereira (2023) apresentaram as contribuições de uma oficina promovida para um museu de ciências na formação continuada de professores sob o viés crítico-reflexivo. Os resultados mostraram que houve uma mudança na prática de docentes em sala de aula e uma aproximação entre os sujeitos e o museu.

Considerando os trabalhos supramencionados, percebe-se que os museus de ciências podem contribuir de forma singular para a formação inicial e continuada de professores (Coutinho-Silva *et al*., 2005; Queiroz *et al*., 2011). Segundo Barbosa, Garcia Junior e Freitas (2021, p. 7), "as contribuições dos espaços não formais são muito abrangentes". Sendo abrangentes, essas contribuições, como elementos do processo de formação docente, precisam ser apreendidas, identificadas e avaliadas a partir das percepções dos próprios sujeitos, conforme as suas necessidades (Rodrigues; Esteves,

6 A educação museal refere-se aos diversos processos (teóricos e práticos) que contribuem para que o museu assuma plenamente sua tarefa de mediador e referencial para a sociedade (Ibram, 2023).

1993). Com isso, o objetivo deste trabalho foi discutir, a partir da Análise Temática de dados documentais extraídos de relatórios de visita, sobre as contribuições do Museu da Natureza, localizado na Serra da Capivara, Piauí, para a formação de licenciandos em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí. O problema que norteou esta pesquisa foi: quais as contribuições do Museu da Natureza para formação de educadores do campo? Assim, tivemos como tema axial de pesquisa a formação museal de educadores do campo. Por isso, na próxima seção trataremos de alguns pressupostos para a formação de educadores do campo.

2. Formação de educadores do campo

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino voltada para a população que habita o campo e/ou cujas atividades produtivas são provenientes de espaços rurais (Brasil, 2010a). Assim, ela atende a um coletivo diversificado que inclui camponeses, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, dentre outros. Para isso, ela é amparada por diversos documentos oficiais brasileiros, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), o Decreto Nº. 7.352, de 04 de novembro de 2010 (Brasil, 2010b), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (Brasil, 2024).

Além de modalidade, a Educação do Campo também se constitui, desde a década de 1990, como um paradigma educacional que, construído com a população camponesa e seus movimentos sociais, de acordo com suas necessidades, interesses e especificidades, se contrapõe à urbanocêntrica e hegemonicamente histórica Educação Rural (Caldart, 2012; Fernandes, 2008). A Educação do Campo se fundamenta no fortalecimento dos vínculos de pertencimento dos sujeitos do campo ao seu território, trabalho e tradições, dentro de um projeto de desenvolvimento que vislumbra a complementaridade entre campo e cidade (Brasil, 2004). Ao longo dos anos, tem se firmado com base no ecletismo de pedagogias, como a pedagogia do movimento, a pedagogia socialista e a pedagogia do oprimido (Caldart, 2011) por uma educação contextualizada, por escolas no campo, por reinvindicações e lutas envolvendo políticas públicas, pelo desenvolvimento local e pela sustentabilidade (Brasil, 2004; Alencar, 2015; Santos, 2020).

No que cabe, instituições escolares[7] e cursos de ensino superior[8] voltados para a população camponesa têm adotado a pedagogia da alternância, que se baseia na alternância entre tempos e espaços formativos (Silva, 2012): entre o tempo escola ou tempo universidade (com aulas e atividades realizados no espaço escolar ou acadêmico, geralmente em regime de internato) e o tempo comunidade (com atividades realizadas no ambiente familiar ou socioprofissional). Em consonância com o Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Brasil, 1996), a alternância possibilita que

7 No Brasil, são conhecidos como Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs).

8 Como os Cursos de Licenciatura em Educação do Campo e os Cursos de Licenciatura em Pedagogia da Terra.

os trabalhadores do campo e seus filhos possam estudar sem se afastarem permanentemente de seu espaço e de suas atividades produtivas. A alternância pode contribuir para a união entre teoria e prática, saberes científicos e saberes tradicionais, trabalho intelectual e trabalho manual, visando a formação integral.

Nesse contexto, a formação de educadores do campo precisa atender não só a necessidade de conteúdos culturais-cognitivos, como os conhecimentos científicos, quanto preparo didático-pedagógico, mas também de reflexão filosófica (Saviani, 2009). Para isso, é essencial a aquisição de um corpo de saberes, como saberes específicos, atitudinais, crítico-contextuais, pedagógicos e didático-curriculares (Saviani, 1996).

Dentre esses saberes, incluem-se aqueles que são próprios à Educação do Campo (Arroyo, 2007; Silva; Lopes; Takahashi, 2021). Assim, os saberes dos educadores do campo envolvem um quadro composto tanto pelo conhecimento do seu contexto de vida, da sua história e território, como as possibilidades de articulação com os movimentos sociais camponeses.

Além disso, os saberes adquiridos pelos educadores do campo em formação devem dar-lhes subsídios para a mediação do processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos clássicos. Esses conteúdos das diversas áreas do conhecimento tratam-se dos conhecimentos científicos que têm resistido à prova do tempo e são indispensáveis à formação do ser humano em sentido genérico (Duarte, 1993; Saviani, 2011).

Assim, a formação de educadores do campo necessita estar comprometida em proporcionar o domínio, de forma atualizada, das matérias e áreas do conhecimento que ensinarão, no movimento dialético da práxis, na indissociabilidade entre teoria e prática, visando a interdisciplinaridade. Esta última pode ser tornada possível pela capacidade do professor de vislumbrar o encontro, a intercessão e o diálogo entre disciplinas e campos antes fragmentados do saber (Japiassu, 2016).

Essa formação também subsidiará o trabalho contextualizado.

> A contextualização é um meio a partir do qual se busca dar um novo significado ao conhecimento adquirido no ambiente escolar, trata-se de um princípio pedagógico, que possibilita ao educando uma aprendizagem mais significativa [...] Aspectos como a interdisciplinaridade e a problematização das vivências no campo podem ser contempladas no currículo escolar, e, assim, minimamente inserir as especificidades de um ensino voltado para o campo. Pretende-se compreender melhor este contexto e investigar como a escola pode proporcionar uma maior aproximação com a realidade dos sujeitos do campo e os conteúdos [...] (Ferreira; München, 2020, p. 381-382).

Por isso, a contextualização pode contribuir para fortalecer os vínculos de identidade dos sujeitos do campo à medida que no âmbito do ensino visibiliza as ligações deles com a sua terra, a sua história, a sua cultura, as suas tradições, o seu espaço etc.

Além da contextualização, a formação dos educadores do campo necessita estar sintonizada com a ideia do desenvolvimento sustentável.

> A educação do campo não se limita ao campo e sim cria elo com o mundo. A delimitação do campo/cidade não deve ser vista com barreira para impedir que o homem do campo tenha acesso à informação e à qualidade de vida, com a educação espera-se que o homem seja um ser pensante e ético, pronto para agir de forma coerente na sociedade, que tenha consciência ambiental e que respeite os limites da natureza. Quando a educação é voltada para o campo e no campo, o meio rural é objeto de estudo. Partindo do local para o global, o homem saberá que o planeta está interligado e globalizado, que ações que destroem somadas afetam todo um ecossistema e sucessivamente o planeta (Lima; Marques, 2015, p. 131).

Consideramos que o desenvolvimento sustentável é aquele que considera o desenvolvimento em todas as dimensões, não apenas o econômico, vislumbrando a vida das futuras gerações (Netto; Candido; Schinaider, 2017). Isso requer um espírito problematizador e crítico da realidade, em um diálogo entre os conhecimentos científicos e os tradicionais.

Portanto, a formação de educadores do campo precisa proporcionar saberes que contemplem o sólido conhecimento de conteúdos científicos e que forneçam o alicerce para o ensino contextualizado, dialógico, interdisciplinar, crítico, pelo desenvolvimento sustentável e em articulação com os movimentos sociais do campo. Cabe-nos compreender como a educação museal pode contribuir para este tipo de formação.

3. Metodologia

Nesta seção, explanaremos sobre a metodologia adotada no trabalho na seguinte sequência: contexto da pesquisa, sujeitos, procedimentos éticos, coleta e análise dos dados.

3.1. Contexto da pesquisa

A pesquisa ocorreu durante a realização da disciplina Geociências do Curso de Licenciatura em Educação do Campo[9], com habilitação em Ciências da Natureza, da Universidade Federal do Piauí, no *campus* de Picos. O Curso conta com 14 docentes, incluindo biólogas, químicas, físicos, pedagogos e um filósofo, além de uma técnica pedagoga. Foi criado em 2014 e funciona em regime de alternância. O tempo universidade ocorre geralmente nos meses de janeiro/fevereiro e julho/agosto. O tempo comunidade se dá nos meses restantes dos períodos letivos.

A disciplina Geociências abarca 60 horas e é composta pelos seguintes temas em sua ementa: conceitos gerais em Geologia, características físicas e composicionais da Terra, escala do tempo geológico, tectônica global, os principais grupos de rochas,

9 Cursos de Nível Superior criados a partir da década de 2000 e que visam à formação de educadores do campo para a docência multidisciplinar por área de conhecimento e a gestão de processos escolares e comunitários (Molina, 2015).

introdução à mineralogia, Geologia do Brasil, introdução à Paleontologia, águas subterrâneas, introdução à Geologia Ambiental. Foi ministrada por um dos professores com graduação em Física e doutorado em Educação, que ensina sobre os conteúdos da ementa desde 2017. As aulas, perfazendo um total de 44 horas, foram distribuídas em dez dias consecutivos, completando o tempo universidade, com avaliações por meio de provas, de estudos dirigidos e participação nas discussões. As 16 horas restantes giraram em torno de um projeto, que foi escolhido pela turma, envolvendo a visita ao Museu da Natureza e a compilação de um relatório de visita.

O projeto de visita ao Museu da Natureza envolveu as etapas de planejamento, realização da visita e preenchimento do relatório de visita. Durante o planejamento, foram decididos coletivamente a data mais propícia para a visita e organizadas as demandas de transporte e alimentação. A visita ocorreu em 08 de março de 2023, durante o tempo comunidade. O ônibus, cedido pela UFPI, saiu às 7:00 da manhã do *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos - PI, para a área rural do município Coronel José Dias - PI, onde se localiza o Museu da Natureza. O trajeto dura cerca de quatro horas. Ao chegarem no destino, os passageiros almoçaram e, em seguida, se dirigiram ao museu. Após cerca de três horas de visita, foi feito o retorno a Picos.

3.2. O Museu da Natureza[10]

O Museu da Natureza foi construído ao lado do Parque Nacional da Serra da Capivara. Ocupa uma área de mais de mil metros quadrados e foi inaugurado no ano de 2018 pela Fundação do Museu do Homem Americano. Trata-se de um edifício em formato espiral, com estrutura de metal e vidro em meio à paisagem da caatinga e com vista para a Pedra Furada, uma formação rochosa que é um cartão postal da região (Figura 1).

Figura 1: Imagem externa (aérea) do Museu da Natureza



Fonte: Paulo Vitale/Veja (2024).

O diversificado acervo do museu é o resultado de dezenas de estudos feitos na região, que proporcionaram diversas descobertas sobre a evolução da natureza. Ele mostra, com exposições, fósseis e a utilização de tecnologias, a criação do universo,

10 Mais informações sobre o Museu da Natureza podem ser encontradas no site institucional https://fumdham.org.br/.

o surgimento da raça humana e as transformações climáticas, situando o visitante e a região nesses processos (Figura 2).

Figura 2 – Imagens internas do Museu da Natureza: (a) simulação de voo com asa-delta sobre a Serra da Capivara; (b) exposição de artefatos; (c) réplica de um *Eremotherium* (preguiça-gigante), encontrado na região



(a)



(b)



(c)

Fontes: (a) Ariel Velloso (2023); (b) Ingrid Luisa (2019); (c) Francinildo Sousa (2023).

As instalações do museu, em torno do seu acervo, são permeadas por tecnologias digitais e a arte expressa em imagens, sons e movimento.

> O museu é didático e interativo, fornecendo informações e experiências lúdicas para os visitantes. Uma das atrações que mais encanta os visitantes é a simulação de um voo sobre a região do parque. A pessoa fica suspensa do chão usando óculos de realidade virtual e tem a sessão que realmente está planando. Durante o passeio no Museu da Natureza o turista sente-se envolvido com o ambiente, tem acesso gravuras, imagens em movimento, fosseis, réplicas de esqueletos, muitas informações em textos nos painéis e em áudio e sons que emitam o barulho dos animais pré-históricos nos passa a sensação que voltamos no tempo (Portal Sanjoanense, 2022).

Com tais recursos, o museu aborda de forma multissensorial desde o surgimento do universo até a contemporaneidade para falar sobre a evolução da natureza na região, localizada no Semiárido piauiense.

3.3. Sujeitos

A pesquisa envolveu dados provenientes de 29 estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, sendo 20 mulheres e nove homens com a faixa etária média de 25 anos, provenientes de comunidades rurais de municípios da microrregião de Picos, como Alagoinha do Piauí, Campo Grande do Piauí, Fronteiras, Geminiano, Itainópolis, Massapê do Piauí, Picos, Santa Cruz do Piauí, São João da Varjota, Vera Mendes e Wall Ferraz. Não foram identificados para se assegurar o seu anonimato, sendo designados neste estudo pelo termo "Licenciando" seguido por uma numeração (Licenciando 01, Licenciando 02, Licenciando 03...) para evidenciar que são educadores em formação inicial. Além disso, foram consideradas as questões sobre ética na pesquisa e reflexividade ética alistadas por Mainardes e Carvalho (2019), referentes aos seguintes itens: definição e descrição do objetivo e do problema, valores que orientaram a análise e interpretação dos dados, redação e divulgação e nos dilemas éticos vivenciados pelos pesquisadores no processo de pesquisa e como foram resolvidos.

3.4. Coleta dos dados

Os dados foram coletados com base na pesquisa documental (Lüdke; André, 2013), por meio dos relatórios de visita dos arquivos digitais da disciplina Geociências do período letivo 2022.2. Por meio do relatório, encaminhado via formulário eletrônico (*Google Forms*), os licenciandos anexaram fotos da visita e responderam às seguintes questões principais: (i) Conte qual a experiência que achou mais interessante durante a visita. (ii) O que essa experiência mudou a respeito da sua visão sobre a vida na Terra ou sobre o nosso planeta? (iii) Cite um exemplo de algo que você aprendeu no Museu que não foi ensinado em sala de aula na universidade. (iv) Como você usaria uma visita como essa para o ensino de Ciências em uma escola do campo do Piauí? Com essas questões, o relatório procurou registrar as percepções dos sujeitos da pesquisa. Entendemos que o estudo dessas percepções é importante porque elas referem-se aos valores que os sujeitos atribuem aos seus sentidos e que moldam as suas ações, julgamentos e escolhas (Benassi; Strieder, 2021).

4. Análise dos dados

A análise dos dados ocorreu por meio da Análise Temática (Braun; Clarke, 2006). Seguimos as etapas de familiarização com os dados, codificação e identificação dos temas emergentes e verificação e determinação dos núcleos temáticos. Os resultados, por temas, foram apresentados em termos de sequências discursivas.

5. Resultados e discussão

Os principais resultados da investigação conduziram aos seguintes temas, que sinalizaram as contribuições do Museu da Natureza para a formação dos sujeitos da pesquisa: por proporcionarem a aprendizagem prática, sinestésica e estimulante, com

potencialidades para a sala de aula; por promoverem uma educação contextualizada e por estimularem o pensamento crítico.

5.1. Aprendizado prático, sinestésico e estimulante para a vida e a sala de aula

Museus de ciências proporcionam aos visitantes a oportunidade de aprender de maneira prática e interativa. Segundo Jacobucci (2011) os museus de ciências têm se tornado lugares marcados pela alta tecnologia, explorando interativamente imagens e sons ao passo que fornecem subsídios para os cidadãos agirem ativamente na sociedade, criticando e transformando a sua forma de ver o mundo. Isso ficou evidente nos comentários dos visitantes, como no excerto a seguir:

> A experiência da simulação de asa delta foi uma das mais marcantes, apesar de ter sido assustadora, foi prazeroso poder ver toda a paisagem do alto, ver todas as rochas e toda a vida na Terra. Olhar também todos aqueles animais de perto, ler sobre cada um, entender como que cada um vivia ou vive no planeta foi interessante. O planeta Terra tem uma beleza única e a experiência do museu me fez vê-lo com outros olhos (Licenciando 7).

O Licenciando 7 revela o quanto foi prazerosa a visita. Ela exemplifica com a experiência da simulação de voo com asa-delta sobre a paisagem da Serra da Capivara, em que são explorados diversos sentidos, como a audição, a visão e a cinestesia. Essa aprendizagem multissensorial, que mexe com a cognição e com as emoções, tornou-se possível devido aos recursos oferecidos pelo Museu, que integraram os conhecimentos científicos, as tecnologias digitais e a arte (Bergantini, 2019; Marziale, 2024). Essa contribuição da experiência também foi ressaltada por outro universitário.

> A viagem foi incrível, o museu é impressionante e muito lindo, fiquei encantada com cada detalhe, desde o início até o final, cada sala tinha uma história diferente, e que mostrava a evolução da vida na terra, a sala de espelhos é impecável, lindo demais ver todos aqueles seres da natureza emoldurados ali, a cada passo parecia que tinha algo se quebrando, todas as salas além das histórias tinham sons, que dava a sensação que estávamos realmente dentro da evolução da terra, perto daqueles animais e aspectos da natureza. Foi uma experiência incrível, deu para entender o quão lindo e complexo é a vida no planeta terra e como funciona o nosso planeta, tudo é muito organizado, cada coisa tem seu sentido e faz parte da nossa história, desde o início até agora, o sistema solar é muito lindo, as estrelas e tudo funcionam em harmonia. E umas das experiências mais legais foi o voo na asa delta em 3D, foi muito incrível, parecia que estávamos voando mesmo, a vendo o quanto a natureza é linda (Licenciando 10).

Com isso, é possível destacar a educação sinestésica proporcionada pelo Museu da Natureza através dos recursos presentes em suas instalações e acervo, que favoreceram a percepção multissensorial. Conforme Aidar (2019, p. 163), "nossa experiência vital é sinestésica – não se resume ao uso de um sentido em cada momento, mas utiliza constantemente todos eles em articulação. A preponderância da visão nos museus é empobrecedora para a experiência da visita de todos".

Museus de ciências, como o referido neste estudo, são estimulantes e proporcionam aos visitantes a oportunidade de aprender de maneira prática e interativa. Além de estimulantes, promovem a aprendizagem prática, tornada possível quando ocorre vinculada a objetos e artefatos reais, do mundo natural, e no campo das interações sociais entre os visitantes, proporcionando a "vivência prática da teoria e o contato com o conhecimento mais recente sobres temas científicos" (Bortoletto, 2013, p. 3). Os visitantes podem experimentar e explorar exposições, experimentos e demonstrações que tornam os conceitos científicos mais tangíveis e compreensíveis:

> Foi emocionante visitar um museu pela primeira vez, especialmente por estar localizado no meu estado. Sinceramente, é difícil escolher a parte mais interessante da visita, pois tudo foi magnífico do começo ao fim. No entanto, se eu tivesse que relacionar a experiência com a vida no planeta Terra, a visualização dos fósseis foi a parte mais marcante para mim. Desde o ensino fundamental, estudamos sobre fósseis através de imagens e vídeos, mas nada se compara à experiência de vê-los pessoalmente. É ali que a ficha realmente cai, e percebemos que tudo o que estudamos é real. Embora nunca tenha duvidado, é uma sensação completamente diferente que nos leva a uma profunda reflexão sobre a evolução da vida em nosso planeta [...] Para mim, a visita ao museu serviu para enriquecimento e ilustração de vários conteúdos abordados em sala de aula. Os itens expostos relacionavam-se diretamente com nossas aulas na universidade, como o surgimento do universo, meteoritos, a origem da vida na Terra, fósseis e até mesmo pontas de flechas feitas de pedra. Essa exposição me fez refletir sobre os diversos conteúdos que estudamos na universidade e relembrar a importância desses temas para a compreensão da história da vida em nosso planeta. Foi uma experiência fascinante que me permitiu conectar o que aprendi na sala de aula com a prática, e me fez perceber a relevância desses conhecimentos para a minha formação acadêmica (Licenciando 06).

> Difícil encontrar apenas uma experiência, pois é um lugar encantador, que nos faz viver o passado. Uma das experiências mais interessantes ao meu ponto de vista, são os fósseis. Podemos perceber o quanto nosso planeta evoluiu com o passar do tempo, nos fornece importantes dados quanto a evolução biológica

> e aprendemos sobre alguns animais que não conhecíamos e que não imaginávamos que algum dia tenha existido (Licenciando 8).
>
> Não notei algo específico que não tenhamos conversado nas aulas de Geociências. Pelo contrário, pude relacionar por meio dos dados científicos e as imagens ao conteúdo estudado. As aulas enriqueceram ainda mais a nossa visita, pois já tínhamos um conhecimento prévio do que iríamos conhecer (Licenciando 21).

A aproximação da universidade ao museu de ciências, como exemplificado nessa visita, traz vantagens para todos os envolvidos. Museus e outros espaços não formais proporcionam aos professores em formação a oportunidade de vivenciar a aprendizagem prática e interativa, como expressaram os licenciandos. Os visitantes podem experimentar exposições e atividades que demonstram conceitos científicos, históricos, culturais e artísticos de forma envolvente. Os museus frequentemente mantêm exposições e programas atualizados para refletir as últimas descobertas e tendências nas áreas relacionadas. Professores podem usar esses recursos para se manterem atualizados em suas disciplinas e compartilhar informações relevantes com os alunos. Nessa direção, percebemos que os educadores do campo em formação encontraram a oportunidade de enriquecerem-se na prática com conteúdos culturais-cognitivos (Saviani, 2009), que poderão ser multiplicados em ações e projetos em sala de aula nas escolas do campo, melhorando dessa forma a prática do ensino:

> Poderia ser utilizada de forma interdisciplinar para explicar de forma contextualizada os conteúdos das disciplinas do ensino de ciência, por exemplo origem do universo e vida na terra, estrutura geológica das rochas na região, relevo, evolução e ecologia... Particularmente utilizaria um estudo dirigido com algum desses temas, pois na visitação ao Museu da Natureza os alunos podem conhecer objetos achados, experimentos e todos os fenômenos físicos, químicos ou biológicos. Este estudo poderia ser discutido em sala de aula, nesse momento valorizava os conhecimentos adquiridos pelos educandos na investigação durante a visita, além das questões que poderiam ser relacionadas com a vivência do campo (Licenciando 14).
>
> [...] abordando todo o conteúdo em sala de aulas através de debates, aprofundando sobre as imagens evolução das espécies tanto animal como humana, realizando uma aula ao ar livre para explorar a natureza, fazendo comparações e mostrando os meios de preservação (Licenciando 18).
>
> A visita ao Museu com alunos da educação básica e de escola do campo seria a princípio para eles entenderem o surgimento do

> universo por meio de imagens realistas, a importância de cuidar do planeta sobretudo as espécies para se perpetuar nas novas gerações, seria uma aula bem proveitosa (Licenciando 21).
>
> Com certeza seria bem proveitosa tanto para mim quanto para os alunos, por que há diferenças quando se tem aula teórica pra uma aula prática. Com certeza seria bem proveitosa em todos os sentidos de aprendizado (Licenciando 27).

Os educadores podem aprender novas estratégias de ensino ao observar como os museus e espaços não formais comunicam informações e envolvem os visitantes. Isso ajuda a melhorar suas habilidades de instrução e comunicação. Dessa forma, museus são fontes de inspiração para o ensino, fornecendo ideias criativas para tornar as aulas mais envolventes e estimulantes. Ao explorarem as exposições do Museu da Natureza, os educadores do campo em formação puderam encontrar maneiras inovadoras de abordar os tópicos na sua prática em sala de aula.

Museus frequentemente oferecem materiais educacionais, como guias, vídeos e recursos digitais, que os professores podem usar para complementar suas aulas e enriquecer o currículo.

> As principais contribuições dos museus e centros de ciência para a formação profissional dos licenciandos são a possibilidade de adquirir experiência profissional e ampliar o conhecimento científico. E, indo além do complemento de conteúdo, é a de proporcionar uma formação diferenciada ao licenciando, possibilitando uma atuação em sala de aula mais dinâmica, menos tradicional (Mendes; Castro, 2019, p. 203).

Por meio da educação museal, os professores podem aprimorar suas habilidades de observação, o que pode ser útil para desenvolverem estratégias de ensino que incentivem os alunos a observar atentamente e analisar informações. Além disso, são espaços para a integração interdisciplinar, apresentando exposições que envolvem uma variedade de disciplinas, como ocorre no Museu da Natureza, promovendo a integração de conteúdos nas aulas de Ciências.

Conforme Pivelli e Kawasaki (2005, p. 9), "o objetivo maior destes locais que expõem biodiversidade é o de despertar curiosidades, paixões, possibilitar situações investigadoras, gerar perguntas que proporcionem a sua evolução e não somente dar respostas às questões que são colocadas pelo ensino formal".

> Os graduandos (em especial os de licenciatura), além de receberem uma grande gama de conteúdo teórico-experimental a partir do convívio com professores e alunos de pós-graduação das mais diversas áreas, tomam conhecimento da pesquisa de-

> senvolvida dentro das universidades e vivenciam um processo de ensino-aprendizagem que se dá de forma dinâmica e lúdica (Coutinho-Silva *et al*., 2005, p. 25).

A associação dos conteúdos científicos com a prática, com a realidade, no sentido da práxis, aproxima o propósito da educação museal aos fundamentos da Educação do Campo, pensada desde o início a partir da prática e para a prática:

> A Educação do Campo não nasce como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra-hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez... maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis (Caldart, 2012, p. 262).

A indissociação entre teoria e prática no Museu da Natureza se deu de uma forma que estimulou à curiosidade. Assim, um dos licenciandos expressou: "A chegada no Museu Natureza proporciona a curiosidade a busca do conhecimento, por estar localizado em um espaço de floresta no centro de uma grande chapada, constituído por paredões de rochas sedimentares" (Licenciando 14). Os museus despertam a curiosidade de visitantes e incentivam o questionamento. Ao expor as pessoas a objetos e fenômenos fascinantes, motivou os prospectivos educadores do campo a fazerem perguntas e buscarem respostas.

5.2. Educação contextualizada

Os museus muitas vezes abordam a ciência de uma maneira que a relaciona à vida das pessoas, ao seu contexto imediato. Por isso, educadores têm recorrido a esses espaços como aliados na sua prática pedagógica (Marandino, 2001). Isso ajuda a mostrar como os princípios científicos estão presentes em nosso dia a dia, tornando a ciência mais relevante. Esse aspecto da educação museal foi percebido também em alguns excertos contidos em relatórios analisados referentes à visita ao Museu da Natureza. Para exemplificar:

> De forma geral, em todos os aspectos, a visita foi maravilhosa. Mas, denominando um momento, sem dúvida alguma, foi poder ver de perto esqueletos de animais, os mesmos, de fácil contato aqui no campo, onde resido, mas também, animais de difícil acesso, como exemplo, a onça e o Jacaré. E, nesse contexto, existia a descrição dos mesmos, na "parede", onde fazia com que, associássemos e conhecêssemos melhor sobre cada um, as vezes informações que ainda não sabíamos (Licenciando 09).

A visita ao museu contribuiu para a contextualização do ensino de Ciências ao possibilitar que os licenciandos pudessem dar novos significados aos elementos do seu contexto imediato. De acordo com Ferreira e München (2020, p. 381), a contextualização é essencial no ensino de Ciências na Educação do Campo: "[...] a contextualização enquanto princípio pedagógico torna possível a melhor compreensão dos conteúdos trazidos pelas disciplinas, problematizando também dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas, a fim de despertar o senso crítico dos estudantes". Isso inclui a associação de conteúdos das Ciências da Natureza, inclusive da história natural, ao seu território, como mostram os seguintes excertos: "Diria que a disciplina na sala de aula foi bem complexa, mas poder conhecer de perto sobre alguns fósseis, foi incrível. Um exemplo, foram os fósseis de trilobitas, onde são abundantes aqui no Piauí, principalmente nos arredores das cidades de Picos e Pimenteiras" (Licenciando 9); "Desta forma, tendo a oportunidade de visitar o Museu da Natureza, pude perceber que em Eras passadas a Caatinga era constituída por um ecossistema muito parecido com o do bioma Amazônia, com arvores gigantes, que suportavam animais grandes como por exemplo a bicho preguiça gigante" (Licenciando 14); "O tanto de espécies que habitava o estado do Piauí" (Licenciando 22); "Aprendi um pouco mais sobre a história do Piauí" (Licenciando 20); "Que o território brasileiro, inclusive a Serra da Capivara, já foi afetado por cinco eras glaciais, é difícil acreditar que aqui [...] com todo esse calor um dia já foi tudo gelo [...]" (Licenciando 24); "Desde a chegada, fomos visitar a casa de cerâmicas, onde são produzidas peças de cerâmicas para comercialização e também para a valorização da cultura local, que é muito importante valorizarmos a realidade do lugar em que vivemos, e isso seria bem interessante trabalhar em uma escola do campo" (Licenciando 26); "É só elogios, os alunos só têm a ganhar, pois são muitas diversidades de animais da flora e fauna piauiense" (Licenciando 27). Esse conhecimento adquirido e expresso pelos sujeitos da pesquisa é e será importante para a definição da identidade das escolas em que atuam ou atuarão.

> A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (Brasil, 2002, p. 202).

Por aumentar a compreensão dos sujeitos do campo sobre o seu território e história, o Museu da Natureza contribuiu para a valorização das suas raízes e, por conseguinte, para o fortalecimento da sua identidade, um dos fundamentos da Educação do Campo (Brasil, 2004).

5.3. Promoção do pensamento crítico

Nos espaços como o Museu da Natureza os visitantes são incentivados a questionar, analisar e tirar conclusões com base nas evidências apresentadas. Ao apresentar

informações e evidências científicas, os museus estimulam o pensamento crítico e a capacidade de avaliar fontes de informação. Por articularem a Filosofia, a História e o Ensino de Ciências, contribuem para a alfabetização científica[11] e, por conseguinte, para o ensino da cidadania (Jacobucci, 2011). Além disso, a educação museal promove o pensamento sistêmico, especialmente da relação entre o ambiente e os seres vivos ao longo do processo histórico (Barbosa; Garcia Júnior; Freitas, 2021). Isso contribui para a visão ecológica e o senso crítico na dimensão da educação ambiental[12].

> Aprendemos a realizar problemas de ordem lógico-matemática, mas não estamos capacitados a enfrentar problemas de ordem ecológica, nem sequer conseguimos compreendê-las. Nesse sentido, a educação não formal, ou seja, fora do espaço escolar, possibilitará ao professor ampliar essa visão ecológica, e principalmente sensibilizar as pessoas, a reflexão e uma mudança de comportamento na reconstrução de bases ecológicas conscientes (Jacobucci, 2011, p. 21).

Dessa forma, os museus e centros de ciências podem contribuir para a reflexão e sensibilização do seu público, conduzindo para a mudança comportamental e (re) construção de bases ecológicas conscientes (Queiroz *et al*., 2011). Sobre isso, fizemos o recorte dos seguintes excertos:

> Uma das experiências mais interessantes foi a de andar de asa delta com óculos de realidade virtual e também o fato de poder conhecer os eventos que deram origem ao universo assim como as mudanças que a natureza vem sofrendo ao longo dos anos. A possibilidade de vermos como a natureza está sempre em constante mudança e que devemos tomar cuidado com as nossas ações (Licenciando 12).

> Essa experiência, mudou a perspectiva de ver o mundo ao meu redor, onde inclui a vida na Terra e no planeta, onde somos responsáveis por cada ação. E, fazendo associação, com os animais citados, mostra a diversidade que é o planeta animal e o quanto todos são importantes para o meio (Licenciando 09).

> Toda experiência foi muito importante, a mais interessante foi saber que a maioria dos fosseis e espécies de animais e incertos foram encontrados naquela região, mostrando a diversidade

11 A alfabetização científica diz respeito aos processos que envolvem a escrita e a leitura de textos científicos, perpassando do seu entendimento à análise, comunicação e tomada de ações (Teixeira, 2013).

12 A educação ambiental "compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (Brasil, 1999, Art. 1º).

> que tem no nosso meio e que é possível encontrar ainda hoje alguns desses animais. Por exemplo, as espécies de tatu que hoje ainda predomina nas nossas regiões, mas extintas. Com tudo isso é preciso que haja consciência de nós e preservarmos e cuidar da nossa fauna para que futuramente não deixem de existir (Licenciando 18).

> Foi uma experiencia sensacional, e o que me fez refletir sobre a vida na Terra que talvez mudará minha visão é a riqueza de espécies de história que existiu e existe tão perto de nós. Cada sala representa uma fase da evolução da vida, começando pela atração dos corpos e a grande explosão do Big Ben e assim segue uma sequência real da evolução da vida, o surgimento das primeiras espécies. Relacionei às aulas de geociências, o período Cambriano. Muitas coisas me impressionaram, em relação a paisagem em volta do museu, lembra muito o mar é algo inexplicável, os paredões que dá para ver mesmo de longe me fez refletir quantas espécies existiu ali. Como futura professora percebi a necessidade que temos cada vez mais de repassar aos alunos o interesse pela evolução e o cuidado que devemos ter com o nosso planeta, preservar as espécies existentes e conscientizar a cuidar da Terra, pois se continuarmos a degradar e fazer uso da mesma sem consciência podemos correr o risco de muitas espécies existente hoje, ficar apenas em exposição como muitas exposta no Museu. Valorizar o que o nosso estado tem de melhor também foi uma das visões que consegui alcançar (Licenciando 21).

As expressões dos sujeitos da pesquisa indicam que a visita ao Museu da Natureza contribuiu para o processo de reflexão sobre a complexidade do ambiente e para a visão sistêmica na nossa (inter)relação com outros seres vivos. É uma etapa essencial para a conscientização e a construção de práticas que podem conduzir ao desenvolvimento sustentável, um dos princípios da Educação do Campo (Alencar, 2015).

> Desta forma, a educação, além de construir conhecimento e contribuir para o desenvolvimento pessoal, deve proporcionar a aprendizagem e formação do pensamento crítico em relação a diversos assuntos, contribuindo para a ressignificação do espaço rural. A escola é parte importante das estratégias para o desenvolvimento rural sustentável, desde que possua um projeto educativo contextualizado, que trabalhe questões relevantes para intervenção social e com o ambiente, nesta realidade (Netto; Candido; Schinaider, 2017, p. 97).

As reflexões críticas provocadas pela visita ao Museu da Natureza poderão ser catalisadoras de ações que podem conduzir a ações de educação ambiental e a mudanças de comportamento frente ao meio ambiente, com efeito multiplicador nas escolas do campo (já que tratamos de futuros educadores do campo).

6. Considerações finais

O trabalho apontou as contribuições de um museu de ciências para a formação de educadores do campo. Destacamos a contribuição para a aprendizagem prática e estimulante, para a educação sinestésica, para a contextualização do ensino e para despertar o senso crítico. Por isso, podemos afirmar que o Museu da Natureza, além de democratizar o acesso à educação científica, desempenha um papel significativo na formação de educadores do campo no estado do Piauí.

O Museu da Natureza possui uma ampla variedade de exposições e temas científicos, abrangendo diferentes disciplinas, como História, Geografia, Biologia, Astronomia e Geologia. Isso permitiu que os visitantes explorassem uma gama diversificada de tópicos científicos, relacionando a teoria com os artefatos encontrados de maneira estimulante, multissensorial e com vislumbre para futuras ações em sala de aula. Dentre essas ações, poderão envolver aquelas que estreitarão os laços entre o referido museu e escolas do campo da região. O Museu da Natureza também contribuiu para a atualização do conhecimento, proporcionando aos visitantes acesso a informações e descobertas científicas recentes.

Percebemos que o Museu da Natureza possui um papel importante na promoção da educação científica, tornando a ciência mais acessível, envolvente e relevante para um público amplo e diversificado. A análise dos dados indicou que o referido museu complementou a educação formal dada na universidade e inspirou o interesse pela ciência, algo importante no que tange à alfabetização científica.

Para a formação docente, a investigação aponta para a potencialidade do Museu da Natureza para ações de formação inicial e continuada de educadores do campo. O espaço pode ser incluído em programas e parcerias inovadoras com escolas e instituições de ensino superior. Processos formativos podem ser promovidos a partir do Museu da Natureza visando a formação continuada e multiplicadora de educadores da região. Essas parcerias poderão beneficiar profissionais da educação e alunos de escolas do campo, proporcionando um aprendizado prático e extracurricular, além da ampliação do *networking* e práticas colaborativas entre atores de diversas instituições. Quanto à formação inicial, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, o estudo mostrou a possibilidade da educação museal em projetos executados no tempo comunidade. Se o tempo comunidade visa integrar os saberes científicos com a realidade dos educandos, o Museu da Natureza pode proporcionar reflexões e discussões nesse sentido. Dada a importância da educação museal na formação de educadores do campo, é preciso que o corpo docente considere a possibilidade de sua inclusão na matriz curricular do Curso.

Evidentemente, a pesquisa teve limitações tanto na amostra quanto no espaço museal escolhidos. Os dados são provenientes de apenas uma visita. Mesmo assim, no aspecto qualitativo tem a sua relevância por indicar o potencial e possibilidades das pesquisas sobre a educação museal no contexto camponês. É preciso que detectemos as lacunas das pesquisas na confluência entre a Educação do Campo e a educação em espaços não-formais. Por exemplo, precisamos compreender como os museus podem colaborar com os movimentos sociais camponeses e promover abordagens inclusivas e diversificadas, considerando as populações camponesas, visando tornar os seus recursos e exposições inclusivos e diversos, inspirando e fornecendo caminhos para os professores ao lidar com a diversidade na sala de aula e ao explorar perspectivas multiculturais.

Em resumo, o Museu da Natureza desempenha um papel importante na formação de educadores do campo, fornecendo recursos, inspiração e experiências práticas que podem enriquecer sua prática pedagógica e promover o seu desenvolvimento profissional. Ele pode ser um ambiente valioso para a aprendizagem inicial e continuada de educadores, ajudando-os a se manterem atualizados, críticos e inspirados.

Referências

AIDAR, G. Acessibilidade em museus: ideias e práticas em construção. ***Revista Docência e Cibercultura***, v. 3, n.2, p. 155-175, 2019.

ALENCAR, M. F. S. Princípios Pedagógicos da Educação do Campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. ***Ciência & Trópico***, Recife, v. 39, n. 2, p. 41-72, 2015.

ALVES, S. E.; SALES, N. L. L.; MARTINS. Um olhar sobre o programa de formação continuada de professores no Museu Dica: Memória e identidade. ***Caderno Brasileiro de Ensino de Física***, v. 38, n. 1, p. 479-512, 2021.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores(as) do campo. ***Cadernos CEDES***, v. 27, n. 72, p. 157–176, 2007.

BARBOSA, M. A. P.; GARCIA JÚNIOR, P. J.; FREITAS, R. A. Contribuições da educação não-formal em espaços não-formais para a educação básica na percepção de professores. ***Revista Relações Sociais***, *[S. l.]*, v. 4, n. 1, p. 16001–16015, 2021.

BARROS, M.; MARTINS, S. Artefatos digitais para o Museu DICA: contribuições para a formação de professores de Física. ***Caderno Brasileiro de Ensino de Física***, v. 37, n. 1, p. 283-314, 2020.

BENASSI, C. B. P.; STRIEDER, D. M. Um olhar epistemológico sobre as pesquisas de percepção pública da ciência. ***Revista Valore***, Volta Redonda, v. 6, p. 359-371, 2021.

BERGANTINI, L. P.. Sinestesia nas artes: relações entre ciência, arte e tecnologia. ***ARS,*** v. 17, n. 35, p. 225–238, 2019.

BORTOLETTO, L. Museus e centros de ciências como espaços educativos não formais. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 9, Águas de Lindóia, SP 2013. ***Atas [...]*** Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2013.

BRAGA J. L. M. Desafios e perspectivas para educação museal. ***Museologia & Interdisciplinaridade*** - Revista de Pós-Graduação em Ciência da informação, v.6, n. 12, p. 55-67, 2017.

BRASIL. ***Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996***. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. ***Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999***. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Comissão de Educação Básica. ***Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de abril de 2002***. Estabelece as diretrizes para a Educação Básica nas escolas do campo. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Referências para uma política nacional de educação do campo. Ministério da Educação grupo permanente de trabalho de educação do campo. ***Caderno de subsídios***. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. ***Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010***. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010a.

BRASIL. ***Decreto-Lei nº 7352, de 4 de novembro de 2010***. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Brasília: 2010b.

BRASIL. ***Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica***. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. ***Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024***. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). Brasília: MEC, 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. ***Qualitative Research in Psychology***, v. 3, n. 2, 77-101, 2006.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). ***Por uma educação do campo***. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 147-160.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.). ***Dicionário da Educação do Campo***. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

CASCAIS, M. G. A.; TERÁN, A. F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. ***Ciência em Tel*a**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014.

CAZELLI, S. ***Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: quais as relações?*** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de janeiro, 2005.

CERQUEIRA, B. R. S. O museu de ciências como elemento da formação inicial de professores de biologia. ***Tecné, Episteme y Didaxis***, *[S. l.]*, n. Número Extraordinário, p. 569–574, 2021.

COELHO, Y. C. M.; OLIVEIRA, E. M.; ALMEIDA, A. C. P. C. Discussões e tendências das teses e dissertações sobre formação de professores de ciências em espaços não formais: uma revisão bibliográfica sistemática. ***Ensaio*** - Pesquisa em Educação em Ciências, Belo Horizonte, v. 23, p. e19989, 2021.

COUTINHO-SILVA, R. *et al*. Interação museu de ciências-universidade: contribuições para o ensino não-formal de ciências. ***Ciência e Cultura***, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 24-25, 2005.

DUARTE, N. ***A individualidade para-si****:* contribuições a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

FERNANDES, B. M. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. (Org.). ***Por uma educação do campo****:* campo – políticas públicas – educação. Brasília: Incra, MDA, 2008. p. 39-66. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 7).

FERREIRA, M. A.; MÜNCHEN, S. A contextualização no ensino de ciências: reflexões a partir da Educação do Campo. ***Revista Insignare Scientia***, *[S. l.]*, v. 3, n. 4, p. 380-399, 2020.

Educação Museal. ***Instituto Brasileiro de Museus*** – Ibram, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-saber-museu/temas/educacao-museal#. Acesso em: 4 nov. 2023.

JACOBUCCI, D. F. C. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de ciências. ***Revista Areté***, Manaus, v. 4, n. 7, p.12-23, 2011.

JAPIASSU, H. O sonho transdisciplinar. ***Revista Desafios***, v. 3, n. 1, p. 3-9, 2016.

LIMA, E. R.; MARQUES, J. T. S. Educação do campo, desenvolvimento sustentável na comunidade quilombola do Serrote**.** ***Extramuros*** - Revista de Extensão da UNIVASF, v. 3, n. 2, p. 123-135, 2015.

LUISA, I. Museu da Natureza: o mais novo atrativo da Serra da Capivara. ***Superinteressante***, [*S. l.*], 2 jan. 2019. Ciência. Disponível em: https://super.abril.com.br/ciencia/museu-da-natureza-o-mais-novo-atrativo-da-serra-da-capivara. Acesso em: 31 out. 2024.

MAINARDES, J.; CARVALHO, I. C. M. Autodeclaração de princípios e de procedimentos éticos na pesquisa em educação. *In* Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. ***Ética e pesquisa em educação***: subsídios. v. 1. Rio de Janeiro: ANPED, 2019.

MARANDINO, M. Interfaces na relação museu-escola. ***Caderno Catarinense de Física***, v. 18, n. 1, p. 85-100, 2001.

MARANDINO, M. Enfoques de educação e comunicação nas bioexposições de museus de ciências. ***Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências***. v. 3, n. 1, p. 103-120, 2003.

MARTHE, M. O ovni no meio da caatinga. ***Veja***, Serra da Capivara, 4 jun. 2024. Ciência. Disponível em: https://veja.abril.com.br/ciencia/o-ovni-no-meio-da-caatinga. Acesso em: 31 out. 2024.

MARZIALE, N. P. A multissensorialidade nos museus: um percurso histórico. ***Revista Digital do LAV***, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. e4/1–20, 2024.

MENDES, C. F. P.; CASTRO, D. L. A contribuição dos espaços não formais de educação na formação dos licenciandos em química do IFRJ – Nilópolis. ***Revista Ciências & Ideias***, v. 10, n. 2, p. 109-209, 2019.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. ***Educar em Revista***, Curitiba, n. 55, p. 145-166, 2015.

MOTA, J. S. Utilização do *Google Forms* na pesquisa acadêmica. ***Revista Humanidades e Inovação***, v. 6, n. 12, p. 371-380, 2019.

MUSEU da Natureza: Um atrativo no Parque Serra da Capivara que vale a pena conhecer. ***Portal Sanjoanense***, São João do Piauí, 31 jan. 2022. Disponível em: https://www.

portalsanjoanense.com.br/noticia/4628/museu-da-natureza-um-atrativo-no-parque--serra-da-capivara-que-vale-a-pena-conhecer. Acesso em: 31 out. 2024.

NETTO, D.; CANDIDO, J. E. P.; SCHINAIDER, A. D. Educação do campo e desenvolvimento sustentável: a contribuição das escolas família agrícola. ***Revista Orbis Latina***, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 2, p. 92-101, 2017.

PIVELLI, S. R. P.; KAWASAKI, C. S. Análise do potencial pedagógico de espaços não formais de ensino para o desenvolvimento da temática da biodiversidade e sua conservação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 5, Bauru, SP, 2005. ***Anais [...]*** Bauru: ABRAPEC, 2005.

QUEIROZ, R. *et al*. A caracterização dos espaços não formais de educação científica para o ensino de Ciências. ***Revista ARETÉ***, Manaus, v. 4, n. 7, p.12-23, 2011.

REIS, F. M. ***Experiências Museais de Professores de Ciências da Natureza****:* possibilidades para aproximar escolas e museus. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

SANTOS, C. A. *et al.* (Orgs.). ***Dossiê Educação do Campo***: documentos 1998-2018. Fórum Nacional da Educação do Campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

SANTOS, C. B.; PEREIRA, G. R. Formação de professores em museus de ciências: análise de oficinas formativas do Espaço Ciência InterAtiva. ***Revista Teias***, Rio de Janeiro, v. 23, n. 71, p. 310-331, 2022.

SAVIANI, D. Os saberes implicados na formação do educador. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, C. A. ***Formação do educador***: dever do estado, tarefa da universidade. São Paulo: Editora Unesp, 1996. p. 145-155. (Coleção Seminários e Debates, 2).

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. ***Revista Brasileira de Educação***, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009.

SAVIANI, D. ***Pedagogia histórico-crítica***: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, L. H. ***As experiências de formação de jovens do campo***: alternância ou alternâncias? Curitiba: CRV, 2012.

SILVA, A. L. S.; LOPES, S. G.; TAKAHASHI, E. K. Necessidades formativas de professores de Ciências de escolas do campo: uma investigação no semiárido piauiense. ***Educação em Revista***, Belo Horizonte, v. 37, e24191, 2021.

SOARES, C. T. S.; SILVA, A. M. M. O museu de ciências e tecnologia da PUC-RS: avaliação do perfil dos professores visitantes. In: Reunión de La Red Popularización de La Ciência y La Tecnologia em América Latina y el Caribe, 11, Montevideo, Uruguai, 2009. ***Anais...*** Montevideo: RED. POP./UNESCO, 2009.

TEIXEIRA, F. M. Alfabetização científica: questões para reflexão. ***Ciência & Educação***, Bauru, v. 19, n. 4, p. 795-809, 2013.

Cultura popular: tessituras de resistência na manifestação dos Cocos de roda

Popular culture: weavings of resistance in the manifestation of Coco de roda

Cultura popular: tejidos de resistencia en la manifestación de los Cocos de rueda

Natasha Hevelyn Oliveira da Silva[1]
João Morais de Sousa[2]

Resumo

SILVA, N. H. O. da; SOUSA, J. M. de. Cultura popular: tessituras de resistência na manifestação dos Cocos de roda. ***Rev. C&Trópico***, v. 44, n. 2, p. 161-188, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2284

No contexto dos estudos culturais, este artigo tem como objetivo discutir o conceito de Cultura Popular, no recorte da manifestação popular do Coco de Roda em Igarassu, dentro de perspectiva sociológica que compreende a cultura popular como resistente ao mercado e às estruturas de poder dominantes. No aporte teórico, a cultura é compreendida como um sistema de símbolos (Geertz, 1978) construído mediante o processo de socialização, ou seja, trata-se dos costumes, hábitos, códigos e crenças que são aprendidos pelos sujeitos a partir da sua inserção na sociedade (Laraia, 2020). Faz-se necessário compreender a cultura como um processo social e material, de modo que as questões relativas à economia não estão separadas da cultura, compondo uma totalidade indissociável. Nessa ótica, a acepção da cultura está intimamente conectada aos conflitos sociais, às questões políticas e todo o arcabouço das relações de poder presente nas sociedades (Canclini, 1983; Williams, 2011). E a cultura popular como referente às tradições, costumes, usos e memórias das classes populares (Bosi, 2000), em que também prepondera o conflito e se estabelece um limiar entre agência e estrutura. Nesse sentido, a cultura popular é compreendida como tenaz e com capacidade para resistir e construir alternativas contra-hegemônicas (Gramsci, 1995; Thompson, 1998). No que tange à metodologia, utilizamos o método qualitativo (Minayo, 2001), uma vez que intentamos uma investigação dos aspectos simbólicos relativos à vivência dessa manifestação. Como técnica de coleta de dados utilizou-se a estratégia da observação direta e participante, e entrevistas semiestruturadas com fazedores do Coco de Roda em Igarassu. Para a análise de dados, foi utilizada a perspectiva crítica de Guareschi (2014) e análise de conteúdo (Bardin, 1997). O resultado desta pesquisa sugeriu que essas manifestações populares vêm resistindo e contribuindo para a formação de agências participativas, solidárias

1 Mestranda em Sociologia pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro dos grupos de pesquisa GECIC/UFRPE e Macondo: culturas contemporâneas, artes e outras epistemologias/UFRPE. E-mail: hevelynnatasha2019@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-3627-966X

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor titular de Sociologia do Deciso/UFRPE e do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRPE, membro dos grupos de pesquisa GECIC/UFRPE e GIERSE/UFPE. E-mail: joao.msousa@ufrpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6508-6840

e contra-hegemônicas. Portanto, o impacto social deste trabalho está em desvelar essas realidade, promover visibilidade para a temática e fortalecer a construção de outros trabalhos e políticas públicas que valorizem a cultura popular como parte do desenvolvimento de uma sociedade humana, integrada e diversa.

Palavras-chave: Cultura. Cultura Popular. Resistência.

Abstract

SILVA, N. H. O. da; SOUSA, J. M. de. Popular culture: weavings of resistance in the manifestation of Coco de roda. ***Rev. C&Trópico***, v. 44, n. 2, p. 161-188, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2284

In the context of cultural studies, this article aims to discuss the concept of Popular Culture, focusing on the popular manifestation of "Coco de Roda" in Igarassu, from a sociological perspective that views popular culture as resistant to market forces and dominant power structures. Theoretical framework views culture as a system of symbols (Geertz, 1978) constructed through the process of socialization, encompassing customs, habits, codes, and beliefs learned by individuals through their integration into society (Laraia, 2020). To understand culture, it must be viewed as a social and material process, where economic issues are inseparable from culture, forming an indissociable whole. From this perspective, culture is closely linked to social conflicts, political issues, and the entire framework of power relations in societies (Canclini, 1983; Williams, 2011). Popular culture refers to the traditions, customs, practices, and memories of the lower classes (Bosi, 2000), where conflicts prevail and a threshold is established between agency and structure. Thus, popular is understood culture as resilient and capable of resisting and constructing counter-hegemonic alternatives (Gramsci, 1995; Thompson, 1998). Methodologically, we employed qualitative methods (Minayo, 2001) to investigate the symbolic aspects related to the experience of this manifestation. Data collection techniques included direct participant observation and semi-structured interviews with practitioners of "Coco de Roda" in Igarassu. As data analysis methods, we employed critical perspective (Guareschi, 2014) and content analysis (Bardin, 1997). this research suggests that these popular manifestations have resisted and contributed to the formation of participatory, supportive, and counter-hegemonic agencies. Therefore, the social impact of this study lies in unveiling these realities, promoting visibility for the theme, and strengthening the development of other works and public policies that value popular culture as part of the development of a humane, integrated, and diverse society.

Keywords: Culture. Popular Culture.Resistance.

Resumen

SILVA, N. H. O. da; SOUSA, J. M. de. Cultura popular: tejidos de resistencia en la manifestación de los Cocos de rueda. ***Rev. C&Trópico***, v. 44, n. 2, p. 161-188, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2284

En el contexto de los estudios culturales, este artículo tiene como objetivo es discutir el concepto de Cultura Popular, centrándose en la manifestación popular del Coco de Roda en Igarassu, desde una perspectiva sociológica que considera la cultura popular como resistente a las fuerzas del mercado y las estructuras de poder dominantes. En el marco teórico, la cultura se entiende como un sistema de símbolos (Geertz, 1978) construido a través del proceso de socialización, abarcando costumbres, hábitos, códigos y creencias aprendidos por los individuos mediante su integración en la sociedad (Laraia, 2020). Para entender la cultura, debe considerarse como un proceso social y material, donde los problemas económicos son inseparables de la cultura, formando un todo indivisible. Desde esta perspectiva, la cultura está estrechamente ligada a conflictos sociales, problemas políticos y al marco completo de relaciones de poder en las sociedades (Canclini, 1983; Williams, 2011). La cultura popular se refiere a las tradiciones, costumbres, prácticas y memorias de las clases populares (Bosi, 2000), donde prevalecen los conflictos y se establece un umbral entre agencia y estructura. Así, entendemos la cultura popular como resiliente y capaz de resistir y construir alternativas contrahegemónicas (Gramsci, 1995; Thompson, 1998). Metodológicamente, empleamos métodos cualitativos (Minayo, 2001) para investigar los aspectos simbólicos relacionados con la experiencia de esta manifestación. Las técnicas de recolección de datos incluyeron observación directa y participante, así como entrevistas semiestructuradas con practicantes del Coco de Roda en Igarassu. Como análisis de datos, utilizamos la perspectiva crítica (Guareschi, 2014) y el análisis de contenido (Bardin, 1997). Este trabajo sugiere que estas manifestaciones populares han resistido y contribuido a la formación de agencias participativas, solidarias y contrahegemónicas. Por lo tanto, el impacto social de este estudio radica en desvelar estas realidades, promover la visibilidad del tema y fortalecer el desarrollo de otros trabajos y políticas públicas que valoren la cultura popular como parte del desarrollo de una sociedad humana, integrada y diversa.

Palabras clave: Cultura. Cultura Popular. Resistência.

Data de submissão: 22/04/2024
Data de aceite: 20/08/2024

1. Introdução

Este artigo foi construído a partir dos nossos estudos sobre as manifestações da cultura popular presentes na região metropolitana norte do Recife, em especial, no município de Igarassu, desenvolvidos no âmbito dos editais BEXT 2019, 2021 e NUPESQ-IPÊ 05/2022 referente ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) – lotados no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco e com a monogrrafia como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulada *Cocos de Roda em Igarassu: saberes, práticas e resistências presentes na cultura popular* (2023), cujo objetivo foi identificar quais os saberes e as práticas dos fazedores

e das fazedoras do Coco de Roda em Igarassu que contribuem para a construção de identidades culturais que resistem à dominação da cultura de massas, da indústria cultural e as imposições do poder político local.

Pensar as dimensões da cultura, é pensar humanidade, é alocar subjetividades, emoções, hábitos e constituições de existência. Com efeito, a cultura se conjectura como fenômeno social que atribui sentidos e significados às ações humanas, assim, estudar a cultura, significa estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura (Laraia, 2020). A cultura é apropriação e reconhecimento de identidades; é uma expressão múltipla que abrange abundantes perspectivas, símbolos e significações. Por tal, falar de cultura é, na verdade, falar de culturas; de diversidades culturais. Desse modo, a discussão sobre cultura concerne ao reconhecimento dos sujeitos enquanto seres sociais, sendo de suma importância para se pensar a realidade social (Santos, 2006).

Partindo dessa concepção de ênfase nas diversidades culturais existentes, destacamos a dimensão da cultura popular. Longe de ser um conceito bem definido pelas Ciências Humanas (Arantes, 1990), entre as heterogêneas concepções, verifica-se a resistência à dominação e a luta pela co(r)existência de suas tradições e ancestralidades (Maia, Torres e Sousa, 2020). Acerca das manifestações populares mais antigas, está o Coco de Roda. Historicamente marginalizado e tradicional do Nordeste, o gênero coco apresenta, em sua tessitura, música, dança e poesia, trazendo em suas letras vivências do cotidiano e histórias da realidade social constituída. Embora tenha sido sempre discriminado pelas estruturas de poder dominante, as identidades do coco resistem.

Sendo a cultura, a história e a memória um espaço de disputas de poder e constantes lutas (Hall, 2003), este trabalho se justifica na busca da compreensão do fenômeno da manifestação popular do Coco de Roda e na promoção da visibilidade da perspectiva da história dos "de baixo" (Thompson, 1998). Segundo Stuart Hall (2003), o que substitui a invisibilidade, é uma visibilidade regulada e segregada. Assim, oferecer visibilidade para essas manifestações é muito importante para a construção de um projeto político mais solidário, mais participativo e mais pertencente a todas às pessoas que se encontram marginalizadas e estigmatizadas.

Nessa perspectiva, como bem nos lembra Bourdieu (2007), ao tratar da "estrutura estruturante estruturada" presente em todos os âmbitos da vida social, as estruturas de poder rondam toda a sociedade. Em outras palavras, a sociedade está embebida em disputas e relações de poder. E neste campo de forças, é a cultura popular quem vem sendo estigmatizada e invisibilizada, mas resiste. Nesse contexto, este trabalho visa dar luz à seguinte questão: *o que é Cultura Popular a partir da manifestação do Coco de Roda em Igarassu?*

Para concretizar o nosso objetivo, dividimos este artigo em duas partes. A primeira parte se concentra em discutir o conceito de cultura, no primeiro subtópico na perspectiva da antropologia, o segundo subtópico versa sobre a virada dos estudos culturais que foram importantes para pensarmos a cultura popular e o terceiro a discussão envolvendo agência e estrutura no contexto da cultura.

A segunda parte aborda a cultura popular dentro da perspectiva da sociologia, entendendo-a como uma resistência à dominação e reflete sobre o seu lugar na

pós-modernidade, voltando-se às questões de agência e estrutura discutidas na primeira parte, aponta a existência, resistência e coexistência e situa os Cocos de roda como uma manifestação que constrói agências de resistência à dominação cultural e as imposições mercadológicas, na perspectiva teórica e também na visão de mundo dos sujeitos de pesquisa.

No que tange à metodologia, utilizamos o método de abordagem qualitativa, uma vez que estamos trabalhando com memórias, valores e cosmovisões de mundo, suas memórias historicizadas e na sua emersão de valores esses aspectos da realidade cultural não podem ser apenas quantificados, mas, sobretudo, analisados na perspectiva qualitativa (MINAYO, 2001).

Esse trabalho utilizou a estratégia da observação direta, observação participante, com entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica. Foram ao todo realizadas cinco entrevistas, com as lideranças dos seguintes grupos culturais: Coco Juremado, Rala Coco Maria, Pinga Coco e Trans Coco.

A observação direta e/ou passiva é um dos modos mais comuns de fazer pesquisa em Ciências Sociais. Nesse modelo, o pesquisador não se integra ao grupo observado, realiza somente um papel de espectador da realidade. O procedimento é sistemático e exige um olhar atento e seletivo quanto aos dados, de modo que sejam extraídas as informações que sejam relevantes à pesquisa (Gerhardt e Silveira, 2009).

A observação participante, por outro lado, prevê um processo no qual o pesquisador estabelece um vínculo com os sujeitos estudados, com o objetivo de galgar uma compreensão científica dos sujeitos (May, 2001). Nesse sentido, a observação participante confere ao pesquisador um aprofundamento no campo estudado, possibilitando uma interpretação mais profunda dos dados. Ambas as observações foram de suma importância para a realização desta pesquisa. A observação direta por ter possibilitado uma visão ampla do campo e também atuou na construção das bases para a realização das entrevistas apresentadas aqui. Assim, como a observação participante, o ato de experienciar o fenômeno contribuiu extremamente para a descrição do mesmo, bem como, para uma análise mais precisa das entrevistas.

Quanto à pesquisa bibliográfica, trata-se, segundo Marconi e Lakatos (2021), do levantamento de toda referência e bibliografia publicadas anteriormente ao tema investigado em diferentes meios e formatos, a exemplo de livros escritos e eletrônicos, periódicos, revistas, artigos, matérias de jornais e páginas de web sites. O objetivo maior da pesquisa bibliográfica é possibilitar ao pesquisador entrar em contato com o maior número possível de referências publicadas e levantadas sobre o objeto pesquisado.

Portanto, o aporte metodológico da pesquisa bibliográfica, incluindo a observação e troca de experiências no campo, apresenta-se como o mais oportuno para o desenvolvimento dessa pesquisa. Como abordagem de análise foi utilizada a perspectiva crítica nos termos de Guareschi (2014), visando desvelar e caracterizar a essência das manifestações (maracatu, capoeira, coco de roda e ciranda), bem como seus sentidos, seus significados e sua contextualização histórica, cultural e social.

A análise de conteúdo, nos termos de Bardin (1997), foi utilizada como procedimento metodológico. Segundo a autora, a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, que utiliza procedimentos

sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (ibidem), esse procedimento foi utilizado para análise das entrevistas transcritas.

2. Conceito de cultura: complexo, dinâmico e multifacetado

2.1. Breves reflexões acerca do conceito de cultura na Antropologia

A primeira definição de cultura, no ponto de vista antropológico, é delineada por Edward Taylor (1832-1917) como "(...) todo um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (Laraia, 2020, p. 25). Nesse trecho, fica perceptível a concepção de cultura como algo apreendido na sociedade, portanto, algo não congênito.

Apesar da compreensão da cultura como um fenômeno apreendido no social, como um cientista de seu tempo, Taylor entendia a cultura dentro do paradigma evolucionista[3]. Assim, para ele a cultura é formulada por leis regulares e é objetivamente compreendida dentro de uma escala de evolução (Laraia, 2020).

Partindo de um método que busca universalizar, Taylor propõe que todas as sociedades estão interligadas, mas diferem em seus estágios de desenvolvimento. Ele estabelece uma escala de evolução cultural (selvageria, barbárie e civilização), onde sociedades menos desenvolvidas seguem o caminho das mais avançadas. Esse método comparativo reflete a visão eurocêntrica da antropologia evolucionista, considerando as sociedades europeias como as mais evoluídas (Laraia, 2020).

Em contraposição ao evolucionismo, encontramos as abordagens de Franz Boas (2004) com o particularismo histórico, de Malinowski (1984) com o funcionalismo, Radcliffe-Brown (1973) com o estrutural funcionalismo, os quais não nos deteremos aqui.

Dando um salto temporal, encontramos as contribuições sobre a cultura do antropólogo Clifford Geertz (1978), cuja contribuição a respeito da temática interessa mais a este artigo. De base hermenêutica, com fortes críticas ao modelo positivista de cientificidade, partindo da concepção weberiana (2006) de que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, Geertz (1978) compreende a cultura como um sistema de símbolos que carregam redes de significados,

3 O paradigma evolucionista transcorre do final do século XIX e início do século XX. Profundamente influenciado pelas teorias darwinistas em vigência, decorrente da revolução científica moderna que propôs um novo entendimento a respeito da ciência. A ciência passou a ser um "conhecimento objetivo, metódico, baseado em comprovações que aliam experiência e razão, fazendo uso da quantificação e da linguagem matemática" (Rodrigo, 2007, p. 72). E é apenas no século XIX, que a ciência humana ganha espaço na comunidade científica, contudo, as ciências humanas estavam totalmente atreladas ao modelo de cientificidade das ciências da natureza. Com base nessas premissas, Comte institui o paradigma do positivismo, nesse sentido, delineando os primeiros esboços de uma teoria geral das ciências humanas, a partir disso o conhecimento sobre o ser humano passou a se situar no plano da positividade, nesse sentido, "o positivismo de Comte e de Durkheim assinala o fim da teoria do conhecimento, instalando em seu lugar uma teoria da ciência" (Rodrigo, 2007, p. 73). As teorias positivas influenciadas pelas ciências da natureza apontavam que as ciências sociais deveriam abandonar as pressuposições, separar os julgamentos de fato dos julgamentos de valor, a ciência da ideologia, intentando alcançar um conhecimento que fosse inteiramente objetivo, desse modo, o pesquisador deveria apenas descobrir e decodificar as leis sociais.

não podendo ser explicada pelo poder ou sistematicamente, mas semioticamente pela interpretação e interação com os símbolos. Nas palavras do próprio autor:

> O conceito de cultura que eu defendo, [...] é [...], como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (Geertz, 1978, p. 15).

Nessa perspectiva, são os comportamentos dos indivíduos que agregam símbolos e significados mediante a ação e comportamento de outros pares. Portanto, são as atividades interativas dos indivíduos que dão significado ao social, assim, o objetivo do pesquisador é assimilar a vida do indivíduo dentro da própria sociedade em que vive.

Nessa abordagem, a preocupação da antropologia não se encontra mais na busca por leis universais, mas sim na interpretação das culturas existentes. O critério de cientificidade não está na pretensa neutralidade e objetividade, e sim na maneira como ocorre às explicações e estruturas lógicas da pesquisa. A antropologia passa a ter uma compreensão de que existe uma multiplicidade de interpretações culturais, sendo assim, o sujeito deixa de ser visto como um objeto e adquire um caráter de abundantes significações simbólicas, uma vez que os símbolos representam os alicerces que constituem os conhecimentos da cultura.

Por meio da descrição densa, a antropologia interpretativa busca dar voz aos sujeitos de estudo, assim, ocorre uma ruptura de paradigma na maneira de escrever o texto etnográfico. Nessa nova etnografia, o pesquisador irá participar e apresentar detalhes sobre as subjetividades dos sujeitos de pesquisa, isto é; suas emoções, seus sentimentos, suas percepções, buscando trazer na íntegra a interpretação dos próprios sujeitos sobre sua cultura, assim, o antropólogo irá realizar a descrição da interpretação dos sujeitos sobre sua própria cultura.

A compreensão de cultura que utilizamos identifica que ela se trata de um código de símbolos partilhados pelos seus membros (Laraia, 2020). À vista disso, os símbolos não são uniformes. Por isso, a cultura deve ser estudada e interpretada dentro dos contextos em que se apresenta.

Destarte, a cultura se trata dos modos de viver dos sujeitos, construídos mediante seu processo de socialização, de modo que ao mesmo tempo em que tem singularidade e profundidade, só pode existir no compartilhamento e na coletividade. A cultura também é vista como um meio de superação e amparo simbólico diante das dificuldades materiais e objetivas de vida, uma vez que por meio da criatividade e da organização social, esses sujeitos encontram instrumentos para viver, resistir e coexistir. Ainda, se existe algo que todas as sociedades têm em comum, esta é, a habilidade de criar novas culturas para diferenciar-se do outro (Laplantine, 2000). Nesse sentido, a cultura também é um aspecto de distinção entre os grupos, uma vez que é através do pertencimento a um determinado modo de comportamento que confere as

identidades. A cultura, portanto, é a habilidade essencialmente humana de existir na alteridade que embora singular, é também coletiva, socializada e diversa.

2.2. Cultura: polifonia de saberes, a metamorfose social e a desmistificação do natural

O conceito de cultura é amplamente discutido por diversas áreas do saber. Sobretudo dentro das Ciências Sociais, possui abundantes sentidos e significados, sendo ainda um campo de disputas teóricas e com extensas produções bibliográficas.

Segundo Hall (2003), vem ocorrendo uma revolução no pensamento humano no que tange ao conceito de cultura. A cultura ganhou novos e significativos contornos. Se outrora a cultura era definida por determinismos biológicos, geográficos e essencialistas[4], ou mesmo categorizada somente para se referir à arte, à música e à literatura[5], agora é vista sob um panorama dinâmico e multifacetado. Passa a compreender os modos de viver dos sujeitos e as coisas que são apreendidas conforme a experiência da socialização, como andar, falar, comer, vestir-se, etc. Assim, ocorre uma desmistificação do congênito. Tais elementos da experiência humana passam a ser compreendidos como aprendidos e não inatos, em outras palavras, construídos socialmente.

A cultura passa a ser vista como um elemento constitutivo para o entendimento das instituições e relações sociais. As novas concepções de cultura insurgem colocando a cultura como uma atividade primária da experiência humana, não sendo, portanto, separada da vida social. A cultura é responsável por produzir sentido, significados e valores, e passa a ser compreendida como processos, não como "algo" estático, inerte e naturalizado. Nesse aspecto, a relação entre cultura e sociedade assume um novo contorno construtivista, isto é, os processos de socialização e representação são compreendidos no campo da construção social.

Nessa corrente, na década de 1960, surge o que ficou conhecido como "Estudos Culturais". Os estudos culturais são marcados, principalmente, pelos pensadores: Raymond Williams (2011), Richard Hoggart (2009 [1957]), Edward P. Thompson (1987 [1963]; 1998 [1980]). Os trabalhos dos referidos autores, que ficaram conhecidos como a primeira geração dos estudos culturais, a partir de reflexões e revisionismos da teoria marxista, apontam a cultura como um campo de disputas e tensões (Cevasco, 2003). Ao questionar a concepção de cultura como "alta cultura", esses autores evocam a cultura como um espaço de resistência às classes dominantes que sempre pautaram as concepções de cultura.

Nessa ótica, as transformações socioeconômicas não estão desvinculadas do panorama da cultura[6] (Williams, 2011). Destarte, a cultura trata-se de um modo de vida. Não se separa da realidade material dos sujeitos, tampouco é uma experiência estática. Esse deslocamento teórico é de suma importância para pensarmos a Cultura Popular,

4 Ver: LARAIA, Roque Barros de. *Cultura:* um Conceito Antropológico. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 17-21.

5 O termo "Cultura" era dirigido a aquilo que é erudito/culto, conforme observação do historiador Peter Burke (1989) em seu livro "Cultura Popular na Idade Moderna".

6 Essa concepção é elaborada pelo autor ao tratar de "materialismo cultural". Nessa compreensão, as mudanças no âmbito econômico implicam e são entendidas no âmbito da vida dos sujeitos.

que ganha destaque, sobretudo, nas obras de Edward P. Thompson: *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987 [1963]) e *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional* (1998 [1980]*)*, ambos os livros versam sobre a perspectiva "dos de baixo", retratam a história a partir da perspectiva da classe trabalhadora, vendo-a como um movimento impulsionador da história geral (Cevasco, 2003).

Situado no campo teórico dos estudos culturais latino-americanos, em concordância com Williams (1958), o autor Néstor Garcia Canclini (1983), tece uma crítica acerca dos relativismos culturais, uma vez que essas abordagens muito amplas podem vir a velar as desigualdades e hierarquias existentes dentro das culturas, esvaziando as discussões acerca das relações de poder que perpassam os aspectos culturais.

> Os processos ideais (de representação e reelaboração simbólica) remetem a estruturas mentais, a operações de reprodução ou transformação social, a práticas e instituições que, por mais que se ocupem da cultura, implicam uma certa materialidade. E não só isso: não existe produção de sentido que não esteja inserida em estruturas materiais (p. 29).

A materialidade do poder e das desigualdades de forma alguma estão desassociadas da temática da cultura, existe uma relação direta entre o simbólico e o econômico (Hall, 2003). Por essa razão, a cultura se trata de um processo e não algo congênito.

Ao mesmo tempo em que a cultura não está desvinculada das questões materiais presentes na sociedade no âmbito da infraestrutura, não é somente um produto da mesma, a exemplo das culturas populares que fazem resistência ao mercado e a dominação. Ou seja, não podemos deslocar a cultura de sua notável vinculação material, mas também não podemos reduzi-la ao aspecto econômico.

2.3. Cultura: agência, estrutura e espaços de poder

Embora não possamos limitar a cultura no campo da infraestrutura, também não podemos perder de vista que a cultura é um espaço de disputas de poder. Segundo Canclini (1983), a cultura é utilizada como uma ferramenta para elaboração e construção de hegemonia de cada classe, uma vez que realiza uma função importante na compreensão, reprodução e transformação do sistema social. Nessa perspectiva, a cultura está diretamente ligada às estruturas materiais, uma vez que se refere a todas as práticas, coisas e intuições existentes na sociedade. Assim, reproduzir sentidos é necessariamente reproduzir a materialidade.

A cultura não é uma abstração espiritual desvinculada das materialidades sociais, trata-se de um processo social de produção, não estando alheia às infraestruturas de produção e reprodução da vida, assim:

> Toda produção de significado (filosofia, arte e a própria ciência) é passível de ser explicada em termos de relação com suas determinações sociais. Mas essa explicação não esgota o fenômeno.

> A cultura não apenas representa a sociedade; cumpre também, dentro das necessidades de produção de sentido, a função de re-elaborar as estruturas sociais e imaginar outras novas. Além de representar as relações de produção, contribui para sua reprodução, transformação e para criação de outras relações (Canclini, 1983, p. 29-30).

É preciso compreender a cultura como um processo social e material, de modo que as questões relativas à economia não estão separadas da cultura, compondo uma totalidade indissociável. Nessa ótica, a acepção da cultura está intimamente conectada aos conflitos sociais, às questões políticas e todo arcabouço das relações de poder presente nas sociedades.

Outra contribuição importante acerca dos estudos culturais e das relações de poder é do Edward P. Thompson (1998) que vimos no subtítulo anterior. O referido autor realiza uma crítica às compreensões estruturalistas do marxismo ortodoxo – base-superestrutura. Ao redimensionar os conceitos de classes sociais, ele ressignifica as compreensões marxistas, rejeita os reducionismos econômicos e posiciona a cultura como um espaço de multiplicidades e dinamicidade, uma vez que para Thompson (1981) é preciso levar em consideração a agência, isto é, as histórias dos sujeitos, posto que estes não são abstrações, tampouco, uniformizações de estruturas.

Ao analisar a experiência das culturas populares na Inglaterra do século XVII, o autor infere que cultura não se separa das relações de poder entre as classes sociais. Sendo por intermédio desta que as classes subalternizadas se organizam, constituem crenças, consciência e identidades que resistem às formas de dominação. Dentro desse contexto, o autor contribui para modificar a compreensão de classes populares como passivas. Nas palavras do autor, tratam-se de:

> Homens e mulheres que discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas idéias e suas ações, são tão sujeitos (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral (Thompson, 1981, p. 194).

Nessa perspectiva, ao evocar as histórias das classes subalternizadas, o autor alude que "os de baixo" têm visão própria do mundo, desmistificando a visão da cultura popular como passiva e presa às estruturas de poder, ao contrário disso, a cultura popular é uma resistência.

Destarte, a cultura trata-se de um imperativo social que gerencia e estabelece toda a vida dos indivíduos e da comunidade, designa a forma como os costumes são criados, como são transmitidos e como fundamenta as instituições sociais (Chauí, 1994). Nesses moldes, prepondera também o conflito. Dentro de um conjunto de diferentes recursos, existe uma troca entre o oral e o escrito, o subordinado e dominante,

a aldeia e a metrópole. Trata-se justamente de um campo de componentes conflitivos (Thompson, 1998).

Na mesma corrente de Thompson (1998; 1981; 1987), não podemos deixar de fora as contribuições de Raymond Williams (2011), também citado anteriormente. Ao tratar de cultura e materialismo, o autor alude que a produção cultural na sociedade capitalista opera, no sentido, de produzir hegemonias, ou seja, a dominação de classes. Contudo, essa dominação não aparece somente pela força, mas implica também os aspectos morais e intelectuais, isto é, as classes dominantes convencem culturalmente de que suas ponderações são necessárias e benéficas a todos os demais.

Uma vez que é ligada ao processo material de produção, reprodução e representação da realidade social, a cultura é, em substância, um espaço de disputas e de poder. A cultura é utilizada para a manutenção de costumes e hábitos, isto é; tangencia aspectos simbólicos do convívio social, e a partir destes, materialmente distingue o que é bom ou mau, o que deve ou não ser visto e valorizado. Em outras palavras, as estruturas de poder presentes na infraestrutura da sociedade se apropriam da cultura para definir todos os aspectos da vida social. É nesse âmbito que percebemos como operam a cultura de massas e a indústria cultural.

Em contrapartida, Williams (2011) verifica que nenhuma forma de dominação por mais consenso que confira na cultura, jamais conseguirá se apropriar de todas as formas, costumes, símbolos e práticas humanas. É nesse sentido que incorpora a concepção de contra-hegemônia. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que existe alienação e dominação cultural imprimidas pelo modelo capitalista vigente, existem também formas alternativas à essa dominação, como é o caso da cultura popular aqui apresentada.

Ao mesmo tempo em que a realidade objetiva implica diretamente o pensamento, nas escolhas e no tipo de vida que é experienciado pelos atores sociais, é através desta mesma que essas agências humanas encontram formas de resistir às imposições e lógicas capitalistas de dominação. E as culturas populares se encaixam como esses espaços contra-hegemônicos, sendo vistas como aquilo que é desprovido de saber, de mau gosto e pitoresco (Arantes, 1990) em relação à cultura dita erudita e civilizada. Dentro desse campo de disputas políticas, culturais e econômicas, a cultura popular resiste.

Nessa perspectiva, não nos deteremos a uma compreensão abstrata de cultura popular, mas intentamos compreendê-la em sua experiência prática, dentro de um recorte espacial e temporal delimitado, construídos mediante o referencial teórico.

Assim, este trabalho se situa no limiar entre agência e estrutura, e como esses dois elementos coexistem. De um lado, temos as estruturas socioculturais e econômicas que traçam a uniformização dos gostos e costumes, do outro, temos a agência humana dos sujeitos e sujeitas presentes na cultura popular que resiste a essa estrutura. Portanto, a compreensão aqui é de que ao mesmo tempo em que essas culturas populares não são estáticas e sofrem influências das estruturas, também resistem a elas.

3. Cultura popular: Cocos de roda e resistência

3.1. Indústria cultural x cultura de massas: qual o lugar da cultura popular na pós-modernidade?

A pós-modernidade configura-se como um marcador temporal epistemológico, ou seja, é uma forma de explicar os fenômenos e mudanças materiais, políticas e socioculturais a partir do tempo e em comparação com marcadores anteriores. Sendo assim, trata-se de um conceito difícil de ser traçado, uma vez que nem mesmo é um marcador delimitado pelos estudiosos do tema, para muitos teóricos, a pós-modernidade sequer existe, de modo que ainda impera-se a modernidade.

Dando continuidade ao debate, para Fredric Jameson (1983), por exemplo, a pós-modernidade é a emergência de novos símbolos na cultura a partir da emergência de uma nova ordem econômica – a modernização dos meios de produção, o aparato da sociedade pós-industrializada, consumista e uniformizada. Em outras palavras, tais questões infraestruturais incidem, dialeticamente, nas questões socioculturais.

Paradoxalmente ao mesmo tempo em que a pós-modernidade pode ser compreendida a partir de fragmentação, mutabilidade e heterogeneidade de identidades dentro do mundo globalizado, também por esse mesmo contexto, produz a uniformização das culturas, o apagamento de identidades e o obscurecimento de memórias. Essa pretensa mutabilidade pós-moderna, na realidade, revela-se como liquidez e uniformização velada, como indicam mais enfaticamente os conceitos de cultura de massa e indústria cultural.

A cultura de massa não perfaz autenticidade, originalidade, tampouco tem raízes na vida cotidiana dos sujeitos como é o caso das culturas populares, ao contrário disto, a cultura de massa produz modas (Bosi, 2000). Em outras palavras, a cultura de massa se caracteriza pela produção industrial aliada aos meios de comunicação de massas para a geração do consumo uniformizado e exacerbado.

A cultura de massa se apropria de diversos elementos culturais: populares, religiosos e até mesmo os ditos como eruditos. A partir dessa cooptação, ocorre um processo de simplificação destes para torná-los "mastigáveis" ao público com o objetivo de gerar lucro. Em outras palavras, é o mercado e o consumo que ditam suas condições de existência, de modo que o moderno se apresenta sob a forma de espetáculo (Medeiros, 2003). Assim, no tocante à apropriação dos elementos das culturas populares, ocorre uma exploração destes por parte do capitalismo.

A indústria cultural, de modo semelhante, relaciona-se ao mercado, através da reprodutibilidade técnica, a cultura é transformada em um produto do mercado, cujo objetivo é a uniformização dos sujeitos por intermédio do consumo, de modo que, a cultura não é feita por sujeitos que nela se reconhecem e encontram pertencimento, é somente industrializada e reproduzida de acordo com os interesses das classes dominantes. Assim, para Adorno (1988) e Horkheimer (1988), de modo mais radical que a da compreensão de cultura de massa, o mercado concebeu a dominação completa da sociedade.

A cultura de massa e a indústria cultural, são aspectos nascidos no seio da sociedade capitalista, com um objetivo claro de alienação das massas, cujo processo é

resultado da apropriação da propriedade privada dos meios de produção, dialeticamente, essa apropriação ocorre mediante a alienação dos instrumentos de trabalho.

Para elucidação mais precisa desse processo, devemos voltar às compreensões marxistas de infraestrutura e superestrutura. As necessidades humanas acampam distintas esferas da vida, assim a produção não se encontra somente na satisfação e consumo para subsistência (comer, vestir e se abrigar), mas também produz a satisfação cultural e intelectual.

Desse modo, a maneira que produzimos a nossa realidade é denominada por Marx (2008) de infraestrutura. Nessa categoria, entra a produção de alimentos, casas, roupas etc., infraestrutura que serve de base para uma ordem social denominada de superestrutura. Essa superestrutura é não somente originada na infraestrutura, bem como, é moldada e controlada por ela (Pals, 2019), conjecturando, um movimento dialético. Nas palavras do próprio Marx (2008, p. 47):

> A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

É na superestrutura que encontramos a cultura, o direito, a moral, o Estado, a religião etc. Destarte, a arte, os valores e as ideias são construídos para justificar a lógica do mercado, servindo para a manutenção das desigualdades sociais, em outras palavras, a superestrutura gera um aparato político e ideológico para estruturação e perpetuação dos interesses das classes dominantes. Dentro dessa compreensão, ao tomar o marxismo como ponto de partida, os teóricos críticos ampliam o debate acerca da cultura e fomentam a discussão sobre a indústria cultural.

Ao tomar as estruturas históricas das lutas de classes na discussão, os autores definem que o objetivo da indústria cultural é a construção da perda do senso crítico e da reflexão. Nesse sentido, a indústria cultural acampa os diversos meios de comunicação, a saber: o rádio, o cinema, a televisão, as revistas e os jornais. Atualmente, ocupa também a internet e as redes sociais. Com efeito, existe uma formação capitalista sistemática no fomento da manipulação com o interesse da geração de lucros, manutenção do status quo e exercício do controle social. Portanto, trata-se da mercantilização da cultura em favorecimento dos interesses das classes dominantes.

Ainda que concordemos que existem lutas de classes vigentes nas conjunturas socioculturais, uma vez que este é um espaço político de disputas, e embora as relações entre cultura de massa e cultura popular sejam muito delicadas, de modo que o capitalismo adentra nos meios de comunicação e tenta reduzir as manifestações populares como folclore para o turismo e seus símbolos sejam espetacularizados (Bosi, 2000; Canclini, 1983), diferentemente do que os teóricos críticos pensavam, a cultura não foi totalmente engolida pela indústria cultural, a exemplo das manifestações populares.

Como visto no tópico anterior no que tange às contribuições de Williams (2011) e no que concerne a discussão de agência e estrutura, se partimos de uma compreensão ortodoxa, perderíamos de vista os processos de transformação entre o simbólico e o econômico, a coexistência destes elementos emerge na fundamentação de um terceiro: a resistência.

Conforme Gramsci (1995), mesmo que seja fragmentada e sofra com as diversas influências das culturas hegemônicas, a cultura popular possui uma visão de mundo própria, tenaz e com capacidade para transformar a realidade social. Em outras palavras, mesmo que ocorra essa mercantilização cultural empregada pelo capitalismo, não houve a supressão total das culturas, de modo que as estruturas de dominação não conseguem destruir o modo de vida das classes subalternizadas.

Em linhas gerais, compreendemos a cultura popular como referente às tradições, costumes, usos e memórias das classes populares (Bosi, 2000), assim, a cultura popular se configura como concepções de mundo, comportamentos e formas de experienciar a realidade social alternativas às classes hegemônicas.

Voltando para a postulação inicial deste subtópico, no que tange a pós-modernidade e a cultura popular, podemos ainda encontrar solução para as questões pós-modernas na conceituação de culturas híbridas do Canclini (1998). Nessa linha, as culturas populares se transformam em conjunção aos contextos histórico-sociais em que estão inseridas. Assim, mesmo que haja modificações, isto não implica necessariamente a extinção dessas culturas.

Nessa perspectiva, não existe uma cultura popular íntegra, autêntica e autônoma, situada fora do campo de forças das relações de poder e de dominação culturais (Hall, 2003). Assim, além da cultura popular ser dinâmica e transformada constantemente, e por essa razão, não podemos reduzi-la como um resgate de tradições inalteradas (Canclini, 1998), também existe no campo das lutas de classes. E mais uma vez, temos o limiar entre agência e estrutura – dominação e resistência.

Desse modo, "a cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou ser perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência" (Hall, 2003, p. 263). Ainda, continuando nas formulações do referido autor, temos que:

> (...) há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confinar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de *resistência* e também momentos de *superação*. (...) O que importa não são os objetos culturais intrínseca e historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, *o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela* (Stuart Hall2003, p. 255-258, grifo nosso)

Nessa ótica, as culturas populares não são estáticas, tampouco homogeneizadas. Ao contrário, são dinâmicas e múltiplas. Portanto, não se trata de compreender a cultura popular como reprodução e sobrevivência do passado no presente, mas como parte de um processo histórico que atribui sentido e significado ao presente dessas manifestações, ganhando, também, outros contornos e ressignificações (Ayala, 1987).

Outro autor que realiza uma importante contribuição para este trabalho é Renato Ortiz (1984). Ele aborda a existência de uma relação de poder entre as culturas populares e a sociedade global, aqui interpretadas como os processos capitalistas engendrados como cultura de massa e indústria cultural: "A hegemonia dos grupos e da classe dominante tende desta forma a delimitar e penetrar o espaço das classes subalternas. A relação de poder que se observa nos remete assim às relações concretas de poder entre grupos e classes sociais" (Ortiz, 1984, p. 79).

Destarte, o lugar da cultura popular na pós-modernidade é concebido dentro de uma compreensão contextualizada de que as culturas populares ao mesmo tempo em que são contra-hegemônicas, ao evocarmos o elemento da resistência, também abarcam e sofrem com as transformações impressas pelo tempo e pelo capitalismo. Nesse termo, a cultura popular ora é transformadora, ora é reprodutora da realidade estruturada (Ortiz, 1994). Assim, as manifestações populares do coco de roda, presentes nesta pesquisa, existem, resistem, sendo fortes alternativas contra-hegemônicas, mas também coexistem com essa estrutura, por conseguinte são interpretadas no contexto de suas realidades sociais dinâmicas e multifacetadas.

3.2. *Cocos de Roda: história, memória e resistência*

As primeiras formulações teóricas e descritivas acerca do Coco de Roda foram realizadas pelo poeta e historiador da arte Mário de Andrade em seu livro *Os Cocos* (2002), organizado e publicado por Oneyda Alvarenga após a morte do referido autor. A obra narra apaixonadamente e minuciosamente a experiência de campo com distintos grupos de coco. Em seu texto, o autor considera que o coco é de origem africana, bem como, destaca o caráter original e a liberdade rítmica dos "cantos dançados": "[...] quase impossível descobrir e grafar com exatidão não só pequenas figurações, pequenas 'fitas' virtuosísticas episódicas, como até o ritmo geral da peça" (Andrade, 2002, p. 148).

Outro autor que realiza uma contribuição acerca da origem dos Cocos é José Aloísio Vilela (1980), para ele a prática é originada do Quilombo dos Palmares, e foi iniciada através dos povos escravizados africanos que catavam e quebravam coco em um ritmo de trabalho específico que possibilitou o surgimento da música. Em concordância com Vilela (1980), Câmara Cascudo (1979) afirma que foram homens e mulheres escravizados que trabalhavam como "quebradores de coco" ou atividade "coqueira" que deram início ao folguedo, surgindo provavelmente nos batuques do século XVI. Nesse sentido, o coco surge vinculado às vivências materiais destes sujeitos que enquanto trabalhavam criavam versos e rimas relativos ao seu cotidiano. Em outras palavras, a função original dos Cocos era ser um canto de trabalho para acompanhar a quebra de Cocos, sendo os instrumentos, sobretudo de percussão: pandeiros, bombos e ganzás (Cascudo, 1979).

Para compreender a cultura é preciso percebê-la como um processo social e material, de modo que as questões relativas à economia não estão separadas da cultura, compondo uma totalidade indissociável. Nesses termos, as culturas populares também surgem a partir das condições materiais de vida e estão profundamente vinculadas a estas, como por exemplo as canções entoadas pelos participantes do Coco que estão carregadas do trabalho material e da realidade que vivenciam, portanto, a vivência material do trabalho não se separa das práticas culturais.

No tocante aos nossos dados empíricos, os mestres de Coco de Roda na cidade de Igarassu apontam que o Coco de Roda surge de uma construção afro-índígena para resistir aos processos de dominação no período colonial: "Igarassu foi uma capitania que recebeu muitos escravos africanos e indígenas, e essa brincadeira surgiu a partir do encontro desses povos. E aí é um ato de resistência desses povos" (Gigi / Pinga Coco). Ainda, segundo o mestre Joel do Rala Coco Maria, o Coco de Roda em Igarassu tem origem africana e indiana, bem como, tem forte relação com a configuração da reprodução material dos sujeitos:

> Uns dizem que veio da África, outros dizem que veio da Índia. Não é brasileiro, o coco. A métrica do coco, a gente pode dizer que a gente refaz o que vem de fora, e isso fica tão natural para a gente, que a gente acha que é nosso. E é nosso! O coco é nosso! Mas o fruto, se aqui já tinha, a história diz que veio de fora, da África, da Índia. *Aí você vai para a parte econômica. Aqui em Igarassu a gente tinha quatro ou cinco fábricas de coco. Tem um aqui no loteamento, por trás dos bambus, na Ondunorte***.** E tem uma por trás da antiga Afasa. Essas duas que eu conheço. Tinha outra ali na antiga Itamaracá, para quem desce, saindo da integração para ir para os correios. Ali tem outra fábrica de coco que fazia tapeçaria. Por incrível que pareça, entre todas as culturas que aqui existiam, uma das mais fortes era a cana-de-açúcar e o coco em Igarassu. *Nas décadas de 50 e 60 a exportação do coco era tão grande e a festividade do coco aqui em Igarassu era uma das maiores no litoral norte e sul.* Uma das maiores. Havia riquezas enormes, a exportação era enorme. A exportação era muito grande. (...) o aprendizado que a gente tem na cultura popular e na vertente do coco te dá o conhecimento de história, economia, sociabilidade e o respeito por todos.

Esse recorte histórico evocado a partir da memória destas pessoas é necessário para a compreensão do fenômeno da cultura popular, relacionando-se perfeitamente com o referencial teórico desta pesquisa. Em outras palavras, conforme apresentou Canclini (1983), a cultura popular não é um personalismo ou uma abstração teórica, mas tem raízes profundas na forma como os sujeitos e as sujeitas realizam a reprodução da existência material de toda a sociedade, de modo que cultura e economia não se separam.

> As culturas populares (termo que achamos mais adequado do que a cultura popular) se constituem num processo de apropriação desigual dos bens econômicos e culturais de uma nação ou etnia por parte dos seus setores subalternos e pela compreensão, reprodução, e transformação, real e simbólica, das condições gerais e específicas do trabalho e da vida (Canclini, 1983, p. 42).

Nessa ótica, os participantes da cultura popular tecem os processos de reprodução, representação e reelaboração simbólica através do compartilhamento das condições gerais materiais, isto é, de produção, circulação e consumo do sistema em que vivem, como é o caso dos Cocos de roda apresentados por Andrade (2002), Vilela (1980) e Cascudo (1979).

Ainda, segundo Cavalcanti (2018, p. 66, grifo nosso), o coco se trata de uma "*dançada predominantemente* em roda, que gira em sentido anti-horário, formada por casais que se intercalam entre homens e mulheres, tendo como seus movimentos mais característicos a umbigada e o sapateado ou trupé". Em concordância, o mestre Joel afirma a importância da roda na caracterização do Coco.

> E quando você vem para o coco, é mais forte. Porque a suavidade também está no coco, como as rodas. *Quando você fala que quer saber um pouco de coco de roda, toda a métrica de coco na linguística, falando de coco, seja ele coco de improviso, coco de zambê, coco de praia, coco de sertão, coco de umbigada, é coco de roda.* Por que isso? Porque todas essas manifestações vêm para dentro da roda, quando o coqueiro fica no centro, cantando, e se faz a roda, batendo palma. É tudo coco de roda, mas que pode ser divido em várias sequências, como eu já falei: coco de praia, coco de engenho, coco de sertão, coco de embolada, coco de improviso. *Mas quando você vai cantar, todo mundo faz uma roda. É coco de roda.*

Além disso, o Coco traduz simbolicamente a fusão harmoniosa entre a musicalidade cabocla e negra. Ainda, é comum a roda de homens e mulheres com o solista no centro, cantando e fazendo passos figurados até que se despede convidando o substituto com uma umbigada ou vênia ou simples batida de pé (Cascudo, 1979).

A dança é originária de Alagoas (Silva, 2014), mas é muito popular no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Ceará, e em Pernambuco, também encontrada no Maranhão, em Sergipe e na Bahia. Há distintas maneiras de se dançar o Coco a depender da região, porém mais comumente podemos estabelecer três: a dança em pares, filas ou rodas, tendo como principal característica a batida dos pés; ora descalços ora com calçados de madeira sendo quebrado, contando ainda com expressões corporais e palmas que acompanham o ritmo da percussão.

Além dos calçados de madeira para dar o som da "pisada" do Coco, outras concepções apontam que a dança do coco está ligada ao trabalho coletivo de construção de casas de pau-a-pique no meio rural.

> (...) sapateado da dança servia para amassar o chão da casa que era de barro. Como etapa final do processo de construção da casa, o dono da empreitada oferecia aos vizinhos e colaboradores uma festa, finalizando, assim, a obra com o nivelamento do piso por meio da dança. Desse modo, no coco presente nas festas que ocorriam por ocasião de tapagem de casas de pau-a-pique, no meio rural, o sapateado assumia também uma função utilitária. Nessas festas, saber sapatear bem e por bastante tempo era sinônimo de resistência e de vitalidade para os homens (Cavalcanti, 2018, p. 67).

Nesse contexto, mais uma vez podemos relacionar o coco de roda como relativo às questões de materialidade e objetivação da vida social, ou seja, ligado à realização do trabalho, evidenciando a inseparabilidade do simbólico e do econômico, conforme Williams (2001).

Durante o processo de observação direta e participante em Igarassu, dentre as diversas formas existentes, foram vistas três formas distintas de dançar o Coco de roda. A primeira e mais característica é a dança em roda à maneira da ciranda, com algumas pessoas de mãos dadas realizando o passo mais característico do coco: a pisada marcada ritmicamente por palmas ou pelo ganzá, principalmente. Com as mãos unidas, os participantes realizam os movimentos de batidas leves com os pés, e a partir da batida de palmas ou do ganzá, mais comumente, realizam a pisada rítmica, colocando um de seus pés para frente na roda. Os participantes do círculo podem se alternar entre formar rodas menores e rodopiar ao redor de um ponto central. Esses giros adicionam dinamismo à dança e permitem que os dançarinos interajam entre si.

A segunda forma observada é a dança em pares ou em trios, onde não são dadas às mãos. Os participantes ficam de frente um para o outro, e realizam o mesmo movimento dos pés apresentados nas rodas. A pisada alterna entre para frente e para os laterais em conformidade com os giros em conexão com o ritmo do batuque. Os pés dos participantes tendem a se encontrar na interação. Muitas vezes inclui momentos de improvisação, em que os dançarinos têm a oportunidade de demonstrar sua criatividade e habilidade individual. Também é comum ver uma interação animada entre os dançarinos, que podem brincar, se divertir e criar conexões enquanto dançam. Dadas a essas identidades dinâmicas, diversas e transitórias, movimentos vinculados à capoeira também foram frequentemente encontrados nas rodas de coco.

A terceira forma é a mescla dos dois anteriores, tem-se uma roda semelhante a ciranda no ritmo de coco e com duas ou mais pessoas no centro da roda fazendo os passos supracitados, improvisando e misturando com seus próprios conhecimentos de dança. Logo que as pessoas estão no centro da roda saem, outras entram e/ou são puxadas. Em síntese, a dança é o elemento catalisador das emoções e subjetividades que unem as pessoas e que conectam seus corações ao ritmo do batuque, fortalecendo seus laços de interação e pertencimento à cultura e a comunidade, imperando-se, sobretudo, a diversidade, são variados os tipos de coco de roda encontrados no campo. A música também é uma parte essencial do coco de roda. Os dançarinos cantam junto

com os músicos e muitas vezes usam letras que contam histórias, celebram tradições locais, manifestam seus sentimentos e suas lutas.

No que tange ao canto, tem-se a figura do mestre cantador, sendo muito importante dentro do coco, uma vez que é ele quem puxa os versos. A forma do canto alterna entre estrofe-refrão, de modo que somente o refrão é fixo, sendo as outras estrofes construídas de forma improvisada e criativa. As estrofes são entoadas de formas diversas, como por exemplo, a partir de estruturas de versos simples (Vilela, 1980; Cavalcanti, 2018); em quadras com dominância de redondilhas maiores, e o refrão sendo a resposta destas (Andrade, 2002); também em contextos que o refrão aborda um assunto diferente das outras estrofes (Cavalcanti, 2018).

Os cocos de roda têm seus sistemas de símbolos e significados próprios que orientam a ação dos sujeitos participantes, conforme a concepção de cultura formulada por Geertz (1978), sendo parte fundamental e constitutiva de suas identidades.

É por intermédio da dança, da música e dos cânticos poéticos que essas pessoas exprimem sua conexão com suas ancestralidades, reafirmam as suas memórias e a forma como são repassadas as práticas e os aprendizados a partir desta vivência, construindo suas próprias consciências de mundo, evocando o caráter autônomo e autêntico da cultura popular (Thompson, 1998; Gramsci, 1995), desmistificando a compreensão de que essas pessoas estão passivas as estruturas e alheias às opressões, ao contrário são agentes construtores de intelectualidade e instrumentos políticos contra-hegemônicos, como visto na expressão da dança do coco de roda, sua originalidade e forma não é um mero artefato personalista, mas possui uma motivação própria e visceralmente política.

Outro livro de destaque para referência dos estudos acerca do coco de roda foi publicado e desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba – Maria Ignez Novais Ayala e Marcos Ayala, assim em 1996 nasce a obra *Os Cocos – Alegria e Devoção* (2000). Nesse livro, os autores discordam de Vilela (1980) e Cascudo (1979) quanto à origem do Coco. Afirmam não existir provas suficientes que comprovem essa prerrogativa. Ademais, abordam acerca da ligação do coco com as raízes africanas e afro-brasileiras.

> Vários estudiosos assinalam a origem negra dos cocos. Africana, para uns, alagoana, para outros, mas não chegam a examinar cuidadosamente os aspectos que dão aos cocos uma identidade cultural afro-brasileira. São fortes as marcas da cultura negra nos cocos, especialmente nos dançados: os instrumentos utilizados, todos de percussão (ganzá, zabumba ou bumbo, zambê, caixa ou tarol), o ritmo, a dança com umbigada ou simulação de umbigada e o canto com estrofes seguidas de refrão cantado pelo solista e pelos dançadores. Esses elementos aparecem também no batuque, no samba-lenço paulista, no jongo, no samba de partido alto, no samba de roda da Bahia (Ayala, 1999, pp. 232-233).

No que se refere à dança e à poesia presentes no coco, Ayala (1999) alude:

> [...] Na brincadeira do coco há ironia, há ambigüidade, há momentos de crítica social, mas a construção dos versos e o sentido da poesia é diferente. *A poesia, neste caso, configura-se como um dentre vários elementos indispensáveis para o canto e a dança. Nos cocos dançados predomina o coletivo*: para que haja a dança é preciso gente para (a)tirar os cocos e para responder dentro da roda de dançadores, gente que toque os instrumentos, gente que saiba os passos que caracterizam a dança e esteja disposta a entrar na roda (p. 232, grifo nosso).

Ademais, existe uma grande diversidade de modalidades de coco, entre elas: o coco praieiro, coco-agalopado, coco bingolé, coco catolé, o coco de roda, sendo este caracterizado pela dança em círculo.

No século XX, em Pernambuco, a manifestação dos Cocos é difundida pelo litoral urbano e ganha outros contornos e influências, sobretudo dos maracatus de baque virado, de modo que a alfaia, instrumento característico desses maracatus, é introduzido no coco.

Voltando às postulações referentes a origem do coco, temos que existem dissensos acerca de sua origem e estruturação, contudo existe sintonia no que tange a concepção de que os Cocos são resultados das experiências entre africanos e indígenas. Este trabalho se situa em concordância tanto com a concepção de origem elaborada por Cascudo (1978) e Vilela (1980), quanto valoriza as contribuições de Maria Ignez Ayala e Marcos Ayala (1999).

Destarte, compreendemos o coco de roda como uma expressão cultural do nordeste brasileiro, originado especificamente no Estado de Alagoas, que carrega aspectos de matriz africana e indígena em suas danças (Silva, 2014). Ainda tendo em vista que a cultura popular se trata da concepção de mundo das classes subalternizadas, suas vivências e lutas, consideramos sua origem como advinda do trabalho, nos termos de Canclini, ao elaborarmos a concepção de culturas como vinculadas às realidades materiais objetivas de seus sujeitos.

Nesse sentido, são trabalhadores empobrecidos, sem condições de reproduzir sua vida dignamente, encontraram na cultura popular uma forma de se defenderem das opressões das culturas dominantes, a exemplo da cultura de massa e da indústria cultural anteriormente explicitadas. O Coco de Roda apresenta originalidade e tenacidade, construíndo identidades contra-hegemônicas.

Dito isso, o Coco engloba em sua tessitura poesia, música, canto e coreografias típicas de maneira simultânea. Ainda, as características da dança como a umbigada, os instrumentos de percussão, e o canto cujas estrofes são seguidas de refrão são referências culturais africanas, presentes no samba de roda e no jongo (Ayala, 1987). Assim, o Coco de roda é construído por grupos que foram marginalizados e estigmatizados. Embora tenha passado por inúmeras transformações, sendo vivenciado de formas distintas dependendo da territorialidade, o Coco de roda segue sendo uma maneira de resistência em meio a uma cultura que empreende os imperativos do mercado.

3.3. *Cocos de Roda: Identidade e resistência*

O coco de roda é dinâmico, transformador, profundamente político, observe abaixo na fala de Douglas do Pinga Coco:

> Essa visão do coco para Igarassu eu acho muito importante porque não é só cultural, inicialmente, talvez, fosse só cultural, um pouco político, porém, *hoje a gente tem muito essa questão política no coco em Igarassu e em outros espaços.* Muito, muito ligado realmente. Então a gente tenta lutar pelo nosso direito e pelo nosso espaço através de um brinquedo que é o coco, especificamente o nosso grupo tem a maior parte de pessoas negras, majoritariamente feito por mulheres. *Eu acho que é um orgulho dizer isso do nosso coco, mostrar que gente preta também faz cultura e política na rua.* É algo muito importante que a gente tem uma visão muito importante do nosso coco.

Em concordância com a concepção de Douglas, Joel ressalta o aspecto da ciranda dentro do coco de roda como uma questão política de subversão da ordem estabelecida:

> E quando você vai para a roda, *aquela questão da ciranda de dar as mãos, não é meramente dar as mãos para girar para o lado esquerdo ou para o lado direito.* E isso a gente leva para as escolas, para as universidades, a questão de você tirar a visão militarista de se sentar um atrás do outro, se perfilarem nas cadeiras sem ninguém olhar para ninguém. Nem para trás, nem para frente, nem para os lados. *Quando a ciranda vem, ela quebra este paradigma. Se dá as mãos, se olha de lado, para frente. Sou eu contigo e tu comigo.* É cantar os versos sentindo: "cantando ciranda, quando a madrugada avança, já notei que você dança, me olhando com simpatia". Isso é muito massa (Joel / Rala Coco Maria).

Nos trechos acima entendemos a cultura popular como um ato político, distante de quaisquer neutralidades (Gramsci, 1995). Formadora de pertencimento e resistência política de distintas ordens sociais, e são as próprias concepções de identidade cultural de um povo que mantém vivo as suas raízes e a sua memória, nos termos de Abib (2004) e Ayala (1987). Assim, o coco de roda consegue construir resistências contra hegemônicas, contra a opressão e a exploração de corpos que são em sua maioria negros. Ainda dentro da roda de coco, a coletividade, a simpatia e a solidariedade são aspectos de destaque, o que importa é vibrar com a cadência do batuque, identificar-se com a canção e compartilhar da dança e dos afetos com outro.

Voltemos à própria conceituação de cultura popular na visão dos sujeitos presentes nesta pesquisa.

> A origem da cultura popular é ser uma tradição de comunidade - transforma a comunidade em uma grande família, que gira em torno daquela brincadeira. Eu tinha a vivência, *a gente que vive dentro tem aquilo como uma coisa normal, como é andar, respirar, fazer uma refeição no dia. É como se aquilo fosse um pedaço da gente. É uma coisa super normal. Por isso que eu bato tanto nesta tecla de enxergar a cultura popular não apenas como uma nomenclatura, mas como uma identidade cultural.* A cultura popular faz parte de um povo. E, justamente por isso, por essa identidade tão forte, para muitas pessoas que estão dentro da comunidade, é como se fosse uma coisa normal para elas. *Você não vai andar e dizer: "Nossa! Eu estou andando, estou respirando! Meu Deus! Eu estou transpirando". É uma coisa natural do seu corpo, então, para as pessoas que convivem na comunidade, é uma coisa natural.* Brincar coco de roda, brincar cavalo marinho, brincar maracatu, sair com o maracatu no carnaval... é normal (Carlos Boró / Coco Juremado).

A cultura forma identidades culturais a partir da vivência na sociedade, das experiências construídas que caracterizam os sujeitos enquanto pertencentes às identidades culturais, desse modo suas vivências construídas por intermédio da socialização, tornam-se a sua própria conceituação de ser. Não sendo possível pensar nestas pessoas dissociadas da dimensão da cultura popular em que estão inseridas. Nesse sentido, o entrevistado relata o seu processo de epifania, ao se reconhecer enquanto parte da cultura popular e a compreensão de sua importância em sua própria vida, conforme explicitado abaixo:

> E começou a vir uma série de insights, de estalos e a cultura popular teve essa importância muito forte através deste percurso de enxergar de forma diferente, porque foi um estalo na mente que eu tive: "Isso aqui é parte de nossa identidade, é parte da gente. Se ficar só a gente com as coisas que a gente faz no dia a dia, a gente vai perder uma boa parte do sentido, da nossa essência, um pedaço da gente. Isso aqui é muito mais do que uma simples brincadeira, isso é uma identificação, é quase um retrato nosso" (Boró / Coco Juremado).

São essas identidades emocionais, subjetivas, mas também profundamente políticas e engajadas vinculadas às lutas de classes (Hall, 2003), parte inseparável dos processos de sociabilidades das classes subalternizadas que encontramos no coco de roda.

> A cultura popular é um resgate de vida. É uma oportunidade, uma condição de trabalho, porque a gente não está brincando. Bom, são brincadeiras, mas os assuntos são sérios. A gente con-

> segue, de fato, sustentar nossa família, fazer a feira, pagar as nossas contas, e se sentir acolhido pela sociedade. Não é só a arte. Eu tenho uma profissão. Eu sou estudante de Direito, e eu não conseguia dizer que tinha minha profissão. Mas, de um tempo para cá, eu posso dizer que eu sou artista, sou cantora, sou coquista. Eu sou bailarina, formada em dança popular. Tudo isso é para dizer que, enquanto as pessoas desacreditavam que a cultura era tão importante, hoje eu posso dizer que tenho minha vida, minha dignidade, minha reputação, através da cultura. Para mim a cultura alimenta a alma. A cultura tira você do buraco, dá esperança, e faz você pensar que dias melhores existem, de fato. É só questão de tempo (Raphaella / Trans Coco).

No trecho acima podemos perceber que essas identidades presentes na cultura popular são de resistência no sentido em que além de fornecer a reprodução material da vida, também fornecem significado à vida destes, ampliando suas visões de mundo e dando um lugar para pertencer. Para Raphaella e como para diversas outras pessoas oprimidas, a cultura popular é um sopro de esperança, é uma luz no fim do túnel, um espaço para resistir e lutar por melhores condições de vida.

A cultura popular é um lugar de lutas e contradições, mas sobretudo de resistência. Na união dessas pessoas vulnerabilizadas e marginalizadas, são construídas as ferramentas para resistir à dominação. Proporciona sentido e transformação na vida de muitas pessoas, também revitaliza seus pertencimentos e conexões com suas ancestralidades, homenageando seus antecessores e pavimentando caminhos para a maior autonomia e liberdade de seus predecessores que manterão a cultura popular viva, mas sem deixar de ter suas próprias transformações (Abib, 2004).

> *O bombo que a gente toca hoje, o mineiro que a gente balança, o cacho que a gente rufa é uma homenagem aos nossos ancestrais.* Então, o melhor ancestral daqui, por exemplo, o bombo que eu toco hoje, a baqueta que eu faço barulho num coro representa também a voz do ancestral, não é só da gente, é de todo mundo que veio antes (Douglas / Pinga Coco).

> E o objetivo é perpetuar o *brinquedo para que nos tornemos ancestrais para alguém, para que a gente possa ser essa porta de passagem, para que outros venham e consigam ocupar esse espaço* (Hayany / Pinga Coco).

Podemos verificar a resistência no fato de que apesar de todas as imposições e dominações, os membros do coco de roda resistem através do tempo, repassando seus saberes e honrando suas ancestralidades, sendo esse processo de transmissão da cultura uma resistência ativa ao esquecimento. Além disso, um ponto importante desenvolvido por Boró é que seus grupos culturais não são tradicionais, veja abaixo:

> Outro valor forte que a gente sempre traz é que a gente não é uma tradição de coco de roda. A tradição tem que estar na comunidade. Tem um processo no tempo**.** A gente não representa o coco tradicional. Primeiro que coco tradicional não é grupo, ele é vivência comunitária. Mas a gente reforça que o nosso principal referencial é a tradição de coco de roda, tanto da cidade, como de fora da cidade. A gente reforça isso, tanto nas músicas, nas batidas, nos discursos, nos eventos, nas sambadas. Estas são nossas duas bases, e são as coisas que a gente sempre reafirma, tanto a tradição de terreiro quanto a tradição de coco de roda, aqui na nossa cultura popular. A gente não pode e não quer fugir disso (Boró / Coco Juremado).

Nesse processo, ocorrem as ressignificações da manifestação, nesses novos sentidos empregados, as identidades de resistência ao mesmo tempo em que resistem à dominação, expressas aqui na cultura de massa e na indústria cultural, adaptam-se aos desafios constituídos na pós-modernidade (Ortiz, 1994; Hall, 2006), conjecturando esse limiar entre material e simbólico, estrutura e agência, dominação e resistência; os Cocos de roda constituem suas identidades e vivem através do tempo, nunca somente como passado, mas como um presente ativo que constitui as experiências humanas na sociedade.

4. Considerações Finais

A cultura popular é um tema de recorrente interesse nas Ciências Sociais, sobretudo, no que tange à Sociologia e à Antropologia. É um conceito difícil de ser traçado, pois esta incorpora uma grande diversidade de manifestações artísticas e culturais. De modo reducionista, abordar cultura popular é tratar de modos de vivenciar a realidade social, posto que envolve a percepção de mundo dos sujeitos, seus valores, crenças, mitos e ritos que formam as identidades.

Este trabalho apresentou uma breve reflexão acerca do conceito de cultura, explorando as visões antropológicas e sociológicas, entendendo a cultura como dinâmica, multifacetada, coletiva e embebida no campo das disputas de poder. Apontou a resistência presente na cultura popular do ponto de vista teórico no que tange a manifestação cultural do Coco de Roda. Os Cocos de Roda ilustram vividamente como a cultura popular é capaz de transcender os limites do tempo, resistindo à erosão da homogeneização cultural imposta pela cultura de massa. Ao resistir aos processos de dominação, a cultura popular é autêntica e capaz de envolver sentimentos, visões de mundo e tem uma vinculação real com as subjetividades das pessoas, sendo parte integral e constitutiva de suas identidades.

Finalmente, espera-se contribuir para que as políticas públicas sejam formuladas por um olhar humano e atento encontrado na cultura popular.

Referências

ARANTES, Antonio Augusto. ***O que é cultura popular***. Brasiliense, 2017.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação das massas. ***In***: LIMA, Luiz Costa (org.). Teoria da Cultura de Massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AYALA, Marcos. ***Cultura popular no Brasil***: perspectiva de análise. São Paulo: Ática, 1987.

AYALA, Maria Ignez Novais. Os cocos: uma manifestação cultural em três momentos do século XX. ***Estudos avançados***, v. 13, p. 231-253, 1999.

AYALA, Maria Ignez Novais; AYALA, Marcos (Orgs.). ***Cocos:*** alegria e devoção. Natal: EDUFRN, 2000.

ANDRADE, Mário de. ***Os Cocos***. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

BOURDIEU, Pierre. ***A distinção***. São Paulo: Edusp, 2007.

BOAS, Franz. ***Antropologia cultural***. Zahar, 2004.

BARDIN, L. ***Análise de conteúdo***. Lisboa: Edições 70, 1997.

BOSI, Ecléa. ***Cultura de Massa e cultura popular***. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BURKE, Peter. ***Cultura popular na idade moderna:*** Europa, 1500-1800. Editora Companhia das Letras, 2010.

CEVASCO, Maria Elisa. ***As Dez Lições Sobre os Estudos Culturais***. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CASCUDO, Luís da Câmara. ***Dicionário do Folclore Brasileiro***. 4ª. e.d. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CANCLINI, Néstor García. ***As culturas populares no capitalismo***. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. ***Culturas Híbridas***. Tradução: Heloísa Pezza e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 1998.

CHAUÍ, Marilena. ***Conformismo e resistência***: aspectos da cultura popular no Brasil. 6a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAVALCANTI, Telma César. ***Tradição e Juventudes em Alagoas***: o grupo de coco de roda Xique-xique. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GRAMSCI, A. ***Os intelectuais e a organização da cultura***. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GERHARDT, T. E. SILVEIRA, D. T. (eds.). ***Métodos de pesquisa***. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. ***Sociologia crítica***: alternativas de mudanças. 64ª edição. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2014.

GEERTZ, Clifford. ***A interpretação das culturas***. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HALL, Stuart. ***Da Diáspora***: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

JAMESON, Fredric et al. Postmodernism and consumer society. ***The anti-aesthetic:*** Essays on postmodern culture, p. 111-125, 1983.

LARAIA, Roque de Barros. ***Cultura:*** Um Conceito Antropológico. 30ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LAPLANTINE, François. ***Aprender Antropologia***. 12 reimp da 1ª ed, (1988), São Paulo: Brasiliense, 2000.

MALINOWSKI, Bronisław. ***Argonautas do Pacífico Ocidental.*** São Paulo: Editora Abril, 1984.

MEDEIROS, Roseana Borges de. ***Maracatu rural:*** luta de classes ou espetáculo?. Tese (doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco – Recife, p. 171. 2003.

MAY, T. ***Pesquisa social***. Questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. ***Metodologia do trabalho científico***: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARX, Karl. ***Contribuição à crítica da Economia Política***. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MAIA, T. M. B.; TORRES, M. E. A.; SOUSA, J. M. (Re)existência e tradição na cultura popular negra de pernambuco: o que falam as vozes do Maracatu Nação Estrela Brilhante de Igarassu à luz da teoria das representações sociais. ***In***: MOREIRA, R.M. ET al (Orgs). (Org.). Representações sociais na contemporaneidade. 1ªed.Curitiba: CRV, 2021, v. 6, p. 109-122.

ORTIZ, Renato. ***Cultura brasileira e identidade nacional.*** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALS, Daniel L. Marx: a religião como alienação. In: PALS, Daniel L. Tradução de Caesar Souza. ***Nove Teorias da Religião***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019, pp. 131-161.

RADCLIFFE-BROWN, REGINALD; EVANS-PRITCHA, EVAN; CAIXEIRO, NATHANAEL C. ***Estrutura e função na sociedade primitiva***. Ed. Vozes, 1973.

RODRIGO, L. M. A questão da cientificidade das ciências humanas. ***Pro-Posições***, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 71–77, 2016. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643574. Acesso em: 11 jun. 2023.

SANTOS, Jose Luiz dos. ***O que é Cultura***. 16ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Cicero Pedroza da. ***Coco de roda novo quilombo****:* saberes da cultura popular e práticas de educação popular na comunidade quilombola de Ipiranga no Conde-PB. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

THOMPSON, E.P. ***Costumes em comum****:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E.P.. ***A formação da classe operária inglesa***. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, E.P. ***A Miséria da Teoria ou planetário de erros****:* uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E.P.. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. ***Revista USP São Paulo***, n. 65, março/maio de 2005, pp. 210-224.

VILELA, Aloísio. ***O coco de Alagoas:*** origem, evolução, dança e modalidades. Museu Théo Brandão, UFAL, 1980.

WILLIAMS, Raymond. ***Cultura e materialismo***. Tradução André Glaser. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

A contribuição da Tecnologia da Informação na agricultura para o desenvolvimento sustentável

The contribution of Information Technology in agriculture to sustainable development

La contribución de las Tecnologías de la Información en la agricultura al desarrollo sostenible

Henrique da Silva[1]
Leandro de Lima Santos[2]

Resumo

SILVA, H. da. A contribuição da Tecnologia da Informação na agricultura para o desenvolvimento sustentável. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 189-208, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2313

A agricultura sempre foi uma parte fundamental da civilização humana, fornecendo alimentos e matérias-primas essenciais. Ao longo das décadas, no entanto, a agricultura passou por uma transformação significativa impulsionada pelo avanço da Tecnologia da Informação (TI). Hoje, a integração da TI na agricultura desempenha um papel crítico na otimização de processos, aumento da produtividade e melhoria da sustentabilidade do setor agrícola. A importância da Tecnologia da Informação na agricultura pode ser observada em diversas frentes. Além dos benefícios econômicos óbvios, a incorporação da TI na agricultura é fundamental para abordar questões globais urgentes, como a segurança alimentar, a escassez de recursos naturais e as mudanças climáticas. O presente estudo tem como objetivo analisar a importância da tecnologia da informação na agricultura. A metodologia utilizada se trata de uma pesquisa qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica. Conclui-se que a Tecnologia da Informação desempenha um papel cada vez mais vital na agricultura moderna. Ela não apenas aumenta a eficiência e a produtividade, mas também ajuda a moldar o futuro da agricultura de forma sustentável. À medida que a tecnologia continua a avançar, é essencial que os agricultores e a indústria agrícola continuem a abraçar essas inovações para enfrentar os desafios que o futuro apresenta.

Palavras-chave: Tecnologia. Agricultura. Produção de Alimentos.

1 Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara (UNIARA)
E-mail: hsilva@uniara.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-7758-4686

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. E-mail: leandro.santos@ufg.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8413-5372

Abstract

SILVA, H. da. The contribution of Information Technology in agriculture to sustainable development. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 189-208, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2313

Agriculture has always been a fundamental part of human civilization, providing essential food and raw materials. However, over the decades, agriculture has undergone a significant transformation driven by advancements in information technology (IT). Today, IT integration in agriculture is critical in optimizing processes, increasing productivity, and improving the sustainability of the agricultural sector. The importance of Information Technology in agriculture can be observed on several fronts. In addition to the obvious economic benefits, incorporating IT into agriculture is critical to addressing pressing global issues such as food security, natural resource scarcity, and climate change. The present study aims to analyze the importance of information technology in agriculture. The methodology used is qualitative research, through a bibliographic review. It is concluded that Information Technology plays an increasingly vital role in modern agriculture. It not only increases efficiency and productivity but also helps sustainably shape the future of agriculture. As technology continues to advance, farmers and the agricultural industry must continue to embrace these innovations to meet the challenges that the future presents.

Keywords: Technology. Agriculture. Food production.

Resumen

SILVA, H. da. La contribución de las Tecnologías de la Información en la agricultura al desarrollo sostenible. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 189-208, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2313

La agricultura siempre ha sido una parte fundamental de la civilización humana, proporcionando alimentos y materias primas esenciales. Sin embargo, a lo largo de las décadas, la agricultura ha experimentado una transformación significativa impulsada por el avance de la tecnología de la información (TI). Hoy en día, la integración de TI en la agricultura juega un papel fundamental en la optimización de procesos, el aumento de la productividad y la mejora de la sostenibilidad del sector agrícola. La importancia de las tecnologías de la información en la agricultura se puede observar en varios frentes. Además de los beneficios económicos obvios, la incorporación de TI a la agricultura es fundamental para abordar problemas globales apremiantes como la seguridad alimentaria, la escasez de recursos naturales y el cambio climático. El presente estudio tiene como objetivo analizar la importancia de las tecnologías de la información en la agricultura. La metodología utilizada es la investigación cualitativa, a través de una revisión bibliográfica. Se concluye que la Tecnología de la Información juega un papel cada vez más vital en la agricultura moderna. No sólo aumenta la eficiencia y la productividad, sino

que también ayuda a configurar el futuro de la agricultura de manera sostenible. A medida que la tecnología continúa avanzando, es esencial que los agricultores y la industria agrícola sigan adoptando estas innovaciones para enfrentar los desafíos que presenta el futuro.

Palabras clave: Tecnología. Agricultura. Producción de alimentos.

Data de submissão: 30/06/2024

Data de aceite: 30/09/2024

1. Introdução

A Agricultura sempre foi um pilar central da civilização, fornecendo alimentos, fibras e matérias-primas fundamentais para a sobrevivência humana. No entanto, o setor agrícola enfrenta desafios significativos, como o aumento da demanda por alimentos devido ao crescimento populacional global, a pressão sobre os recursos naturais e as mudanças climáticas. Para enfrentar esses desafios e garantir a segurança alimentar futura, a integração da Tecnologia da Informação (TI) na agricultura emergiu como uma solução essencial (Wu et al., 2018).

A importância da TI na agricultura é evidenciada pelo conceito de "Agricultura de Precisão". A Agricultura de Precisão envolve o uso de tecnologias de informação, como GPS, sensores e sistemas de informações geográficas (SIG), para coletar e analisar dados agrícolas em detalhes (Gebbers e Adamchuk, 2010). Essa abordagem possibilita o gerenciamento mais eficiente de recursos agrícolas, como água, fertilizantes e pesticidas. A aplicação precisa de insumos resulta em maior produtividade e redução de custos (López-Granados et al., 2011).

A Agricultura de Precisão também melhora a sustentabilidade agrícola, minimizando a degradação do solo e reduzindo a poluição ambiental (Basso & Ritchie, 2005). Essa abordagem está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em particular, o Objetivo 2: "Fome Zero" e o Objetivo 12: "Consumo e Produção Responsáveis" (ONU, 2021).

Além disso, a Tecnologia da Informação também desempenha um papel crucial na otimização das operações agrícolas. Sensores IoT (Internet das Coisas) estão sendo amplamente utilizados para coletar dados em tempo real sobre condições climáticas, umidade do solo e saúde das plantas (Lavalle et al., 2016). Esses dados são fundamentais para a tomada de decisões informadas pelos agricultores, permitindo-lhes ajustar o manejo das culturas de acordo com as condições específicas do momento.

Outro benefício da TI na agricultura é a capacidade de coletar e analisar grandes volumes de dados, conhecido como Big Data. O Big Data na agricultura permite que os agricultores identifiquem tendências e padrões que não seriam visíveis a olho nu. Isso inclui a detecção precoce de doenças de plantas e a previsão de safras com base em dados históricos e em tempo real (Yin et al., 2016).

A disseminação de informações agrícolas é outra faceta crucial da TI na agricultura. Aplicativos móveis projetados especificamente para agricultores oferecem

acesso a informações meteorológicas, preços de mercado, técnicas de cultivo e práticas recomendadas (Qamar et al., 2017). Essas ferramentas capacitam os agricultores, especialmente aqueles em áreas remotas, a tomar decisões mais informadas e a melhorar suas práticas agrícolas.

A Inteligência Artificial (IA) também está se tornando uma parte cada vez mais importante da agricultura moderna. Algoritmos de IA podem analisar imagens de satélite para detectar doenças de culturas, identificar pragas e otimizar o uso de pesticidas (Kamilaris et al., 2017). Além disso, a IA é utilizada no desenvolvimento de sistemas autônomos, como tratores e colheitadeiras, que podem operar com precisão e eficiência (Stone et al., 2018).

No entanto, apesar dos benefícios evidentes, a adoção generalizada da TI na agricultura ainda enfrenta desafios. Questões como custos iniciais, acesso à tecnologia e treinamento adequado são obstáculos que precisam ser superados para que todos os agricultores possam aproveitar os benefícios da TI (Singh et al., 2017).

Assim, a importância da Tecnologia da Informação na agricultura é inegável. Ela não apenas aumenta a eficiência e a produtividade, mas também desempenha um papel fundamental na promoção da sustentabilidade agrícola e na adaptação às demandas crescentes da sociedade. À medida que a tecnologia continua a evoluir, é imperativo que governos, organizações agrícolas e comunidades rurais colaborem para garantir que todos os agricultores tenham acesso a essas ferramentas valiosas, permitindo assim uma agricultura mais eficiente, sustentável e resiliente.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da tecnologia da informação na agricultura. Como objetivos específicos, destacam-se analisar a agricultura moderna e suas demandas, discorrer sobre o uso da tecnologia da informação na agricultura, identificar os impactos desta tecnologia no setor, analisar os desafios e as limitações para a implementação da tecnologia da informação na agricultura e discorrer sobre as perspectivas futuras.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de reconhecer e explorar a crescente importância da Tecnologia da Informação na agricultura, em face de desafios globais e da transformação contínua do setor. Esse conhecimento é essencial para orientar políticas, investimentos e práticas agrícolas que promovam uma agricultura mais eficiente, sustentável e adaptável às demandas do futuro.

A metodologia adotada para a condução deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa, que se destacou pela sua capacidade de explorar a complexidade do tema em questão, que é a importância da Tecnologia da Informação (TI) na agricultura. Para alcançar uma compreensão profunda e abrangente, recorremos a uma revisão bibliográfica minuciosa, utilizando fontes diversas que incluem sites, livros, artigos científicos e revistas especializadas.

A busca por informações relevantes para a pesquisa foi realizada por meio de plataformas amplamente reconhecidas no meio acadêmico, tais como o Google Acadêmico e SciELO. Essas plataformas foram escolhidas devido à sua riqueza de conteúdo acadêmico e científico, garantindo o acesso a uma variedade de fontes confiáveis e atualizadas.

Para direcionar nossa pesquisa e torná-la mais precisa, foram selecionadas palavras-chave criteriosamente, abrangendo diversos aspectos relacionados ao tema

central. Algumas dessas palavras-chave incluíram "agricultura", "tecnologia", "tecnologia da informação", "produção de alimentos" e outras que estavam diretamente relacionadas à pesquisa.

Ao longo do processo de busca e revisão bibliográfica, o foco foi dado à coleta de informações que contribuíssem de forma direta para a realização da pesquisa e para o enriquecimento das análises e argumentos apresentados neste estudo. Além disso, foram consideradas fontes com diferentes perspectivas, permitindo uma análise abrangente e crítica do tema, bem como a identificação de tendências, desafios e oportunidades no contexto da TI na agricultura.

A abordagem qualitativa e a revisão bibliográfica adotadas neste estudo permitiram uma análise aprofundada e uma síntese do conhecimento disponível sobre a importância da TI na agricultura. Ao combinar uma ampla gama de fontes e perspectivas, buscamos fornecer uma visão holística e informada sobre esse tópico crucial, contribuindo para uma compreensão mais completa e embasada da interseção entre a tecnologia e a agricultura.

2. Agricultura moderna e suas demandas

A agricultura moderna enfrenta uma série de desafios e demandas complexas devido a um cenário global em constante transformação. O rápido crescimento populacional, a urbanização crescente e as mudanças climáticas são apenas alguns dos fatores que têm contribuído para a evolução das exigências sobre o setor agrícola. Para compreender a agricultura moderna e suas demandas, é necessário analisar a interação entre esses fatores e como a agricultura responde a eles.

O aumento da população mundial é uma das demandas mais evidentes sobre a agricultura moderna. Segundo as estimativas das Nações Unidas, a população global deve atingir 9,7 bilhões de pessoas até 2050 (ONU, 2019). Esse crescimento implica uma demanda cada vez maior por alimentos, o que coloca pressão sobre o setor agrícola para aumentar a produção de forma sustentável (Godfray et al., 2010).

A urbanização rápida também desafia a agricultura moderna. À medida que as populações urbanas crescem, a demanda por alimentos processados e de conveniência aumenta, alterando as preferências e os padrões de consumo (Bryceson, 2002). Isso requer uma agricultura que não apenas produza quantidades suficientes de alimentos, mas também atenda às demandas de qualidade e variedade dos consumidores urbanos.

As mudanças climáticas representam uma das demandas mais urgentes para a agricultura moderna. As variações no clima, como aumento das temperaturas, padrões de precipitação irregulares e eventos climáticos extremos, afetam a produção agrícola (Porter et al., 2014). Agricultores precisam adotar práticas mais resilientes e sustentáveis para se adaptar a essas mudanças.

A agricultura moderna enfrenta pressões significativas devido à escassez de recursos naturais, como água e solo fértil. A irrigação, por exemplo, é essencial para a produção de alimentos, mas muitas regiões do mundo enfrentam escassez de água (FAO, 2020). Isso requer uma gestão eficiente dos recursos hídricos na agricultura.

O avanço tecnológico também traz desafios e demandas para a agricultura moderna. A adoção de tecnologias de precisão, como sistemas de informação geográfica (SIG) e drones, pode melhorar a eficiência, mas requer habilidades e infraestrutura tecnológica (Lowenberg-DeBoer et al., 2014). A agricultura digital, que envolve o uso de dados e automação, está se tornando uma parte essencial da agricultura moderna (Gómez-Barbero et al., 2019).

À medida que a sociedade se torna mais consciente dos impactos ambientais da agricultura, há uma crescente demanda por práticas agrícolas sustentáveis e éticas. Os consumidores buscam alimentos produzidos de forma responsável, o que pressiona os agricultores a adotarem práticas agrícolas que minimizem o uso de pesticidas, promovam a biodiversidade e reduzam as emissões de gases de efeito estufa (Pretty & Bharucha, 2014).

A agricultura moderna enfrenta um cenário complexo de demandas e desafios interconectados. Para atender a essas demandas, é necessária uma abordagem holística que incorpore tecnologia, inovação, sustentabilidade e adaptação às mudanças ambientais e sociais. É crucial que o setor agrícola continue a evoluir e se adaptar para garantir a segurança alimentar global e a sustentabilidade do planeta.

3. Uso de Tecnologia da Informação na agricultura

O uso de drones na agricultura de precisão representa uma das aplicações mais promissoras da Tecnologia da Informação (TI) no setor agrícola moderno. Essas aeronaves não tripuladas, também conhecidas como Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs), têm sido utilizadas para coletar dados de alta resolução sobre campos agrícolas, desempenhando um papel crucial na melhoria da eficiência e da produtividade agrícola (Sugiura *et al*., 2016).

Drones equipados com sensores de imagem e sensores multispectrais têm a capacidade de capturar imagens de alta qualidade dos campos agrícolas em diferentes comprimentos de onda, incluindo a luz visível e o infravermelho próximo. Essas imagens fornecem informações detalhadas sobre a saúde das plantas, a densidade da vegetação e a distribuição de pragas e doenças (Hunt et al., 2010). Através do processamento desses dados, os agricultores podem identificar problemas nas culturas e tomar medidas corretivas de forma precisa e oportuna.

Além da detecção de problemas nas culturas, os drones também têm a capacidade de auxiliar na gestão de recursos agrícolas. Por exemplo, eles podem ser usados para mapear a topografia do terreno, identificar áreas com deficiência de nutrientes e monitorar o uso da água por meio de imagens termográficas (Anderson, Gast, 2017). Isso permite uma alocação mais eficiente de recursos, como fertilizantes e água, reduzindo desperdícios e melhorando a sustentabilidade agrícola.

Os benefícios do uso de drones na agricultura de precisão são especialmente evidentes em grandes áreas de cultivo. Com o auxílio dessas aeronaves, os agricultores podem monitorar extensas áreas de maneira eficiente, coletando dados detalhados em tempo real (Zhang et al., 2018). Isso economiza tempo e recursos em comparação com métodos tradicionais de inspeção a pé ou de veículos terrestres.

Além disso, os dados coletados por drones podem ser integrados a sistemas de informação geográfica (SIG), permitindo a criação de mapas de prescrição personalizados para a aplicação de insumos agrícolas. Isso significa que os agricultores podem ajustar a quantidade de fertilizantes, pesticidas e irrigação em áreas específicas do campo, otimizando o rendimento da cultura e reduzindo custos (Zhang *et al*., 2018).

É importante observar, no entanto, que a eficácia do uso de drones na agricultura de precisão depende da qualidade dos sensores e da precisão do processamento de dados. Além disso, questões regulatórias, como restrições de voo e privacidade, também precisam ser consideradas (Anderson; Gast, 2017). Portanto, à medida que a adoção de drones na agricultura continua a crescer, é essencial desenvolver diretrizes e regulamentações adequadas para garantir o uso seguro e eficaz dessa tecnologia.

Assim, o uso de drones na agricultura de precisão representa uma aplicação de destaque da Tecnologia da Informação no setor agrícola. Essas aeronaves não tripuladas são capazes de coletar dados detalhados, melhorando a gestão de culturas, recursos e a eficiência geral da produção agrícola. À medida que a tecnologia continua a evoluir, espera-se que os drones desempenhem um papel cada vez mais importante na agricultura moderna.

A Internet das Coisas (IoT) é uma das tecnologias que estão transformando profundamente a agricultura moderna, abrindo novas perspectivas e aumentando a eficiência em todas as etapas da cadeia de produção agrícola. A IoT envolve a conexão de dispositivos e sensores à internet para coletar e compartilhar dados em tempo real, o que oferece oportunidades significativas para aprimorar a gestão agrícola (Linhares et al., 2018).

> No monitoramento das condições ambientais, a IoT permite aos agricultores obter dados detalhados sobre temperatura, umidade, luminosidade e qualidade do solo em tempo real. Sensores implantados nos campos coletam essas informações e as enviam para sistemas de gerenciamento, que permitem aos agricultores ajustar estratégias de cultivo com base em dados precisos (JHA *et al*., 2018, p. 59).

A gestão da irrigação é uma das áreas mais beneficiadas pela IoT na agricultura. Sensores de umidade do solo conectados à IoT permitem que os agricultores determinem exatamente quando e quanto irrigar, evitando o uso excessivo de água e economizando recursos valiosos (Puri *et al*., 2017). Isso não apenas reduz os custos de produção, mas também contribui para a conservação da água, um recurso escasso em muitas regiões agrícolas.

Além disso, a IoT desempenha um papel vital na monitorização da saúde das plantas e na detecção precoce de doenças e pragas. Sensores e câmeras conectados à IoT podem identificar sinais de estresse nas plantas, permitindo intervenções imediatas, como a aplicação direcionada de pesticidas (Tiwari *et al*., 2020). Isso não apenas reduz o uso de produtos químicos, mas também aumenta a qualidade e a produtividade das culturas.

A rastreabilidade e a segurança dos alimentos também são aprimoradas pela IoT. A capacidade de rastrear um produto desde sua origem até o consumidor final é fundamental para garantir a segurança alimentar. Com a IoT, os agricultores podem registrar informações detalhadas sobre cada lote de produto, incluindo datas de plantio e colheita, condições de armazenamento e histórico de pesticidas. Isso proporciona aos consumidores maior confiança na qualidade e na segurança dos alimentos que consomem (Linhares *et al*., 2018).

No entanto, é importante notar que o uso da IoT na agricultura também apresenta desafios, como a necessidade de infraestrutura de conectividade confiável em áreas rurais e a segurança dos dados coletados (Jha *et al*., 2018). Além disso, os agricultores precisam de treinamento adequado para aproveitar ao máximo essas tecnologias.

Dessa forma, a Internet das Coisas (IoT) está revolucionando a agricultura ao proporcionar maior controle, eficiência e qualidade em todas as etapas da produção agrícola. A capacidade de coletar e analisar dados em tempo real permite aos agricultores tomar decisões mais informadas, economizar recursos preciosos e melhorar a sustentabilidade da agricultura moderna.

O advento do Big Data e a análise de dados têm transformado significativamente a agricultura moderna, oferecendo insights valiosos e impulsionando a eficiência em todas as fases da produção agrícola. A agricultura é uma das indústrias que gera enormes volumes de dados, desde informações climáticas e de solo até dados de maquinário e culturas. O Big Data agrícola envolve a coleta, armazenamento e análise desses dados em escala, o que pode resultar em melhorias substanciais na tomada de decisões e na gestão das operações agrícolas (Brambila-Macias *et al*., 2016).

> Um dos principais benefícios do Big Data na agricultura é a capacidade de monitorar e otimizar a produção em tempo real. Sensores instalados em equipamentos agrícolas, como tratores e colheitadeiras, coletam dados sobre o desempenho da máquina e as condições do solo à medida que operam no campo. Esses dados são transmitidos para sistemas de análise que podem identificar problemas de eficiência e manutenção em tempo real, permitindo que os agricultores tomem medidas corretivas imediatas (Moglia *et al*., 2016, p. 98).

Além disso, a análise de Big Data é fundamental para a agricultura de precisão, que visa otimizar o uso de recursos, como água e fertilizantes. Modelos de análise de dados agrícolas podem usar informações detalhadas sobre a topografia do terreno, a umidade do solo e a saúde das plantas para criar mapas de prescrição personalizados. Esses mapas ajudam os agricultores a aplicar insumos de maneira mais precisa, reduzindo o desperdício e melhorando o rendimento das culturas (Lund *et al*., 2017).

A análise de Big Data também é fundamental para prever e gerenciar riscos na agricultura. Os modelos de previsão podem usar dados históricos e em tempo real, como informações meteorológicas e de pragas, para antecipar eventos adversos, como

secas e infestações de pragas. Isso permite que os agricultores tomem medidas preventivas para proteger suas colheitas e minimizar perdas (Dong *et al.*, 2019).

A rastreabilidade dos alimentos também se beneficia da análise de Big Data. Os registros detalhados de cada etapa da cadeia de produção, desde a plantação até a distribuição, podem ser armazenados e analisados para garantir a segurança dos alimentos. Em caso de contaminação ou recall de produtos, a análise de dados permite rastrear rapidamente a origem do problema e tomar medidas corretivas eficazes (Gómez-Casero *et al.*, 2018).

No entanto, é importante abordar questões de privacidade e segurança dos dados na análise de Big Data agrícola. À medida que mais informações são coletadas e compartilhadas, é essencial garantir a proteção dos dados e a conformidade com regulamentações relevantes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil e o Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR) na União Europeia (Gomes *et al.*, 2019).

4. Impactos da Tecnologia da Informação na produtividade agrícola

A Tecnologia da Informação (TI) tem desempenhado um papel crucial na transformação da produtividade agrícola, promovendo o aumento da eficiência e a redução de custos em diversas etapas da cadeia de produção agrícola. Esses impactos positivos são fundamentais para atender à crescente demanda global por alimentos e garantir a sustentabilidade do setor agrícola (Lowenberg-DeBoer *et al.*, 2014).

Uma das maneiras pelas quais a TI tem aumentado a eficiência na agricultura é por meio da automação e da gestão de dados. A automação de tarefas agrícolas, como a plantio, colheita e irrigação, por meio de sensores e sistemas de controle, permite que as operações sejam executadas de forma mais precisa e eficiente (García et al., 2019). Além disso, a coleta e análise de dados agrícolas em tempo real permitem tomar decisões informadas, como a aplicação precisa de insumos, reduzindo o desperdício e aumentando a produtividade (Gómez-Barbero *et al.*, 2019).

A utilização de sistemas de informação geográfica (SIG) também tem contribuído para o aumento da eficiência na agricultura. Os SIG permitem a análise de dados geoespaciais, como informações sobre a topografia, tipos de solo e histórico de cultivo, para planejar o uso do terreno de forma mais eficiente (Anderson & Gast, 2017). Isso resulta em uma melhor alocação de recursos e na redução de custos operacionais.

> A redução de custos na agricultura é uma consequência direta da adoção da TI. A automação de tarefas manuais e a gestão de recursos baseada em dados permitem economias significativas em mão de obra e insumos (Lowenberg-DeBoer et al., 2014). Além disso, a utilização de sistemas de monitoramento remoto, como satélites e drones, para avaliar a saúde das culturas e a necessidade de insumos específicos reduz o desperdício de produtos químicos e fertilizantes, resultando em economias financeiras e benefícios ambientais (ZHANG *et al.*, 2018, p. 76).

A TI também desempenha um papel fundamental na gestão de cadeias de suprimentos agrícolas. Sistemas de rastreabilidade e monitoramento em tempo real permitem uma logística mais eficiente, reduzindo custos de transporte e armazenamento (Zhou et al., 2020). Além disso, a análise de dados ao longo da cadeia de suprimentos ajuda a identificar gargalos e otimizar processos, melhorando a eficiência global (Bennett *et al*., 2018).

No entanto, é importante observar que a adoção da TI na agricultura pode enfrentar desafios, como a necessidade de investimentos iniciais em tecnologia e treinamento de pessoal. Além disso, a conectividade em áreas rurais pode ser limitada, dificultando o acesso a tecnologias baseadas na internet (Marenya *et al*., 2018). Superar esses obstáculos é essencial para garantir que todos os agricultores possam se beneficiar dessas inovações.

Dessa forma, a Tecnologia da Informação tem tido um impacto significativo na produtividade agrícola ao aumentar a eficiência e reduzir custos em todas as fases da produção agrícola. Esses avanços são cruciais para atender à crescente demanda por alimentos de maneira sustentável e eficiente, enquanto também contribuem para a melhoria econômica e ambiental do setor agrícola.

A rastreabilidade é uma das áreas em que a TI desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. Sistemas de rastreabilidade permitem o acompanhamento de cada lote de produto desde a sua origem até o consumidor final (Gómez-Casero *et al*., 2018). Isso significa que, em caso de contaminação ou recall de produtos, é possível identificar rapidamente a origem do problema e retirar os produtos do mercado, garantindo a segurança dos consumidores.

Além disso, a TI permite o monitoramento em tempo real das condições de transporte e armazenamento dos produtos agrícolas. Sensores de temperatura, umidade e qualidade do ar podem ser implantados em toda a cadeia de distribuição para garantir que os produtos sejam mantidos nas condições ideais (Yadav, Pal, 2020). Isso contribui para a preservação da qualidade dos alimentos e a redução de desperdícios.

A análise de dados também desempenha um papel importante na melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. Sensores e câmeras conectados à Internet das Coisas (IoT) podem monitorar a saúde das plantas e identificar sinais de estresse, pragas ou doenças (Tiwari *et al*., 2020). Isso permite intervenções precoces, como a aplicação direcionada de pesticidas ou a implementação de práticas de cultivo específicas para melhorar a qualidade das culturas.

A rastreabilidade e a coleta de dados em tempo real também são fundamentais na produção de alimentos de alta qualidade. Os agricultores podem registrar informações detalhadas sobre as práticas de cultivo, como datas de plantio e colheita, uso de fertilizantes e pesticidas, e condições climáticas (Gómez-Barbero *et al*., 2019). Esses dados podem ser usados para garantir que os produtos atendam aos padrões de qualidade e segurança alimentar exigidos pelos mercados locais e internacionais.

A melhoria da qualidade dos produtos agrícolas também está relacionada à adoção de práticas sustentáveis. A TI desempenha um papel na monitorização do uso de insumos, como pesticidas e fertilizantes, garantindo que sejam aplicados na quantidade certa e no momento adequado (Zhang *et al*., 2018). Isso reduz a presença

de resíduos químicos nos alimentos e contribui para a produção de alimentos mais saudáveis e seguros.

A busca pela sustentabilidade na agricultura é uma prioridade global, e a Tecnologia da Informação (TI) desempenha um papel fundamental no apoio a práticas agrícolas responsáveis e na promoção de sistemas agrícolas mais sustentáveis (Rogers *et al.*, 2018).

Uma das maneiras pelas quais a TI contribui para a sustentabilidade agrícola é por meio do monitoramento e da gestão de recursos naturais. Sensores e sistemas de monitoramento conectados à Internet das Coisas (IoT) permitem que os agricultores meçam e monitorem o uso da água, a qualidade do solo e o consumo de energia em tempo real (Linhares *et al.*, 2018). Isso ajuda a evitar o uso excessivo de recursos e a minimizar os impactos ambientais negativos.

Além disso, a TI permite a implementação de práticas agrícolas de precisão. A análise de dados geoespaciais e a coleta de informações sobre topografia, densidade de nutrientes do solo e saúde das plantas ajudam os agricultores a fazer escolhas mais precisas sobre onde, quando e como plantar e colher (ZGANG *et al.*, 2018). Isso resulta em um uso mais eficiente de insumos, como fertilizantes e pesticidas, reduzindo a poluição ambiental e os custos de produção.

A TI desempenha um papel crucial na gestão de resíduos agrícolas e na tomada de decisões baseadas em dados para melhorar a eficiência energética nas operações agrícolas (Gómez-Barbero *et al.,* 2019). A coleta de dados sobre a produção de resíduos, como restos de culturas e embalagens, ajuda os agricultores a implementar práticas de reciclagem e reutilização, reduzindo o impacto ambiental.

A implementação de sistemas de informação geográfica (SIG) também auxilia na gestão de áreas de conservação e na promoção da biodiversidade em fazendas agrícolas (Rogers *et al.*, 2018). Os agricultores podem identificar áreas de importância ecológica e implementar práticas de manejo que preservem habitats naturais.

É importante reconhecer, no entanto, que a adoção da TI na agricultura sustentável enfrenta desafios, como a necessidade de investimento em tecnologia e treinamento. Além disso, a conectividade em áreas rurais pode ser limitada, dificultando o acesso a essas tecnologias (Marenya *et al.*, 2018). Superar esses obstáculos é essencial para promover práticas agrícolas responsáveis e sustentáveis.

Assim, a Tecnologia da Informação desempenha um papel vital na promoção da sustentabilidade e das práticas agrícolas responsáveis. Ela permite o monitoramento eficaz de recursos naturais, a implementação de práticas agrícolas de precisão, a rastreabilidade completa dos alimentos e a gestão eficiente de resíduos agrícolas, contribuindo para um setor agrícola mais sustentável e amigável ao meio ambiente.

5. Desafios e limitações

Apesar dos benefícios significativos que a Tecnologia da Informação (TI) oferece à agricultura, existem desafios e limitações que precisam ser enfrentados para sua adoção generalizada e eficaz. Essas barreiras tecnológicas podem afetar a implementação de práticas agrícolas responsáveis e sustentáveis (Pittelkow *et al.*, 2015).

Uma das principais barreiras tecnológicas é a falta de conectividade em áreas rurais. A infraestrutura de internet de alta velocidade nem sempre está disponível em regiões agrícolas remotas, o que limita o acesso dos agricultores a tecnologias baseadas na web, como sistemas de monitoramento em tempo real e análise de dados (Marenya *et al*., 2018). A falta de conectividade prejudica a capacidade de adotar práticas agrícolas de precisão e a gestão de recursos naturais.

Além disso, a adoção de tecnologia na agricultura requer investimentos substanciais em hardware e software. Muitos agricultores, especialmente pequenos agricultores, podem enfrentar desafios financeiros ao adquirir e manter equipamentos e sistemas de TI (Gómez-Barbero *et al*., 2019). A falta de recursos financeiros pode ser uma barreira significativa para a modernização das práticas agrícolas.

A complexidade tecnológica também é uma limitação. Muitas soluções de TI para a agricultura envolvem hardware, software e sistemas de gestão de dados complexos. A curva de aprendizado para a implementação e operação dessas tecnologias pode ser íngreme, e os agricultores podem enfrentar dificuldades em dominar essas ferramentas (Pittelkow *et al*., 2015). A falta de treinamento e suporte adequados pode agravar esse problema.

A segurança de dados é outra preocupação importante. À medida que mais informações agrícolas são coletadas e compartilhadas digitalmente, a segurança desses dados se torna crucial. A agricultura está sujeita a ameaças cibernéticas, e a exposição de dados agrícolas sensíveis pode ter sérias consequências (Rogers *et al.*, 2018). Garantir a segurança e a privacidade dos dados agrícolas é essencial para a adoção segura e eficaz da TI.

Além disso, a interoperabilidade entre sistemas e dispositivos é um desafio. Muitas vezes, os agricultores utilizam uma variedade de tecnologias de diferentes fornecedores. A falta de padrões de interoperabilidade pode dificultar a integração desses sistemas e limitar sua eficácia (Gómez-Casero *et al*., 2018).

Em resumo, embora a TI ofereça oportunidades significativas para a agricultura sustentável e responsável, existem desafios e barreiras tecnológicas a serem superados. A falta de conectividade, os custos associados à adoção de tecnologia, a complexidade das soluções tecnológicas, questões de segurança de dados e a interoperabilidade são questões importantes a serem consideradas ao promover a adoção eficaz da TI na agricultura.

Enquanto a TI oferece oportunidades notáveis para aprimorar a eficiência e a sustentabilidade, a proteção das informações agrícolas sensíveis é uma preocupação crítica (Wani *et al*., 2020).

Uma das principais preocupações é a segurança cibernética na agricultura. À medida que sistemas agrícolas se tornam mais interconectados e dependentes da TI, eles se tornam alvos potenciais para ataques cibernéticos. Isso inclui ameaças como roubo de dados, interrupção de operações agrícolas e manipulação de sistemas de automação (Wang *et al*., 2020). A proteção contra essas ameaças é essencial para garantir a integridade das operações agrícolas.

Além disso, a privacidade dos dados agrícolas é uma preocupação crescente. A coleta massiva de informações sobre práticas agrícolas, recursos naturais e operações de

fazendas pode revelar detalhes sensíveis sobre os agricultores e suas operações (Gómez-Casero *et al*., 2018). Garantir que esses dados sejam protegidos contra acesso não autorizado e uso indevido é fundamental para respeitar a privacidade dos agricultores.

A conformidade com regulamentações de proteção de dados também é um desafio. Em muitas regiões, como a União Europeia, existem regulamentações rigorosas sobre como os dados pessoais e comerciais devem ser tratados. Agricultores e empresas agrícolas que coletam e armazenam dados agrícolas estão sujeitos a essas regulamentações (Gómez-Casero *et al*., 2018). Garantir a conformidade pode ser complexo e oneroso.

A falta de conscientização sobre segurança cibernética e privacidade entre os agricultores é outro desafio. Muitos agricultores podem não estar cientes das ameaças potenciais à segurança de seus dados ou das medidas que podem tomar para protegê-los (Marenya *et al*., 2018). A educação e o treinamento são necessários para aumentar a conscientização e a capacidade de resposta.

A interoperabilidade entre sistemas também pode ser uma questão de segurança. A integração de diferentes dispositivos e sistemas de TI em fazendas pode criar pontos de vulnerabilidade adicionais. As empresas precisam garantir que os sistemas sejam compatíveis e seguros para evitar brechas na segurança (Gómez-Barbero *et al*., 2019).

A adoção da Tecnologia da Informação (TI) na agricultura, especialmente em pequenas propriedades, enfrenta desafios e limitações específicas que podem dificultar a implementação eficaz de práticas agrícolas baseadas em tecnologia (Gómez-Barbero *et al*., 2019).

Uma das principais barreiras é a falta de recursos financeiros. Muitos agricultores de pequenas propriedades têm orçamentos limitados e podem não ter os fundos necessários para investir em hardware, software e treinamento em TI (Marenya *et al*., 2018). Isso os coloca em desvantagem em relação a fazendas maiores que têm mais capacidade de investimento.

Além disso, a falta de conhecimento e capacitação em tecnologia é um desafio significativo. Agricultores de pequenas propriedades podem ter menos acesso à educação e ao treinamento em TI, o que os torna menos preparados para adotar e utilizar eficazmente as soluções tecnológicas disponíveis (Gómez-Barbero *et al*., 2019). A falta de habilidades tecnológicas pode limitar a capacidade de aproveitar ao máximo os benefícios da TI.

A conectividade também é uma preocupação em muitas áreas rurais onde pequenas propriedades estão localizadas. A falta de acesso à internet de alta velocidade pode dificultar o uso de tecnologias baseadas na web, como sistemas de monitoramento em tempo real e análise de dados (Marenya *et al*., 2018). A conectividade limitada pode restringir as opções tecnológicas disponíveis para os agricultores.

Além disso, a fragmentação da terra em pequenas propriedades pode dificultar a implementação de práticas agrícolas de precisão. A divisão de terras em parcelas menores torna mais complexo o uso de tecnologias como a agricultura de precisão, que depende de uma visão mais ampla das operações agrícolas (Gómez-Barbero *et al.,* 2019). Isso pode limitar a eficácia dessas tecnologias em pequenas propriedades.

A conscientização sobre os benefícios da TI na agricultura também é uma questão importante. Muitos agricultores de pequenas propriedades podem não estar cientes das oportunidades que a TI oferece ou podem ser céticos quanto ao retorno do investimento (Marenya *et al*., 2018). A educação e a divulgação sobre os benefícios da TI são cruciais para superar essa barreira.

Assim, a adoção da TI em pequenas propriedades enfrenta desafios relacionados a recursos financeiros limitados, falta de conhecimento tecnológico, conectividade restrita e fragmentação de terras. Superar essas barreiras requer esforços para tornar a tecnologia mais acessível, fornecer treinamento e educação em TI e conscientizar os agricultores sobre os benefícios da adoção de tecnologias agrícolas avançadas.

6. Perspectivas futuras

A integração da Tecnologia da Informação (TI) na agricultura está em constante evolução, e várias tendências emergentes estão moldando o futuro dessa integração, promovendo práticas agrícolas mais eficazes, sustentáveis e orientadas por dados (Gómez-Barbero *et al*., 2019).

Uma das tendências mais notáveis é a expansão da Internet das Coisas (IoT) na agricultura. A IoT envolve a conexão de dispositivos, sensores e máquinas à internet, permitindo a coleta de dados em tempo real. Na agricultura, isso se traduz em sensores de solo, clima e plantas que monitoram condições agrícolas e enviam informações diretamente para sistemas de gestão (Estrada *et al*., 2019). Isso proporciona aos agricultores uma visão mais precisa das necessidades de suas plantações e rebanhos, permitindo decisões informadas e aprimoradas.

A inteligência artificial (IA) também está desempenhando um papel cada vez mais importante na agricultura. Algoritmos de IA podem analisar grandes volumes de dados agrícolas para identificar tendências, prever doenças e otimizar a alocação de recursos (Huang *et al*., 2020). Isso leva a uma agricultura mais eficiente e sustentável, onde os agricultores podem tomar decisões baseadas em informações precisas e em tempo real.

Outra tendência emergente é a automação agrícola avançada. Robôs e veículos autônomos estão sendo desenvolvidos para executar tarefas agrícolas, como plantio, colheita e pulverização de pesticidas, de forma autônoma e precisa (García *et al*., 2019). Essa automação reduz a dependência da mão de obra humana e melhora a eficiência operacional.

A agricultura de precisão também está se expandindo, com a utilização de drones e imagens de satélite para monitorar a saúde das culturas e identificar problemas de maneira eficaz (Anderson & Gast, 2017). Essa tecnologia permite a aplicação precisa de insumos, reduzindo o desperdício e os impactos ambientais.

A blockchain é outra tendência que está ganhando destaque na agricultura. Essa tecnologia de registro distribuído permite rastrear produtos agrícolas desde sua origem até o consumidor final, garantindo transparência e segurança na cadeia de suprimentos (Miah *et al*., 2020). Isso é especialmente relevante para a rastreabilidade e a garantia da qualidade dos alimentos.

Por fim, a conscientização sobre a sustentabilidade está moldando o futuro da integração da TI na agricultura. Os consumidores estão cada vez mais preocupados com a origem de seus alimentos e a pegada ambiental da produção agrícola (Gómez-Barbero *et al*., 2019). Isso está impulsionando a demanda por práticas agrícolas sustentáveis, e a TI desempenha um papel fundamental na promoção dessas práticas.

Assim, várias tendências emergentes estão moldando o futuro da integração da TI na agricultura, incluindo a expansão da IoT, a utilização da IA, a automação agrícola, a agricultura de precisão, a blockchain e o foco na sustentabilidade. Essas tendências prometem transformar a agricultura, tornando-a mais eficiente, sustentável e orientada por dados.

O setor agrícola enfrenta um momento de transformação significativa impulsionado pela digitalização e pela Tecnologia da Informação (TI). Essa transformação digital promete revolucionar a forma como a agricultura é praticada, trazendo uma série de benefícios e oportunidades (Gómez-Barbero *et al*., 2019).

> Uma das principais áreas em que a transformação digital está causando impacto é na agricultura de precisão. O uso de sensores, drones e sistemas de informações geográficas (SIG) permite que os agricultores monitorem as condições do solo, a saúde das plantas e as condições climáticas em tempo real (Huang et al., 2020). Esses dados são essenciais para a tomada de decisões informadas sobre o plantio, a irrigação e a aplicação de insumos, levando a uma gestão mais eficiente e sustentável dos recursos agrícolas (HUANG *et al*., 2020, p. 113).

Além disso, a automação e a robótica estão desempenhando um papel crescente na transformação digital da agricultura. Robôs e veículos autônomos estão sendo desenvolvidos para realizar tarefas agrícolas, como plantio, colheita e pulverização de pesticidas, de forma mais precisa e eficiente (García *et al*., 2019). Isso não apenas reduz a dependência da mão de obra humana, mas também melhora a produtividade e a qualidade dos produtos agrícolas.

A análise de dados e a inteligência artificial também são componentes essenciais da transformação digital na agricultura. Algoritmos avançados podem processar grandes volumes de dados agrícolas para identificar tendências, prever doenças e otimizar o uso de insumos (Huang *et al*., 2020). Isso permite uma tomada de decisão baseada em dados mais precisa e rápida, levando a uma produção mais eficiente e econômica.

Outra área de transformação digital é a cadeia de suprimentos agrícolas. A blockchain, por exemplo, está sendo utilizada para rastrear a origem e a qualidade dos produtos agrícolas, garantindo transparência e segurança na cadeia de abastecimento (Miah *et al*., 2020). Isso é especialmente importante para a rastreabilidade e a garantia da qualidade dos alimentos.

A agricultura digital também está impulsionando a agricultura urbana e vertical. Com o uso de técnicas hidropônicas e sistemas de cultivo em ambientes

controlados, é possível produzir alimentos de forma eficiente em áreas urbanas, reduzindo a pegada ecológica da agricultura tradicional (Estrada *et al*., 2019).

Por fim, a transformação digital no setor agrícola está revolucionando a forma como a agricultura é praticada, trazendo benefícios em áreas como agricultura de precisão, automação, análise de dados, rastreabilidade e agricultura urbana. Essa transformação está aumentando a eficiência, a sustentabilidade e a resiliência do setor agrícola, tornando-o mais preparado para enfrentar os desafios do século XXI.

7. Considerações finais

Nas considerações finais deste estudo sobre a importância da Tecnologia da Informação (TI) na agricultura, é evidente que a integração da tecnologia está transformando fundamentalmente o setor agrícola, trazendo consigo uma série de benefícios significativos e desafios cruciais.

Uma das principais conclusões deste estudo é que a agricultura de precisão, facilitada pela TI, está impulsionando uma gestão mais eficiente dos recursos agrícolas. Os sensores, drones e sistemas de informação geográfica permitem que os agricultores monitorem as condições do solo, a saúde das plantas e as condições climáticas em tempo real. Isso, por sua vez, permite decisões informadas sobre irrigação, aplicação de insumos e colheita, resultando em um uso mais eficiente de recursos como água e fertilizantes.

A automação agrícola e a robótica também emergem como fatores cruciais na revolução agrícola. Robôs e veículos autônomos estão assumindo tarefas agrícolas, proporcionando maior precisão e produtividade. Isso não apenas alivia a dependência da mão de obra humana, mas também melhora a qualidade e a eficiência das operações agrícolas.

A análise de dados e a inteligência artificial desempenham um papel fundamental na transformação da agricultura. Algoritmos avançados podem processar grandes volumes de dados agrícolas, identificar tendências, prever doenças e otimizar a alocação de recursos. Isso permite uma tomada de decisão baseada em dados mais precisa e rápida, levando a uma produção mais eficiente e econômica.

A rastreabilidade dos alimentos é outra área em que a TI tem um impacto significativo. A blockchain e outras tecnologias permitem rastrear a origem e a qualidade dos produtos agrícolas, garantindo transparência e segurança na cadeia de suprimentos. Isso é fundamental para garantir a qualidade dos alimentos e a confiança do consumidor.

A transformação digital na agricultura também está alinhada com a busca pela sustentabilidade. A TI possibilita a gestão eficiente de recursos naturais, a redução do uso de produtos químicos agrícolas e a promoção de práticas agrícolas responsáveis. Isso contribui para a sustentabilidade do setor agrícola e para a mitigação dos impactos ambientais.

No entanto, é importante reconhecer que a adoção generalizada da TI na agricultura enfrenta desafios. Questões como segurança cibernética, privacidade de dados, custos de implementação e acessibilidade em áreas rurais são obstáculos que devem

ser superados. Além disso, é crucial garantir que a transformação digital beneficie todos os agricultores, incluindo pequenos proprietários e comunidades rurais.

As perspectivas futuras da integração da TI na agricultura são promissoras. Tendências como a expansão da Internet das Coisas na agricultura, a utilização da inteligência artificial, a automação agrícola avançada e a agricultura urbana e vertical estão moldando o futuro do setor. A conscientização crescente sobre a sustentabilidade e a demanda por alimentos seguros e rastreáveis estão impulsionando a adoção dessas tecnologias.

Em conclusão, a Tecnologia da Informação desempenha um papel crucial na modernização e na melhoria da agricultura. A transformação digital está tornando o setor agrícola mais eficiente, produtivo e sustentável. No entanto, é importante que os governos, empresas e comunidades rurais trabalhem juntos para superar os desafios e garantir que todos os agricultores possam aproveitar os benefícios dessa revolução tecnológica. A TI na agricultura não é apenas uma opção; é uma necessidade para enfrentar os desafios globais de produção de alimentos e sustentabilidade ambiental no século XXI.

Referências

ANDERSON, K.; GAST, R. Small unmanned aerial vehicles in agriculture: A review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 144, p. 73-81, 2017.

BASSO, B.; RITCHIE, J. T. Impact of precision agriculture on sustainability of cropping systems. In: STAFFORD, J. V. (Ed.). ***Precision Agriculture '05***. Wageningen: Wageningen Academic Publishers, 2005. p. 479-494.

BENNETT, D. R. et al. Integration of advanced agricultural technologies and data into production systems and supply chains. ***Agricultural Systems***, v. 159, p. 270-274, 2018.

BRAMBILA-MACIAS, J. et al. Big Data and the well-being of smallholder farmers: Evidence from Colombia. ***World Development***, v. 87, p. 112-124, 2016.

BRYCESON, D. F. The scramble in Africa: Reorienting rural livelihoods. ***World Development***, v. 30, n. 5, p. 725-739, 2002.

DONG, B. et al. A review on the application of deep learning in precision agriculture. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 165, p. 104943, 2019.

ESTRADA, R. et al. Internet of Things in agriculture: A systematic literature review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 147, p. 70-90, 2019.

FAO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA). AQUASTAT database. Disponível em: http://www.fao.org/nr/water/aquastat/main/index.stm. Acesso em: 20 nov. 2024.

GARCÍA, L. C. et al. Autonomous agricultural vehicles: A review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 163, p. 104850, 2019.

GEBBERS, R.; ADAMCHUK, V. I. Precision agriculture and food security. ***Science***, v. 327, n. 5967, p. 828-831, 2010.

GODFRAY, H. C. J. et al. Food security: The challenge of feeding 9 billion people. ***Science***, v. 327, n. 5967, p. 812-818, 2010.

GOMES, D. F. et al. Data analytics for precision agriculture: A comprehensive review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 157, p. 436-453, 2019.

GÓMEZ-BARBERO, M. et al. The future of digital agriculture: Lessons from a 10-year exploratory study. ***Land Use Policy***, v. 87, p. 104067, 2019.

GÓMEZ-CASERO, M. T. et al. Food traceability: New trends and recent advances. A review. ***Food Control***, v. 86, p. 77-89, 2018.

HUANG, X. et al. Artificial intelligence in agriculture: Challenges and opportunities. ***Precision Agriculture***, v. 21, n. 6, p. 2353-2369, 2020.

HUNT, E. R. et al. Acquisition of NIR-green-blue digital photographs from unmanned aircraft for crop monitoring. ***Remote Sensing***, v. 2, n. 1, p. 290-305, 2010.

JHA, S.; GOEL, P.; SHUKLA, P. K. Internet of Things (IoT) in Agriculture: Challenges and Implementation. ***In***: *2*018 2nd International Conference on Communication and Electronics Systems (ICCES). IEEE, 2018. p. 441-445.

KAMILARIS, A.; FONTS, A.; PRENAFETA-BOLDÚ, F. X. The rise of blockchain technology in agriculture and food supply chains. ***Trends in Food Science & Technology***, v. 91, p. 640-652, 2017.

LINHARES, P. C. F.; DA COSTA, A. F. S.; TEIXEIRA, M. G. The Internet of Things in agriculture: A systematic literature review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 147, p. 70-90, 2018.

LÓPEZ-GRANADOS, F. et al. Early season weed mapping in sunflower using UAV technology: Variability of herbicide treatment maps against weed thresholds. ***Precision Agriculture***, v. 17, n. 2, p. 183-199, 2016.

LOWENBERG-DEBOER, J. et al. Precision agriculture in North American row crops. ***International Journal of Agricultural and Biological Engineering***, v. 7, n. 3, p. 1-9, 2014.

MARINHA, P. et al. Information, market access, and willingness to adopt: The case of precision agriculture technologies in Kenya. ***Food Policy***, v. 75, p. 22-35, 2018.

MIHA, S. J. et al. A review of blockchain applications in the agri-food supply chain. ***Sustainability***, v. 12, n. 21, p. 8755, 2020.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). World Population Prospects 2019. Disponível em: https://population.un.org/wpp/. Acesso em: 20 nov. 2024.

PORTER, J. R. et al. Food security and food production systems. ***In***: FIELD, C. B. et al. (Eds.). Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. IPCC, 2014. p. 485-533.

SINGH, R. et al. Internet of things (IoT) applications for agriculture: A systematic review. ***Computers and Electronics in Agriculture***, v. 158, p. 92-106, 2017.

YIN, X.; BLANKE, M.; ZHANG, T. Q. Agro-food big data platform: A new paradigm. ***Acta Agriculturae Scandinavica, Section B—Soil & Plant Science***, v. 66, n. 2, p. 167-173, 2016.

Políticas públicas no contexto da pesca artesanal em Pernambuco, Brasil

Public policies in the context of artisanal fishing in Pernambuco, Brazil

Políticas públicas en el contexto de la pesca artesanal en Pernambuco, Brasil

Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira[1]
Weruska de Melo Costa[2]

Resumo

FERREIRA, B. M. P.; COSTA, W. de M. Políticas públicas no contexto da pesca artesanal em Pernambuco, Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 209-234, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2362

O trabalho descreveu a pesca artesanal e suas políticas públicas no Estado de Pernambuco, Brasil, iniciando com o contexto histórico da governança nacional, que culminou com a criação, a partir da demanda dos movimentos sociais, da Secretaria de Pesca Artesanal no recente Ministério da Pesca e Aquicultura. Pernambuco, por outro lado, apesar de ser um estado que se destacou em políticas públicas na pesca, atualmente tem a principal política que promove a participação por meio do Comitê deliberativo ameaçada, visto a inatividade do Comitê. O artigo também mostra como cinco Diagnósticos da Pesca Artesanal realizados ao longo do tempo indicaram as mudanças ocorridas nos últimos trinta anos.

Palavras-chave: Pescadores. Descentralização. Comunidades tradicionais. Governança.

Abstract

FERREIRA, B. M. P.; COSTA, W. de M. Public policies in the context of artisanal fishing in Pernambuco, Brazil. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 209-234, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2362

The paper describes artisanal fishing and its public policies in the state of Pernambuco, Brazil, starting with the historical context of national governance, which culminated in the creation of the Secretariat of Artisanal Fishing within the newly established Ministry of Fisheries and Aquaculture, a result of demands from social movements. Pernambuco, despite being a state recognized for its advances in public policies related to fishing, currently faces challenges as its main participatory policy, promoted through the deliberative Committee, is under threat due to the Committee's inactivity.

1 Dra em Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco (2016); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará (2000); atualmente pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: beatriz.mesquita@fundaj.gov.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6199-4262

2 Dra em Engenharia para Aquicultura, Universidade Federal de Santa Catarina (2012); Docente na Universidade Federal Rural de Pernambuco. Email: weruska.melo@ufrpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0272-5999

The paper also highlights how five Artisanal Fishing Assessments conducted over time have indicated the changes that have occurred in the past thirty years.

Keywords: Artisanal fishers. Decentralization. Traditional communities. Governance.

Resumen

FERREIRA, B. M. P.; COSTA, W. de M. Políticas públicas en el contexto de la pesca artesanal en Pernambuco, Brasil. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 209-234, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2362

El trabajo describe la pesca artesanal y sus políticas públicas en el estado de Pernambuco, comenzando con el contexto histórico de la gobernanza nacional, que culminó con la creación de la Secretaría de Pesca Artesanal dentro del recientemente establecido Ministerio de Pesca y Acuicultura, como resultado de las demandas de los movimientos sociales. Pernambuco, a pesar de ser un estado reconocido por sus avances en políticas públicas relacionadas con la pesca, enfrenta actualmente desafíos, ya que su principal política participativa, promovida a través del Comité Deliberativo, está amenazada debido a la inactividad del Comité. El trabajo también destaca cómo cinco Diagnósticos de la Pesca Artesanal realizados a lo largo del tiempo han señalado los cambios que han ocurrido en los últimos treinta años.

Palabras clave: Pescadores. Descentralización. Comunidades tradicionales. Gobernanza.

Data de submissão: 24/09/2024
Data de aceite: 25/09/2024

1. Introdução

A pesca artesanal no Brasil é uma atividade tradicional e de grande importância socioeconômica que ocorre em todas as regiões especialmente em comunidades costeiras, ribeirinhas e em regiões de lagos e rios, principalmente no Norte e Nordeste. Caracterizada como um subsetor diversificado e dinâmico, ancorada em comunidades locais, refletindo ligações culturais históricas, tradições e valores, apoiando a coesão social. Por ser realizada localmente e não atingir um amplo raio de atuação, é vulnerável aos impactos sofridos por seus territórios.

Ainda, ao discorrer sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco, não se pode deixar de contextualizar alguns elementos históricos em conexão entre o passado e o presente, pois estão intrinsecamente ligados e refletidos nas práticas atuais, o que mantém viva a memória e resiliência da pesca artesanal transmitindo saberes ancestrais que resistem às mudanças das marés e dos tempos. Caracterizou-se pelo uso de técnicas e embarcações de baixo custo, sendo uma prática familiar e comunitária, transmitida de geração em geração. Este tipo de pesca visa, em grande parte, a

subsistência e a comercialização em pequena escala, tendo uma função cultural e histórica, preservando conhecimentos tradicionais e modos de vida sustentáveis.

A sobrepesca, a poluição, as mudanças climáticas, e a intensa utilização dos territórios costeiros e marinhos imprimem ameaças crescentes tanto à produtividade, à sustentabilidade dos ecossistemas quanto ao modo de vida e territórios dos pescadores e pescadoras artesanais. Atividades como a pesca industrial, aquicultura, especulação imobiliária e turismo são desafios crescentes. Novas fronteiras econômicas como às relacionadas ao petróleo e gás e geração de energia eólica têm sido implantadas sem a devida atenção da sociedade.

Este artigo desenvolveu um retrato das políticas públicas e ações que marcaram a pesca artesanal em Pernambuco nos últimos 30 anos. Para tanto traçou-se um perfil histórico mais geral, com enfoque nas três últimas décadas a partir das experiências das autoras, de revisão bibliográfica, observação direta e participativa.

2. O Estado e a gestão histórica

A gestão da pesca no Brasil tem, historicamente, circulado entre diferentes instâncias governamentais, ora esboçando preocupações ambientais e com a sobrepesca, ora focando nas questões produtivas. Desde 1912, a responsabilidade administrativa da pesca foi transferida da Marinha para o Ministério da Agricultura, através de criações de inspetoria de pesca. Foram realizadas expedições com fins de gestão e pesquisa oceanográficas no Brasil, sendo a pioneira, sob o comando de Frederico Villar, o Cruzador José Bonifácio percorreu o litoral brasileiro (1919-1921) visando criar as colônias de pescadores, destruir aparelhos de pesca nocivos, conduzir pesquisas oceanográficas e nacionalizar da pesca (Callou, 1994).

Esta missão organizou, durante quatro anos, cerca de oitocentas colônias cooperativas, fundou cerca de mil escolas e matriculou cerca de cem mil pescadores. O objetivo dessas colônias, segundo seus idealizadores, foi criar pontos de fiscalização da pesca, vigilância da costa e de defesa nacional de fácil mobilização. O discurso foi instituído para fundar as colônias com base na defesa nacional, pois ninguém melhor do que os pescadores conheceriam os "segredos" do mar.

Com a instituição do Estado Novo, na Era Vargas, foi criada a Divisão de Caça e Pesca e o primeiro Código de Pesca, subordinando os pescadores ao Ministério da Agricultura e criando a Caixa de Crédito dos Pescadores e Armadores de Pesca, programa de crédito e primeiro estímulo econômico ao setor. A visão do decreto 221 era homogênea, não diferenciando a pesca industrial da artesanal. É justamente nesse período que Diegues (1983) cita o fortalecimento dos armadores do sul do país e considera o surgimento da pesca empresarial.

Com a Segunda Guerra Mundial, a gestão do setor voltou para o Ministério da Marinha. Seguiu-se à guerra o grande crescimento da produção pesqueira mundial (Castello, 2007). A introdução de equipamentos eletrônicos, redes e cabos de nylon, entre outras tecnologias que surgiram levaram à industrialização do setor.

Em 1946, os pescadores foram divididos em distritos de pesca e foi atribuída à Marinha a responsabilidade administrativa pela pesca, determinando a obrigatoriedade

da matrícula para os pescadores profissionais junto ao Estado. Os distritos de pesca foram considerados os embriões das atuais colônias de pescadores.

Diante da conjuntura mundial, o Governo Federal criou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe), sendo extinta a Divisão de Caça e Pesca que tinha como principal objetivo a industrialização do setor pesqueiro. Diante de uma extensa linha de costa, o governo perseguiu o objetivo de igualar a produção brasileira à de grandes países pesqueiros como os vizinhos Chile e Peru.

Um Código de Pesca (Decreto 221/1964) foi instituído, em pleno regime militar estabelecendo as normas para o exercício da atividade da pesca. Apesar de uma série de modificações posteriores, essa lei só foi reeditada em 2009, após mais de 15 anos de tramitação do projeto de lei da pesca no Congresso Nacional. O Decreto 221 não foi totalmente revogado. Atualmente, uma atualização dessa lei vem sendo discutida, principalmente pela sociedade civil, tendo sido construída uma nova proposta por um grupo representativo de lideranças da pesca artesanal de todo o país com o apoio da organização não-governamental Oceana (Canton; Zamboni; Dias, 2024).

O incentivo à industrialização do setor pesqueiro contou com instrumentos como os incentivos fiscais e a isenção de impostos. Durante 19 anos (1967-1986), tais incentivos proporcionaram o surgimento de indústrias superdimensionadas e não lucrativas, o que se refletiu num verdadeiro desastre para o país, tanto em termos econômicos, mas principalmente ambientais.

Iniciativas de utilização de instrumentos financeiros de estímulo às atividades pesqueiras foram gestadas no âmbito de convênios do governo brasileiro com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) (Abdallah e Sumaila, 2008; Azevedo e Pierri, 2014). A base de sustentação dessas políticas foi a exploração econômica dos recursos naturais, a partir da modernização das atividades da pesca e de costas para as culturas tradicionais (Callou, 2010).

A pesca artesanal foi pouco contemplada, tendo recebido poucos recursos através do Programa "Pescart". Diegues (1983) relatou que a pesca artesanal, entre 1967/1977, havia recebido somente 15% do equivalente aos fundos investidos na indústria pesqueira através de incentivos fiscais. Essas políticas ajudaram a desarticular as formas comunitárias de acesso aos recursos ao privilegiar os grupos de pescadores com maior poder nas comunidades (Azevedo, 2012). Nos anos de 1970, um fato importante foi a luta das mulheres pescadoras com vistas ao seu reconhecimento pela Sudepe, o que ocorreu em 1978 com a emissão das primeiras carteiras de pesca para mulheres. Como fruto houve a eleição da primeira mulher presidente de colônia, em Itapissuma-PE, em 1989 (Ramalho, 2008).

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi um marco, tanto para o meio ambiente, quanto para a pesca artesanal, que participou ativamente da luta pela democracia com a "constituinte da pesca" (Maneski, 2001), organizada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), articulando a busca pela autonomia política e sindical aos pescadores, culminando com o reconhecimento das colônias de pescadores como sindicatos, estabelecendo a livre associação profissional ou sindical (artigo 8), regulamentado pela

Lei 11.699 de 13 de junho de 2008 e incentivando o surgimento do primeiro movimento social de pescadores, o Monape (Fox e Callou, 2013). A CF também consolidou as políticas voltadas às questões ambientais (artigo 225), no qual o meio ambiente passou a ser considerado um bem comum e essencial à sadia qualidade de vida, determinando como responsabilidade do Poder Público "proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade".

Assim, à luz dessa nova Constituição, associada à crise dos recursos pesqueiros (Pinto, 2004) e ascensão do movimento ambientalista (Cyrino, Trigueiro, 2021), ainda em 1989, a Sudepe foi extinta e incorporada, junto a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEAVEA) e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), ao novo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). A gestão da pesca assumiu uma nova dimensão. O Ibama foi criado no período de discussão sobre desenvolvimento sustentável quando o relatório "Nosso Futuro Comum" foi produzido no âmbito das Nações Unidas, e preparava-se para a Conferência Rio-92. As políticas de fomento perderam força e foram intensificadas as políticas de ordenamento dos recursos pesqueiros. Nos seguintes 30 anos a pesca artesanal seguiu em políticas fragmentadas, mas inovadoras.

A legislação brasileira atual buscou reconhecer a importância da pesca artesanal e promover sua sustentabilidade por meio de várias políticas públicas, como o seguro-defeso (um auxílio financeiro dado aos pescadores durante o período de reprodução dos peixes), a criação de Unidades de Conservação (UC), principalmente de Reservas Extrativistas, onde os pescadores têm direitos sobre o uso dos recursos naturais e territórios e dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) (Mattos *et al*, 2022). Porém, o Estado falha em garantir e dar condições à aplicação das políticas conquistadas por essas comunidades.

No âmbito internacional, instrumentos e acordos balizaram os estados na criação de seus marcos legais: a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (1982); Código de Conduta para uma pesca responsável (1995); Plano de ação internacional para lutar contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IPOA-IUU, em inglês), e desenvolveu o Acordo sobre Medidas de Estado de Porto (PSMA, em inglês) (2001).

Apesar disso, apenas em 13 de junho de 2014, na 31.º Sessão do Comitê de Pesca (COFI) da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) com a adoção por 143 países membros, foi aprovado o primeiro marco legal internacional que trata especificamente da pesca artesanal e deve ser usado na governança da pesca e proteção de seus principais atores: os pescadores e pescadoras artesanais (Pedrosa; Lessa, 2018). As Diretrizes Voluntárias para assegurar a Pesca de Pequena Escala (PPE) sustentável no contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (Diretrizes da Pesca), tratam da sustentabilidade e desenvolvimento social na pesca artesanal, em uma perspectiva de direitos humanos (FAO, 2015). Nenhum movimento do Estado brasileiro foi realizado no sentido de internalizar essa política.

3. Os oceanos e o Direito de Propriedade

Foi a partir da constatação sobre a exaustão dos estoques pesqueiros no mundo que se iniciou a gestão sobre o direito dos mares e oceanos no âmbito das Nações Unidas.

Para garantir a segurança alimentar, a FAO reúne dados de todos os setores e busca promover a gestão sustentável da pesca. O crescimento da produção pesqueira mundial sofreu uma forte desaceleração, com taxas caindo para cerca de 1,5% a.a., em média, reduzindo-se, no biênio de 1995/1996, para apenas 0,6% (índice quase 10x inferior às décadas de 50 e 60) atingindo em 1996, a produção mundial de 87,1 milhões de toneladas (FAO, 1999). Levando em consideração este mesmo documento, até o ano de 2010, a produção de pescado por captura deveria alcançar a marca de 80 e 105 milhões de toneladas, tendo, em 2010, alcançando 79,8, em 2020 - 78,3, 2021 - 80,3 e 2022 - 79,7 milhões de toneladas respectivamente (FAO, 2024), ou seja, o alcance mundial de capturas está desacelerando e isto se deve, principalmente, ao esgotamento dos recursos pesqueiros disponíveis. Cerca de 16% dos estoques já estão sendo pescados além dos seus níveis máximos de sustentabilidade, encontrando em situação de sobrepesca, 6% foram exauridos e 3% encontram-se em processo de lenta recuperação.

Na década de 1970 o crescimento da produção pesqueira demandava atenção sobre direitos de propriedade. No Nordeste aponta-se a Guerra da Lagosta (Carvalho, 1999; Muniz, 2013) como marco desses momentos. Discussões acirradas e declarações de extensão de águas territoriais para 200 milhas realizadas unilateralmente desde a década de 1970 levaram ao estabelecimento de seu maior marco legal em 1982, com promulgação das 200 milhas de Zona Econômica Exclusiva (ZEE) realizada pela Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM), marco entre o livre acesso aos recursos e a exploração controlada pelos estados.

Segundo leis internacionais anteriores a 1982, os oceanos foram divididos em dois regimes jurídicos: o mar territorial e o oceano. Os direitos sobre o mar territorial eram totais enquanto os oceanos eram abertos a todos. A CNUDM, em 1982, estabeleceu a ZEE, compreendida entre o limite do mar territorial (12 milhas) até às 200 milhas da costa, onde cada estado é soberano. A Convenção foi ratificada pelo Brasil em 1988. Como soberano o Estado tem direito total sobre o território, mas também tem deveres, como a obrigação de conhecer os recursos existentes em sua ZEE e realizar o melhor aproveitamento desses. Na prática, se a nação não tiver capacidade de pescar os recursos existentes em sua ZEE deverá ceder o direito para outros países através de acordos internacionais de pesca.

Foram os países em desenvolvimento que iniciaram o processo de declaração das 200 milhas já na década de 1970 por meio da Declaração dos Estados Latino-Americanos sobre Direito do Mar, assinada pelo Brasil. Alguns países como o Peru e o Chile já haviam declarado unilateralmente o estabelecimento das 200 milhas em 1947 (Pedrosa, 2009).

Esse regime trouxe vantagens para o Brasil. Como projeção de seus 8.500 km de costa, seu domínio oceânico foi ampliado em mais 1/3 do território nacional. Antes da adoção das 200 milhas, centenas de barcos estrangeiros operavam na costa do país. Na bacia do Amazonas foi estimado que 400 barcos camaroneiros operavam sem gerar

qualquer tipo de benefício socioeconômico para o Brasil (Timm, 1986). Outros interesses também foram importantes, como a garantia de outras atividades como petróleo e mineração. Resguardadas as 200 milhas, segue a necessidade de ordenamento e garantia de direitos fundiários da região costeira no país.

4. Os últimos trinta anos na gestão da pesca artesanal no Brasil

Com a pesca sendo tratada pelo IBAMA e sua postura mais ambientalista, principalmente ao setor da pesca industrial, surgiram insatisfações e um movimento para que o Ministério da Agricultura a assumisse. Assim foi criado em 1995 um grupo de trabalho ligado à Presidência da República (Gespe) e em 1998 a gestão de parte dos estoques pesqueiros – aqueles denominados sub-explotados – foi transferida para um novo Departamento criado no Ministério da Agricultura Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA). Essa divisão gerou muitos conflitos entre Ministérios. As reivindicações por um órgão com maior poder político não cessaram e, na campanha das eleições presidenciais, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva prometeu a criação de um Ministério, promessa cumprida em seu discurso de posse (2003) com a criação da Secretaria Especial da Aquicultura e da Pesca (SEAP), com status de Ministério e orçamento de R$11 milhões.

Em 2009 a Seap foi transformada em Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o que elevou o *status* da atividade pesqueira e aquícola no país. Além do MPA, é importante destacar uma nova lei da pesca e suas mudanças como um marco para o setor. Além disso, a gestão foi compartilhada com o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Apesar de toda essa mudança no setor institucional, a pesca artesanal continuou a ser levada à margem, pois, se na época da Sudepe a pesca industrial era o motor do investimento e discurso político, com o MPA, a aquicultura é a grande esperança de aumento da produção brasileira e a maioria dos esforços políticos são a ela voltados, apesar do orçamento estar voltado para a pesca de captura.

Por outro lado, a pesca artesanal foi beneficiada com diversos programas que circulam em outras esferas, como O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pela Lei 11.346/2006 que reconheceu a importância da pesca artesanal e disponibilizou instrumentos de comercialização para pequenos produtores: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA (criado em 2003 no âmbito das ações do Programa "Fome Zero") e o Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros discutidos ao longo deste escrito.

Além do MPA propor o aumento do orçamento, que em 2008 foi de R$130 milhões e para 2009 foram previstos R$464 milhões, a lei criou 200 novos cargos, duplicando a quantidade de funcionários do órgão. As atribuições também foram ampliadas. A gestão pesqueira na Seap era dividida com o Ibama, o qual era responsável pelas espécies sobre explotadas ou explotadas em seu limite máximo. Com o Ministério, a gestão dessas espécies foi compartilhada entre o Ministério da Pesca e o MMA.

A ampliação dos recursos destinados à SEAP se deu de forma acelerada entre sua criação (R$11 milhões) em 2003 e a criação do MPA. É importante citar que apesar das políticas estarem voltadas para investimentos no setor, a produção de pescados

teve um aumento discreto após 2003. O país, mais uma vez, almejava aumentar sua produção e se aproximar de grandes países pesqueiros, esquecendo que os estoques são limitados e a produção não aumentará em uma relação direta com o aumento de recursos a serem investidos no setor, devido aos estoques (MMA, 2006).

A nova lei da pesca também trouxe algumas modificações importantes para a pesca artesanal ao considerar os pescadores produtores rurais, qualificando-os a acessar o crédito rural. Outra modificação foi o reconhecimento das mulheres que realizavam atividades ligadas a pesca como beneficiamento do pescado, conserto de redes, e outros, as quais tiveram os mesmos direitos que os pescadores profissionais, condição posteriormente revogada.

As Conferências Nacionais foram fortalecidas após a Constituição, entre elas a da pesca e aquicultura que aconteceram em 2003, 2006 e 2009, sendo a política abandonada com a transição de governo.

Como resultado da primeira conferência, têm-se as questões de gênero no setor pesqueiro que proporcionaram a criação da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Pernambuco teve participação ativa na Articulação. Atualmente as mulheres têm tido um papel relevante na organização dos pescadores, se tornando presidentes de colônias e federações, além de lideranças nos diversos movimentos sociais.

O descontentamento do movimento dos pescadores artesanais com as ações do MPA foi traduzido com a organização autônoma da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, paralela à III Conferência Oficial em 2009. Suas discussões geraram um documento com 142 reivindicações (MPP, 2009). Nesse documento, as UC, principalmente Reservas Extrativistas foram citadas como solução para minimizar a perda de territórios dessas comunidades tradicionais.

Visualizou-se um erro da política para a pesca artesanal na época, a qual não supriu as necessidades desta pois foi calcada majoritariamente em ações de fomento. Essas ações eram importantes, mas não resolviam um grande problema, qual seja, a defesa de seus territórios, cujos instrumentos perpassavam por outros ministérios como o do Meio Ambiente (Unidades de Conservação), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), entre outros.

Paralelamente, com a criação do MPA as interferências políticas também se elevaram, o que pôde ser visualizado na rotatividade de ministros e partidos que comandaram a pasta. Até 2015 foram 6 ministros (Canton; Zamboni; Dias, 2024). A utilização do pagamento do seguro defeso de forma política foi citada (Campos; Chaves, 2014). Canton; Zamboni; Dias (2024) mostram que entre 2008 e 2012 os recursos executados subiram de R$669 milhões para R$1,9 bilhões, levando a denúncias e auditorias.

Em 2015, devido à conjuntura política, o MPA foi extinto e a pesca voltou para o Ministério da Agricultura, passando por um período de instabilidade que não gerou resultados significativos até 2018. Poucas políticas interessantes surgem para a pesca artesanal nesse período, como a Lei de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados (Lei 13.123/2015) que trata do consentimento prévio e a participação na tomada de decisão, mostrando essa importância para a sociedade.

Em 2019, foi criada uma Secretaria no Ministério da Agricultura e o Brasil passou por um período de desmonte de políticas sociais e de participação que colocou a gestão da pesca artesanal em um processo de retrocesso no governo.

A gestão compartilhada com o MMA foi abandonada (revogado o decreto 6981) e os conselhos e comitês deixaram de existir. A participação em conselhos ficou restrita àqueles criados por Lei (Decreto 9.759/2019), como os de Unidades de Conservação. A maior prova de abandono do setor foi a alocação de orçamento, ainda mais reduzido. Canton; Zamboni; Dias (2024) citam que o ordenamento, monitoramento e controle da pesca recebeu uma média de R$2 milhões/ano entre 2020 e 2022.

Em 2023, com a eleição do governo Lula, o MPA foi recriado com gestão compartilhada ao MMA (Decreto 11.352/2023), a partir de um trabalho de transição realizado com a participação dos movimentos sociais da pesca, apesar de seu pequeno orçamento de R$188,76 milhões (Canton; Zamboni; Dias, 2024). O estudo cita ainda a baixa execução orçamentária de 2023, em média 23%, porém com recursos empenhados na ordem de 99,73% a partir de ações descentralizadas para órgãos e Universidades.

Uma nova secretaria de pesca artesanal (SNPA) foi criada cujo programa "Povos da Pesca Artesanal" articulou uma série de políticas, que junto à Secretaria nacional de registro, monitoramento e pesquisa (SERMOP) e à Secretaria Nacional de Aquicultura (SNA) estão a gerir as atividades pesqueiras e aquícolas do Brasil atualmente.

O programa da pesca artesanal (MPA, 2023) tem sete diferentes ações, a serem executadas em conjunto por quatro pastas, com a coordenação do Ministério da Pesca e Aquicultura: 1) Construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal; 2) Condições de trabalho dos pescadores e pescadoras no Brasil, a partir de um acordo de cooperação com o Ministério Público do Trabalho; 3) Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal - PIBIC Jr, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundações de Pesquisa estaduais; 4) Culturas Pesqueiras Artesanais do Brasil, com o Ministério da Cultura; 5) Boa Maré com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) de inclusão socioprodutiva, a segurança alimentar e nutricional; 6) Dos Territórios Pesqueiros Artesanais para a sua mesa, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) que promoveu a inclusão produtiva e sanitária, a assistência técnica e extensão, o acesso ao crédito, a qualificação e profissionalização, a educação do campo, a pesquisa e a regularização fundiária e o acesso à terra e ao território para os pescadores e pescadoras artesanais e aquicultores familiares; e 7) Pescado Artesanal Abastecendo o País Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que promoveu a inclusão produtiva e sanitária da pesca artesanal. A maioria dessas ações foi planejada para serem executadas a partir de Convênios e Termos de Execução Descentralizada (TED), principalmente com Universidades Federais ao longo do país. Especificamente centradas em Pernambuco, em 2023. Foram organizadas na Tabela 1 a partir dos Convênios e TED elaborados entre as partes.

Essas ações não refletem especificamente questões do Estado de Pernambuco pois se estendem a mais estados. Diversos programas serão realizados em vários estados

vizinhos ou mesmo na esfera nacional como o maior TED realizado pelo MPA em 2023 que visa levantar dados da pesca de atuns e afins em todo o país (R$12.595.691,28). Além disso, o desembolso também se diferencia nas ações, desde únicos e já realizados em 2023 e início de 2024 até o dos atuns e afins que desembolsarão recursos até 2026.

A Tabela 2 mostra o total conveniado dividido nas competências das diversas secretarias indicando que a SNPA foi a segunda a empenhar recursos. É importante notar também que a maioria dos instrumentos foi firmado já no final do ano de 2023 e os resultados se estenderão para outros anos. Ainda cabe destacar que as ações da SERMOP beneficiam tanto a pesca artesanal quanto industrial. A coleta de dados e o Registro Geral da Pesca (RGP) são realizados para ambas as modalidades, tornando difícil separar as ações para a pesca artesanal. Também é difícil olhar para a Tabela 1 e induzir uma linha de ação planejada, são ações pontuais. Mais ainda se considerarmos que a Construção PNPAart (TED 92) ainda se encontra em andamento e seus resultados só serão visualizados provavelmente em meados de 2025.

Tabela 1: Convênios e TED celebrados entre o Ministério da Pesca (MPA) e instituições públicas no Estado de Pernambuco

Número do instrumento	Secretaria	Objetivo da Proposta	Instrumento	Instituição Parceira	Valor (R$)	Vigência/ Período desembolso	Processo
483456	SERMOP	Apoiar os projetos de desenvolvimento da pesca de atuns e afins no brasil	Convênio	Fadurpe	300.000,00	12/9/2023 a 16/6/2024	21000002987200300
948581	SNPA	Programa Jovem Cientista da Pesca Artesanal, supervisão de professores do Ensino Médio da rede pública e das universidades.	Convênio	Facepe	271.600,00	28/12/2023 a 28/12/2025	350004377202362
950780	SNPA	Fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal em Pernambuco, por meio da aquisição de equipamentos e adequações estruturais	Convênio	Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agr., Pec e Pesca/PE	1.000.000,00	30/12/2023 a 30/12/2025	350010614202324
954440	SNPA	Melhoria da Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal da Ilha de Deus no Recife/PE	Convênio	Município do Recife	471.455,45	28/12/2023 a 28/5/2023	350012583202346
954077	SNA	Aquisição de equipamentos e custeio para a reestruturação da Estação de Produção de Formas Jovens de Organismos Aquáticos.	Convênio	IPA	2.000.000,00	31/12/2023 a 31/12/2025	350010802202352
955243	SNA	Aquisição de equipamentos/ custeio (re) estruturação da aquicultura familiar e agroecológica em assentamentos de Reforma Agrária	Convênio	IPA	5.000.000,00	31/12/2023 a 31/12/2025	350010910202325
s/n	SNPA	Seminário/ exposição fotográfica da cultural material da pesca artesanal	TED	FUNDAJ	120.000,00	10/2023	350006117202321

s/n	SERMOP	Força-tarefa Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP)	TED	UFRPE	174.236,40	09/2023	350005941202364
12	SNPA	Extensão, Assistência técnica e compra de pescados -Restaurante Universitário	TED	UFRPE	367.840,00	11/2023	350005670202347
14	SERMOP	Coleta de dados da pesca de atuns e afins em todo o país, administrada pela UFRPE.	TED	UFRPE	12.595.691,28	11/2023; 04/2024; 04/2025; 04/2026	350006325202321
27	SERMOP	Construção de Estatística para a Pesca Artesanal e Industrial PB/PE/AL	TED	UFRPE	6.987.156,77	12/2023; 11/2024; 11/2025	350007448202389
35	SNPA	Ações educacionais de capacitação sobre novos meios de comunicação social para pescadores(as)	TED	UFPE	400.000,00	11/2023; 11/2024	350008239202352
49	SNA	Implantação de Aquicultura Multitrófica	TED	UFPE	700.000,00	11/2023;	350008902202319
67	SNPA	Formação/ ação em saúde e ambiente BA/PB/PE/CE	TED	Fiocruz	1.000.000,00	12/2023; 03/2024	350008606202318
74	SNA	Núcleo de Aquicultura e Pesca na UAST	TED	UFRPE	500.000,00	12/2023;	350009864202311
78	SNPA	Políticas Públicas de proteção em comunidades de PE/AL/SE/BA - desastre do petróleo	TED	UFPE	2.100.000,00	12/2023; 03/2024; 08/2024	350003241202335
92	SNPA	Construção do Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPAart)	TED	UFPE	4.238.646,40	12/2023; 02/2024	350012081202315

Fonte: Portal da Transparência (2024)

Tabela 2: Total por competência das três Secretarias Finalísticas do Ministério da Pesca e Aquicultura

Secretaria	Total (R$)
SERMOP	20.057.084,45
SNPA	9.969.541,85
SNA	8.200.000,00
Total	38.226.626,30

Fonte: Calculado pelas autoras a partir dos dados do Portal da Transparência (2024)

5. Pernambuco e políticas públicas para a pesca

O litoral de Pernambuco possui 187 km de extensão e ocupa 2,3% de todo o litoral brasileiro. Abriga em suas 14 zonas estuarinas um ecossistema produtivo aos quais estão associadas inúmeras espécies. Estas fábricas naturais de alimentos são responsáveis por mais de 60% do pescado estadual e se destacam por gerar alternativa de renda para milhares de pessoas, que encontram no manguezal e na plataforma continental fontes importantes de alimento (Lira *et al*, 2010).

Em Pernambuco, a pesca artesanal representou a totalidade da produção que, em 2009, somou 15.019t., segundo a estatística oficial do antigo MPA (MPA, 2023). Esta produção colocou Pernambuco como décimo produtor nacional de pescado e o quinto no Nordeste. Desde 2006, com a paralisação da estatística pesqueira Estatpesca, programa de coleta de dados realizado pelo Ibama (Fundação Prozee, 2008) não se sabe quanto se pesca nos municípios de Pernambuco por conta da inércia do país em realizar estatística pesqueira. Em número de pescadores(as) cadastrados, Pernambuco era o estado do Nordeste que possuía menos profissionais (14.452 em 2009), atualmente mostrando um crescimento em pescadores(as) registrados no MPA para 20.853 em 2024, sendo 10.922 marítimos (consulta em setembro) cadastrados no RGP (Figura 1).

Pernambuco está inserido entre as zonas costeiras mais densamente povoadas no país. A estreita faixa costeira facilita o processo de urbanização do litoral, provocando sérias consequências socioambientais. A pressão sobre os ecossistemas se torna ainda maior e é causada por: especulação imobiliária, poluição urbana, poluição industrial, turismo desordenado, pressão populacional, entre outros (Ramalho, 2008; Lira *et al*., 2010).

Diversos estudos foram realizados no estado visando realizar diagnósticos sobre os sistemas pesqueiros do estado. A Tabela 1 mostra as principais variáveis dos estudos de Barros *et al* (2001), Lessa *et al* (2006), Lira *et al*, 2010) e Semas (2022)[3]. Ao longo do tempo mostram algumas tendências como o aumento do cadastro de mulheres pescadoras e da participação além das mulheres também dos pescadores nas

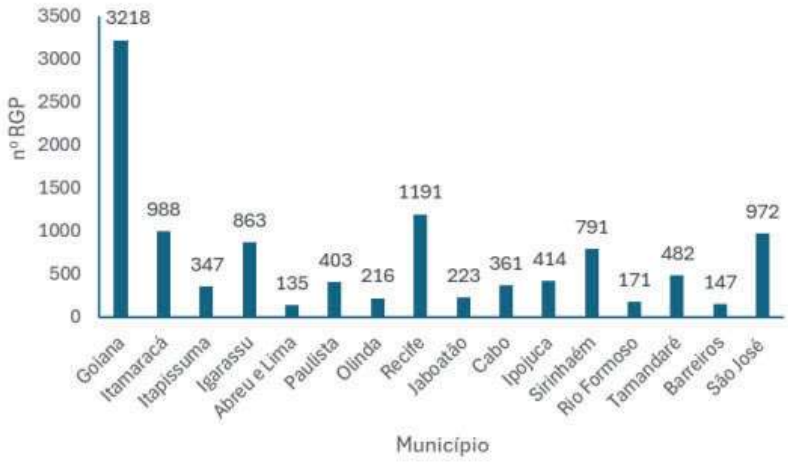
3 Comunicação oral realizada pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (Semas) durante a 12ª Reunião do Comitê de Pesca Artesanal, 2022.

colônias de pescadores. A maior visibilidade das mulheres ao longo dos últimos trinta anos é uma realidade e acompanha uma tendência não só da pesca.

Além disso, houve instabilidade quanto ao número de pessoas registradas como pescador no Governo Federal, mostrando que o registro passou por dificuldades de gestão. A importância do registro se deve a necessidade de avaliação e ordenamento do uso dos recursos pesqueiros e para a entrega de políticas de cunho social, como a seguridade especial (INSS). Ao mesmo tempo, as pressões de cunho político e a atratividade de ingresso por pessoas de fora da pesca (Campos; Chaves, 2014) levam a mudanças constantes no protocolo e judicialização.

Outra mudança importante foi o aumento da escolarização, principalmente no cadastro realizado pela Secretaria de Meio Ambiente (Semas) (Semas, 2022) que registrou 22,89% de pessoas com o ensino médio completo. Importante para o setor, segundo os diagnósticos avaliados também é a quantidade de pescadores desembarcados, o que mostra que a região estuarina é o principal local de trabalho dessas pessoas, o que já se desdobra para a importância da poluição e conflitos nesses territórios, quando aproximadamente 50% dos entrevistados citaram a poluição das águas como o principal problema que eles enfrentam.

Figura 1: Número de pescadores cadastrados no Ministério da Pesca por município costeiro em Pernambuco



Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).[4]

A história recente da relação do governo de Pernambuco com a pesca mostra uma ação mais forte do governo estadual na década de 1990, onde alguns grandes projetos foram implementados como o Projeto Prorenda que realizou ações de capacitação e organização das comunidades, com a parceria da agência alemã de cooperação

4 https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira. Acesso em:17/9/2024

(GTZ); além de uma série de financiamentos (a maioria a fundo perdido com recursos do Banco Mundial) para equipar colônias e associações de pescadores (Prorural).

Há mais de vinte anos o governo do estado, em parceria com o Banco Mundial desenvolveu o Programa, hoje chamado de Novo Prorural, por meio do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR). O objetivo do Programa Prorural é o financiamento dos pequenos produtores. Utiliza os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural como instâncias consultivas e participativas.

No final dessa década, os Projetos do Banco do Nordeste (BNB) (1996) financiaram barcos a motor, estruturas de refrigeração, de beneficiamento e transporte para grande parte das colônias de pescadores de Pernambuco, com o apoio do governo do Estado. Esses projetos, na maioria superdimensionados, deixaram um passivo financeiro e moral que até hoje não foi absorvido pelas instituições de crédito.

Tabela 3: Caracterização dos pescadores(as) artesanais em Pernambuco entre os anos de 2000 e 2020

Variáveis	Barros et al (2001)	Lessa et al (2006)	Lira et al (2010)	Semas (2020)
nº de entrevistados	372	341	5077	12591
% mulheres	SR	24,90%	33,3%(5077)	49,37% (12591)
Idade média (anos)	40	38	38	SR
Faixa de idade com maior percentual de pescadores	SR	37 a 47-28,7%	SR	30 a 60-59,35% (9040)
Tempo médio de profissão (anos)	23	SR	20	SR
Média de dias trabalhados por semana (dias)	SR	SR	4,5	SR
Nunca participaram de pesquisa semelhante	SR	SR	89,7%(5077)	SR
Escolaridade				
Nunca foram a escola	25%	90%	SR	SR
Escreve o nome	5%		13,8%(5011)	SR
Ensino fundamental incompleto	55%		21,6%(5011)	26,54% (9809)
Ensino fundamental 1 completo	SR	SR	43,4%(5011)	10,99% (9809)
Ensino fundamental 2 completo	14%	SR	6,5%(5011)	22,89%(9809)
Ensino médio completo ou mais	3%	SR	8,3%(5011)	22,4%(9809)

Registro com carteira de pescador	57%	56,10%	24,3%(5077)	75,99%(9809)
Registrado em colônia de pescadores	50%	53,80%	84%(5077)	77,93%(9809)
Número de filiados nas colônias/ass	SR	11.926	SR	SR
Recebe benefício de Programas Sociais/Defeso	SR	37,0%	56,3%(5077)	SR
Só trabalha na pesca	SR	66,5%	69%	98%(9835)
Pesca desembarcado	SR	SR	36,3%(5048)	74,92%(10162)
Renda				
<= 1 SM	31%	67,8%	50,7%(4818)	SR
entre 1 e 2 SM	41%	23,10%	33,8%(4818)	SR
> 2 SM	28%	9,40%	10,4%(4818)	SR
Renda melhorou nos últimos 5 anos?	22%	SR	SR	SR
Tem outra fonte de renda além da pesca	SR	SR	30,33%(4818)	SR
Principal problema ambiental				
poluição das águas	SR	58,80%	47,77%(3820)	SR

Fonte: Barros *et al* (2001), Lessa *et al* (2006), Lira *et al*, 2010) e Semas (2022).

Entre 1996 e 1997, o BNB financiou embarcações e materiais de pesca para 12 indivíduos por colônia ou associação de pescadores em Pernambuco, beneficiando um total de 10 instituições. O valor médio de financiamento para cada entidade foi de R$400.000,00. Além das embarcações, financiou aparelhos de navegação, equipamentos de armazenagem e veículos (Barros *et al*, 2001).

Em termos de participação social, existiu um fórum de pesca de Pernambuco que congregava governo, pesquisadores, ONGs e lideranças do setor pesqueiro para discutir e influenciar as políticas públicas.

Criado em 1968 e centralizado em Olinda, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) da Igreja Católica tem forte atuação e mediação no estado (Callou, 1986; Fox; Callou, 2013; Ramalho; Santos, 2020) desde o final da década de 1960. Após a Constituição Federal de 1988, na qual organizou a Constituinte da Pesca (Callou, 2010), fortalecendo as colônias de pescadores (equiparadas a sindicatos) e proporcionando o fortalecimento dos movimentos sociais da pesca, também focou em questões ambientais, participando ativamente da criação de Unidades de Conservação de uso sustentável como as Resex, até os dias de hoje. O CPP realiza um trabalho de capacitação de lideranças e assessoria ao longo do país.

O Centro Josué de Castro teve importante papel de assessoria aos pescadores desde 1979 até final da década de 1990, quando realizou capacitações e promoveu intercâmbio e troca de experiências com outros núcleos do Brasil e da América Latina. Também inseriu o conceito de segurança alimentar na pesca artesanal nas discussões estaduais e posteriormente foi membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

Na década seguinte, durante o governo Jarbas Vasconcelos (1999-2006), as políticas para a pesca foram esquecidas, o fórum de pesca, organizado pela Secretaria de Agricultura foi extinto e o setor passou por um período de estagnação com o sucateamento das estruturas antes financiadas pelo BNB. Apenas a ação do Prorural teve continuidade de forma menos expressiva.

Com a mudança da conjuntura no Governo Federal ocorrida após a implantação do DPA (1998) e posterior SEAP/PR (2003) o estado respondeu à demanda social na segunda metade da década de 2000 e algumas ações começaram a ser discutidas. Apesar disso, o fórum de discussão não foi reativado e os pescadores não foram consultados quando da implantação da nova instância de participação: o Conselho Estadual de Pesca e Aquicultura.

Até 2007 o governo de Pernambuco vinha tendo um comportamento passivo em relação à pesca artesanal, além da reação contrária à implantação da Resex Acaú-Goiana, ação do Governo Federal para atender a demandas de mais de uma década dos pescadores. A criação de Reservas extrativistas foi um movimento que teve seu início já em 1998 na região do Canal de Santa Cruz, com o apoio do CPP.

Aliás, o litoral do Estado tem várias UC que podem ser consideradas essenciais para a sustentabilidade da pesca artesanal (Diegues, 2008). Essas iniciativas se justificam diante da pressão econômica existente no estado, que no litoral sul é focada no turismo e em atividades portuárias e nas indústrias e cana-de-açúcar no litoral Norte.

A área marinha federal mais antiga no estado é a Área de Proteção Marinha (APA) Costa dos Corais (APACC), criada por Decreto Federal em 1997, abrangendo uma área de 413.563 hectares, que se estende de Tamandaré (litoral sul de Pernambuco) até a porção norte da capital de Alagoas, maior UC costeira do país. A APACC foi criada exclusivamente em áreas públicas classificadas como "Patrimônio da União" e em "Áreas de Preservação Permanente", abrangendo ambientes marinhos e estuarinos. A APA Costa dos Corais apesar de ter tido seu conselho consultivo formado em 2011, possui uma histórica gestão de proteção à biodiversidade, principalmente em relação a uma experiência de exclusão de pesca e turismo.

Contígua a APACC encontram-se as APAs estaduais de Guadalupe e a APA de Sirinhaém. Inserido nessas APA encontra-se o Parque Natural Municipal do Forte de Tamandaré (PNMFT), criado em 2003 como compensação aos impactos ambientais causados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

Ainda no litoral Sul existem duas Reservas Extrativistas em processo de criação: i) a Resex do rio Sirinhaém que, além do município de Sirinhaém, engloba áreas do município de Ipojuca. Esta Resex foi solicitada pelos pescadores e todo o trâmite de criação foi finalizado em 2009, ficando pendente sua criação por decreto; ii) Resex

do Rio Formoso, foi demandada por pescadores artesanais, mas ainda em processo de criação (Ribeiro, 2015).

No litoral Norte do estado está a Resex Acaú-Goiana, criada em 2007, englobando dois municípios da Paraíba, além de Goiana em Pernambuco. A Resex possui Conselho Deliberativo formado de ações que são realizadas pelo ICMBio e seus parceiros (Silveira *et al*., 2013). No litoral Norte existiu ainda um processo de solicitação da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Canal de Santa Cruz que não foi levada adiante pelo Governo Federal. Em outubro de 2008, o governo estadual criou a APA de Santa Cruz, nos municípios de Itamaracá, Itapissuma e Goiana, concomitante criou conselho consultivo e plano de manejo.

Na extensão pesqueira, o Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA) é o órgão responsável pelo Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de Pernambuco. Promove ações de crédito, educação profissional, técnicas de produção, organização e comercialização. No que se refere ao fomento da produção da pesca artesanal, até o presente, as ações do governo que têm tido mais repercussão estão relacionadas com a abertura de novas linhas de crédito e financiamento. O IPA conta com unidades em todos os Municípios litorâneos do estado de Pernambuco, exceto Olinda que é atendida pelo escritório de Recife. O litoral pernambucano é atendido por cinco engenheiros de pesca (contratados também na década de 2000), além de outros profissionais. Foi avaliado pelo IPA (Silveira *et al*, 2010) que os produtores preferem elaborar projetos com os técnicos do IPA devido ao acompanhamento posterior e a segurança de que o IPA estará sempre presente em caso de necessidade.

Os movimentos sociais da pesca em Pernambuco têm uma importância histórica. No estado nasceu a partir do CPP com sua luta em favor dos direitos dos pescadores, descrita por Ramalho (2020) movimentos estaduais ligados aos nacionais: o Movimento Nacional dos pescadores (Monape) (Callou, 2010), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) (Fox; Callou, 2013), o Movimento dos Pescadores e Pescadoras (MPP). Esse último articulou uma Campanha pelos Territórios da Pesca propondo um Projeto de Lei de iniciativa popular (Pierri; Azevedo; Mesquita, 2012) que foi posteriormente submetido por um parlamentar e está tramitando como PL 131/2000.

No estado também se observou uma série de impactos ambientais e resistência da sociedade. Por exemplo, a poluição das usinas de cana-de-açúcar, desde 1965, denunciada pelos pescadores(as), cujo momento mais grave foi o despejo, em 1983, de 3 milhões de litros de vinhoto no rio Pirapama, mobilizando a sociedade (Callou, 2010).

Em 2007 ocorreu uma barqueata e a criação do Movimento dos Pescadores de Pernambuco – MOPEPE. A barqueata foi uma iniciativa de algumas organizações e ONGs na Região Metropolitana do Recife que levou resíduos sólidos, coletados por pescadores e ativistas ambientais no rio Capibaribe, ao Palácio do Governador. Neste dia os pescadores foram recebidos e suas demandas aceitas para discussão no governo. O Governo de Pernambuco reagiu com o financiamento de um Diagnóstico elaborado pelo Instituto Oceanário junto à UFRPE (Lira *et al*, 2010), além de outras ações. Esses dados mostram, em especial, a importância da pesca urbana para o estado de Pernambuco (Pedrosa; Lira; Santiago, 2013).

Nesse mesmo movimento criou-se em 2009 um Conselho de Pesca e Aquicultura (Decreto no 32.966 de 29/1/2009) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico cujo representante da classe foi o presidente da Federação dos Pescadores. Faziam parte do Conselho 9 instituições de governo estadual, 1 federal, 1 instituição de pesquisa e 7 associações de classe. O Conselho era consultivo e não paritário. Outros atores da pesca artesanal se faziam presentes nas reuniões. Porém, com o aumento das demandas, o governo parou de realizar as reuniões do Conselho. Em 2009 só houve 2 reuniões e mais 2 em 2010. Não existia a participação de ONG, o único conselheiro da pesca artesanal era a Federação dos Pescadores, mostrando um completo direcionamento em prol da aquicultura. Esse direcionamento foi explicado pela motivação da criação do conselho. O Conselho foi criado por uma demanda dos piscicultores da região do rio São Francisco, foi encampado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico justamente por tratar da aquicultura. O presidente do Conselho, ao ser questionado em reunião sobre a representatividade da pesca artesanal, citou que provavelmente esse Conselho deveria estar na Secretaria da Agricultura.

Foi elaborado um Plano Estratégico da Cadeia de Aquicultura e Pesca de Pernambuco (2009-2013) que tinha uma série de metas, entre elas a de aumentar em 150% a produção de pescado do Estado. O Plano tinha um custo total de implementação de R$1,8 milhões. Dentre as ações prioritárias do Plano constavam todas as ações do Governo Federal para a pesca, além de outras como a realização de vários diagnósticos e consultorias, campanhas publicitárias e formas de levantar resultados de pesquisas e transferi-las para os produtores. A maioria das ações foram voltadas para a aquicultura.

As poucas ações voltadas para a pesca artesanal eram resultado do processo de formação do Conselho, da prioridade da Secretaria que abriga o mesmo e da baixa representatividade da pesca artesanal (1 conselheiro). Apesar de existir o mérito pela criação do Conselho este foi desvirtuado do setor da pesca artesanal.

Em outro sentido, o acesso aos dados quantitativos de Lira *et al*, 2010 foram democratizados e algumas instituições incentivadas a partir da publicidade destes dados. Neste âmbito, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), contando com seus diversos pesquisadores em ciências humanas e marinhas, passou a visualizar melhor as comunidades, aumentando o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa e extensão. A partir do aumento do conhecimento das colônias e suas lideranças, foram realizadas visitas em comunidades e pôde-se incluir a melhoria da renda das mulheres pescadoras que atuam na região.

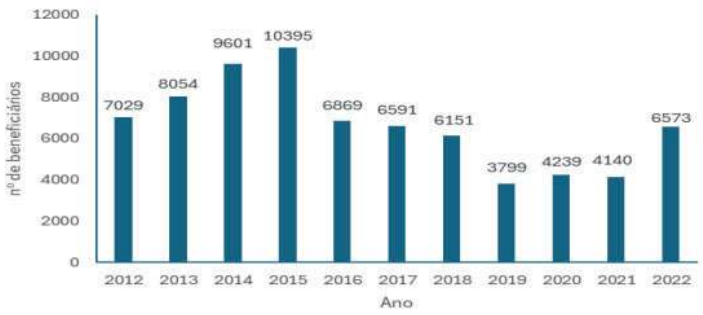
Por exemplo, um dos trabalhos de extensão da UFRPE aprovado para melhoria de renda das pescadoras foi com relação a gestão de resíduos sólidos da pesca e artesanato com escamas e conchas os quais tiveram início em 2011 a partir de um projeto voltado para águas interiores em Serra Talhada, onde foi desenvolvido um protocolo para utilização dos resíduos pesqueiros garantindo a geração de renda nos períodos de seca nos açudes e logo se tornaram abrangentes para as colônias de pescadores das áreas costeiras atuando em Igarassu (Z20 - 2015), São José da Coroa Grande (Z9 – 2016), Sirinhaém (Z6 - 2017), Pina (Z1 - 2022) e Paulista (Z2 - 2024). Os trabalhos de extensão também foram desenvolvidos com foco em resíduos da pesca e da preocupação

ambiental com áreas de grande deposição de conchas e escamas de peixes, uma vez que os períodos de defeso estipulados não permitiam pesca e as mulheres sofriam por não terem renda extra (Costa *et al*, 2018; Vidal-Campello, 2021).

Destacam-se outras pesquisas com trabalhos de extensão voltados às pescadoras artesanais como o #Educaestuários: Soluções sustentáveis para educação socioambiental (2019 - 2020); Do caos à lama: dialogando saberes socioambientais e o impacto do óleo no litoral pernambucano (2020); Perspectivas de educação ambiental com mulheres marisqueiras (2021 - 2022); REMARtec: Tecnologia social com reuso de resíduos da mariscagem de forma sustentável (2019–2024). Todos estes trabalhos foram inseridos dentro do cenário de sustentabilidade ambiental, da revalorização dos arranjos produtivos locais e aos resíduos provenientes do pescado, valorizando o conhecimento tradicional das marisqueiras, troca de saberes através das informações sobre direitos, consequências da exposição, percepções dos impactos e perdas advindas da contaminação, assim como apontar caminhos para mitigação do desastre ambiental (Guilherme *et al*, 2021; Silva, 2022; Cidreira-Neto 2023), além de trabalhos sobre ideologia de gênero, feminismo, saúde coletiva e bem estar mental.

Em 2011, a Secretaria de Meio Ambiente publicou em seu boletim informativo a criação de um Programa Estadual da Pesca Artesanal. Em 2012 teve início o Programa Chapéu de Palha – Pesca Artesanal (instituído pela Lei 14.492/2011 e regulamentado pelo Decreto 38.541/2012), programa de assistência social, que já beneficiava trabalhadores da cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada, ambas atividades que não empregam na entressafra. Durante quatro meses no inverno, os pescadores(as) cadastrados recebem uma bolsa que complementa o programa federal Bolsa Família e precisam frequentar cursos profissionalizantes. A Figura 2 mostra o número de trabalhadores beneficiados até 2022. Esse Programa é um exemplo positivo de política de assistência social que parece ter entrado em uma nova dinâmica depois da Pandemia pela Covid-19. Em 2023 foi ampliado, tanto em número de beneficiários quanto em mais uma parcela mensal.

Figura 2: Número de beneficiários do Programa Chapéu de Palha da pesca artesanal em Pernambuco



Fonte: Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento regional (2024). [5]

5 Disponível em https://www.seplag.pe.gov.br/49-projetos-especiais/51-chapeu-de-palha

Em 2015, após um processo de consulta realizado com os pescadores artesanais foi publicada a Política da Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco (Lei Nº 15590/2015 regulamentada pelo Decreto 45.396/2017). Junto com ela surgiu um Comitê Deliberativo de Pesca Artesanal (CGPESCA), que passou a se reunir e discutir a pesca artesanal no Estado. Este Comitê foi formado por diversos representantes do setor e atuante até a Pandemia pela Covid-19, quando foi desarticulado pela Semas. O Comitê realizou 12 reuniões, em quatro anos, até paralisar suas atividades por falta de reuniões em 2022, na esteira de novas eleições.

Em 2019 o Brasil viveu o seu pior desastre com petróleo na costa (Ferreira *et al*, 2022), principalmente do Nordeste, sendo Pernambuco um dos estados mais afetados (litoral Sul). A Secretaria de Meio Ambiente e o CGPESCA tiveram um papel importante na articulação e comunicação entre os diversos atores que se juntaram para enfrentar o problema, sendo os pescadores os principais protagonistas no combate ainda no mar. Posteriormente, a Semas foi responsável, com o apoio das colônias de pescadores e do CGPESCA como uma instância de decisão, pela elaboração do Cadastro de pescadores e pescadoras que reuniu mais de 12.000 pessoas (Semas, 2022).

Com o novo governo estadual eleito em 2022 a pesca foi levada de volta para a Secretaria Estadual de Agricultura que passou a ser chamada de Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca. A partir desse momento as ações anteriormente realizadas com a Semas foram paralisadas. Estabeleceu-se então a falta de resposta às diversas demandas de membros do Conselho e um distanciamento entre os pescadores(as) e governo estadual. Em 2023 nenhum encaminhamento dessa nova Secretaria foi publicizado ou o conselho consultado. Entende-se, por todas as características da pesca artesanal, que dirigi-la com um olhar produtivista irá certamente empurrar ainda mais a atividade à exclusão social e vulnerabilidade, visto a dependência do meio em que vivem. As políticas para a pesca precisam ser dirigidas em uma arena de políticas públicas centradas em padrões de direitos humanos e meio ambiente.

Na relação com as políticas federais, como pode ser visualizado a partir dos TED e convênios, uma série de ações estão sendo realizadas, tanto por Universidades quanto pelo governo estadual a partir de recursos do MPA. Essas iniciativas têm sido tomadas por negociações diretas com representantes da pesca ou mesmo pela Secretaria da Agricultura. O governo estadual perdeu a oportunidade de planejar de forma participativa essas primeiras ações com recursos federais.

6. Considerações finais

Pernambuco, apesar de sua pequena linha de costa, é um estado que se destaca nas políticas de pesca artesanal, na organização dos pescadores(as) e nas pesquisas desenvolvidas. Essas últimas demonstram a preocupação com o desaparecimento das espécies, bem como seu tamanho reduzido. Também chama a atenção o conflito crescente nos territórios costeiros com as atividades econômicas calcadas em um modelo de desenvolvimento neoliberal e insustentável, que geram não só impactos ambientais (que também afetam a biodiversidade) como a perda de territórios de moradia, vida e

pesca. O estado e municípios precisam incluir esses trabalhadores e seus direitos em seu planejamento territorial.

A sobreposição de interesses de grandes empresas pesqueiras, de beneficiamento e exportação e a expansão de outras indústrias, como a aquícola, o turismo e a construção civil em áreas costeiras, têm impactado os territórios e modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais. Muitas vezes, essas populações são deslocadas ou têm seu acesso ao mar restringido, portanto, a falta de reconhecimento dos pescadores(as) no Brasil vai além do simples desamparo econômico; é uma questão de exclusão social e invisibilidade. A criação de políticas mais inclusivas e a promoção de uma representação efetiva são passos fundamentais para que os pescadores(as) artesanais possam exercer seus direitos e viver com dignidade.

Cabe destacar que o setor – apenas no litoral – é formado diretamente por mais de 12.000 trabalhadores e trabalhadoras. Ademais, as comunidades pesqueiras sempre tiveram a capacidade de produzir alimentos saudáveis, que permitiu e permite a segurança alimentar local e regional de milhares de famílias, sendo, também, responsáveis por sustentar uma complexa cadeia de valor (atravessadores, bares, restaurantes, turismo, carpintaria naval, etc) e um patrimônio cultural expresso na identidade e no modo de vida litorâneo (culinária, música, imaginário, conhecimento ambiental, técnicas de pesca) que contribuem para a conservação e um meio ambiente saudável e apoia uma das atividade que mais cresce no estado, o turismo de praia.

A falta de reconhecimento dos pescadores e pescadoras nas políticas públicas no Brasil é um problema histórico e persistente, que reflete em sua marginalização. A legislação internacional e brasileira reconhece seus direitos, e existem políticas voltadas para essa categoria. No entanto, a execução dessas políticas é frequentemente falha.

Além disso, há uma falta de infraestrutura adequada para a pesca, como portos, embarcações e sistemas de armazenamento. Políticas de incentivo à inovação social da atividade pesqueira, melhoria das condições de trabalho e garantia de acesso a mercados justos e sustentáveis são insuficientes ou mal implementadas.

Os diagnósticos analisados nesse artigo indicam que nos últimos trinta anos, as demandas e lutas realizadas desde a constituinte da pesca levaram a melhorias importantes como o reconhecimento das mulheres pescadoras, aumento de participação nas instituições representativas (colônias), aumento de políticas públicas para a pesca, maior envolvimento do governo estadual com a atividade e aumento na escolaridade. Por outro lado, o Governo Federal ainda não conseguiu estabelecer um sistema de cadastro que tenha credibilidade e consiga chegar a todos os trabalhadores da pesca, a poluição dos ambientes aquáticos e conflitos socioambientais continuam sendo um problema crescente e as políticas de desenvolvimento econômico não dialogam com os direitos das comunidades tradicionais, levando ao aumento da vulnerabilidade.

O Conselho Pastoral dos Pescadores é um ator importante na pesca artesanal em Pernambuco. Ao mesmo tempo, o estado carece de organizações da sociedade civil que efetivem projetos e capacitações nas comunidades e participem de colegiados, como Pernambuco já visualizou em décadas passadas.

A dificuldade do Governo Federal em gerar dados e estatísticas necessárias ao desenvolvimento da pesca se reflete em quase duas décadas sem coleta, além dos

problemas com o sistema de Registro dos Pescadores. A centralização das políticas em Brasília parece ser a grande questão. Pernambuco, junto com as municipalidades têm condições de estadualizar uma coleta de informações contínua de dados, tal qual a tentativa do registro estadual realizado por conta do desastre do petróleo. Em Pernambuco é imprescindível que se restabeleça a participação dos pescadores e pescadoras, de acordo com a Lei da Pesca de 2015, a partir do Comitê deliberativo da Pesca Artesanal, além do fortalecimento de políticas públicas criativas e inovadoras, que fujam do tradicional padrão produtivista geralmente presente nas Secretarias de Agricultura.

Referências

ABDALLAH, P. R.; SUMAILA, U. R. An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies. ***Marine Policy***, v. 31, p. 444–450, 2008.

AZEVEDO, N. T. de. ***Política Nacional para o Setor Pesqueiro no Brasil (2003-2011)***. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2012.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. ***Desenvolvimento e Meio Ambiente***, v. 32, n. 0, p. 61–80, 2014.

BARROS, A. R.; HAZIN, F. H. V.; CORREIA, S.; PEDROSA, B. M. J.; RAPOSO, I.; FILIZZOLA, M. ***Análise econômica da pesca marítima de Pernambuco***. UFPE/FADE (Org.). Recife: FADE-UFPE, 2001. 250 p.

CALLOU, A. B. F. ***Movimentos sociais de pescadores em Pernambuco (1920-1983)***. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, 1986.

CALLOU, A. B. F. ***A voz do mar:*** construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador "José Bonifácio" (1919-1924). Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1994.

CALLOU, A. B. F. Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. ***Ciência e Cultura***, v. 62, n. 3, p. 45–48, 2010.

CAMPOS, A. G.; CHAVES, J. V. Seguro Defeso: problemas enfrentados pelo programa. ***Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise***, v. 1, n. 56, p. 77–84, 2014.

CANTON, L; ZAMBONI, A.; DIAS, M. ***Auditoria da pesca 2023***. 4ª ed. Brasília: Oceana/Brasil, 2024. 104p. Disponível em: https://brasil.oceana.org/relatorios/auditoria-da-pesca-brasil-2023.Acesso em: 10 set 2024.

CARVALHO, G. D. L. C. O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982. ***Revista Brasileira de Política Internacional***, v. 42, n. 1, p. 110–126, 1999.

CASTELLO, J. P. Gestão sustentável dos recursos pesqueiros, isto é realmente possível. ***Pan-American Journal of Aquatic Sciences***, v. 2, n. 1, p. 47–52, 2007.

CIDREIRA-NETO, I. R. G.; GUILHERME, B. C.; RODRIGUES, G. G.; CANDEIAS, A. L. B. Atuação das mulheres na pesca artesanal a partir de uma revisão sistemática utilizando a Science Direct. ***Revista Etnobiologia***, v. 21, p. 52-65, 2023.

COSTA, W. M.; VEIGA, M. C. M.; VIDAL, J. M A.; ROCHA, M. A. Inovando o artesanato com escamas de peixes: tingimento natural e marca. ***Revista Eletrônica Ambiente: gestão e desenvolvimento***, v. 11, p. 85-102, 2018.

CYRINO, C.; TRIGUEIRO, A. Políticas de desenvolvimento e da natureza: a pesca artesanal no processo de ambientalização da política pesqueira no Brasil. ***Estudos Sociedade e Agricultura***, v. 29, n. 2, p. 304, 2021.

DIEGUES, A. Marine protected areas and artisanal fisheries in Brazil. ***SAMUDRA Monograph***, p. 54, 2008.

DIEGUES, A. C. S. ***Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar***. São Paulo: Ática, 1983. p. 287.

FAO. *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries*. Rome: FAO, 2015, p. 34.

FAO (United Nations Food and Agriculture Organization). The State of World Fisheries and ***Aquaculture*** (SOFIA) 2024. Sustainability in action. Rome, 2024. 224p. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/4050926?v=pdf. Acesso em 10 set 2024.

FOX, V.; CALLOU, A. Estratégias de comunicação do movimento nacional dos pescadores do Brasil. ***Razón y Palabra***, n. 84, 2013.

GUILHERME, B. C.; SILVA, J. L. C.; MORAIS, R. N.; JUNIOR, J.; VIDAL, J. M. A.; COSTA, W. M. Educação socioambiental na escola: olhares sustentáveis sobre os resíduos oriundos da pesca e mariscagem. ***Revista Brasileira de Meio Ambiente***, v. 9, p. 176-188, 2021.

LESSA, R.; VIEIRA, A.; BEZERRA, S., *et al*. Diagnóstico e caracterização do setor pesqueiro artesanal de Pernambuco. Publicação Especial do Programa Instituto do Milênio, Projeto RECOS, Modelo Gerencial da Pesca. ***Revista Atlântica***, Rio Grande, 2006.

LIRA, L.; PEDROSA, B. M.; SOUZA, M.; LEITE, C.; LEITE, A. P. ***Diagnóstico socio-econômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco***. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco. 2010. 250 p.

MATTOS, S. M.; FERREIRA, B. M. P.; SANTANA, L. M. V. C.; SANTOS, S. A.; MELO, O. F.; MOUSINHO, J. R.; SANTOS, G. M. S.; SOUZA, L. E.; BATISTA, C. E.; SANTANA, F. A. Derechos territoriales pesqueros: sostenibilidad y viabilidad de la pesca artesanal en Pernambuco, Brasil. ***In***: SAAVEDRA-DIAZ, L. M; GRANADOS, M. P. D.. (Org.). Comunidades con Voz: el futuro de la pesca artesanal en Latinoamerica y el Caribe. 1ed.Santa Marta: Editorial Unimagdalena, v. 1, p. 487-522, 2022.

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). ***Síntese do Programa Povos da Pesca Artesanal***. Secretaria Nacional de Pesca Artesanal. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal. Acesso em: 10 set 2024.

MANESKY, C. Faceless no more. ***Samudra***, n. 28, p. 19–23, 2001.

MMA. ***Programa REVIZEE:*** avaliação do potencial sustentável de recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva do Brasil - Relatório Executivo**.** Brasília: MMA, 2006.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). ***I Conferência da Pesca Artesanal no Brasil. Texto base.*** Brasília, 2009. 18p.

MUNIZ, T. de S. A "Guerra da Lagosta": um Laboratório para o Golpe Militar de 1964 e suas Abordagens na Imprensa Regional. ***Brasiliana – Journal for Brazilian Studies***, v. 2, n. 2, p. 2245–4373, 2013.

PEDROSA, B. M. J. Direitos de Propriedade na Pesca: a experiência internacional com o sistema de quotas individuais transferíveis. *In:* MOURA, A. S. de M. (Ed.). ***Políticas Públicas e Meio Ambiente, da economia política às ações setoriais.*** 2. ed. Recife: Massangana, 2009.

PEDROSA, B. M. J.; LIRA, L.; SANTIAGO, A. L. M. Pescadores urbanos da zona costeira do estado de Pernambuco, Brasil. ***Boletim do Instituto de Pesca***, v. 39, n. 2, p. 93–106, 2013.

PEDROSA, B. M. J.; LESSA, R. P. T. O Social como prioridade na pesca artesanal: diretrizes internacionais para a pesca artesanal sustentável. ***Arquivos de Ciências do Mar***, v. 50, n. 2, p. 100, 2018.

PIERRI, N.; AZEVEDO, N.; MESQUITA, B. Staking Claims. Artisanal Fishworkers of Brazil are mobilizing in defense of their territories through a campaign for a new bill of rights. ***Samudra Report***, v. 62, n. 62, p. 8–11, 2012.

PINTO, M. P. ***Administração pesqueira no Brasil***. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 177 p.

RAMALHO, C. W. N. A formação histórica da pesca artesanal: origens de uma cultura do trabalho apoiada no sentimento de arte e de liberdade. ***Cadernos de Estudos Sociais***, v. 24, n. 2, p. 251–285, 2008.

RAMALHO, C. W. N.; SANTOS, A. P. Por mares revoltos: a mediação política do Conselho Pastoral dos Pescadores (1968-2018). ***Revista de Economia e Sociologia Rural***, v. 58, n. 1, e19369158, 2020.

RIBEIRO, F. P.; CALLOU, A. B. F. Capital social de pescadores e a criação da Reserva Extrativista de Rio Formoso–Pernambuco. ***Revista Extensão Rural***, v. 22, n. 4, p. 24-42, 2015.

SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco). Cadastro dos pescadores e pescadoras do litoral de Pernambuco. Comunicação oral, 12 a Reunião do Comitê de Pesca Artesanal, 2022.

SILVA, T. M. B.; NASCIMENTO, A. M.; NASCIMENTO, R. C. M.; CIDREIRA NETO, I. R. G.; GUILHERME, B. C.; SILVA, F. C. L.. Divulgação científica sobre o derramamento de óleo no litoral do Brasil. ***Revista Brasileira de Extensão Universitária***, v. 13, p. 63-77, 2022.

SILVEIRA, P. C. B.; PEDROSA, B. M.; MELO, L; ROSAS, J.C.; SANTOS, L.OLIVEIRA FILHO, I. ***Reservas extrativistas e pesca artesanal*** – etnografia do campo socioambiental em Pernambuco: Relatório de pesquisa. Recife: Fundaj/Facepe, 2010.

SILVEIRA, P. C. B.; PEDROSA, B. M.; MELO, L. Estuário, paisagem-fluxo de pescadores artesanais. ***Iluminuras***, v. 14, n. 34, p. 304–323, 2013.

SUMAILA, U. R. *et al*. Fuel price increase, subsidies, overcapacity, and resource sustainability. ***Journal of Marine Science***, v. 65, p. 832–840, 2008.

TIMM, S. C. S. Arrendamiento de barcos: una alternativa para la pesca de atún en Costa Rica. ***Tese*** (doutorado) - National University f Costa Rica, 1986.

VIDAL-CAMPELLO, J. M. A.; LIRA, E. B. S.; MELO-JUNIOR, C. A. F.; VEIGA, M. C. M.; COSTA, W. M. Curtimento de pele de peixe utilizando tanino vegetal extraído de eucalipto. ***Brazilian Journal of Animal and Environmental Research***, v. 4, p. 392-401, 2021.

O Regional do Movimento Regionalista de 1926 em Recife-Pernambuco

The Regional Concept of The Regionalist Moviment in 1926 at Recife-Pernambuco

El aspecto Regional en el Movimento Regionalista de 1926 en Recife-Pernambuco

Marina Loureiro Medeiros[1]
Rodrigo Dutra Gomes[2]

Resumo

MEDEIROS, M. L.; GOMES, R. D. O Regional do Movimento Regionalista de 1926 em Recife-Pernambuco. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 235-258, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2337

O trabalho em questão busca entender como os aspectos de identidade, histórico, geográfico e social do conceito Regional, introduzido por Freyre, em 1926, dominaram grande parte dos escritos intelectuais nordestinos durante os anos 1930 até quase os anos 1950. Para isto, aprofundou-se nas origens e características do grupo regionalista do Nordeste, que culminaram na semana regionalista de 1926 e desdobraram nos debates pelos grupos modernistas brasileiros, influenciando posteriormente a esfera acadêmica, artística e arquitetônica na região. Dessa forma, com o suporte do método de análise contextual de Berdoulay (2010), associados às documentações de acervos documentais e iconográfico da Fundaj, IEB e da Hemeroteca Nacional, o presente artigo sintetiza a profundidade dessa influência Regional resgatando a sua contribuição presente em nossas vivências histórico e espacial atual.

Palavras-chave: O Regional. Movimento Regionalista de 1926. Desdobramentos Acadêmicos.

Abstract

MEDEIROS, M. L.; GOMES, R. D. The Regional Concept of The Regionalist Moviment in 1926 at Recife-Pernambuco. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 235-258, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2337

The work in question seeks to understand how the identity, historical, geographic and social aspect of the Regional concept, introduced by Freyre in 1926, dominated

1 Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: marinalou93@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6071-3035

2 Doutor (2010) em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. PhD desenvolvendo pesquisa sobre a construção da relação entre Geografia e Teoria da Complexidade na FAPESP. E-mail: rdutragomes@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6452-3933

a large part of northeastern intellectual writings during the 1930s and until almost the 1950s. It is based on the origins and characteristics of the regionalist group in the northeast, which culminated in the regionalist week of 1926, and unfolded in debates by Brazilian modernist groups, and later in numerous academic, artistic and architectural influences in the region. Thus, with the support of Berdouley's (2010) contextual analysis method, associated with the documentation of documentary and icnographic collections from both Fundaj and the national newspaper library, this article summarizes the depth of this Regional influence, rescuing its present contribution to our experiences. current historical and spatial.

Keywords: The Regional. Regionalist Movement in 1926. Academic Developments.

Resumen

MEDEIROS, M. L.; GOMES, R. D. El aspecto Regional en el Movimento Regionalista de 1926 en Recife-Pernambuco. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 235-258, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2337

El trabajo en cuestión busca comprender cómo el aspecto identitario, histórico, geográfico y social del concepto Regional, introducido por Freyre en 1926, dominó gran parte de los escritos intelectuales nordestinos durante los años 1930 y hasta casi los años 1950. orígenes y características del grupo regionalista del nordeste, que culminó en la semana regionalista de 1926, y se desarrolló en debates de grupos modernistas brasileños, y posteriormente en numerosas influencias académicas, artísticas y arquitectónicas en la región. Así, con el apoyo del método de análisis contextual de Berdouley (2010), asociado a la documentación de fondos documentales e iconográficos tanto de Fundaj como de la hemeroteca nacional, este artículo resume la profundidad de esta influencia Regional, rescatando su aporte actual a nuestras experiencias. histórico y espacial actual.

Palabras clave: El Regional. Movimiento Regionalista de 1926. Desarrollos Académicos.

Data de submissão: 15/08/2024
Data de aceite: 20/08/2024

1. Introdução

As décadas de 1920 e 1930 foram um período de grandes transformações políticas, socioeconômicas, artísticas e também espaciais no Brasil e em Pernambuco. A Industrialização trouxe ares "modernos" para o país, até então baseado na economia rural, e, junto a ela, as ideias modernistas da Europa com a literatura, a poesia e as esculturas, em especialmente após a Semana de Arte Moderna, ocorrida no ano de 1922, no Teatro Municipal em São Paulo.

A semana de 22 tinha como mote espalhar as ideias modernas trazidas dos movimentos modernistas europeus (impressionismo, fauvismo, cubismo, futurismo). No entanto, não se viu uma expansão imediata dessas ideias nos estados que compõem a região Norte e Nordeste. Isso se deveu, em grande parte, à formação do Grupo Regionalista do Nordeste, no Recife, Pernambuco, com reuniões para discutir os valores regionais locais e a importância da afirmação identitária do Nordeste enquanto região. Constituiu-se uma resposta intelectual, política e regional das "novas tendências" do sudeste, frente a tradição histórica do Nordeste, bem como a reivindicação da importância política e econômica do Nordeste, de base oligárquica e agrícola-latifundiária, em relação ao Sudeste, com a então nova elite industrial, seus costumes e suas visões.

Essas reuniões culminaram na Semana Regionalista do Recife, em fevereiro de 1926, e tinham como principal representante o jovem intelectual nordestino Gilberto Freyre. O estudo em questão objetiva, de maneira geral, entender o que foi essa leitura intelectual de região Nordeste realizada pelos autores do Movimento Regionalista de 1926, em especial seu principal mentor, Gilberto Freyre, evidenciando os diálogos e embates existentes entre esse movimento e os outros movimentos modernos locais e nacionais do país. Por fim, em termo de objetivos especificos, pretende-se entender como os desdobramentos desse regionalismo do Nordeste se estendeu nas artes em geral, e na vivência dos nordestinos, na espacialidade recifense nos anos de 1930 e 1940.

Destaca-se ainda o uso dos pressupostos 4 e 5 do método contextual (Berdolay, 2010), associados à pesquisa bibliográfica, iconográfica e documental. Estes pressupostos de analise buscam evidenciar os seguintes aspectos da pesquisa; pressuposto 5 do método contextual, mostrar a importância dos ciclos de afinidade de Freyre para fundamentação de uma ideia em momento histórico, no caso, a relação estabelecida entre os movimentos modernistas local e nacional com o movimento nacional, e o pressuposto 4, de não negligenciar as questões que preocupam a sociedade na época, destacados pela questão de moda, propaganda evidenciada nos acervos documentais apresentados.

2. O Movimento Regionalista 1926: origens, tradições e desdobramentos

Com uma nova visão antropológica do seu próprio país, Freyre volta aos 23 anos para o Recife. Sobre sua volta, o próprio Freyre mais tarde relembra-rá:

> Vi Gilberto Freyre por este tempo voltando à terra, querendo casar-se com a terra. Era ele então amigo do arcebispo de Olinda, do Pai Adão, do Velho Dudu, sócio do Clube das Pás. O nativo aceitava a sua Pátria, mas o seu amor não era de cego, de alucinado. Era o amor de quem examinava, de quem descobria os defeitos, e se indignava contra os que, pretendendo melhorar, destruíam ou aleijavam o que ainda havia de realmente grande em Pernambuco e no Brasil (Freyre, 1996 p. 26).

Sobre os aspectos geográficos que pairavam sobre o Recife destacavam-se o afrancesamento urbano que entre 1913-1916, por influência do Barão de Hausmann, vê seu centro histórico todo remodelado. Na ocasião, houve a demolição da Igreja do Corpo Santo, o Arco do Bom Jesus (remanescente do período holandês) e a Igreja de São Pedro, transformando a Ilha do Recife em um centro com grandes avenidas interligadas. Foi o período de criação do que hoje se vê do Marco Zero da cidade, que para Freyre nada contribuía para o ensolarado e irrigado Recife. Era crítico de um maior "maquiamento" francês da cidade, como feito no Rio de Janeiro de 1904 por Pereira Passos (Dimas, 2004).

É nesse Recife do início do século XX que Freyre irá se defrontar na volta da Europa, em que a moda francesa inaugura o primeiro desfile de Modas em 1916, sendo o período em que se faz também a primeira liga de futebol pernambucana em 1915, junto com o novo esgotamento sanitário de Saturnino de Brito. Somado a isso, as ruas menos estreitas dão lugar a bondes, carros, cafés, docerias, restaurantes, cinemas (Figura 1) e peças de Teatro das companhias Valesco e Lea Candini. Estes acontecimentos e obras eram intensificadas em meados dos anos 20 pelas propagandas publicitárias e anúncios reformistas do governo de Sérgio Loreto (Rezende, 2016). Para Oliveira (1985), era o período que a elite chamou de *belle époque recifense*, no qual as orquestras de jazz invadiam os teatros e as novidades se faziam presentes nas revistas, onde "o progresso era intenso, e o dinheiro tratado como fácil" (Oliveira, 1985).

Figura 1: Cinema Pathé, inaugurado em 1909, na Rua Nova



Fonte: Autor desconhecio[3]

O contexto econômico local e do Nordeste também afligia Freyre, pois a queda financeira considerável do açúcar, seu principal motor de desenvolvimento econômico, fazia com que o poder estatal /econômico se voltasse quase que inteiramente para o Sudeste. Somado a esse fator, Santos (2011) adiciona:

> O engenho de açúcar tornava-se cada vez mais obsoleto, como forma de produção, diante das usinas industrializadas. Estas trazem consigo não apenas incrementos de ordem técnica, mas também uma nova forma de racionalização do trabalho e das

3 http://cidadedosmelindres.blogspot.com/2012/10/cinemas-recifenses-nos-anos-1920.html. Acesso em: 30 de outubro de 2018.

> relações sociais entre proprietários e trabalhadores. Substituem a dominação patriarcal pela exploração capitalista. O habitus de dominação do senhor de engenho é trocado, gradualmente, pelo do burguês (Santos, 2011, p. 36).

Outro ponto, que chamava a atenção de Freyre era os estudiosos indsanitários do período como Amaury Medeiros. Na cidade, a situação sanitária em áreas de mocambos e nos cortiços do centro do Recife eram péssimas e as consequências disso era o aumento nos casos de tuberculose. Houve a necessidade de reformas sanitárias urgentes que foram feitas ao longo dos governos de Estácio Coimbra junto ao trabalho de Amaury Medeiros (1926), o que diminuiu o número de morto entre 1920 e 1924. Este é tratado como um dos importantes atos de modernização estrutural para o Recife da época (Rezende, 2011).

Devido a essas questões e à necessidade de desatrelar o nome do Nordeste do imagético dos flagelos de *grandes secas* (de 1887 e 1889)[4] e dos messiânicos retratados por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1910), surge a necessidade de exaltar o Nordeste sociocultural, as raízes das crenças, comidas e paisagens. Com essa necessidade nasce em 1924 o Centro Regionalista Pernambucano, sediado na casa do intelectual Odilon Nestor, onde um grupo de intelectuais como o psiquiatra Ulysses Pernambucano, o higienista e sanitarista Amaury Medeiros, o humanista Aníbal Fernandes, o folclorista Júlio Belo e o jornalista Mario Sette, se reuniam junto com Gilberto Freyre às terças-feiras para uma série de debates de temas locais (Andrade, 2007).

O Centro propôs, sobretudo, celebrar a permanência das tradições singulares do Nordeste, através da promoção de rodas de diálogo que tinham como tema, desde a exaltação do ecletismo religioso e da peculiaridade gastronômica até a preservação da paisagem. Ao fazer a conexão com a modernidade da época o Centro Regionalista ganhou força com a adesão de intelectuais de outros estados do Nordeste, agregando assim os paraibanos Jose Lins do Rego e José Américo de Almeida, amigo de Freyre, e o alagoano Otavio Brandão (Freyre, 1996).

Os entusiastas das ideias regionalista e tradicionalista eram atraídos pelos artigos publicados na Revista do Norte (1923-1927) e na Revista Raça (1927-1930) que contavam com ensaístas presentes do movimento Regionalista como Samuel Campelo, Aníbal Fernandes e com jovens poetas como Joaquim Cardozo e Manuel Bandeira, este último ilustrava as capas das revistas, essas porta-vozes das ideias do Centro para o Nordeste (Nascimento,1969). Além das duas revistas, as crônicas escritas por Freyre entre 1925-1926, com temas como Vitória do coreto (1925), A cerca dos Jardins (1925), Einstein Regionalista (1925), A propósito do Regionalismo no Brasil (1926), O Nordeste Separatista (1926) e Tempo de Aprendiz (2010), onde foram reunidas crônicas publicadas por Freyre no Diário de Pernambuco (1825), que aprofundavam temas e questionamentos trazidos pelo centro Regionalista.

4 O termo "Nordeste" aparece pela primeira vez com acepção espacial específica numa referência feita pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, como tentativa de solucionar os problemas das secas recorrentes no final do século XIX e início do século XX (Albuquerque Jr, 2011).

Os veículos citados bem como as divulgações das discussões do centro regionalista e os convites às palestras dentro de periódicos como Jornal do Recife (1858-1938) (Figura 2) e A Província (1920-1933) (Figura 3) foram de sua importância para posteriormente o regionalismo discutido no Centro se espalhar para outra área do país atrás de Manuel Bandeira, o pintor Cícero Dias, para ganhar força para se tornar um Movimento em 1926.

Figura 2: Divulgação da Semana das Árvores pelo Jornal do Recife – novembro 1924



A "SEMANA DAS ARVORES"

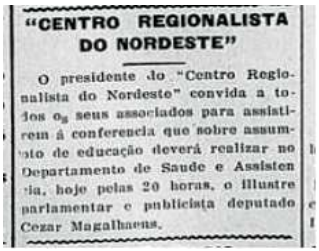
Recebemos:

O dr. Odilon Nestor, presidente do Centro Regionalista do Nordeste, convida por nosso intermedio as instituições de ensino, a mocidade academica, as escolas, familias e ao publico em geral, a se associarem ás festas que constituirão a "Semana das arvores" no Recife, que foi adiada de 7 a 9 de Novembro para 6 a 17 do mesmo mez.

O dr. Odilon Nestor antecipadamente agradece a todos que prestarem ao movimento seu concurso

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929). *Jornal do Recife* (1859-1938).

Figura 3: Convocação da Reunião no Centro Regionalista – A Provincia – maio 1925



"CENTRO REGIONALISTA DO NORDESTE"

O presidente do "Centro Regionalista do Nordeste" convida a todos os seus associados para assistirem á conferencia que sobre assumpto de educação deverá realizar no Departamento de Saude e Assistencia, hoje pelas 20 horas, o illustre parlamentar e publicista deputado Cezar Magalhaens.

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929) - Jornal A Província (1920-1933).

Nesse contexto, Gilberto Freyre publica O *Livro do Nordeste* (1925), livro comemorativo ao centenário do *Diario de Pernambuco*. O livro contém os artigos dos presentes do Centro Regionalista que versavam sobre Agricultura, Folclorismo, Poesia, Sanitarismo e outros problemas de cunho regional, com ilustrações de Manuel Bandeira sobre os monumentos históricos de Recife e Olinda. Um ano após a publicação do Livro, o anseio de um evento que reunisse as vozes nordestinas regionalistas se concretizou.

No ano de 1926, foi realizado de 7 a 11 de fevereiro no Teatro Santa Isabel, no Recife, o Primeiro Congresso Regionalista do Nordeste. Este foi amplamente divulgado junto aos jornais locais como *Jornal Pequeno* (1899-1955), *A Província* (1920-1933), *Diario de Pernambuco* (1825) que noticiaram todos os dias como uma reportagem, além dos jornais do eixo Rio–São Paulo como bem como *O Correio*

Paulistano (1857-2007) (Figura 4) e o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (1825-2016) (Figura 5) que divulgaram o evento como uma forma de convite aos intelectuais nacionais, demonstrando mais uma vez, a importância da divulgação cultural a época do meio impresso do jornal, fonte essencial para formação intelectual e identitária do Brasil como um todo (Rezende, 2016).

Figura 4: Convocação de Um Congresso Regionalista – Correio Paulistano novembro de 1925



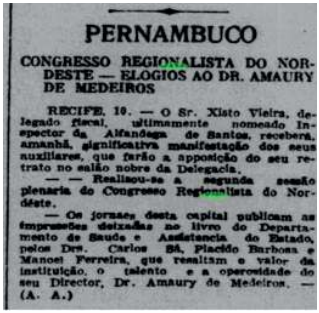
PERNAMBUCO

Convocação de um Congresso Regionalista

RECIFE, 15 (A) — Reuniu-se o Centro Nacionalista do Nordéste, resolvendo convocar para setembro proximo um congresso regionalista, que terá por fim a unificação intellectual e economica do nordeste brasileiro.

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929).

Figura 5: Congresso Regionalista do Nordeste -Elogios de Dr. Amury de Medeiros no Jornal do Commercio (RJ) em 1926



PERNAMBUCO

CONGRESSO REGIONALISTA DO NORDESTE — ELOGIOS AO DR. AMAURY DE MEDEIROS

RECIFE, 16. — O Sr. Xisto Vieira, delegado fiscal, ultimamente nomeado Inspector da Alfandega de Santos, receberá, amanhã, significativa manifestação dos seus auxiliares, que farão a apposição do seu retrato no salão nobre da Delegacia.

— — Realisou-se a segunda sessão plenaria do Congresso Regionalista do Nordéste.

— Os jornaes desta capital publicam as impressões deixadas no livro do Departamento de Saude e Assistencia do Estado, pelos Drs. Carlos Sá, Placido Barbosa e Manoel Ferreira, que realçam o valor da instituição, o talento e a operosidade do seu Director, Dr. Amaury de Medeiros. — (A. A.)

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929).

O principal representante mestre de cerimônias foi o próprio Gilberto Freyre, que já trouxe no livro, divulgado no evento, as pertinências discutidas no Centro Regionalista, conferindo um caráter, além de sociocultural, também político ao encontro (Albuquerque Jr, 2011). No evento, além das palestras dos membros do Centro Regionalista, com as temáticas que versavam sobre as problemáticas sanitaristas, moradia, fauna e flora, folclore e culinária etc. O evento foi musicado com saraus de repentistas como Ascenso Ferreira, danças de Cocos de Roda e Caboclinhos, além de um banquete com tapioca, cocada, almoços com peixadas, galinha ou cozido, em que nos intervalos eram distribuídos ao final das palestras, doces de banana ou de caju, símbolo do Centro Regionalista e do Movimento.

Nesse Congresso, foram explorados conteúdos geográficos diversos que iam dos aspectos fitográficos locais à questão da morfologia urbana, os quais foram expostos e subdivididos nas plenárias de fala geral, como ressaltou Fernando de Mello Freyre, ao relatar o programa geral do Congresso:

> [...] estava assim definido: I - Problemas Econômicos e Sociais - 1º - Unificação econômica do Nordeste: ação dos poderes públicos e dos particulares; 2º - Defesa da população rural: habitação, instrução, economia doméstica; 3º - O problema rodoviário do Nordeste: aspecto turístico, valorização das belezas naturais da região; 4º - O problema florestal: legislação e meios educativos; 5º Tradições da cozinha nordestina: aspectos econômicos, higiênicos e estéticos. II - Vida Artística e Intelectual - 1º - Verificação da vida cultural nordestina: organização universitária, ensino artístico, meios de colaboração intelectual e artística, escola primária e secundária; 2º - Defesa da fisionomia arquitetônica do Nordeste: urbanização das capitais, planos para pequenas cidades do interior, vilas proletárias, parques e jardins nordestinos; 3º - Defesa do patrimônio artístico e dos monumentos históricos; 4º - Reconstituição de festas e jogos tradicionais (Freyre, 1977).

O lócus urbano no Recife de tal movimento não é estranho. A cidade constitui-se como um lugar de utopia e fabricação, a partir dos símbolos da modernidade contemporânea da Europa e do Brasil do século XX. Para Rama (1985), esse utópico vai para além do novo, sendo resultante das interpenetrações dos tempos realizadas nas diversas construções criadas por cada homem em seu espaço. No Recife, essa modernidade foi impelida em parte muito mais do que as forças das tradições, e o foi pelas dificuldades sociais e econômicas que cobriam não somente a capital, mas também a região Nordeste como um todo. Essas dificuldades socioeconômicas acentuaram ao longo do tempo a visão negativa do apego cultural e das práticas antigas da cidade do Recife e do Nordeste como algo ruim. Essa negatividade era associada ao tradicionalismo, versão pejorativa do termo tradição, advindo da época iluminista de desmerecer os hábitos antigos tidos como antiquados e associados ao medievo (Gademar, 2007).

Essa visão é criticada por Freyre, tratando-a como equivocada, considerando o termo *Tradição* como um conjunto de valores preservados por uma sociedade para manutenção de suas características; e essas garantem a consciência história de uma cultura (Araújo, 2008).

A esses valores preservados deu a essa visão de *locus* da unidade cultural e econômica com suas singularidades tratadas como singulares, ou seja, não "adiantas ou atrasadas" em relação às outras regiões, mas com uma construção própria devendo ser entendida em seu próprio âmbito de tradições e desenvolvimento. Dessa ideia, desdobrou-se a ideia de Região Nordeste apresentada dos Romances de 1930, como algo singular culturalmente, principalmente de Raquel de Queiroz e Jose Lins do Rego (esses, conviventes no ciclo de afinidades de Freyre). Dessa influência regionalista

de Freyre deriva também as praça e parques com objetos regionais construídos em Recife, providenciadas já na sua época pelo assessor Estácio Coimbra até os anos 1930. Posteriormente a esse momento, Gilberto se dedica à obra Casa Grande e Senzala (1933) e suas trilogias posteriores, Sobrados e Mucambos (1935), e Açúcar (1939). As reuniões do Centro Regionalista diminuem de frequência, se dedicando mais a temas de sociologia, antropologia do Brasil e suas aulas e palestras no exterior.

3. Diálogos e Tensões com Modernismo Brasileiro do Início do XX

Quando o Centro Regionalista do Recife tinha se formado em 1923, a então primavera modernista já havia chegado no Brasil. Financiados por deputados da política do Café com Leite, as reuniões dos artistas modernistas foram sediadas na casa de Paulo Prado ou do senador José de Freitas Vale. Artistas pintores, poetas, escritores e escultores, advindos de temporadas no exterior (em Paris e em Berlim), expõem suas obras nessas casas e posteriormente em salões alugados em São Paulo. Entre eles despontavam o grupo dos 5, composto pelas pintoras Tarsila do Amaral e Anita Malfati, os escritores Menoti Del Pichia, Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Este último além do mentor intelectual, junto com os Oswald de Andrade, era propulsor das ideias dentro do seio modernista de cunho mais nacionalista, publicando posteriormente o Movimento Pau Brasil (1924), e o Movimento Antropofágico (1928). Esse último teve como características mais marcantes a exaltação da busca da identidade nacional desencadeando assim a segunda fase do modernismo brasileiro, que muito se assemelhou de acordo com Mascaro (2004) á filosofia de busca identitária nacional e de exaltação aos grupos étnicos não europeus dentro do movimento regionalista, que teve como obra símbolo a Publicação de Macunaíma em 1928, do então líder Mário de Andrade (Cardoso, 2015).

As afinidades e as conexões entre ambos os movimentos não se estenderam apenas entre objetos de reflexão, mas comuns, se fizeram principalmente, como um ciclo de intelectuais e suas afinidades onde se deu troca de conhecimentos e debates, sendo de grande importância para a circulação cultural de ideias dentro do país. Participante da Semana de Arte moderna de 1922, Manuel Bandeira, poeta, faz correspondências com o Centro Regionalista, sendo um dos responsáveis pela comunicação e propagação das ideias de ambos os grupos. Como Manuel Bandeira, Câmera Cascudo também se correspondia com os dois grupos e tinha ligações tanto com Freyre quanto com Mário de Andrade. As correspondências epistolares da época de Andrade para Cascudo, deixam claro, através do trabalho de Melo (1991), o espanto positivo, no dia 5 de setembro de 1926 a respeito do Congresso Regionalista, destaca:

> Meu Luiz do Coração, o tal Congresso Regionalista me deixou besta de entusiasmo. Em Tese sou contrário ao regionalismo. Acho desintegrante a ideia de nação sobre esse ponto a esse Brasil já tão separado (…). Si minha adesão vale alguma coisa, vai aí minha sincera e enorme saudade, para esse Nordeste que amo, que sou. Mario de Andrade" (Melo, 1991).

O mesmo Mário de Andrade, apreciador do Nordeste, resolveu para suas pesquisas folclóricas iniciar uma viagem para o interior do Nordeste entre 1927-1928, com apoio dos irmãos pintores Vicente Monteiro e Cicero Dias. Por esta viagem esteve no Recife, em Boa Viagem em 1927 (Figura 6), e posteriormente no engenho de Freyre em 1927 com amigos e contemporâneos (Figura 7) de Freyre e de Câmera Cascudo nos litorais potiguares (Figura 8).

Figura 6: Primeira vinda de Mário ao Recife: Boa Viagem em 1927



Fonte: Acervo pessoal Mário de Andrade. IEB. São Paulo: 2019.

Figura 7: Mário de Andrade no Engenho Dois Irmãos Vicente Monteiro (Mata Sul de Pernambuco) com Cicero Dias em 1927



Fonte: Acervo pessoal Mário de Andrade. IEB. São Paulo: 2019.

Figura 8: Freyre em 1927 com amigos e contemporâneos



Fonte: Acervo pessoal Mário de Andrade. IEB. São Paulo: 2019.

Após esse período, Mário já ligado à Pinacoteca e Ministério da Cultura nos anos 30, decide elaborar catálogos cinematográficos e fotográficos, sendo um dos primeiros intelectuais brasileiros a tratar do campo da etnomusicologia, e difundir o folclore nordestino. Observam-se danças em músicas em documentos fonográficos e imagéticos, sendo sua contribuição importante para a cultural nacional e a preservação imaterial dos patrimônios nordestinos (Amaral, Haittings, 1995).

A relação entre Freyre e Manoel Bandeira podem também ser exemplificados. Durante a correspondências de Freyre e Bandeira no Livro Cartas Provincianas de Dias (2017), fica nítida a relação de conexão entre eles, com cartas frequentes, entre 1927-1935.

Outro Modernista em que ambos, Freyre e Bandeira tinham relação era Carlos Drummond de Andrade, escritor que já mantinha contos em jornais locais de Belo Horizonte que impressionaram Freyre, devido ao estilo moderno de escrever o cotidiano com o apego às coisas locais típicas de regionalistas, dedicando no mesmo período o artigo "A propósito do Regionalismo no Brasil (1926)", escrito no *Diario de Pernambuco* da época, fruto das repercussões dos jornais locais e nacionais acerca da semana de 1926, como visto por exemplo pelo fragmento da crítica feita por Dr. Amaury Medeiros para o jornal da Rua Nova (1924-1954) (Figura 9) originalmente publicado para o *Jornal do Commercio* (RJ) (1825-2016), denotando mais uma vez a importância da documentação escrita dos jornais ao período, especialmente para o início do século XX em Pernambuco (Barros,1972).

Figura 9: Relato da Semana Regionalista no Recife – Jornal da Rua Nova (1926)



RUA NOVA

Congresso regionalista

Falando ao "Jornal", do Rio, o dr. Amaury de Medeiros diz dos verdadeiros fins do Congresso Regionalista do Nordeste

"... foi uma semana de poesia e cordialidade a serviço da unidade nacional"

Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929).

Apesar dos diálogos e similaridades existentes entre os movimentos modernos do período, as divergências pertinentes endossavam a pluralidade de ideia nascentes do período. Como um braço da corrente moderna paulista do primeiro período de 1922, o grupo modernista do Recife, liderado pelo jovem bacharel em direito Joaquim Inojosa, repudiava a correlação que os regionalistas faziam ao passado do Nordeste próspero como forma de exaltação das singularidades locais e ao fortalecimento da identidade nacional. Para este grupo, os regionalistas traziam um certo saudosismo acentuado e uma negação ao primeiro momento das tecnologias e dos avanços científicos tão necessários ao desenvolvimento de nações modernas e de cidades modernas, sendo até de certo modo prejudiciais ao próprio desenvolvimento local (Inojosa, 1968, V1).

A maior contribuição do grupo em questão, de acordo com Oliveira (2012) era ser a grande ponte de divulgação entre as ideias modernistas dentro da cidade do Recife e seus estados circunvizinhos de influência (Paraíba e Rio Grande do Norte) reforçando a filosofia paulista moderna nos seus escritos tantos de *A Província* (1920-1933)

quanto no *Jornal do Commercio* (PE) (1887), especialmente na revista paraibana *Era Nova* (1921-1926), responsável pela publicação da Carta Manifesto: A arte Moderna que pedia apoio aos intelectuais locais eminentes como José Américo de Almeida, a que aderissem ao modernismo nordestino, como confirma (Azevedo,1996). Em correspondência de resposta de Inojosa, José Américo, no trabalho sobre o que ressalta a pertinência de aderir ao modernismo frente ao período vivente:

> Recebi A Arte Moderna, que é mais uma expressão de seu talento e de sua cultura. (...) Não sou infenso ao espírito novo. Compreendo a necessidade de subordinar a arte às outras formas devidas que as conquistas do progresso vão impondo. Penso, porém, que para ampliar essa tendência não é preciso destruir o patrimônio da inteligência cosmopolita. É arriscado conjurar, de uma vez, as fórmulas consagradas. Daí as demasias das reações que resultam ridículas. (...) (JAA, 8-VIII-24 apud, Inojosa, 1984, p.42).

Além dos feitos dos destaques por Joaquim Inojosa divulgador e escritor, como José Américo de Almeida, em especial a obra deste destaque pertencente e com influência nítida dos modernismo locais, *A Bagaceira* (1928), o grupo ainda conta com os destaques de admiradores como escritor Guilherme de Almeida em São Paulo, bem como poetas locais Ascenso Ferreira,em especial no seu livro posterior à Semana regionalista, *Catimbó (1927)*, considerado um dos primeiros poemas com estética modernista, apesar das temáticas locais e regionais, e Benedito Monteiro, este último especialista em poemas com estética e temática modernas que tratavam sobre os automóveis, luzes e especialmente na vida financeira das cidades modernas do Brasil do século 1920, como o Recife, fazendo uma ponte brasileira com o futurismo de *Marinete* na Itália da década passada. *O Poema Bolsa* (1925-1926) é o melhor exemplo dos poemas modernos de Benedito Monteiro, como visto abaixo:

O Poema da Bolsa

A Bolsa de mercadorias. As oscilações do mercado.
A curva logarítmica da queda da arroba do açúcar.
Os magnatas sentados pelas mesas esperando o pregão dos corretores.
Os especuladores baixistas esperando vender a prazo para recomprar com lucro.
Os especuladores artistas esperando comprar a três meses para revender depois.
Os negócios firmes altamente perigosos.
Os corretores, correntes elétricas entre as diferenças de potencial da oferta e da procura.
Ah! A aristocracia dos senhores de engenho, açúcar de 2 cruzados.
A democracia dos fornecedores de cana e donos de banguês, açúcar

> 11$600 10 - 11 horas.
> O pregão.
> – Vendo 4000 sacos de cristal a 12$900 para a entrega em dezembro.
> – Compro a 12$000 réis.
> E a batalha incruenta está travada com derramamento do sangue loiro das esterlinas!

Dos ditos modernistas do período, em especial Joaquim Inojosa em âmbito local, o que continuava com as visões de Freyre como 'tradicionalista' e 'arcaico' era Oswald de Andrade no âmbito nacional. Refutando esse argumento Nery (1996) diz que mais do que modernismo, o regionalismo trazia a seu bojo reais preocupações sociais modernas, e que Freyre possuía uma escrita histórica moderna pelo seu pluralismo metodológico endossado pelos franceses Paoulion (1953) e Braudel (2011). Adiciona assim a fala do geógrafo Tadeu Rocha (1964), seguinte visão, ao falar do movimento:

> O primeiro regionalismo nordestino valorizou o homem e as coisas deste pedaço do Brasil, numa interpretação realista dos nossos fatos históricos, sociais e econômicos. E também criou uma nova mentalidade anti -academicista no meio dos jovens intelectuais do Nordeste, que puderam cristalizar as suas ideias nos estudos históricos e geográficos, no ensaio sociológico, no romance social e na poesia regionalista ou profundamente humana (Rocha, 1964).

Independente do posicionamento de preferências, o que se percebe é que ambos os movimentos tinham ciclos de afinidades comuns, bebiam das influências europeias de algum modo e buscavam a unidade do Brasil e sua identidade, de maneiras diferentes.

Em complemento a este aspecto Oliveira (2018) junto Adimas (2004) afirma que o esforço de Inojosa, junto à divulgação do movimento modernista paulista em condenação às práticas de Freyre, contidas em sua obra principal sobre o tema *O Movimento Modernista em Pernambuco (1968*) volumes 1, 2 e 3, não só exaltam a contribuição de Freyre como líder de movimento como sua grande contribuição intelectual e cultural a seu espaço, sendo inquestionável o fortalecimento de ambos á identidade cultural do Brasil da época e o atual.

4. A Região Segundo o Movimento Regionalista de 1926

O Nordeste como região foi pouco estudado por escritos nacionais até o fim do século XIX, mas passa a ter mais destaque ao longo do século XX. Isso se deve principalmente pela necessidade de firmar a identidade nacional do país no período republicano o que repercutiu na construção da ideia de Nordeste, de forma específica e única em relação às outras regiões. No nível político, as oligarquias estaduais dominantes na República Velha davam o apoio retórico dessa construção singular e autônoma, a partir dos locais e regiões. Esse movimento partiu também dos conhecimentos

científicos sobre as características de cada lócus do país, prevalecendo os estudos das características paisagísticas, econômicas e populacionais feitas por uma metodologia descritiva. Essa forma de estudar e caracterizar áreas pela paisagem se assemelhava bastante com os primeiros escritos sobre as *Pays* francesas do século XVIII e XIX, que foram rapidamente assimiladas aos estudos das regiões brasileiras, especialmente nos primeiros ensaios e pesquisas sobre a região nordeste (Moreira, 1998).

Um dos primeiros autores que explica o Nordeste como região em forma de paisagem antropogeográfica é o jornalista carioca Euclides da Cunha. Euclides era um jornalista representante do governo de Hermes da Fonseca, que foi enviado no final do século XIX para cobrir, enquanto correspondente da capital (Rio de Janeiro à época), os acontecimentos da revolta em vilarejo baiano de Canudos. Neste local, um 'messiânico' chamado Antônio Conselheiro tinha instaurado uma comunidade sertaneja quase anarquista à margem das leis da nova república brasileira, com o governo indo até o local para combater a situação. Desse período, Euclides da Cunha faz dos seus relatos um dos primeiros escritos nacionais geográficos do Nordeste, não só sendo um conteúdo geográfico mais, como coloca Ribeiro (2011), contendo já uma ideologia geográfica clara, e que foi transformado no livro Os Sertões em 1902.

Os Sertões (1902) carrega em seus três capítulos (*A Terra, O Homem, A Luta)* características comuns aos escritos monográficos regionais franceses. No capítulo *A Terra* a descrição da paisagem em termos fitográficos, geomorfológicos e climáticos, conjugados ao comportamento dos locais, são mostrados como fundamento para o entendimento de um lugar. No capítulo *O Homem* caracteriza o homem dos lugares pela sua relação com seu meio, como exemplificado na frase: "*o sertanejo é antes de tudo um forte* (Cunha,1982, p.5). Nesta situação, ele associa a força do sertanejo com a vegetação local, considerando o indivíduo quase como um elemento da natureza árida visto como adaptado a seu modo de vida. Por fim, no capítulo *A Luta,* a relação homem e natureza dentro do locus regional é tido como o grande diferencial desse homem sertanejo frente ao Estado Brasileiro. O Estado. apesar do poder político e militar, não conhece como os sertanejos o ambiente em que estão guerreando, tornando-os inferiores na luta contra os locais. Nesta descrição mostra que o estudo do sítio da situação geográfica e da função da paisagem eram importantes para ser analisado. O autor antecipa neste livro um tipo de análise geográfica que só seria retomada em meados da década de 30 e 40 pelos geógrafos das cátedras brasileiras (Antonio Filho, 1990).

A grande contribuição de Euclides da Cunha, além do seu pioneirismo nos escritos sobre o Nordeste, enquanto traços de uma unidade regional, era ajudar a consolidar uma concepção ideológica-geográfica de uma época, bem como de um fazer regional geográfico de origens europeias. Isso fez com que o Nordeste fosse primeiramente reconhecido como um lócus com paisagem natural árida e com constituição econômica e populacional determinadas por esse meio, com a característica da paisagem física sendo sempre destacada ao se pensar nesta região em específico.

Esse imaginário regional ficou tão arraigado que o que foi desenvolvido por outros autores não nordestinos nos anos subsequentes tinham, necessariamente, que estar correlacionados com o imaginário da seca, do sertanejo, da fome. Essa leitura foi criticada, em termos de investigação científica, somente na década de 30 com as

ideias do francês Pierre Monbeig advindas de saídas a campo e estudo detalhado (Antonio Filho, 1990).

Pierre Monbeig, como consolidador das práticas de ensino franceses dentro do Brasil, é considerado um dos precursores no desenvolvimento de ensaios e atividades de campo pelo Nordeste. Monbeig explorou em um dos seus primeiros ensaios, intitulado *O ciclo do Cacau na Bahia,* as regionalidades produtivas bem como seus modos de vida, e tipos de comportamentos empregados no ato laboral. Em 1944 Monbeig fez uma grande excursão que foi da Bahia ao Ceará, do interior em direção ao litoral, observando aspectos das economias regionais locais, paisagens geomorfológicas e culturais (anexo B 1 e 2). A abordagem aplicada detinha aspectos comuns às monografias francesas do século XIX que faziam uma descrição dos gêneros de vida dos lugares pesquisados, pautada nos registros em cadernos de campo (Ribeiro, 2011).

Assim, nos primeiros momentos de descrição do Nordeste o sentido utilizado está intimamente relacionado com o conceito de *Região* francesa inicialmente relacionado a Pays -natural e depois a Região como gênero de vida. Foi firmado pelos intelectuais das ciências sociais que contribuíram para leitura geográfica nacional da época, sejam como Euclides da Cunha (1886-1909), seja os geógrafos radicados no Brasil como Monbeig em suas idas a campo. O que ambos têm em comum é a perpetuação do imaginário do Nordeste ainda como lócus ligado a características físicas e econômicas com foco no sertão. Isso ocorreu até mesmo em passagens das descrições de Monbeig tendo, já em 40, analisado de maneira mais ampla as outras áreas úmidas e semiúmidas da região e seus modos de vida. Entretanto, o entendimento cultural próprio do Nordeste com sua complexidade local, como parte da característica de uma região já tinha aparecido com os historiadores e estudiosos de geografia locais. Isso ocorreu especialmente com os intelectuais que antecederam esse movimento da Universidade no Sudeste, como a visão de região em Freyre presente já no ano de 1926 na Semana Regionalista em Recife e em sua obra Nordeste (1925). Sob suas influências um ideário vai se consolidar e possivelmente influenciar as práticas dos primeiros geógrafos formados em Pernambuco.

O conceito de Região Nordeste, se tornou mais delineado nas obras posteriores de Freyre nas décadas de 1930 e 1940, hiatos após as publicações das trilogias vinculadas à Casa Grande Senzala, sendo a parte mais geográfica dos seus escritos. Dessas obras, a visão ecológica de Freyre é trazida também em continuidade no seu livro *Tradição e Região* (1941), no qual a visão de região se mistura nitidamente com a categoria de paisagem no sentido socioambiental.

Nesta obra trata a importância do meu físico pernambucano açucareiro para o desenvolvimento cultural e social desse povo, como meio de exaltar e renovar a potencialidade regional daqueles locais. Essa visão de região humana, ou paisagem regional, tem influências do geógrafo americano Carl Saur (1889-1975), que contemporâneo acadêmico de Freyre, teve influência quase que direta nos seus escritos desse período, principalmente após a obra *Morphology of Landscape (1925)* que segundo Rogers (2012) trouxe a Freyre sugestões para seu método:

> Freyre percebeu no método de Sauer um tratamento balanceado de forças ambientais e culturais, a influência de clima e os efeitos de usos da terra de longo prazo. Ele pensava em Sauer como um estudioso que entendeu a importância da "harmonia da paisagem" (Rogers, 2012).

Essa "harmonia da paisagem" aparece em seu fazer regional ao tratar, já em Nordeste (1989), essa visão de paisagem dentro de sua visão de Região, no caso, da Região Nordeste, escrevendo assim:

> A natureza regional tende (…) a fazer o homem, o grupo, a cultura humana à sua imagem, ele observa, mas, por sua vez, o homem, o grupo, a cultura humana agem sobre a natureza regional, alterando-a de modo às vezes profundo (Freyre, 1989) e Região e Tradição (1941).

Freyre também cita outro geógrafo, Camille Valleux (com forte influência de Vidal de La Blache), tratando a respeito das potencialidades intrínsecas a cada solo e como elas deviam ser aproveitadas para o desenvolvimento socioeconômico da região, afirmando nessas obras a necessidade de se trabalhar com zonas ou sub-regiões específicas dentro do Nordeste.

Essa leitura já adiantava necessidade de pesquisas sobre as regiões econômicas e climáticas que vemos hoje e que já apareciam em trabalho como de Mario Lacerda em 1940, este último amigo pessoal e compadre de Freyre como elucida Cristina Freyre, Fátima Quintas (apêndices A e B), e na obra do pernambucano Josué de Castro (Castro, 2001), em sua Geografia da Fome em 1949 (Figura 10), onde o plano alimentar e de combate à fome é dividido em grandes zonas dentro do Brasil. A ideia de trabalhar com regiões e suas regionalizações tinha sido assimilada ao longo dos tempos pelos planejadores, engenheiros e geógrafos de todo Brasil, em especial no Nordeste até o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Figura 10: Regionalização das áreas da fome em Castro (1946)



Fonte: Figura retirada do Livro Geografia da Fome (Castro, 2001, p. 22).

Além da influência nas ideias de regionalização do imaginário construído por Freyre, a partir do Movimento de Regionalista foi bastante intensa. Esses se espelharam principalmente nas artes em geral. Na literatura nordestina destaca-se o Romance de 30, com Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, este último partícipe do movimento e da vida pessoal de Freyre, sendo um dos seus melhores amigos como elucida sua filha Sonia Freyre na entrevista semiestruturada realizada (Apêndice C). Somado a isto na música também se destaca a influência em Luiz Gonzaga e seus parceiros em 40, nas artes plásticas com Lula Cardoso Ayres e Cícero Dias e ainda no teatro, com Ariano Suassuna e a busca de um Brasil profundo, mais tradicional em 50 (D'Andrea, 1992).

Ainda em termos culturais, o regionalismo se expressou de outras formas. Fez-se presente nas permanências contemporâneas no final do século XX e início do XXI exemplificado musicalmente no particularismo do grupo Quinteto Armorial. Advindo do movimento armorial em 1970, o grupo ficou marcado pelo uso de conceitos do regionalismo que remonta aos tempos das peças teatrais, e ainda contra aculturação norte-americana no Brasil. O grupo toca o som dos aboios do sertão antigo com rabecas e pífanos mesclados com flautas e violas eruditas. Outras marcas regionalistas se deram com a pintura de Cícero Dias em pleno marco zero, com suas cores da Zona da Mata, bem como na construção da praça Euclides da Cunha no bairro da Madalena, projetada pelo paisagista Burle Marx, a qual busca reproduzir o ambiente sertanejo dentro da cidade litorânea do Recife (Figura 11). Essa estética da praça dialoga com a defesa do paisagismo de preservação das vegetações locais discutido no movimento de 1926, marcando o regional bucólico na paisagem da cidade.

Figura 11: Retrato da Praça Euclides da Cunha[5]



Fonte: Prefeitura do Recife.

O regionalismo sobre a identidade nordestina se consolidou no imaginário também, a partir dos escritores e cineastas. No regime do Estado Novo de Getúlio Vargas entre 1937 e 1942, as ideias socialistas no campo político e teórico se fizeram presentes na literatura e cinema. Ainda no Estado Novo, destacou-se a questão da luta de classes no escritor Jorge Amado, em sua obra *Capitães da Areia (1937)*. No período a crítica ao Estado ditatorial e as mazelas vividas por presos políticos ressurgiram na obra póstuma *Memórias do Cárcere* (1953), do escritor alagoano Graciano Ramos. São quadros de contestação que também envolveu a representação de um Nordeste multicultural, das feiras e comidas, mas agora voltado a um Nordeste em busca de justiça social e com ânsia por mudança – utilizando-se dos messiânicos, jagunços e cangaceiros como heróis de um tempo de conscientização da necessidade de mudanças de um quadro social, antes não tratado no regionalismo de 1926 (Sodré, 1962).

No cinema, cineastas inventam uma nova forma de fazer cinema tomando as especificidades do Nordeste como ponto de partida para reivindicações próprias. Este foi o caso do Cinema Novo, onde a imagem do Nordeste, de permanências e tradições, passa a ser o fundamento para um Nordeste de luta, revolução e renovação. Entre as influências do socialismo cubano e num contexto político conturbado no Brasil, nasce a era nordestina do cinema no Brasil, tendo o auge as leituras cinematográficas do baiano Glauber Rocha. A figura do cangaceiro, antes considerado um inimigo à ordem, passa a ser um personagem de resistência da condição social e da violência contra o opressor, O filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol* é um bom exemplo. Ambientado no Nordeste invoca a figura do cangaceiro como representante da coragem frente ao sertão do servilismo, das rezas e do silêncio.

5 Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=pra%C3% A7a+euclides+da+cunha+foto&rlz. Acesso em: 4 julho 2018.

Na história, a curva do personagem principal Manuel, o faz passar de um simples sertanejo a um cangaceiro e justiceiro, tendo como cenário o Nordeste das paisagens das palmeiras, do mar, com os musicais mostrando uma outra perspectiva para o Nordeste agora vinculada ao desejo de mudança social. O destaque do filme no festival de Cannes foi emblemático e marcou a representatividade do gênero. Glauber Rocha chegou a repetir, em meio a entrevistas sobre a função do seu filme e a mudança que ele queria provocar na região, incluindo frases fortes como: 'apenas a violência ajudará aqueles que são extremamente oprimidos'. O filme sofre depois censura devido ao teor de incitação à violência e "subversão" na época da ditadura militar (Figura 12) (Wills,1982). Mas essa influência na reflexão sobre o Nordeste do Cinema Novo, deixou marcas até hoje na cinematografia pernambucana – por exemplo, de Cláudio Assis, de Hilton Lacerda, dos contemporâneos anos 2000, com gosto de bairrismo moderno.

Figura 12: Cartaz de Deus e o Diabo na Terra do Sol (1964)[6]



Fonte: Wikipedia, 2018.

5. Conclusão

Sendo destaque econômico e cultural do Brasil ao longo de todo período colonial, Pernambuco também sentiu as mudanças políticas e sociais do período analisado, e tentou assim recuperar seu prestígio nacional e de sua região a partir do investimento cultural e artístico do lugar. Dessa maneira, as ideias de Região em Freyre, iniciadas a partir do centro regionalista 1923, advindas de influência intelectuais europeia e

6 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Deus_e_o_Diabo_na_Terra_do_Sol#/media/File:Deus_Diabo_Terra_Sol.jpg. Acesso em 4 julho 2018.

americanas de 1920, tendo seu auge ao longo da Semana Regionalista de 1926, e que continuaria a influenciar todo o desenvolvimento cultural, intelectual e científico ao longo do século XX, com as ideias de filosofia regionalista tradicional, baseando-se na ideia de região síntese natural e econômica. Com passar do tempo, e produto da transição do Brasil rural para urbano de 1950-1960, o regionalismo tradicionalista em Freyre torna-se um regionalismo transdisciplinar e humanismo, onde a região como categoria de análise passa a ser a região cultural e humana.

Dessa forma, o período áureo da abordagem regional, no país, auxiliou sobremaneira o entendimento mais profundo de seu povo a sua própria história, principalmente na investigação do geográfico, possibilitando também o conhecimento do nordestino e do pernambucano sobre seu próprio espaço, sendo isto possível a partir do entendimento de sua própria produção.

Por fim, misturam-se assim, no Nordeste, revolução, permanência e continuidade em uma sobreposição referenciada no regional, na qual esses lócus, mesmo que muito recente histórico e geograficamente, torna-se espaço típico de um povo.

Referências

BERDOLAY,Vicent**.** ***A escola francesa de Geografia. Uma abor-dagem contextual. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho.*** São Paulo: Editora Perspectiva, 2017

DIMAS, Antonio. Um manifesto guloso. ***Légua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural.*** Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, p. 7-24.

DEMPSEY, Amy. Estilos, escolas e movimentos: ***Guia enciclopédico da arte moderna.*** Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

FERREIRA, Delgado et al. ***O tempo do nacional-estatismo-do início da década de 30 ao apogeu do estado novo.*** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREYRE. Gilberto. ***Nordeste- Aspectos da Influência sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil.*** 7 ed. rev- São Paulo:Global, 2004.

FREYRE. Gilberto. A Respeito dos Cajus. ***Revista o Cruzeiro***. V. 5, n.11, 1949.

FREYRE. Gilberto. ***G. Casa-grande & senzala.*** Rio de Janeiro: Record, 2002.

FREYRE. Gilberto. ***Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife.*** 5ed. São Paulo: Global. 2007.

FREYRE. Gilberto. ***Interpretação do Brasil.*** Tradução de Olívio Montenegro. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1947.

FREYRE. Gilberto. ***Manifesto Regionalista.*** Recife: FUNDAJ, Ed.. Massangana, 1996.

FREYRE. Gilberto. ***Novo mundo nos trópicos.*** Rio de Janeiro: Topbooks. 2000.

_FREYRE. Gilberto. F. de M. ***O movimento Regionalista e Tradicionalista e a Seu Modo Também Modernista*** - Algumas Considerações. Ci. & Tróp., Recife, v. 5, n. 2, p. 175-188, 1977.

FREYRE. Gilberto. ***Ordem e Progresso***.6 ed.revista,São Paulo, Global, 2004.

FREYRE. Gilberto. Gilberto. ***Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais de adolescência e na primeira mocidade do autor (1918-1926).*** 2 ed- São Paulo: Global, 2016.

FREYRE. Gilberto. Gilberto. ***Tempo Morto e outros tempos: trechos do diário de adolescência da primeira mocidade (1915-1930).*** São Paulo: Global, 2006.

FONSECA, Edson Nery. Gilberto Freyre, A Província do Phdeísmo Carioca. ***C& Trop.*** Recife, v.20, n.2, p.309-316, jul.-dez., 1992.

GABAGLIA, Fernando A. ***Raja. Practicas de Geographia.*** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

GIDDENS, Anthony. ***As consequências da modernidade.*** São Paulo: Ed. UNESP. 1991.

GOMES. Ângela de Castro. ***Em Família – a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre.*** *Mercado das Letras*. Campinas-SP. 2005.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **N*ação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional.*** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n.1, p. 5-27, 1988.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. ***Acervo Fundação Biblioteca Digital (1920-1929).*** Jornais de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Acessado em 2020.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. ***Acervo Fundação Biblioteca Digital (1930-1939)***. Jornais de Pernambuco. Acessado em 2020.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. ***Acervo Fundação Biblioteca Digital (1940-1949).*** Jornais de Pernambuco. Acessado em 2020.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIRO (IEB). ***Acervo Mário de Andrade.*** Acessado em Dezembro 2019.

INOJOSA, Joaquim. ***O Movimento Modernista em Pernambuco.*** Rio de Janeiro: Tupy, 1968, 1v.

INOJOSA, Joaquim ***J*osé Américo *de Almeida – Algumas Cartas.*** Rio de Janeiro. Gráf. Olímpica Editora, 1980, p. 50.

INOJOSA, Joaquim ***A Arte Moderna***. Edição Fac-Similar. Rio de Janeiro. Livraria Editora Cátedra, 1984, p. 104.

LEAL, Wills. ***O Nordeste no cinema.*** João Pessoa: Editora Universitária/FUNAPE/ UFPb,1982.

SANTOS, Robson. Cultura e tradição em Gilberto Freyre: esboço de interpretação do Manifesto regionalista ***Sociedade e Cultura***, vol. 14, núm. 2, julio-diciembre, 2011, p. 399-408.Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil? ***In***: Coleção Cadernos do povo brasileiro, n.02. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1962.

Ecclesiae Filius: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista

Ecclesiae Filius: the Courtyard of São Pedro as a Historical and Cultural Heritage of 18th Century Recife

Ecclesiae Filius: El patio de San Pedro como patrimonio histórico y cultural del Recife del siglo XVIII

Josebias Costa do Nascimento Neto[1]
Maria Berthilde de Barros Lima e Moura Filha[2]
Pedro Henrique Cabral Valadares[3]

Resumo

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. Ecclesiae Filius: o Pátio de São Pedro enquanto patrimônio histórico e cultural do Recife setecentista. ***Rev. Ce&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 259-278, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2274

A cidade do Recife, capital de Pernambuco, assim como outras capitais luso-brasileiras, possui um rico conjunto de pátios católicos que moldaram seu tecido urbano. As pesquisas que analisam como esses espaços, entetanto, foram desenvolvidos e integrados ao contexto urbano ainda são esparsas. Logo, considerando o impacto das igrejas e seus pátios nas práticas sociais e configuração do espaço público; esta pesquisa visa construir uma narrativa acerca dessa herança socioespacial, atribuído ao pátio de São Pedro no Recife-PE, como resultado da hegemonia cristã na produção arquitetônica e urbanística do período colonial brasileiro. Partindo desse princípio, fez-se uma revisão bibliográfica acerca da construção e consolidação das cidades luso-brasileiras sob a ótica da contribuição e sua notória influência cultural, enquanto colônia de Portugal. Portanto, confirma-se a hipótese inicial do trabalho, tendo em vista que o Pátio de São Pedro transcende sua exordial função religiosa e se institui como um espaço multifacetado de memória e identidade na cidade do Recife. Desse modo, pode-se inferir que o objeto de pesquisa têm a sua relevância alicerçada em sua historiografia socioespacial, em seus usos e funções ao longo dos séculos, bem como também em seu traçado urbanístico que remonta

1 Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2024); Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC (2020). E-mail: josebias.nascimento@academico.ufpb.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0006-8301-5268

2 Ph.D em História da Arte pela Universidade do Porto (2005). Atualmente é professora Associada IV da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: berthilde_ufpb@yahoo.com.br.
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7409-102X

3 Ph.D em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2019). Atualmente é professor associado do curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de Pernambuco (UPE) e professor do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC). E-mail: arq.pedrovaladares@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1529-9175

a experiência do período colonial do Brasil. Logo, a história do Pátio está intrinsecamente ligada à história da sociedade recifense, sendo este um espaço onde, ao longo dos séculos, as celebrações, sejam profanas e/ou sagradas, os eventos culturais, os comércios e serviços de seu entorno; juntos fortaleceram os traços socioespaciais deste lugar. Assim, o tombamento do local pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ratifica sua importância cultural, enquanto um bem patrimonial, e reafirma um compromisso com a preservação desse valioso conjunto edificado para as gerações descendentes.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Recife (PE). Pátio de São Pedro.

Abstract

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. Ecclesiae Filius: the Courtyard of São Pedro as a Historical and Cultural Heritage of 18th Century Recife. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 259-278, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2274

The city of Recife, in Pernambuco, Brazil, like other Luso-Brazilian capitals, possesses a rich ensemble of Catholic courtyards that shaped its urban fabric. However, research analyzing how these spaces were developed and integrated into the urban context is still scarce. Therefore, considering the impact of churches and their courtyards on social practices and the configuration of public space, this research aims to construct a narrative about this socio-spatial heritage, attributed to the São Pedro courtyard in Recife-PE, as a result of Christian hegemony in the architectural and urban production of the Brazilian colonial period. Based on this principle, a literature review was conducted on the construction and consolidation of Luso-Brazilian cities from the perspective of their contribution and their notable cultural influence, as a colony of Portugal. Therefore, the initial hypothesis of the work is confirmed, given that the São Pedro courtyard transcends its original religious function and is established as a multifaceted space of memory and identity in the city of Recife. In this way, it can be inferred that the object of research has its relevance based on its socio-spatial historiography, its uses and functions over the centuries, as well as its urban layout that dates back to the experience of the colonial period of Brazil. Therefore, the history of the courtyard is intrinsically linked to the history of Recife society, being a space where, over the centuries, celebrations, whether profane or sacred, cultural events, commerce and services in its surroundings; together strengthened the socio-spatial features of this place. Thus, the listing of the site by the IPHAN (Brazilian Institute of Historic and Artistic Heritage) ratifies its cultural importance, as a heritage asset, and reaffirms a commitment to the preservation of this valuable built ensemble for future generations.

Keywords: Cultural Heritage. Recife (PE). São Pedro Courtyard.

Resumen

NETO, J. C. do N.; FILHA, M. B. de B. L. e M.; VALADARES, P. H. C. Ecclesiae Filius: El patio de San Pedro como patrimonio histórico y cultural del Recife del siglo XVIII. ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 259-278, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETRO-Pv48n2(2024)2274

La ciudad de Recife, en Pernambuco, Brasil, al igual que otras capitales luso-brasileñas, posee un rico conjunto de patios católicos que moldearon su tejido urbano. Sin embargo, las investigaciones que analizan cómo estos espacios se desarrollaron e integraron en el contexto urbano aún son escasas. Por lo tanto, considerando el impacto de las iglesias y sus patios en las prácticas sociales y la configuración del espacio público, esta investigación busca construir una narrativa sobre este patrimonio socioespacial, atribuido al patio de San Pedro en Recife-PE, como resultado de la hegemonía cristiana en la producción arquitectónica y urbanística del período colonial brasileño. Basado en este principio, se realizó una revisión bibliográfica sobre la construcción y consolidación de las ciudades luso-brasileñas desde la perspectiva de su contribución y su notable influencia cultural, como colonia de Portugal. Por lo tanto, se confirma la hipótesis inicial del trabajo, dado que el patio de San Pedro trasciende su función religiosa original y se establece como un espacio multifacético de memoria e identidad en la ciudad de Recife. De esta manera, se puede inferir que el objeto de investigación tiene su relevancia basada en su historiografía socioespacial, sus usos y funciones a lo largo de los siglos, así como también en su trazado urbanístico que remonta a la experiencia del período colonial de Brasil. Por lo tanto, la historia del patio está intrínsecamente ligada a la historia de la sociedad recifense, siendo este un espacio donde, a lo largo de los siglos, las celebraciones, sean profanas o sagradas, los eventos culturales, el comercio y los servicios de su entorno; juntos fortalecieron los rasgos socioespaciales de este lugar. De esta manera, la inscripción del sitio por el IPHAN (Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional) ratifica su importancia cultural, como bien patrimonial, y reafirma un compromiso con la preservación de este valioso conjunto construido para las generaciones futuras.

Palabras clave: Bienes Culturales. Recife (PE). Patio de San Pedro.

Data de submissão: 29/03/2024

Data de aceite: 20/08/2024

1. Introdução

Fundado em 1709 como vila portuária, o Recife servia à aristocracia de Olinda e somente após a Guerra dos Mascates, em 1711, obteve autonomia e prosperou como cidade. Teve seu crescimento territorial, político e econômico impulsionados pelo comércio portuário. Logo, as primeiras décadas do século XVIII marcaram a estabilidade do Recife (Menezes, 2022).

O Recife colonial, ainda como povoamento, prosperou por intermédio de sua intensa atividade portuária e também religiosa (do latim *ecclesiae filius*), consolidada pelo rico conjunto de igrejas e conventos que neste período estabeleceram-se ali (Menezes, 2017).

Em meados do século XVIII, igrejas, pátios e largos são observados nos mapas elaborados por Diogo da Silveira Velloso, enquanto marcos edificados da devoção cristã são evidenciados por Lira (2021), expondo uma série de construções que contribuíram para consolidação urbana da área:

> (...) a partir da Igreja e do Convento do Carmo, concluídos em 1769; da capela de Santa Teresa, de 1710; ou da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sobre terras doadas à Irmandade dos Homens Pretos ainda em 1654, cuja construção começaria naquele mesmo ano de 1739. Paralelamente, o processo avançava em direção às Cinco Pontas, partindo da Igreja do Livramento, erigida pela Congregação dos Homens Pardos a partir de 1722; da Igreja de São Pedro dos Clérigos, na antiga Rua das Águas Verdes, com risco de 1728; da velha Igreja e do Convento da Penha, demolidos no século XIX para dar lugar à atual igreja; da primitiva Igreja de Nossa Senhora do Terço, por volta de 1732; da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, dos pretos e pardos, finalizada em 1796 e demolida em 1971, quando da abertura da Avenida Dantas Barreto; e de alguns outros templos mais modestos, como a antiga capelinha de São José do Ribamar, datada ainda do final do século XVII e de posse da irmandade de artífices e pescadores da região, que daria nome ao bairro no século XIX (LIRA, 2021, p. 09).

Portanto, pouco a pouco o panorama começa a ser modificado pelo arrojo da Igreja Católica e com autorização expressa da Coroa Portuguesa, por intermédio de ordens e decretos reais. A presença de ordens monásticas e irmandades, no Brasil de modo geral, foi crucial para a difusão da fé católica e para a consolidação de um poderio religioso no local. Essa influência se materializou na construção de igrejas, conventos, escolas eclesiásticas, que expressam territorialmente a autoridade da Igreja e sua importância na vida da comunidade, sobretudo a recifense (LORETTO, 2008).

Tendo em vista o Pátio de São Pedro, como um dos primeiros conjuntos urbanos protegidos por lei no Brasil, através do IPHAN, a pesquisa tem como investigação central a seguinte questão: como se deu o processo de construção e consolidação dos pátios das igrejas católicas, em específico o Pátio de São Pedro, no tecido urbano da cidade do Recife e qual seria sua relevância?

Como objetivo geral, a pesquisa se propõe a construir uma narrativa acerca da herança arquitetônica e religiosa, atribuída ao pátio de São Pedro, em Recife-PE, como resultado da hegemonia cristã na produção arquitetônica e urbanística do período colonial brasileiro. A hipótese inicial deste trabalho consiste que a relevância histórica e

artística, pelo qual o bem foi tombado pelo IPHAN, não está alicerçada apenas na função religiosa, estando assim ancorado na diversidade de uso e a ocupação do lugar, bem como na historiografia urbana contada pelo seu tecido urbano e nas relações socioeconômicas vivenciadas pela sociedade recifense em transformação ao longo dos anos.

2. A Igreja Católica na construção e consolidação das cidades luso-brasileiras

Nas cidades luso-brasileiras do período colonial, a configuração urbana, tanto como resultado quanto como processo social, foi largamente influenciada pelo poder e influência da Igreja Católica. Através de sua influência social, política e econômica, a Igreja moldou o espaço urbano de diversas frentes para a construção e o desenvolvimento da forma urbana (Souza, 2013).

Assim como a Igreja e as ordens leigas; o Estado, a população (em seus movimentos sociais) e os agentes econômicos, interagem de forma complexa para construção das cidades luso-brasileiras no período colonial, moldando através desses pilares sua estrutura física e social.

Os estudos de Pedro de Almeida Vasconcelos (1996)[4] e Maurício de Almeida Abreu (2011)[5], sobre a formação de Salvador no período colonial, nos revela a complexa interação de diversos agentes na modelagem dessas cidades. Esses agentes modeladores, com sua influência sobre a organização social e espacial, foram peças-chave nesse processo. Juntos, esses atores moldaram a paisagem urbana, as relações sociais e a dinâmica econômica da cidade, deixando um legado que perdura até os dias atuais. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental para entender a evolução histórica e a configuração espacial desses lugares.

Nessa perspectiva, é pertinente discutir em que medida a legislação eclesiástica influenciou na produção e utilização dos espaços de uso público, por não haver normas específicas pré-estabelecidas pela Coroa Portuguesa que legislassem sobre a temática, no início da colonização brasileira. Diante disso, faz-se importante, preliminarmente, ter em vista as instruções promulgadas pela Igreja Católica, a partir do Concílio de Trento realizado entre 1545 e 1563.

O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III com o objetivo de traçar rumos que assegurassem a unidade da Igreja Católica e a disciplina eclesiástica. Ocorrido no contexto da Reforma da Igreja Católica, em reação à divisão religiosa que ocorria na Europa devido à Reforma Protestante, sendo assim reconhecido como o Concílio da Contra reforma. Na realidade portuguesa, frente a grande aproximação entre os monarcas e o Vaticano, os preceitos deste concílio tiveram grande adesão, sendo Portugal "considerado pela historiografia um dos países pioneiros na recepção das diretrizes do Concílio de Trento" (ALVES, 2016, p. 01).

4 VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 92, pág. 287-300, 1996.

5 ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. Revista Cidades, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.

Resultaram deste concílio numerosos decretos disciplinares, especificando as doutrinas católico-romanas quanto à tradição, sacramentos, hierarquia, liturgia, culto, entre outros aspectos. Ditaram, também, normas sobre a construção, organização espacial e função dos equipamentos da Igreja Católica, as quais vieram a reverberar sobre o processo de construção e apropriação dos espaços urbanos. Tais normas foram sistematizadas por Carlos Borromeu, sobrinho do Papa Pio IV, na obra intitulada *Instructiones Fabricae et Supellectilis Ecclesiasticae*[6], publicada em Milão, em 1577, contendo "indicações para a construção dos templos, bem como o zelo pelos objetos eclesiásticos definidos nos mínimos detalhes" (Oliveira, 2019, p. 17).

A obra é dividida em duas partes, sendo a primeira voltada às construções sacras e a segunda referente às alfaias eclesiásticas (os objetos indispensáveis aos ministérios sacros). Ambas têm por objetivo assegurar o decoro, liturgia e tradições às igrejas católicas e suas celebrações.

Uma vez que nos interessa tratar do objeto arquitetônico e sua relação com o espaço urbano, é nesse aspecto que nos detemos. Em primeiro plano, Carlo Borromeu[7] instrui acerca da escolha mais adequada para implantar os edifícios sagrados. Estes deveriam ser construídos afastados de "terrenos sujos, pantanosos, lamacentos ou sujeitos a inundações ou torrentes de água devem ser evitados, bem como áreas próximas a mercados, lojas, tabernas, oficinas, estábulos" (Loewen, 2014, p. 53) ou outros locais com ruídos que impossibilitem as atividades litúrgicas.

Borromeu determinava que, para edificar uma igreja, fosse optado um sítio mais apropriado, considerando que "se faça em um lugar algo mais elevado, afastado de toda classe de imundices", tendo ainda a cautela de a manter "separada com um intervalo de alguns passos desde as paredes de outras casas", de modo que apareça isolada, "semelhante a uma ilha" (Borromeu, 1960, p. 4-6).

Semelhantemente, Leon Battista Alberti, no livro VII da obra *De Re Ædificatoria*, recomendou que "o lugar onde situares o templo, deve ser frequentado, afamado e, como dizem, altivo e isento de todo contágio das coisas profanas. Por este motivo terá em frente uma ampla e imponente praça, [...] de modo a poder ser contemplado nitidamente de onde se quiser" (Alberti, 2011, p. 439).

Desse modo, os edifícios religiosos estariam intrinsecamente associados a um espaço amplo, destinado a acolher os fiéis, chamados de pátios. Estas instruções foram incorporadas, posteriormente, às constituições sinodais, implementadas no Brasil através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no ano de 1701.

Trilhando as recomendações de Borromeu, essas constituições recomendaram que as igrejas fossem implantadas em distância das outras edificações para "que possam andar as procissões ao redor delas e que se faça em tal proporção que não somente seja capaz dos fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando ocorrer as festas" (VIDE, 2011). Em razão disso, evidencia-se uma característica comumente

6 Instruções para tecidos e móveis eclesiásticos - Tradução livre.

7 O contato com figuras renomadas da cultura romana, como o arquiteto Pellegrino Tibaldi, desempenhou um papel crucial na formação do gosto artístico-arquitetônico dessa personalidade marcante da história da Igreja Católica. Estas recomendações trazem à lembrança os tratados de Vitrúvio, Pietro Cataneo e Andrea Palladio.

encontrada nas igrejas de todo o Brasil, sendo estas comumente atrelada a largos, adros, pátios ou terreiros, como é o caso da Concatedral de São Pedro dos Clérigos do Recife (Fig. 1).

Logo, as contribuições de Borromeu e Alberti reverberam nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que, por sua vez, valida a igreja num sistema social confluindo nas artes, política e economia por pertencer ao contexto de "trocas simbólicas" almejando a "ordenação e superação dos conflitos vivenciados no período [...] o que ajudou a alterar não somente as estruturas físicas, mas as tradições e relações pessoais" (Oliveira, 2019, p. 26).

Assim sendo, observamos que os pátios e largos, nas cidades luso-brasileiras, são fruto da atuação da Igreja Católica enquanto agente modelador do espaço. Esses espaços expressam a interligação entre as atividades cívico-religiosas expressas pelo tempo passado, seja pela morfologia própria do lugar, o processo histórico de formação e usos ou ainda pelo seu reconhecimento enquanto território, como no caso do objeto de estudo dessa pesquisa.

Figura 1: Igreja e Pátio de São Pedro dos Clérigos do Recife



Fonte: Acervo pessoal do autor.

3. As organizações católicas, suas igrejas e pátios na cidade do Recife: a relevância arquitetônico-religiosa e sua relação com o espaço da cidade

No Recife do período colonial, as pessoas que congregam a fé católica (congêneres em condições econômicas, ofícios e posição social) se organizavam em irmandades, confrarias e ordens terceiras, assegura essa maneira de aproveitar um pouco do prestígio proposto pela religiosidade e principalmente em defesa dos problemas desse sistema colonial em comum ao qual lhes foram impostos, seja por questões raciais e/ou financeiras.

De igual modo, a igreja católica mantinha uma íntima relação com a Coroa Portuguesa, corroborando com o processo de perpetuidade das irmandades religiosas no Recife que, por sua vez, desempenhou um papel fundamental na consolidação da sociedade em desenvolvimento na região. Logo, enquanto agente de transformação socioespacial, as irmandades católicas, apesar das dificuldades em obter recursos financeiros e mão de obra habilitada, nos deixa um eminente legado no tecido urbano na área central do Recife com a construção de suntuosas igrejas que, segundo Valadares (2022), "(...) posteriormente dominaram a dinâmica socioespacial e a paisagem urbana da vila, caracterizada por um conjunto homogêneo de casas e sobrados geminados (...)" (Valadares, 2022, p. 72), cuja extensão de terra foi lentamente conquistada através dos progressivos aterros ao longo dos anos.

As ordens terceiras[8], como a de Nossa Senhora do Carmo que através da Fundação do Convento Carmelita, em 1695; assim como a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a de São Francisco, no mesmo ano, desempenharam o papel de reunir e congregar toda a elite da época. Essas, atraíam desde ricos mascates e senhores de engenho poderosos, até os líderes e homens influentes da política pernambucana, formando assim um "elo invisível" entre toda a classe aristocrática daquele período.

As irmandades deixaram sua marca na paisagem urbana, especialmente através das diversas igrejas que construíram. Senhores abastados das ordens terceiras do Carmo e São Francisco, comerciantes devotos do Santíssimo Sacramento, clérigos da irmandade de São Pedro e artífices reunidos sob a devoção à São José do Ribamar, todos contribuíram para a construção de um panorama religioso singular, conforme autores renomados que investigam a história da cidade do Recife, como: Loretto (2008); Moura Filha (2009); Menezes (2017); Valadares (2019); Pontual (2021) e Nascimento Neto (2023).

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, formada em meados do século XVII, exemplifica um fenômeno social generalizado na sociedade da época. Ela procurou reestruturar a condição dos negros escravizados e livres, usando meios permitidos pela Igreja, como a compra de alforrias, para ascender socialmente. Isso reflete o desejo por reconhecimento social[9] e evidencia um caráter de resistência e liberdade entre pretos e pardos; com a mesma finalidade de também demonstrar devoção e força

8 Uma ordem terceira é uma associação de leigos católicos que se unem para viver a fé em comunidade vinculados, geralmente através de orações, estudos e práticas devocionais particulares; a uma ordem religiosa específica, como os franciscanos, carmelitas ou dominicanos.

9 Tendo em vista o contexto socioeconômico escravocrata da era colonial brasileira e o viés elitista das irmandades de homens brancos.

através da grandiosidade de seus templos. Além disso, esses grupos desempenharam uma função de assistência, atuando como instrumentos de ação social e assistencialista, "prestando aos seus membros serviços médicos, ajuda financeira, organizando orfanatos e abrigos para a população em geral." (Moura Filha, 2009, p. 362).

Enquanto organização da classe trabalhadora, destaca-se a Irmandade de São José do Ribamar, em 1735, formado por pessoas de ofício voltados para a construção civil (marceneiros, carpinteiros e pedreiros por exemplo), tinham a pauta também de regular seus empenhos profissionais, uma vez que não existiam sindicatos ou conselhos de trabalhadores.

Na classe média da sociedade da época, encontravam-se em destaque as irmandades de Nossa Senhora do Terço, instituída em 1726, formada por comerciantes e artífices em sua maioria; a venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos (fundada em 26 junho de 1700) e a irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, iniciada em 1722, excluído os militares de artilharia que tinham devoção própria a São João Batista (Guerra, 1970).

Além disso, Afirma Valadares, "Outras irmandades foram sendo fundadas e se espalharam pela vila, inclusive em áreas que demandam aterro, ou seja, periféricas à ocupação que se adensava. Um desses casos ocorreu com a irmandade dos militares, estabelecida no início do século XVIII" (Valadares, 2022, p. 73).

É válido ressaltar que, ainda na primeira metade do século XIX, foi instituída a freguesia do Recife, sendo dividida entre as freguesias de Santo Antônio (ao norte) e a de São José (ao sul) da ilha. Elas foram marcadas por forte presença popular, artesanal e pequeno-burguesa, branca, preta e parda, masculina, feminina, livre e liberta. Segundo Wagner (2004), as freguesias constituíam uma subdivisão administrativa de cunho religioso, sinalizando a existência de um centro populacional organizado com o estabelecimento de áreas de ocupação com relevância econômica e/ou influência política significativa.

Portanto, as irmandades e confrarias desempenharam um papel vital na transformação do cenário urbano e social em meio a uma competição para erguer os mais grandiosos templos. Como símbolos de prestígio e poder, essas estruturas serviam como locais de culto; além de demarcar a presença dessas instituições na cidade. Assim, em meio ao emaranhado de sobrados, os espaços religiosos ditavam sua importância na sociedade e tinham um propósito fundamental de criar marcos físicos, identificáveis espacialmente, que representavam sua fé e influência social.

Afinal, é através da arquitetura religiosa[10], que as instituições religiosas expressavam sua estima e devoção aos seus santos, criando marcos físicos que representavam sua fé e seu papel na sociedade. Essas estruturas fazem parte de um agrupamento de construções sacras (conforme demarcado na Figura. 2) que testemunharam o elevado *status* e influência das irmandades, bem como a significância das ordens religiosas na sociedade, gerando assim, um impacto considerável no processo de construção e consolidação da malha urbana na área central do Recife.

10 A exemplo das frontarias de São Pedro dos Clérigos e da Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, que se consagraram no século XVIII como grandes obras emblemáticas de expressão barroca, adornando uma vila densa e austera.

Figura 2: Mapa dos pátios do Recife



Fonte: Google earth, editado pelos autores (2022).

Desse modo, observa-se que essa configuração espontânea, se apresenta como um grande teatro urbano, onde cada esquina e cada vista revela novas cenas e experiências visuais oportunizadas pelos remanescentes estilos arquitetônicos encontrados na área central da cidade. Dito isso, o Pátio de São Pedro apresenta-se como um palco dessa experiência barroca, com uma rica variedade de percepções de imagens que se desdobram ao longo de suas vias e fachadas ancoradas geograficamente no entorno de rios e o braço de mar que emolduram e delimitam o espaço, além de enriquecer a experiência visual e simbólica desse trecho urbano. Assim sendo, apontamos que essa relação entre o ambiente construído e a paisagem natural é um aspecto crucial da expressividade barroca do Pátio. Essa articulação estilística na cidade é marcada por uma intensa carga dramática, que se manifesta nas diferentes iniciativas edilícias e na forma como os são percebidos e vivenciados pelos transeuntes; se tornando um elemento fundamental para a sua qualificação artística da área estudada.

4. O pátio de São Pedro e a sua Concatedral

A concatedral de São Pedro dos clérigos, foi idealizada por uma irmandade de Clérigos, formada por homens brancos, que erigiram esse templo em devoção ao santo que detém as chaves das portas dos céus, segundo a fé católica. O local teve sua pedra fundamental firmada em 3 de maio de 1728 e por fim teve seu santuário sacralizado no ano de 1782 (Iphan, 2010).

Sua história é cativada pela devoção dos fiéis e consumada pela Venerável Irmandade de São Pedro dos Clérigos (existente desde 1700) que, por sua vez, em 1719 adquiriu o lote da área de cultivo e das seis residências com o propósito de erigir uma igreja no local. Contudo, somente nove anos mais tarde, em 1728, é que a construção deu-se início efetivamente; sendo finalizada entre 1781 e 1784. Por fim, "algumas dessas antigas casas foram mantidas à frente do templo e um novo casario foi organizado de modo a conformar um pátio" (IPHAN, 2010, p. 03), mantendo a imponência da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, conforme Figura 3.

Figura 3: Vista aérea da Igreja e pátio de São Pedro dos Clérigos do Recife



Fonte: acervo pessoal (2023).

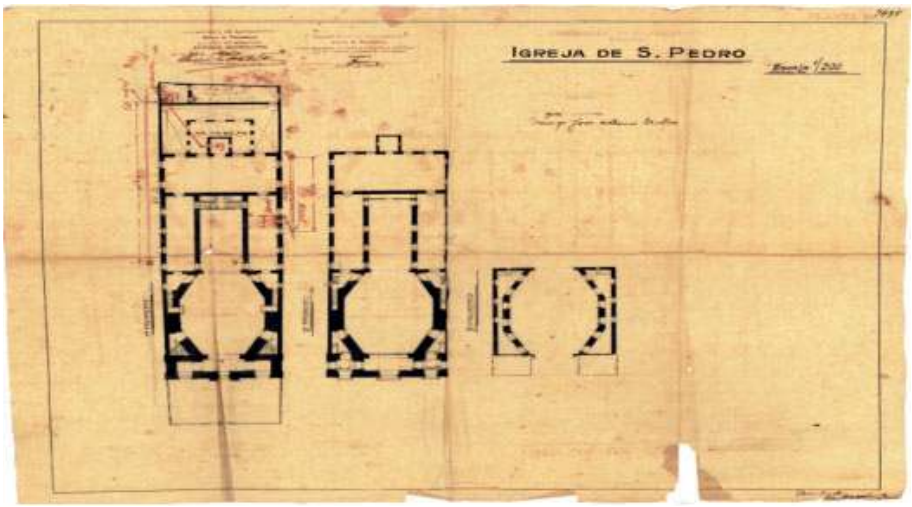
A configuração da sua planta baixa (Figura 4) ficou a cargo do Manuel Ferreira Jácome, mestre-pedreiro[11], que mais tarde foi consagrado como arquiteto. Ele projetou uma única nave de formato octogonal, com influência do estilo maneirista, inserida dentro de uma estrutura retangular, de modo que a forma poligonal do interior não

11 "Manuel Ferreira Jácome exerceu a função de Juiz de Ofício por cinco vezes; nos anos de 1707, 1708, 1711, 1717 e 1729. [...] ascendeu ao cargo principalmente por sua perícia profissional e por se relacionar com outros artífices que exerciam ou exerceram papéis importantes como Antônio Fernandes Matos [...]" (SILVA, 2010, p. 144).

é visível externamente. A pedido da Irmandade, esse projeto foi submetido à análise e recebeu aprovação dos engenheiros militares João Macedo Corte Real e Diogo da Silveira Veloso (MENEZES, 2017).

Na ornamentação de seu interior, trabalharam proeminentes artistas da época: João de Deus Sepúlveda, responsável pela pintura em perspectiva ilusionista do forro da nave (1764-1768); Manuel de Jesus Pinto, encarregado da douração do mobiliário da igreja (1804-1815); Francisco Bezerra, autor dos dez painéis que retratam a vida de São Pedro e estão localizados na capela-mor. Além disso, o mestre entalhador José Gomes de Figueiredo executou o sacrário e a cadeiral do altar-mor, juntamente com todo o mobiliário da sacristia, a qual foi inaugurada em 1781 (SILVA, 2008).

Figura 4: Planta baixa da concatedral de São Pedro dos Clérigos

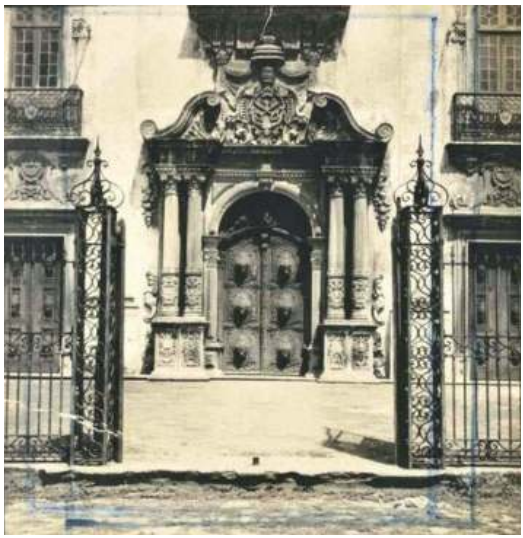


Fonte: Comissão de Saneamento do Recife (1929).

A fachada principal exibe uma portada barroca monumental, ricamente esculpida em pedra, onde se destaca o escudo da irmandade, representado pelas chaves do apóstolo Pedro, ao centro. A portada (Figura 5), esculpida em Jacarandá-mármore e ricamente adornada com detalhes em pedra, se estende e integra-se harmoniosamente à janela alta de arco abatido, conectando esses dois elementos com balaústres e detalhes ornamentais em pedra. Na seção correspondente às duas torres, observa-se as janelas do coro, também adornadas com balaústres e ornamentos em pedra (Guerra 1970).

A edificação é marcada por uma composição equilibrada e simétrica, com duas torres sineiras de forma octogonal que flanqueiam o corpo central. No centro, a porta principal é emoldurada por pilastras e entablamentos ornamentados, com volutas e outros elementos decorativos esculpidos em pedra calcária. Acima da porta, um frontão curvo coroa a entrada, e, mais acima, uma janela centralizada com balcão e gradil em ferro forjado, que acrescenta sofisticação à composição.

Figura 5: Fotografia da porta da Igreja de São Pedro dos Clérigos na década de 1930



Fonte: Fundaj, [s.d].

Um destaque especial da obra é o frontispício com relevos esculpidos em pedra, que retratam elementos bíblicos da iconografia religiosa cristã, como cruzes e anjos, que evocam a espiritualidade e a devoção que a igreja representa. As torres sineiras, por sua vez, possuem cúpulas em forma de bulbo e são decoradas com elementos geométricos e florais, típicos do barroco tardio. Esta obra-prima da arquitetura colonial brasileira encanta e impressiona por sua beleza, riqueza de detalhes e importância histórica; tem sua riqueza decorativa influenciada pelo barroco europeu, especialmente o português, adaptadas ao contexto local. Por suas proporções harmoniosas, a construção se impõe como um testemunho da importância da Igreja Católica no período colonial, bem como da habilidade dos artesãos e arquitetos da época em traduzir a opulência barroca em pedra e cal.

Além da opulenta igreja barroca, através das procissões, os católicos recifenses revivem a tradição milenar de levar a fé para além dos templos sagrados. Essas manifestações religiosas, ricas em simbolismo e espiritualidade, proporcionam momentos de intensa devoção e comunhão com o divino, unindo os fiéis em um grandioso cortejo pelas ruas da cidade (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

Os jornais da época[12] eram verdadeiros porta-vozes das festividades religiosas, divulgando amplamente datas, horários e o itinerário completo das procissões que logo tornou-se uma prática recorrente, impulsionada principalmente pelas irmandades

12 Analisando os anúncios publicados em jornais da época, observa-se uma procura acentuada por imóveis situados nas ruas percorridas pelas procissões dos bairros de Santo Antônio e São José. A frequência e o destaque dados a essas propriedades nos classificados demonstram uma valorização imobiliária considerável dessas áreas, contrastando com a demanda por imóveis em outras regiões da cidade (NASCIMENTO NETO; MOURA FILHA; VASCONCELOS; SILVA, 2023).

responsáveis por cada evento, visto que aproveitavam-se desse espaço para divulgar suas atividades e eventos. As publicações direcionaram apelos à população para que preparasse as ruas por onde passariam os cortejos, enfatizando a importância da limpeza e ornamentação dos caminhos como demonstração de fé (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

> Os moradores das proximidades se esforçavam por intervir nesse itinerário, para fazer passar a procissão em suas ruas, inclusive porque ela atraía rendas com o aluguel das janelas de sobrados. Um anúncio de jornal fazia constar que "Deseja-se alugar uma casa, para pequena família, no Bairro de Santo Antônio e que seja em rua onde passem as procissões da Quaresma, dando-se de aluguer até 12$000". Nos dias de procissão, o aspecto da rua era alterado na sua placidez cotidiana. A cidade recebia grandes levas de pessoas, dos arrabaldes e das vilas próximas, ansiosas para assistir a essas grandes festividades religiosas [...] A imponência da matriz e a grandiosidade da procissão que dela saía irradiavam para as ruas das freguesias por onde o cortejo passava (ARRAIS, 2002, p.183).

A cumplicidade entre a Igreja, o Estado e as forças armadas era evidente nessas festividades religiosas, uma vez que decretos e ordens oficiais determinavam a participação de guardas de honra, tropas de guarnição e, em algumas ocasiões, da Guarda Nacional com sua cavalaria, contribuindo para a grandiosidade e o esplendor dos eventos. Essa sinergia entre as instituições reforçava o caráter solene dessas celebrações que antes monopolizavam as ruas em datas sagradas, como a Páscoa e o Natal, e começaram paulatinamente a conviver com as festividades populares a partir da década de 1950. Encontros boêmios e o carnaval, por exemplo, passaram a integrar o calendário de eventos públicos, diluindo a hegemonia das procissões católicas e enriquecendo seu diverso cenário cultural, conforme pontuado pela autora:

> Ao entrar nos pátios das igrejas, sagrado e profano se realizam em um mesmo espaço público. Em cada um deles se organiza a procissão em homenagem ao santo ou à santa para quem foi erguida a Igreja (....). Neles acontecem apresentações musicais, danças dos ciclos carnavalesco, junino e natalino, da cultura negra. (...) Quem nunca foi assistir, no Pátio do Terço, na segunda-feira de carnaval, a Noite dos Tambores Silenciosos, quando se apresentam nações de maracatu do baque virado? São José: irrefutavelmente espaço sagrado e profano (LACERDA, 2021, p. 143-144).

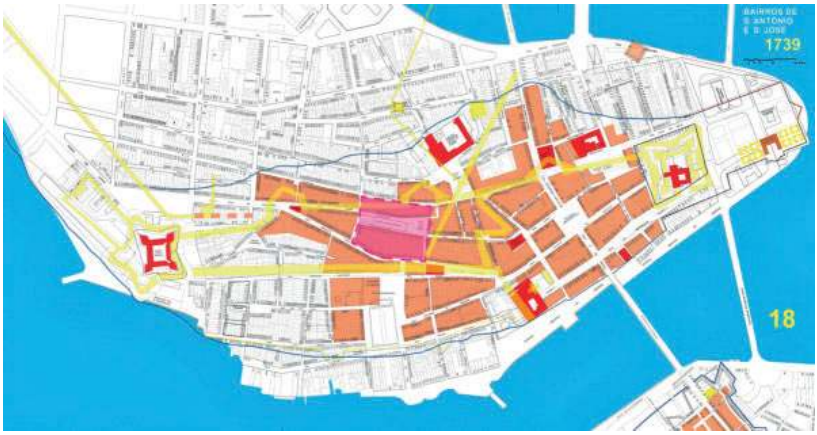
Por estes relevantes atributos, subjetivos e simbólicos, junto aos valores impregnados no seu estoque construído, o pátio foi inscrito no livro de tombo Histórico (em 8 de março de 1968), sob a justificativa de que a Concatedral de São Pedro dos

Clérigos, anteriormente inscrita apenas no livro de tombo das Belas Artes em 20 de junho de 1938, "tem sua monumentalidade, em grande parte, conferida pelas edificações que a cercam, e que formam, à sua frente, o Páteo de São Pedro" (DPHAN, 1938, p. 15), afinal, arte, excepcionalidade e história continuavam sendo os valores que balizavam as decisões do Iphan até então.

> Em suma, teóricos especialistas, como Bazin (1983) e Smith (2012), celebram as igrejas barrocas do Recife do século XVIII, a exemplo da Concatedral de São Pedro dos Clérigos, como um conjunto unificado e distintivo. Sua singularidade não se restringe apenas ao estilo, mas também à integração em uma paisagem urbana de caráter horizontal, uma característica incomum na época colonial brasileira. Nesse cenário, o Recife se destaca pela convivência marcante entre a genuinidade dos sobrados estreitos e a opulência das igrejas barrocas (Nascimento Neto; Mourafilha,; Vasconcelos; Silva, 2023).

Em consonância com outras cidades coloniais, como Salvador e Rio de Janeiro, a presença católica no Recife não apenas moldou, mas também definiu a estruturação urbana da cidade. Dessa maneira as igrejas, para além de sua função sagrada, tornaram-se representações arquitetônicas dominantes, influenciando não apenas o arruamento, mas também a própria paisagem urbana, conforme podemos observar na evolução mostrada pela Figura 6. Desse modo, os adros e pátios das igrejas católicas, posicionam-se como elementos intrínsecos na historiografia urbana na cidade do Recife, erguendo-se como testemunhas silenciosas da rica herança cultural que moldou a cidade que conhecemos hoje.

Figura 6: Mapas da Ilha de Antônio Vaz de 1739 e 1771, respectivamente, com a área do Pátio de São Pedro demarcada na cor rosa magenta



Fonte: Menezes (2017 e Arquivo Histórico Exército RJ, 1771).

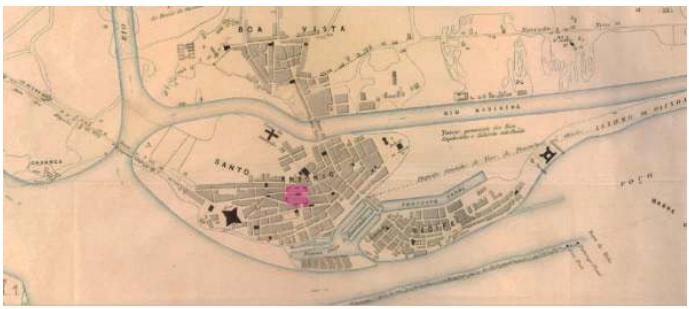
Através dos documentos apresentados acima[13], evidencia-se que a ocupação dessa gênese urbana, havia se constituído na região e seguia fielmente os preceitos da urbanização portuguesa, sendo caracterizada por ruas estreitas e espaços amplos diante das igrejas construídas a partir de 1654; apesar de não observamos a presença da igreja de São Pedro dos Clérigos em registros cartográficos até o mapa de 1739.

O mapa de Diogo da Silveira reforça o argumento de que o Pátio de São Pedro surge antes da própria Igreja, pois todo o casario e as ruas que o delimitam estão representados desde as primeiras cartografias pós-reconstrução da cidade, na retomada dos portugueses do domínio de holandeses, em 26 de janeiro de 1654; vitória essa que foi fundamental para a consolidação do domínio português em Pernambuco e teve um grande impacto na história do Brasil.

A cidade que demonstrava uma clara identidade lusitana, nos trinta e cinco anos seguintes engendrou uma expansão urbana continuada, que se deu em direção ao rio; feitos por intermédio de aterramentos em áreas de mangue para a construção de novas quadras e habitações, atendendo à crescente necessidade de moradia, que viria a contribuir para a consolidação urbana na cidade do Recife enquanto capital do estado de Pernambuco, oficializada em 1827, conforme observado na Figura 7[14].

Logo, o Pátio de São Pedro ampara e converge essa dinâmica socioespacial, como um palco para uma diversidade de manifestações culturais, do profano ao sagrado, que se inserem em uma dimensão apropriativa de um espaço urbano nascido católico e desenvolvido numa sociedade em transformação no que tange a abertura social e de apropriação território-espacial por comunidades descendentes afro-indígenas na região, com um acervo que abrange desde o século XX e se prolonga até o presente.

Figura 7: Recorte da Planta da cidade do Recife, com a área do pátio de São Pedro demarcada na cor rosa magenta, de autoria dos Engenheiros civis Henry Law e John Blount



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira (1856).

13 O primeiro Mapa é o produto de uma sobreposição de mapas utilizando como mapa base (de autoria de Douglas Fox) o Mapa dos bairros de São José e Santo Antônio (1906/1907) e em colorido, está representado o Mapa do novo sistema defensivo projetado pelo engenheiro Diogo da Silveira Veloso para a Ilha de Antônio Vaz (1739) em Recife-PE. Já a segunda imagem faz um recorte do Plano da vila de Santo Antônio do Recife (1771) e faz parte do acervo do arquivo histórico do exército do Rio de Janeiro-RJ.

14 Law, Henry; Blount, John. Planta da cidade do Recife, mostrando os melhoramentos propostos no porto. 1856. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/49305>. Acesso em: 15 ago 2024.

Por todo o exposto, os pátios, além de seu contexto religioso, conferem às igrejas uma aura de grandiosidade e solenidade, fazendo com que elas dominem a paisagem local como um ponto focal na perspectiva do espaço. Além de servirem como locais de circulação, pausa na trama urbana e interação, os pátios também se configuram enquanto históricos espaços de expressão religiosa. Essas áreas, eminentemente destinadas à socialização, desempenharam um papel fundamental ao realçar essa influência da presença religiosa na vida cotidiana da sociedade recifense em sua gênese.

5. Conclusões

O presente estudo traçou a trajetória do Pátio de São Pedro, com base nos documentos que regiam a construção das cidades luso-brasileiras, desde a fundação da vila até a consolidação do referido pátio, como um dos primeiros conjuntos urbanos reconhecidos e tombados pelo Iphan no Brasil. Através da análise de documentos, cartografia; bem como a historiografia urbana e sua bibliografia especializada, foi possível desvendar as etapas de construção e transformação do pátio, evidenciando sua importância. Logo, esse conjunto arquitetônico, marcado pela presença da Concatedral de São Pedro dos Clérigos e do casario colonial, traduz a hegemonia da fé católica e a organização social hierárquica da época expressa na paisagem do Recife. As irmandades religiosas, atuantes nos pátios da cidade, desempenharam um papel fundamental na coesão social, visto que além de seus templos balizarem o desenvolvimento da cidade, havia uma promoção da gratuita na educação e na assistência aos necessitados (médicos e de cartas de alforrias).

Portanto, confirma-se a hipótese inicial do trabalho, tendo em vista que o pátio de São Pedro transcende sua exordial função religiosa e se institui como um espaço multifacetado de memória e identidade na cidade do Recife. Desse modo, pode-se inferir que o objeto de pesquisa têm a sua relevância alicerçada em sua historiografia socioespacial, em seus usos e funções ao longo dos séculos, bem como também em seu traçado urbanístico que remonta a experiência do período colonial do Brasil. Logo, a história do pátio está intrinsecamente ligada à história da sociedade recifense, sendo este um espaço onde, ao longo dos séculos, as celebrações, sejam profanas e/ou sagradas, os eventos culturais, os comércios e serviços de seu entorno; juntos fortaleceram os traços socioespaciais deste lugar. Sendo assim, o tombamento do local pelo Iphan ratifica sua importância cultural, enquanto um bem patrimonial, e reafirma um compromisso com a preservação desse valioso conjunto edificado para as gerações descendentes.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. **Revista Cidades**, v. 8, n. 14, p. 539-568, 2011.

ALBERTI, Leon Battista. ***Da Arte Edificatória.*** Trad. de Arnaldo Teixeira do Espírito Santo; introdução, notas e revisão disciplinar de Mário Júlio Teixeira Krüger. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ALVES, Mariana Rocha Ramos De Oliveira. Reforma Tridentina e Disciplinamento Social: a bigamia como um campo de observação do disciplinamento (Portugal, século XVII). ***In***. Anais**...** XVII Encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2016.

ARRAIS, Raimundo. Matriz, freguesia, procissões: o sagrado e o profano nos delineamentos do espaço público no Recife do século XIX. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 24, 2002.

BAZIN, German. **A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Volume 2, Rio de Janeiro: Record,1983.

BORROMEO, Carlo. ***Instructiones fabricae et supellectilis ecclesiasticae. Trattati d'arte del Cinquecento:*** fra manierismo e controriforma, v. 3, p. 1-46. Florença, Itália, 1960.

DPHAN, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 123-T-38.** Seção de História; Rio de Janeiro, 1938.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos.** 2ª ed., Recife: Fundação Guararapes, 1970.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Igreja de São Pedro dos Clérigos.** Encarte Rotas do Patrimônio, IPHAN/Ministério da Cultura, 2010.

LACERDA, Norma. Alugam-se imóveis no bairro de São José: pouco importa o valor histórico-cultural dos bens materiais. *In*: PONTUAL, Virgínia *et al.* **São José: olhares e vozes em confronto:** um bairro patrimônio cultural do Recife. Cepe editora, 2021.

LIRA, José Tavares Correia de. Bairro, cidade, paisagens de memória. In: PONTUAL, Virgínia *et al*. **São José:** olhares e vozes em confronto: um bairro patrimônio cultural do Recife. Cepe editora, 2021.

LOEWEN, Andrea Buchidid**.** A Contra-Reforma, o ornamento na arte e a arquitetura religiosa. *In*: **Revista Limiar,** São Paulo, v. 2, n. 3, p. 32-66, 2014.

LORETTO, Rosane Piccolo. Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. 2008. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MENEZES, José Luiz Mota. **Atlas Histórico Cartográfico do Recife.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Fundaj, 2017.

MENEZES, José Luiz Mota. O Recife: das origens até a chegada dos holandeses (1535-1630). *In:* **Recife:** cinco séculos de cidade e arquitetura. Organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - Recife: Cepe, 2022.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. Artistas e artífices a serviço das irmandades religiosas do Recife nos séculos XVIII e XIX. *In*: FERREIRA-ALVES, Natália Marinho. **A Encomenda. O Artista. A Obra.** Porto: CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009.

NASCIMENTO NETO, Josebias Costa do; MOURA FILHA, Maria Berthilde de Barros Lima e; VALADARES, Pedro Henrique Cabral; SILVA, Ana Lúcia Francisca da. ENTRE DEVOÇÃO E EXPRESSÃO POPULAR: um estudo sobre o patrimônio no pátio de São Pedro em Recife-PE. **VERNÁCULA - Territórios Contemporâneos**, *[S. l.]*, v. 1, n. 2, 2023. DOI: 10.18312/verncula.v1i2.2321. Disponível em: https://periodicos.univag.com.br/index.php/Vernacula/article/view/2321. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Natália Maria da Conceição. **As instruções de São Carlos Borromeu para a construção das igrejas após o concílio de Trento.** In: I simpósio Nacional à distância de História e Historiografia. 2019.

PONTUAL, VIRGÍNIA et al. **São José: olhares e vozes em confronto:** um bairro patrimônio cultural do Recife. Cepe editora. Recife, 2021.

PREFEITURA da Cidade do Recife/Fundaj, 2017.

REVISTAda Escola de Belas Artes de Pernambuco. Ano I; n. I. 1957.

SILVA, Henrique Nelson da. **Trabalhadores de São José:** artesãos do Recife no século XVIII. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco Preservado:** histórico dos bens tombados no estado de Pernambuco. 2ª ed., Recife: L. Dantas Silva, 2008.

SMITH, Robert. **Robert Smith e o Brasil:** Arquitetura e Urbanismo. Brasília: Iphan, 2012.

SOUZA, Lucas Menezes de. **A Corte Portuguesa e o Urbanismo Colonial no Brasil.** *In*: XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza, 2013.

VALAD*ARES, Pedro Henrique Cabral. O Recife setecentista: uma cidade mascate e religiosa. In*: **Recife:** cinco séculos de cidade e arquitetura. organizador: Fernando Diniz Moreira; prefácio de: João Campos; Alfredo Gomes; Moacyr Araújo - (Coleção Recife 500 anos), Recife: Cepe, 2022.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral. Templos de Marte: referências eruditas nas fortalezas abaluartadas de Pernambuco (século XVII). **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,** n. 92, pág. 287-300, 1996.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia** / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [publicação original feita em 1853].

WAGNER, Ana Paula. **Uma vida em comum:** africanos libertos e seus arranjos familiares em Desterro (1800-1819). *In:* BRANCHER, Ana Lice; AREND, Sílvia Maria Fávero. História de Santa Catarina: séculos XVI a XIX. 1ª edição, Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

Os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco

Natural History and General Biology textbooks in the Complementary Course of Secondary Education in Pernambuco

Los libros didácticos de Historia Natural y Biología General en el Curso Complementario de la Enseñanza Secundaria en Pernambuco

Gilmar Beserra de Farias[1]

Resumo

FARIAS, G. B. de. Os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco (1938). ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 279-296, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2309

O livro didático é um material que pode ser utilizado como fonte documental por ser um importante meio de estabelecer uma disciplina escolar. O objetivo deste estudo foi analisar os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral de Valdemar de Oliveira publicados em 1938. Foi realizada uma pesquisa documental para examinar a materialidade e os traços morfológicos e estilísticos em dois livros didáticos a partir das seguintes categorias de análise: a) marcas textuais b) técnicas de organização e condensação do texto, c) concretização dos conteúdos e d) exercícios. Os resultados indicaram que os conhecimentos da ciência de referência foram didatizados nos livros por meio de textos marcados em negrito, excessivamente eruditos, com analogias que facilitavam a compreensão das formas e das funções, sinopses que condessavam e selecionavam o que era mais importante memorizar, imagens que ajudavam na compreensão dos conceitos e experimentos que não permitiam que os alunos extraíssem qualidades dos objetos como um exercício de abstração.

Palavras-chave: Livro didático. Ensino Secundário. História Natural. Biologia.

Abstract

FARIAS, G. B. de. Natural History and General Biology textbooks in the Complementary Course of Secondary Education in Pernambuco (1938). ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 279-296, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2309

Textbooks are materials that may be utilised as documentary sources due to their importance on establishing school subjects. The aim of this study was to analyse the textbooks of Valdemar de Oliveira, namely Natural History and General Biology,

1 Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE - 2020). Docente do quadro permanente do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), Núcleo de Biologia, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: gilmar.farias@ufpe.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9620-9586

published in 1938. Documentary research was carried out in order to examine the materiality as well as the morphological and stylistic features in two textbooks based on the following categories of analysis: a) discourse marks b) techniques for organising and condensing the text, c) concretisation of the content and d) exercises. The results indicated that the knowledge of the reference science was didacticised in the books by means of highlighted texts, which were marked bold, excessively erudite, with analogies that made it easier to understand forms and functions, synopses that condensed and selected what was most important to memorise, images that helped with the understanding of concepts and experiments that did not allow students to extract qualities from objects as an abstraction exercise.

Keywords: Textbook. Secondary Education. Natural History. Biology.

Resumen

FARIAS, G. B. de. Los libros didácticos de Historia Natural y Biología General en el Curso Complementario de la Enseñanza Secundaria en Pernambuco (1938). ***Rev. C&Trópico***, v. 48, n. 2, p. 279-296, 2024. Doi: https://doi.org/10.33148/CETROPv48n2(2024)2309

El libro didáctico es un material que puede utilizarse como fuente documental debido a su importancia como instrumento de establecimiento de una disciplina escolar. El objetivo de este estudio fue el análisis respectivo a los libros didácticos de Historia Natural y Biología General pertenecientes a Valdemar de Oliveira, con publicación en 1938. Una pesquisa documental fue realizada con el fin de examinar la materialidad y los rasgos morfológicos y estilísticos en dos libros didácticos, considerando las siguientes categorías de análisis: a) huellas textuales; b) técnicas de organización y condensación del texto; c) materialidad de los contenidos; y d) ejercicios. Los resultados señalaron que los conocimientos de la ciencia de referencia fueron presentados de un modo didáctico en las obras, gracias a los textos resaltados en negrita, eruditos en exceso, con analogías que facilitaron la comprehensión de las formas y de las funciones, las sinopsis que condensaron y seleccionaron las partes textuales más importantes para la memorización, además de las imágenes que ayudaron en la comprehensión de los conceptos y de las experimentaciones, las cuales no permitieron a los alumnos, la extracción de cualidades de los objetos como un ejercicio de abstracción.

Palabras clave: Libro didáctico. Enseñanza Secundaria. Historia Natural. Biología.

Data de submissão:18/06/2024
Data de aceite:25/09/2024

1. Introdução

Em Pernambuco, a disciplina História Natural no Ensino Secundário foi estabelecida no Seminário de Olinda em 1800. Essa matéria reunia os elementos de

Zoologia, Botânica e Mineralogia e era ensinada por padres que estudaram na Europa (FARIAS, 2020).

Depois de um período de instabilidade, em 1855, essa disciplina voltou ao currículo para ser lecionada por naturalistas no Ginásio Pernambucano, única escola de Ensino Secundário da província. Após a Proclamação da República, os médicos assumiram a docência dessa matéria e começaram a experimentar um momento de estabilidade e valorização desse campo do conhecimento. Nesse período, a disciplina História Natural acrescentou um componente denominado Biologia Geral, composto principalmente pela Anatomia e Fisiologia e, adiante, conhecimentos de Genética e Ecologia.

Na década de 1930, esses conteúdos foram definidos e organizados em séries a partir da Reforma Francisco Campos (BrasilL, 1931). Essa reforma publicou um conjunto de decretos na tentativa de elaborar um currículo nacional, distribuiu de maneira mais equilibrada as disciplinas escolares e estabeleceu o currículo seriado e a frequência obrigatória do Ensino Secundário no Brasil (Ribeiro, 2011; Saviani *et al*., 2014).

Naquela época, o Ensino Secundário foi dividido em dois ciclos: Curso Fundamental (1º ciclo), com cinco anos, que conferia formação geral aos estudantes, e Curso Complementar (2º ciclo), com dois anos, obrigatório para os candidatos à matrícula em instituições de Ensino Superior e subdividido em três especialidades que correspondiam a um dos três grupos de cursos superiores: Engenharia e Agronomia; Medicina, Odontologia, Farmácia e Veterinária; Direito (Nunes, 2000), também conhecidos como Pré-Engenharia, Pré-Médico e Pré-Jurídico (Santos 1988).

No Curso Fundamental, a disciplina História Natural era vivenciada nos três últimos anos (Brasil, 1932). No Curso Complementar, a História Natural era obrigatória no Curso Pré-Médico (1º e 2º ano) e no Curso Pré-Engenharia (1º e 2º ano); a Biologia Geral no Curso Pré-Jurídico (1º ano) e no Curso Pré-Médico (2º ano) (Brasil, 1936).

Os Cursos Complementares tinham um caráter preparatório para a prestação de exames vestibulares (Ribeiro, 2006) e assumiram ares de um enciclopedismo especializado (Nunes, 2000) sem estabelecer uma continuidade dos primeiros cinco anos do ciclo secundário. Em Pernambuco, esse nível de ensino recebeu duras críticas do médico Octávio de Freitas[2]:

> Acho desarrazoado, uma superfetação mesmo, este curso, enxertado entre os estudos secundários e superiores, indicador apenas de que, quem o propôs – não tendo muita confiança nos estudos adquiridos no primeiro deles, quer refazê-lo neste curso intermediário.
>
> O curso pré-superior, nos moldes em que está delineado, não é mais que um curso de repetição, digamos assim, das matérias que o estudante já aprendeu, durante cinco anos consecutivos, por acreditar não estar ele habilitado nelas[3].

2 José Octávio de Freitas (1871-1949) foi um importante médico que fundou e dirigiu a Faculdade de Medicina do Recife de 1920 a 1936. Trabalhou junto com Valdemar de Oliveira e outros prestigiados médicos na equipe da Diretoria de Saúde e Assistência durante o Governo de Sérgio Loreto (1922-1926).

3 FBN – "Métodos de ensino adotados entre nós". *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 mar. 1936, p. 2.

Se havia a acusação de ser uma formação excessiva e desnecessária, provocando uma dúvida quanto à sua finalidade, surge o questionamento sobre como estavam organizadas as disciplinas História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco.

Uma disciplina escolar está constituída por um ensino de exposição, exercícios, práticas de motivação e de um conjunto de avaliações, tudo associado com as suas finalidades (Chervel, 1990). Os conteúdos de uma disciplina "são concebidos como uma entidade *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida de toda realidade exterior à escola", não podendo ser confundida com vulgarizações ou simples adaptações das ciências de referência (Chervel,, 1990, p. 180).

Esses conhecimentos escolares podem, assim, ser reconhecidos em livros didáticos por meio de traços morfológicos e estilísticos, conforme proposto por Forquin (1992), como a importância atribuída à divisão formal, comentários explicativos, técnicas de condensação e espaço para exercícios, entre outros. Nesse caso, os livros podem ser considerados importantes veículos de consolidação e difusão de uma disciplina, indicando períodos de estabilidade. Livros didáticos são considerados prescrições pedagógicas com seus conteúdos, sequência de capítulos e propostas de exercícios (Takeuchu, 2017).

Em Pernambuco, o médico Valdemar de Oliveira[4] foi o único autor de livros didáticos na área de Ciências Naturais entre as décadas de 1920 e 1960. Por conta de suas afinidades políticas e culturais, formou uma estrutura de sociabilidade que permitiu a realização de suas atividades como professor nas principais instituições de ensino (FARIAS, 2022), facilitando a divulgação de suas obras nas escolas secundaristas. Em 1938, Valdemar de Oliveira publicou livros didáticos para atender especificamente ao Curso Complementar, constituindo um importante acervo documental para compreender a História da Educação em Pernambuco.

Conforme sugerido por Santos e Selles (2014), os livros dessa época podem ter sido adotados por docentes de outros estabelecimentos de ensino, veiculando versões legitimadas e autorizadas dessas matérias, influenciando as escolhas que os professores realizavam no contexto de sua prática.

Assim, o objetivo deste estudo foi analisar os livros didáticos de História Natural e Biologia Geral de autoria de Valdemar de Oliveira publicados em 1938. Se os livros didáticos podem apresentar tendências metodológicas de uma época (Lorenz, 1986) e funcionam como um suporte dos conhecimentos escolares propostos pelos currículos (Bittencourt, 2004), os livros de Valdemar de Oliveira poderão ajudar na compreensão de como se estabeleceu o Curso Complementar no Ensino Secundário de Pernambuco.

4 Valdemar de Oliveira (1900-1975) nasceu no Recife (PE) e se formou em Medicina (1923) e Direito (1929). Iniciou sua vida profissional trabalhando em hospitais e escolas secundárias da capital pernambucana, além de empreender em espaços artísticos e literários, atuando no teatro e escrevendo para jornais. Ensinou Higiene na Faculdade de Medicina do Recife, Botânica na Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Ciências Físicas e Naturais na Escola Normal Oficial (1935) e História Natural no Ginásio Pernambucano, entre outras experiências como docente.

2. Percurso teórico-metodológico

Esta pesquisa documental encontra-se situada no campo da História das Disciplinas Escolares. Para Goodson (1995), as disciplinas escolares são construções sócio-históricas resultantes de embates e disputas entre grupos sociais nos processos de seleção de conteúdos, métodos e objetivos de ensino. De acordo com Chervel (1990), a história de uma disciplina escolar deve considerar todos os elementos que fazem parte da sua construção, como professores, diários de classe, alunos, cadernos, provas, programas de ensino, documentos oficiais e livros didáticos. Nessa perspectiva, o livro didático se apresenta como uma fonte documental para a realização de pesquisas (Choppin, 2004), principalmente quando está vinculado ao processo de mudança curricular (Bittencourt, 2003).

Para contribuir com a compreensão da trajetória das disciplinas escolares História Natural e Biologia Geral no Curso Complementar do Ensino Secundário em Pernambuco, foi realizada uma análise da materialidade e dos traços morfológicos e estilísticos de dois livros didáticos de autoria de Valdemar de Oliveira publicados em 1938 (Quadro 1). Os livros pertencem ao acervo da Biblioteca Pública Estadual e estão localizados na Coleção Pernambucana.

Quadro 1: Lista dos livros didáticos do Curso Complementar de autoria de Valdemar de Oliveira analisados nesta pesquisa

Título	Cidade	Editora	Edição	Nº de páginas	Ano
História Natural e Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar	Recife	Jornal do Commercio S.A.	1ª	253	1938
Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar	Recife	Jornal do Commercio S.A.	1ª	235	1938

Fonte: Elaborado pelo autor

Na análise da materialidade, foram examinadas as capas dos livros por conservarem estreita relação com o significado estético e social (Moraes, 2010). Também foram verificadas as relações sociais implicadas (Munuata, 2012), Choppin, 2004), permitindo visualizar os projetos conscientes confessados do autor e verificar a divisão entre os princípios declarados e as aplicações realizadas no livro.

Para responder questões sobre materialidade e indícios sobre sua relação com as políticas educacionais é necessário recorrer a outros tipos de documentos (Galvão; Batista, 2008). Assim, foram consultados documentos do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (Apeje), Hemeroteca Digital Brasileira (FBN), Biblioteca Pública

Estadual (BPE) e o Arquivo do Ginásio Pernambucano (AGP). Esse último arquivo foi muito importante para a pesquisa, pois o Ginásio Pernambucano[5] é a única escola do estado que possui documentação conservada sobre o Curso Complementar.

Os saberes escolares apresentam traços morfológicos e estilísticos e podem ser encontrados nos livros didáticos, identificando especificidades como categorias analíticas (Forquin, 1992). Para a identificação dos traços morfológicos e estilísticos mobilizados nos livros didáticos, foram consideradas as seguintes categorias baseadas nos estudos de Forquin (1992), Choppin (2004) e Santos (2013): a) *marcas textuais* relacionadas à cultura acadêmica e científica, como citações em línguas estrangeiras, referências à cientistas e nomes científicos; b) *técnicas de organização e condensação do texto*, como uso de analogias e sinopses; c) *concretização dos conteúdos*, como a utilização de imagens; d) a presença de tipos de *exercícios*. Assim, foi realizada uma leitura dos livros e a marcação de partes dos textos relacionadas à cada categoria estabelecida, com as informações organizadas em uma tabela para posterior análise.

3. A História Natural e a Biologia Geral nos livros didáticos para o curso complementar

Na História da Educação de Pernambuco, existem poucas informações e documentos sobre a instalação e o funcionamento do Curso Complementar. O Ginásio Pernambucano foi a primeira escola secundária em Pernambuco a receber autorização para a criação desse curso em março de 1936[6].

Nesse mesmo ano, o relatório das atividades do Ginásio Pernambucano registrou os nomes dos professores que deveriam ensinar no Curso Complementar[7]. Entre eles, estava o médico e professor Valdemar de Oliveira que foi inicialmente designado para ensinar História Natural, Biologia Geral e Higiene, mas se dedicou principalmente à disciplina de Higiene nas turmas do curso Pré-Jurídico, permanecendo nessa atividade até 1943[8].

Em 1938, aproveitando a oportunidade de estar ensinando no Ginásio Pernambucano, Valdemar de Oliveira publicou dois livros para auxiliar esse nível de ensino: "História Natural e Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar", para a 2ª série do Pré-Médico, e "Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar", para a 1ª série do Pré-Jurídico[9]. Esses manuais seguiram os Programas para o Curso Complementar definidos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública (Brasil, 1936). Comparando os dois livros, foi observado que a maior parte do texto de

5 O Ginásio Pernambucano é uma escola de Ensino Secundário instalada no Recife e criada por meio da Lei Provincial n.º 369, de 14 de maio de 1855. A partir de 2004, passou a funcionar como Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, uma parceria do Governo do Estado com empresários para Atender os alunos do Ensino Médio.

6 FBN – "Serviço Público - Autorização de criação do Curso Complementar do Ginásio Pernambucano". *Diário de Pernambuco*, 1º de março de 1936, p. 4.

7 AGP – Relatório do Ginásio Pernambucano (1936).

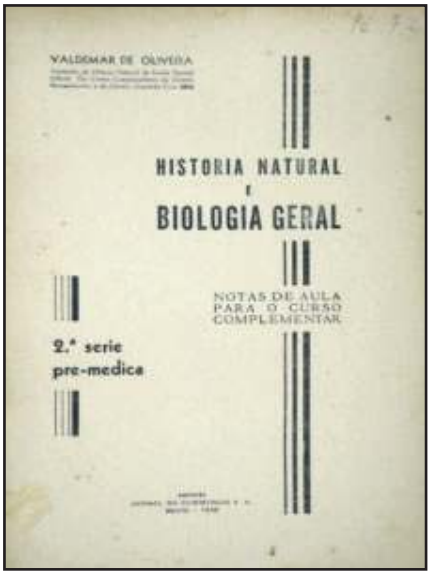
8 AGP – Correspondência de 1943, Ofício n.º 375, de 5 de fevereiro de 1943.

9 Em 1938, Valdemar de Oliveira também publicou outro livro: "Pontos de Hygiene: sobre o programa da cadeira, na escola normal oficial", 3ª edição, para atender os conteúdos do 1º ano do Curso Normal. A 4ª edição desse livro foi produzida considerando também a disciplina de Higiene do Curso Complementar.

Biologia Geral é igual, algumas vezes modificando a ordem dos tópicos, mas repetindo as imagens e os exemplos.

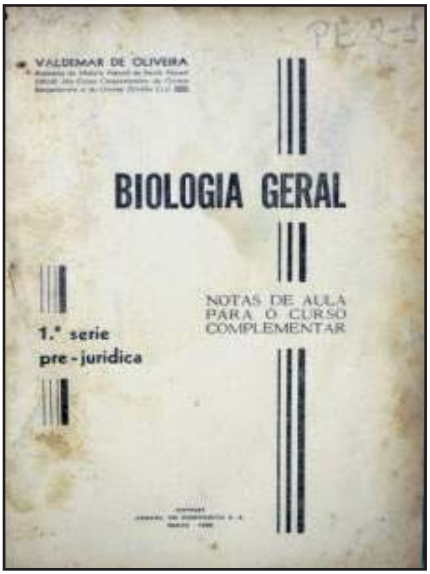
Os livros apresentavam as mesmas características gráficas. Suas capas continham o título e subtítulo localizados à direita e destacados por três linhas verticais (ver figuras 1 e 2). No canto superior esquerdo, havia o nome do autor e informações sobre a sua experiência pedagógica em três escolas de grande importância no Recife, aspecto que atribuía credibilidade aos seus livros: "Assistente de História Natural da Escola Normal Oficial. Dos Cursos Complementares do Ginásio Pernambucano e do Ginásio Oswaldo Cruz".

Figura 1: Capa do livro de História Natural e Biologia Geral de Valdemar de Oliveira para o Curso Complementar (1938)



Fonte: BPE - Oliveira (1938a)

Figura 2: Capa do livro de Biologia Geral de Valdemar de Oliveira para o Curso Complementar (1938)



Fonte: BPE - Oliveira (1938b)

Essas informações nas capas adicionadas ao fato de Valdemar de Oliveira ser um médico que participava da vida cultural da cidade como um intelectual moderno (Farias, 2022), assumindo uma identidade de pertencimento a um grupo social específico com competência para lidar com a cultura científica e pedagógica (Daros, 2013), estabeleciam aspectos que conferiam *status* profissional e, consequentemente, prestígio aos seus livros didáticos.

O texto de apresentação dos dois livros é praticamente o mesmo, modificando apenas a parte final e indicando outras obras para aqueles que não estivessem satisfeitos com a "resumida matéria". Na apresentação, intitulada de "Duas palavras", Valdemar de Oliveira desvendou os motivos para a publicação:

> Fui levado a escrevê-lo porque, nos anos anteriores, lutei terrivelmente contra a falta de livros que compendiassem, satisfatoriamente, o programa em foco. Além deste aspecto puramente pedagógico, tive de considerar ainda o econômico, uma que, para versar toda a matéria de tais enciclopédicos programas, muitas vezes foi preciso o estudante adquirir três ou quatro obras (Oliveira, 1938a).

Como observado, a preocupação em apoiar o estudante passava pela dimensão pedagógica e econômica. A ideia de que o livro didático não era um material de uso exclusivo do professor, que geralmente transcrevia ou ditava partes do texto durante as aulas, ficou mais evidente no Brasil a partir da segunda metade do século XIX (Bittencourt, 2004). Valdemar de Oliveira parecia concordar com esse argumento.

> Devo dizer, ainda, que estas despretensiosas "Notas de aulas", evitando ao discente a tomada de apontamentos durante as lições, o que lhe faz, por vezes, perder uma boa parte do que devia ouvir, constituem o resultado de uma compilação cuidadosa em que meu contingente individual tem o único mérito da argamassa que se interpões aos tijolos de um edifício (Oliveira, 1938a).

Segundo Veiga (2006, p. 8), "a lição carrega o sentido de matéria ditada, exposição oral. É aquilo que o aluno aprende para apresentar ao professor". Segundo Bittencourt (2008), a história do livro no processo de ensino está vinculada a uma aprendizagem que envolvia a leitura do texto e a oralidade do professor. Entretanto, o livro produzido por Valdemar de Oliveira tinha a intenção de modificar essa prática, pois o aluno não precisaria anotar tudo e poderia prestar mais atenção ao que estava ouvindo.

Nesse caso, o livro didático funcionava como um suporte de métodos pedagógicos, sugerindo uma estratégia de ensino para os professores (RIBEIRO, 2017). Essa estratégia estava associada a um resultado que iria avaliar duramente o processo de ensino-aprendizagem. Ao final do Curso Complementar, os alunos já haviam optado pela área de atuação profissional e deveriam se submeter aos exames vestibulares para conquistar uma vaga no Ensino Superior.

Além das lições, no Curso Complementar do Ginásio Pernambucano também havia aulas práticas. Em 1937, foi determinado pela direção da escola um horário para o uso do Museu de História Natural, Horto Botânico, Gabinete de Física e Laboratório de Química para auxiliar na parte prática das aulas de Ciências Naturais do Curso Complementar[10]. Para a História Natural, a parte prática funcionava como uma exposição de objetos. Esse tipo de demonstração científica tinha por interesse fundamental mostrar à plateia as ações observáveis que foram constituídas para provar fenômenos (Braghini, 2017).

As disciplinas História Natural e Biologia Geral estavam organizadas a partir dos pontos definidos nos programas do Curso Complementar, mas com os livros

10 AGP – Correspondência Expedida de 1937.

estabelecendo uma progressividade dos conteúdos assinaladas pelo uso de títulos, subtítulos, negrito, recuos e sinopses em seu texto. Essa forma de exposição do texto escolar sugere uma preocupação do autor com a importância da divisão formal dos conteúdos escolares, assim como a sua clareza e progressividade, conforme indica Forquin (1992), caracterizando as marcas da cultura escolar daquela época.

3.1. Marcas textuais

Os livros didáticos de Valdemar de Oliveira apresentaram marcas textuais que os caracterizaram como obras destinadas para um público com um nível de conhecimento mais avançado. Além do uso excessivo de nomes científicos (Tabela 1), os livros apresentaram muitas citações em línguas estrangeiras e fez copiosas referências à cientistas, tipificando-se como uma obra destinada para alunos com relativa erudição científica.

Tabela 1: Síntese dos traços morfológicos e estilísticos encontrados nos livros didáticos de Valdemar de Oliveira publicados em 1938

Categorias	História Natural e Biologia Geral	Biologia Geral	Total
Marcas textuais			
Citações em línguas estrangeiras	7	10	17
Nomes científicos	46	96	142
Referências à cientistas	192	175	367
Organização e condensação do texto			
Analogias	19	18	37
Sinopses	11	11	22
Concretização dos conteúdos			
Imagens	51	44	95
Exercícios			
Experiências	5	4	9

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo Cassab et al. (2012), nessa época, o aluno deveria ter como uma de suas habilidades o conhecimento de outras línguas, aspecto que caracterizava um ensino destinado para poucos. Informações como essas corroboram com o argumento de Gatti Júnior (2004) de que os livros didáticos publicados no Brasil entre 1930 e 1960 foram produzidos para alunos mais elitizados e acadêmicos.

Entre as expressões em língua estrangeira, houve a inserção de partes de textos científicos e títulos de obras, conforme observado nos exemplos a seguir.

Exemplo 1): A ideia de espécie, Linneu a baseou no conceito criacionista, escrevendo em sua grande obra *Systema naturae*: "*tot sunt species quod ab initio creavit infinitum ens*", procurando explicar, nesta frase, o conceito da fixidez das espécies relacionadas à ideia criacionista [...] (Oliveira, 1938b, p. 210).

Exemplo 2): Voronoff, no seu interessante livro *L'amour et la pensée chez lez bêtes et chez les gens*, toma o partido de atribuir a alguns animais, de que cita fatos curiosíssimos, "uma inteligência consciente". [...] Refere-se, claramente, ao raciocínio e à "inteligência *hors ligne* das formigas [...] (Oliveira, 1938a, p. 156).

No exemplo 1, o aluno deveria demonstrar a capacidade de compreender a expressão escrita em Latim, pois não havia uma tradução para essa frase. No exemplo 2, não havia explicações adicionais sobre o autor citado e nem a tradução do título do livro apresentado em francês. No mesmo parágrafo, ainda foi incluída a expressão em inglês *hors ligne* para destacar a "excepcional" capacidade das formigas.

A erudição sobre conhecimentos técnicos também foi observada a partir da forma excessiva em que o autor citou nomes científicos, totalizando 142 vezes. Essa informação corrobora com a pesquisa de Santos (2013) quando afirmou que o uso de expressões em língua estrangeira em livros didáticos de História Natural tornou essa disciplina mais acadêmica na década de 1940. Essa erudição também pode estar associada à quantidade de vezes na qual o autor fez referência à cientistas.

Exemplo 3): Cuvier, Owen, Goettingue, Blummenbach e alguns outros naturalistas não homologaram a criação do reino hominal, baseado mais em atributos morais do que em caracteres físicos, mas, classificaram o homem uma ordem à parte, a ordem dos *Bimanos*. Huxley, Heckel e os partidários do transformismo, negando o valor dos numerosos caracteres morfológicos [...] (Oliveira, 1938b, p. 207).

Como observado no exemplo acima, Valdemar de Oliveira citava muitos nomes de cientistas, mas não adicionava contexto, local e data. De acordo com Vidal e Porto (2012), essa forma de abordar a História não contribuiu para o entendimento de como o conhecimento científico se desenvolveu. O aumento das marcas textuais sinalizou uma postura excessivamente acadêmica que o autor estabeleceu para a disciplina escolar História Natural e Biologia Geral, reforçando um formato de ensino elitizado para o Curso Complementar em Pernambuco.

3.2. Organização e condensação do texto

O uso de analogias como uma estratégia pedagógica é muito importante para o ensino e a aprendizagem de temas científicos (Pedroso; Amorim, Terrazzan, 2007), principalmente para se aproximar daqueles mais abstratos (DUIT, 1991). As analogias são comparações entre estruturas de dois domínios diferentes que aproximam o desconhecido (alvo) a partir do que se conhece (análogo), permitindo uma comunicação de conteúdos para públicos específicos (Giraldi, 2005; Hoffnan, Sheid, 2007).

Os livros de Valdemar de Oliveira apresentaram 37 analogias, principalmente do tipo estrutural, quando a relação entre alvo e análogo compartilham a mesma aparência física ou funcional (Ferraz, Terrazzan, 2001), como nos exemplos abaixo (grifo nosso).

Exemplo 4): Algas diatomáceas: de rígida membrana envoltória impregnada de sílica, dividida em *duas valvas* que se adaptam como uma tampa a respectiva caixa, e toda esculpida em delicadas estrias e pontilhados (Oliveira, 1938b, p. 168).

Exemplo 5): Assim, num tecido, *o movimento coordenado de todos os cílios se faz por ondas*, assemelhando-se "*a um campo de trigo tangido pelo vento*" (Oliveira, 1938a, p. 135).

Além das analogias, os livros apresentaram 22 sinopses ao fim de vários pontos como uma estratégia de condensação. Por exemplo, em "Biologia Geral" (Oliveira, 1938b), ao finalizar o tema "Domínio Oceânico", foi elaborada uma chave organizando e resumindo todo o conteúdo (p. 220). O Uso de sinopses foi uma estratégia intencionalmente estabelecida pelo o autor: "Uma ligeira sinopse esclarece melhor o assunto" (Oliveira, 1938b, p. 225). Essa técnica foi uma maneira de selecionar termos específicos a serem destacados e memorizados, caracterizando o conhecimento escolar daquela época.

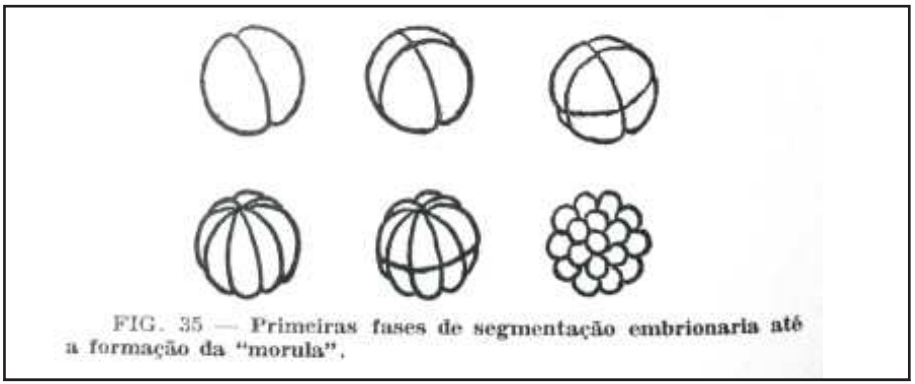
3.3. Concretização dos conteúdos

No processo de aperfeiçoamento dos livros didáticos brasileiros, as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade (Bittencourt, 2004), principalmente nas primeiras décadas do século XX. Segundo Martins, Gouvêa e Piccinini (2005), as imagens nos livros didáticos podem provocar um efeito positivo na aprendizagem dos alunos porque são mais facilmente lembradas do que suas correspondentes representações verbais. Entre as marcas dessa cultura escolar, as imagens se destacaram como "dispositivos mediadores" (Forquin, 1993, p. 16) e assumiram um importante papel no processo de concretização dos conteúdos escolares.

Os livros de Valdemar de Oliveira apresentaram um grande número de imagens, conforme observado na tabela 1. Todas as imagens são desenhos ou fotografias em preto e branco e foram citadas no texto, ajudando de forma dinâmica a compreensão dos conteúdos, conforme observado no exemplo 6 a na figura 3:

Exemplo 6): Sucedendo-se novas divisões, compõem as células um maciço com a feição de uma amora silvestre, daí provindo o nome de *mórula* (Figura 3) (Oliveira, 1938a, p. 170).

Figura 3: Exemplo de imagem associada ao texto do livro didático História Natural e Biologia Geral de Valdemar de Oliveira



Fonte: Oliveira (1938a, p. 1700).

O uso frequente de imagens revelou a intenção do autor em empregá-las como um importante elemento de comunicação, buscando interagir com os alunos por meio de uma linguagem visual. Conforme observado acima, as imagens nos livros assumiram um recurso na forma de se ensinar, compondo junto com o texto, segundo Takeuchi (2017, p. 191), um "suporte material de natureza expositiva e de natureza transmissiva para uso em salas de aula".

3.4. Exercícios

A Cultura Escolar propõe um conjunto de dispositivos para que o conhecimento seja trabalhado (JULIA, 2001). Os exercícios são uma dessas formas. Nos livros didáticos analisados, apenas a experiência foi identificada como um exercício proposto. Esse foi um tipo de exercício que se destacou a partir dos anos de 1930 "como uma forma de ensino ativo, nos moldes do escolanovismo" (Marandino, selles; Ferreira, 2009, p. 98), contrapondo-se ao ensino tradicional.

As experiências propostas por Valdemar de Oliveira, entretanto, não permitiam que os alunos executassem atividades ou elaborassem suas próprias hipóteses ou respostas. As experiências foram apresentadas por meio de um texto que explicava cada etapa, sem o uso de imagens, e com os resultados sempre informados imediatamente pelo autor, conforme observado no exemplo abaixo sobre o fototropismo.

Exemplo 7): Procure-se fazer chegar, por um canal aberto no solo, um jato de luz sobre uma raiz perpendicular, em desenvolvimento. Dentro em breve, ela se desvia, fugindo à luz. Coloquemos, agora, um pequeno arbusto, novo, dentro de uma caixa pintada inteiramente de negro e provida de um orifício no terço superior de uma de suas paredes. Em breve, o arbusto se inclinará para o lado do orifício e um de seus ramos, em crescimento, sairá por ele. Vê-se, pois, que o fototropismo da raiz é negativo e o do caule, positivo (OLIVEIRA, 1938b, p. 79).

O que Valdemar de Oliveira sugeriu como experimentos eram propostas sem a exigência de montar uma atividade prática, ou seja, atividades exclusivamente cognitivas. Para esse tipo de atividade, "a experiência física deve necessariamente ocorrer para que o estudante tenha possibilidade de abstrair informações do objeto ou fenômeno estudado" (ANDRADE; MASSABNI, 2011, p. 8). Entretanto, para o autor, seria possível ensinar um fenômeno simplesmente descrevendo as etapas de uma ação com a imediata apresentação dos resultados. Dessa forma, os livros didáticos de Valdemar de Oliveira foram responsáveis por estabelecer uma cultura escolar sem abstrações empíricas (*sensu* PIAGET, 1995), ou seja, sem a possibilidade de extrair qualidades de objetos ou ações.

Considerando os métodos de estudo da ciência de referência, o autor estabeleceu pré-requisitos para a realização de um experimento: "Tal método requer ambiente adequado, experimentador perito e material completo" (Oliveira, 1938a, p. 82). Entretanto, para a Biologia como disciplina escolar, Valdemar de Oliveira apenas instituiu uma articulação entre conteúdos e ações mentais para "executar" o experimento. Nesse caso, os conhecimentos da ciência de referência foram didatizados a partir das estratégias de ensino desenvolvidas nos livros para os Cursos Complementares. Essa informação corrobora com o argumento de Chervel (1990) quando afirma que o saber escolar modifica o interior da escola em um local formador de culturas, cuja função é o de converter os elementos pedagógicos em métodos de ensino que viabilizam uma finalidade educativa.

4. Considerações finais

A análise dos livros didáticos por meio da materialidade e dos traços morfológicos e estilísticos se mostrou adequada para compreender a trajetória das disciplinas História Natural e Biologia Geral no currículo do Curso Complementar.

Informando em suas capas a experiência docente do autor em outros estabelecimentos de prestígio da capital, supostamente, os livros alcançariam a credibilidade necessária para serem adotado em outras escolas. Os conhecimentos da ciência de referência, definidos pelos programas oficiais, apresentaram uma progressividade dos conteúdos sinalizada por meio de títulos, subtítulos, negrito e recuos, selecionando e indicando os termos mais importantes.

O texto excessivamente erudito, com muitos nomes científicos e expressões em língua estrangeira, definiu um estilo muito acadêmico para o Curso Complementar em Pernambuco. As analogias facilitavam a compreensão das formas e das funções, auxiliando a correlação entre o alvo e o análogo, demonstrando uma preocupação do autor com a linguagem utilizada. O uso de sinopses como uma técnica de condensação selecionava e organizava as informações que deveriam ser memorizadas. As imagens nos livros estabeleceram uma evidente correspondência com o texto, atribuindo informações para identificar os elementos da ilustração e facilitando a compreensão dos conteúdos. Os experimentos propostos não permitiam que os alunos extraíssem qualidades dos objetos como um exercício de abstração empírica.

Assim, com uma forma de ensinar organizando conteúdos e definido métodos de ensino, Valdemar de Oliveira caracterizou a marca da cultura escolar para a sua época, contribuindo com as finalidades estabelecidas para o Curso Complementar no Ensino Secundário de Pernambuco.

Referências

ANDRADE, Marcelo Leandro Feitosa de; MASSABNI, Vânia Galindo. O desenvolvimento de atividades práticas na escola: um desafio para os professores de ciências. ***Ciência & Educação***, v. 17, n. 04, p. 835-854, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/vYTLzSk4LJFt9gvDQqztQvw/?format=pdf&lang=pt

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus. A. Taborda; RANZI, Serlei. M. Fischer. (Org.). ***História das disciplinas escolares no Brasil***: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros didáticos de leitura (1810-1910). ***Educação e Pesquisa***, v. 30. n. 3, p. 475-491, 2004. https://www.scielo.br/j/ep/a/pnghDKWfrjkTxN6gPQyDYbr/?format=pdf&lang=pt

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. ***Livro didático e saber escolar (1810-1910)***. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. As aulas de demonstração científica e o ensino da observação. ***Rev. Bras. Hist. Educ.***, v. 17, n. 2, p. 208-234, 2017. http://educa.fcc.org.br/pdf/rbhe/v17n2/2238-0094-rbhe-17-02-00227.pdf

BRASIL. Decreto 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do Ensino Secundário. ***Diário Oficial***, 1 de maio de 1931.

BRASIL. Decreto nº. 21.241. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências. ***Diário Oficial,*** 4 de abril de 1932.

BRASIL. Programas do Curso Complementar. ***Diário Oficial,*** 19 de março de 1936.

CASSAB, Mariana; SELLES, Sandra Escovedo; SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos; LIMA-TAVARES, Daniele. Análise de compêndios didáticos: tensões entre forças de estabilidade e mudança na história da disciplina escolar Biologia (1963-1970). ***Revista Teias***, v. 14, n. 28, p. 241-263, 2012.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. ***Teoria e Educação***, n. 2, p.177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. ***Educação e Pesquisa***, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

DAROS, Maria das. Intelectuais e projetos educacionais em disputa no Brasil dos anos 1930-1940. ***Roteiro***, v. 38, n. 2, supl. especial, p. 255-270, 2013. http://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v38n02sespecial/v38n02sespeciala13.pdf

DUIT, Reinders. On the role of analogies and metaphors in learning science. ***Science Education***, v. 75, n. 6, p. 649-672, 1991.

FARIAS, Gilmar Beserra de. ***A disciplina escolar História Natural em Pernambuco e os livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939-1965)***. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

FARIAS, Gilmar Beserra de. A estrutura de sociabilidade na trajetória profissional do médico, professor e escritor Valdemar de Oliveira. ***Revista Ciência & Trópico***, v. 46, n. 2, p. 135-160, 2022. https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/2127/1684

FERRAZ, Daniela Frigo; TERRAZZAN, Eduardo Adolfo. O uso de analogias como recurso didático por professores de biologia no ensino médio. ***Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências***, v. 1, n. 3, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/4164/2729

FORQUIN, Jean-Claude. ***Escola e cultura***: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. ***Teoria & Educação***, n. 6, p. 49-28, 1992.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio A. Gomes. Manuais escolares e pesquisa em história. In: VEIGA, Cynthia Greive.; FONSECA, Thais Nívia de Lima e (Orgs.). ***História e historiografia da educação no Brasil***. Belo Horizonte: Autêntica, p. 161- 188, 2008.

GATTI JÚNIOR, Décio. ***A escrita escolar da história***: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru (SP): Edusc, 2004.

GIRALDI, Patrícia Montanari. *Linguagem em textos didáticos de citologia*. **Dissertação** (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica), UFSC, Florianópolis, 2005.

GOODSON, Ivor F. ***Currículo***: Teoria e História. Petrópolis: Vozes, 1995.

HOFFMANN, Marilisa Bialvo; SCHEID, Neusa Maria John. Analogias como ferramenta didática no ensino de biologia. ***Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências***, v. 9, n. 1, p. 21-37, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/epec/a/QdXTM75M7LV9KrPnqK7WyPz/?format=pdf&lang=pt

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. ***Revista Brasileira de Educação***, n. 1, p. 9-43, 2001. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749/20279

LORENZ, Karl M. Os livros didáticos e o ensino de ciências na escola secundária brasileira no século XIX. ***Ciência e Cultura***, v. 38, n. 3, p. 426-435, 1986.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra. ***Ensino de Biologia***: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Isabel; GOUVEA, Guaracira; PICCININI, Cláudia. Aprendendo com imagens. ***Ciência e Cultura***, v. 57, n. 4, p. 38-40, 2005. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n4/a21v57n4.pdf

MORAES, Didier Dominique Cerqueira Dias de. ***Visualidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980***. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 2010.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. ***Rev. Bras. Hist. Educ***., v. 12, n. 03, p. 179-197, 2012. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38817/20335

NUNES, Clarice. O "velho" e "bom" ensino secundário: momentos decisivos. ***Revista Brasileira de Educação***, n. 14, p. 35-60, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n14/n14a04.pdf

OLIVEIRA Valdemar de. História Natural e Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar. Recife: **Jornal do Commercio S.A**., 1938a.

OLIVEIRA Valdemar de. ***Biologia Geral***: notas de aula para o curso complementar. Recife: Jornal do Commercio S.A., 1938b.

PEDROSO, Carla Vargas; AMORIM, Mary Angela Leivas; TERRAZZAN, Eduarado Adolfo. Uso de analogias em livros didáticos de Biologia: um estudo comparativo. In: VI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA. ***Anais...*** Associação Nacional de Pesquisadores em Educação em Ciências. Florianópolis, 2007.

PIAGET, Jean. ***Abstração reflexionante***: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RIBEIRO, Denise Franco Capello. ***Dos cursos complementares aos cursos clássicos e científico: a mudança na organização dos ensinos de matemática***. Dissertação (Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica - SP, 2006.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. ***História da Educação Brasileira***: a organização escolar, 21ª ed. Campinas (SP): Autores Associados: HISTEDBR, 2011.

RIBEIRO, Fábio. Instruções metodológicas estatais e direções ao professor nos livros didáticos voltados ao ensino secundário (1930-1960). ***Revista Histórias, Histórias***, v. 5, n. 10, p. 40-60, 2017. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10997/9681

ROMANELLI, Otaíza. ***História da Educação no Brasil (1930-1973)***, 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos; SELLES, Sandra Escovedo. A produção da disciplina escolar história natural na década de 1930: os livros didáticos de Waldemiro Potsch para o ensino secundário. ***Cadernos de Pesquisa em Educação***, v. 19, n. 40, 2014. https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10729/7620

SANTOS, Maria Cristina Ferreira dos. ***A Biologia de Candido de Mello Leitão e a História Natural de Waldemiro Alves Potsch: Professores autores e livros didáticos - conhecimento e poder em disputa na constituição da Biologia escolar (1931 - 1951)***. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2013.

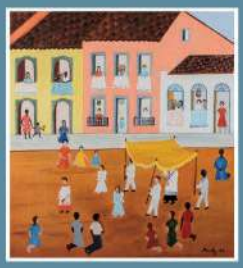
SANTOS, Wlademir dos. Ainda o vestibular. ***Revista de Estudos Universitários***, v. 14, n. 1, p. 74-82, 1988.

SAVIANI, Demerval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. ***O legado educacional do século XX no Brasil***. 3ª ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2014.

TAKEUCHI, M. R. *Livros escolares e ensino de ciências na instrução pública elementar brasileira do século XIX ao XX*. **Tese** (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica - SP, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. ***Lições de didática***. Campinas (SP): Papirus, 2006.

VIDAL, Paulo Henrique Oliveira; PORTO, Paulo Alves. A história da Ciência nos livros didáticos de Química do PNLEM 2007. ***Ciência e Educação***, v. 18, n. 2, p. 291-308, 2012.



Marly Mota
Título: "Procissão e casario"
Data: 1966.
Técnica: Óleo sobre tela.
Capa: trabalho gráfico sobre composição da artista.
Acervo Fundação Joaquim Nabuco – MEC.

Fundação Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISSN 0304-2685
770304 268000